



PENSAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

Formuladores e Agentes da Política Externa

(1750-1964)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Comitê Editorial do livro
“Pensamento Diplomático Brasileiro”*

Organizador: Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Coordenador Executivo: Ministro Paulo Roberto de Almeida

Membros: Conselheiro Guilherme Frazão Conduru
 Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
 Professor Antônio Carlos Lessa
 Professor Estevão de Rezende Martins
 Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

José Vicente de Sá Pimentel
organizador

PENSAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO
Formuladores e Agentes da Política Externa
(1750-1964)

Volume II



Brasília – 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Mapa da primeira capa:

Elaborado sob a orientação de Alexandre de Gusmão, o chamado “Mapa das Cortes”, de 1749, serviu de base para as negociações do Tratado de Madri.

Mapa da segunda capa:

Mapa-múndi confeccionado pelo veneziano Jeronimo Marini em 1512, o primeiro em que aparece o nome do Brasil. Tem a curiosidade de mostrar os países emergentes por cima.

Impresso no Brasil 2013

P418

Pensamento diplomático brasileiro : formuladores e agentes da política externa (1750-1950) / José Vicente de Sá Pimentel (organizador). – Brasília : FUNAG, 2013.

3 v.

ISBN 978-85-7631-462-2

1. Diplomata. 2. Diplomacia brasileira. 3. Política externa - história - Brasil.
3. História diplomática - Brasil. I. Pimentel, José Vicente de Sá.

CDD 327.2

Bibliotecária responsável: Ledir dos Santos Pereira, CRB-1/776

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

SUMÁRIO

PARTE II

A POLÍTICA EXTERNA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A POLÍTICA EXTERNA DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	333
<i>Rubens Ricupero</i>	
JOAQUIM NABUCO: DIPLOMATA AMERICANISTA.....	359
<i>Angela Alonso</i>	
JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR (BARÃO DO RIO BRANCO): A FUNDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA.....	405
<i>Rubens Ricupero</i>	
AFRÂNIO DE MELO FRANCO: A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA	441
<i>Stanley Hilton</i>	

A RAIZ DAS COISAS - RUI BARBOSA: O BRASIL NO MUNDO.....	489
<i>Carlos Henrique Cardim</i>	
EUCLIDES DA CUNHA: O CENÁRIO SUL-AMERICANO	531
<i>Kassius Diniz da Silva Pontes</i>	
MANOEL DE OLIVEIRA LIMA: A REFORMA DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO	565
<i>Helder Gordim da Silveira</i>	
DOMÍCIO DA GAMA: A DIPLOMACIA DA ALTIVEZ	607
<i>Tereza Cristina Nascimento França</i>	

PARTE II
A POLÍTICA EXTERNA DA
PRIMEIRA REPÚBLICA



A POLÍTICA EXTERNA DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Rubens Ricupero

O marco inicial do período – a Abolição, a República, a Federação – separa-o da etapa anterior com um corte talvez mais nítido do que a Revolução de 1930 – seu fecho convencional – o distingue do que vem depois. A proclamação da república e, pouco antes, a abolição da escravatura, configuram indiscutível e notável transformação das condições políticas, institucionais e sociais precedentes.

A república presidencialista, com presidentes eleitos por quatro anos, sem direito à reeleição, substitui a monarquia de governos parlamentaristas equilibrados pelos fortes poderes do imperador. A Constituição de 1891 introduz o regime federativo, acompanhado do fortalecimento das lideranças regionais e de partidos estaduais de fato. A federação toma o lugar da centralização monárquica e os governadores, fonte crescente do poder federal desde a presidência Campos Sales, ocupam o espaço dos fugazes presidentes provinciais escolhidos pelo imperador quase sempre fora da província.

O fim da escravidão, que havia sido por 350 anos a instituição “orgânica” por excelência do país, coincide com a intensificação sem precedentes do ingresso de massas de imigrantes provenientes da Europa ocidental, do Japão e do Médio Oriente. A República Velha constitui o grande momento da imigração na história do Brasil: de 1890 a 1930 desembarcam no país 3 milhões e 800 mil imigrantes. A imigração completa a evolução iniciada antes em direção ao regime de trabalho assalariado e contribui para a formação de um mercado de consumo interno, ajudado pela expansão demográfica, as migrações interiores e o crescimento das cidades.

O setor cafeeiro, cuja expansão caracterizara as últimas décadas do Império, atinge na Primeira República o apogeu de sua influência política e econômica, ditando a orientação macroeconômica e pesando de modo decisivo nas decisões sobre câmbio e comércio exterior. A acumulação de capital em mãos de produtores e exportadores de café, aliada ao mercado consumidor e à mão de obra fornecida pelos imigrantes, cria condições propícias à industrialização, favorecida pelas crises recorrentes da economia cafeeira e pelas dificuldades para financiar as importações. A indústria, por sua vez, gera empregos e reforça a tendência à urbanização.

A era de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 dá a impressão de uma fase de transição para o Brasil contemporâneo. Os arranjos institucionais – a Constituição de 1934, a Carta de 1937 – parecem predestinados a uma duração provisória. O desígnio ambicioso de instituir um Estado Novo não sobrevive ao desaparecimento do fascismo, cujo corporativismo serviu-lhe de parcial inspiração. O aporte inovador se faz sentir menos na durabilidade das invenções institucionais e mais fortemente na acentuação das transformações sociais e econômicas que já haviam começado: industrialização, urbanização, modernização do Estado. Esses quinze anos não pertencem certamente à Primeira República, preparando o advento

da Segunda, da Constituição de 1946, que duraria até o golpe militar de 1964.

A lógica interna, coerência e continuidade básicas dos 41 anos da República Velha não correspondem a nada de semelhante no plano externo, onde esse lapso de tempo cobre três fases heterogêneas da história mundial. Os 25 anos iniciais, de 1889 a 1914, mais da metade, são sincrônicos com a fase crepuscular da prolongada Era Vitoriana da hegemonia europeia, da Idade dos Impérios, do acirramento das rivalidades imperialistas e nacionalistas que desfeririam um golpe mortal na globalização político-econômica da Belle Époque. Os pouco mais de nove anos do ministério do Barão do Rio Branco (1902-1912) se encontram inteiramente contidos dentro desse quarto de século.

Seguem-se os quatro anos da Grande Guerra (1914 a 1918), de seu desfecho diplomático no Tratado de Versalhes (1919) e da frustrada tentativa de reconstrução da ordem internacional destruída pelo conflito e pela dissolução dos impérios multinacionais da Áustria-Hungria, da Rússia Czarista, do Turco-Otomano.

Por último, a instável década de encerramento da Primeira República se superpõe aos turbulentos anos 1920, aos primórdios do multilateralismo da Sociedade das Nações, ao trauma das hiperinflações, da consolidação da Revolução bolchevista, do colapso da Bolsa de Nova York em 1929 e da aproximação da Grande Depressão e da crise da década de 1930.

As interações entre a evolução do contexto externo e as mudanças na diplomacia brasileira se consubstanciaram nessa fase mediante a influência de três fatores estruturantes, isto é, capazes de provocar tendências profundas, sistêmicas e destinadas a durar muito além de 1930 como características diferenciadoras da orientação da política exterior do Brasil.

O primeiro consistiu na emergência e afirmação do poder político e da irradiação econômica dos Estados Unidos. O segundo tem a ver com a intensificação de um relacionamento mais intenso e cooperativo entre países da América Latina, seja sob a modalidade do pan-americanismo patrocinado por Washington, seja por iniciativas latino-americanas autônomas. Finalmente, o último reside no aprendizado de novo tipo de ação diplomática nas instâncias do incipiente multilateralismo da Liga das Nações, estágio inicial de uma forte tradição de diplomacia multilateral que se desenvolveria nas fases seguintes.

Em termos sintéticos, as três transformações estruturais da política exterior na Primeira República se resumem: 1ª) na “aliança não escrita” com os Estados Unidos; 2ª) na sistemática solução das questões fronteiriças e ênfase em maior cooperação com os latino-americanos e 3ª) nos primeiros lances da diplomacia multilateral, na versão regional, pan-americana, ou global, da Liga das Nações.

A “americanização” da diplomacia brasileira representa, sem dúvida, a transformação mais evidente e notável da época. Anteriormente, sob a monarquia, as relações do Brasil com os Estados Unidos tinham sido mutuamente periféricas, apesar da tentativa posterior de fazer remontar o estreitamento dos vínculos ao reconhecimento da Independência (1824). Não faltaram episódios mais ou menos sérios de divergências em relação à livre navegação do Amazonas, à postura adotada pela Corte do Rio de Janeiro durante a Guerra Civil americana ou à recusa de Washington de reconhecer o bloqueio de Assunção na Guerra do Paraguai.

A proclamação da República inaugura a etapa de identificação com o modelo político norte-americano, cujas instituições – a constituição, o federalismo, o nome do país e, em certo momento, até a bandeira – forneceriam inspiração aos primórdios do

republicanismo entre nós. O rápido reconhecimento do regime de 1889 pelo governo de Washington e sua atitude favorável a Floriano Peixoto na Revolta da Armada consolidariam a simpatia nascida das afinidades político-ideológicas, provocando denúncias de monarquistas como Eduardo Prado em “A Ilusão Americana”. Rompendo a tradição monárquica de não assinar acordos de comércio com nações mais poderosas, que vinha da reação aos “tratados desiguais” com a Inglaterra, o Brasil irá firmar com os Estados Unidos seu primeiro tratado comercial em 1891.

A aproximação com os americanos não teve início na era de Rio Branco, impressão que se criou erroneamente depois, exacerbando os ciúmes de Salvador de Mendonça, republicano histórico que, como primeiro representante diplomático da República em Washington, havia assinado o acordo comercial com o secretário de Estado Blaine. Exasperado por lhe terem roubado a primazia da opção preferencial pelos Estados Unidos, Mendonça ironizaria posteriormente que, quando o Barão enviou Nabuco para descobrir a América do Norte, esta já estava descoberta, medida e demarcada, obviamente por ele.

Coube, não obstante, a Rio Branco promover, em suas próprias palavras, o deslocamento do eixo diplomático do Brasil de Londres para Washington. A criação da primeira embaixada brasileira na capital norte-americana num momento em que eram raras as embaixadas (havia somente sete às margens do Potomac e nenhuma no Rio de Janeiro) sinalizou pelo simbolismo do gesto que o Brasil passava a privilegiar as relações com os EUA.

Isso ocorria sugestivamente em 1905, ano que para os historiadores da diplomacia americana coincide com os dois eventos emblemáticos da emergência dos Estados Unidos como potência mundial de interesses globais: a mediação do presidente Theodore Roosevelt para por fim à guerra russo-japonesa e a participação

americana na conferência de Algeciras sobre o incidente de Agadir, no Marrocos, entre a França e a Alemanha.

Tirando a lição do aparecimento da primeira potência mundial no continente americano, Rio Branco concebe o desígnio de integrar as diversas dimensões da política externa brasileira com base numa estreita colaboração com os EUA. O que seria chamado por E. Bradford Burns de “aliança não escrita” consistia na busca pragmática da assistência do poder norte-americano em favor de objetivos diplomáticos brasileiros, de defesa em relação ao agressivo imperialismo europeu e de afirmação nos problemas de fronteira ou litígios de poder com os vizinhos sul-americanos. Em troca, o Brasil se dispunha a apoiar as políticas de Washington no Caribe, na América Central, no México, no Panamá, no nascente pan-americanismo patrocinado pelos americanos.

Essa diplomacia americanista ou monroísta, como se dizia, se converteria numa espécie de paradigma abrangente da totalidade da visão brasileira do mundo. A aliança virtual ou não escrita evoluiria para aliança militar formal em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. Antes e depois, a diplomacia brasileira desempenharia com frequência o papel de coordenadora e estimuladora da solidariedade aos EUA por parte dos outros países do continente em ocasiões como o ataque de Pearl Harbor, o rompimento com os países do Eixo, a declaração de guerra, o início da Guerra Fria, a conferência de Quitandinha para a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

No começo do segundo governo Vargas (anos 1950), Oswaldo Aranha afirmaria numa conferência na Escola Superior de Guerra que a única política exterior concebível para o Brasil era apoiar os Estados Unidos nos foros mundiais (nas questões da Guerra Fria) e regionais, em troca do apoio americano à supremacia política e militar do Brasil na América do Sul. Tudo isso viria muito mais

tarde, da mesma forma que a ilusão da existência entre o Brasil e os EUA de uma “relação especial”, quer dizer privilegiada. Suas raízes mergulham, no entanto, na política inaugurada por Rio Branco ao deslocar o eixo da diplomacia da Europa para a América do Norte e ancorá-lo firmemente na colaboração com os EUA.

O eixo comercial e econômico, por sua vez, começara a se deslocar da Europa para os Estados Unidos desde 1870, bem antes, portanto, de Rio Branco e mesmo da República. No início do século XX, o mercado norte-americano já absorvia mais da metade do café, principal exportação do país, 60% da borracha e a maior parte do cacau. No ano do estabelecimento das embaixadas, o Brasil ocupava o lugar de sexto parceiro no intercâmbio total dos EUA, vindo após a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Chegou a ser o terceiro maior fornecedor ao mercado americano. Quando faleceu o Barão (1912), o mercado dos EUA representava 36% das vendas externas brasileiras.

Tendência similar se observa nos fluxos de investimentos e nos movimentos de capital. Os investimentos ianques começam a preponderar na indústria manufatureira, de preferência aos britânicos, concentrados em serviços públicos e de infraestrutura. Aos poucos, a praça de Nova York se converterá na fonte dos financiamentos aos planos de valorização do café. Gradualmente, ao longo do século XX, em especial depois da Primeira Guerra Mundial, o centro financeiro americano irá tomar o lugar de Londres nos empréstimos, financiamentos, investimentos estrangeiros diretos, colocando fim ao predomínio inglês herdado da metrópole portuguesa.

A República descobriu a América Latina ao mesmo tempo em que descobria a América do Norte. Na época, era bastante usual falar de americanismo como abrangendo todo o hemisfério ocidental, base conceitual do pan-americanismo. Quando os

positivistas invocavam a “fraternidade das pátrias americanas” era nisso que pensavam. O fim da exceção monárquica nas Américas deveria determinar uma política exterior voltada tanto para os Estados Unidos quanto para os hispano-americanos, em contraste com o isolamento diplomático real ou não do regime imperial, que supostamente teria maiores afinidades com as monarquias do Velho Continente.

Uma das dimensões da estreia da América Latina no teatro do mundo se deu sob a forma multilateral do pan-americanismo. No momento em que a modalidade parlamentar de relacionamento interestatal ensaiava seus passos iniciais (as convenções de Haia, de 1899, a de Genebra, de 1906, e de Haia novamente no ano seguinte), os Estados Unidos resolveram reservar a área onde desfrutavam de indiscutível hegemonia – o hemisfério ocidental – para nela organizar um sistema independente daquele dominado pelas grandes potências do imperialismo europeu.

Nabuco, um dos colaboradores e intérpretes mais inteligentes do projeto ianque, acreditava que a América, continente de paz, formava um “hemisfério neutro” contraposto ao sistema da Europa e das rivalidades imperialistas na Ásia e África, que denominava de “hemisfério beligerante”. O edifício-sede da União Pan-Americana, construído na grande esplanada de Washington, onde se situam o Capitólio, a Suprema Corte, o Federal Reserve, os museus, todos os centros do poder norte-americano, inclusive a Casa Branca, a pequena distância, simbolizava e anunciava, no domínio regional, o impulso para organizar a ordem internacional sob a égide dos EUA.

À medida que o poder norte-americano sobrepuja os demais, esse mesmo impulso de organização de uma ordem hegemônica se encarnaria na proposta wilsoniana da truncada Sociedade das Nações de 1919 para plenamente frutificar em 1944/45 na

Organização das Nações Unidas no plano político e no Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, no econômico, todos solidamente instalados em solo dos EUA.

A espinha dorsal do pan-americanismo residia na Doutrina Monroe, declaração política unilateral ianque que Rio Branco e Nabuco se esforçarão em vão de multilateralizar e legitimar por parte dos demais países do hemisfério. A resistência a desígnios dos EUA, presente desde a primeira conferência pan-americana (1889-1890), localizada principalmente na Argentina e alguns outros países hispânicos, prosseguiria durante esses anos marcados por inúmeras intervenções norte-americanas em Cuba, Panamá, América Central, Caribe, México.

O Brasil dependia então do mercado dos EUA muito mais do que hoje. Estava longe de manter com a Grã-Bretanha a posição de estreito relacionamento comercial e de investimentos que levou os delegados argentinos à conferência de 1889-1890, Manuel Quintana e Roque Sáenz Peña, a liderarem a oposição à união aduaneira pretendida pelo secretário de Estado James Blaine. Por outro lado, distante da zona de intervenção direta ianque, o Rio de Janeiro não se sentia ameaçado pela política do Big Stick ou “caceteão”, na gráfica tradução de Oliveira Lima.

Por essas razões e mais ainda motivada pelo cálculo pragmático de Rio Branco de reforçar o débil poder brasileiro por meio de uma aliança virtual com a potência hegemônica emergente, a diplomacia brasileira se esforçou em definir posição própria no pan-americanismo. Em 1906, o Brasil acolhia a Terceira Conferência Interamericana, recebendo o secretário de Estado Elihu Root, ambas primícias, a primeira reunião fora de Washington e a primeira visita do chefe da diplomacia americana. O papel que os brasileiros conceberam para si próprios – o de intermediários entre os EUA e os hispânicos – se expressaria na

tentativa de tornar multilaterais e, portanto, de submeter a um controle coletivo as manifestações do poder ianque.

A política interamericana do Brasil buscou manter relativa distância das expressões mais truculentas desse poder, preferindo dar ênfase à moderação dos conflitos entre os países hemisféricos e evitar que se criassem situações de antagonismo entre os EUA e a América espanhola. Teve vida longa após essa inauguração na conferência do Rio de Janeiro presidida em 1906 por Joaquim Nabuco.

Foram desdobramentos do conceito inicial muitas das realizações bem posteriores ao período sob exame, tais como as vinculadas à Segunda Guerra Mundial e à Guerra Fria. Depois de passar por incidentes ingratos como os da intervenção na Guatemala em 1954 e dos conflitos sobre a Revolução Cubana na transição dos anos 50 para 60 do século XX, iria entoar seu canto do cisne no papel protagônico que o governo Castelo Branco aceitou desempenhar na operação militar na República Dominicana, em meados da década de 1960, sessenta anos após a conferência do Rio de Janeiro.

Mas nem tudo decorreu da influência direta ou indireta do poderio norte-americano. A República desencadeou genuíno entusiasmo latino-americanista no Brasil, correspondido pelos hispânicos mais próximos. Na euforia do imediato reconhecimento pela Argentina do novo regime, Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, celebraria em Montevideu com seu homólogo portenho o fatídico Estanislao Zeballos, acordo pelo qual os dois países partilhavam salomonicamente o contestado território de Palmas, chamado por vezes de Missões.

É possível que tenha sido essa a primeira manifestação de fenômeno recorrente que se repetiria até nossos dias, a prematura

e ingênua ilusão de mudança definitiva e qualitativa para melhor no teor das relações com a Argentina, em consequência de algum evento: visitas presidenciais, *slogans* como “tudo nos une, nada nos separa”, encontros dos presidentes na fronteira, convergências como a do “Espírito de Uruguaiana”, superação de desentendimentos como o relativo aos aproveitamentos hidrelétricos na Bacia do Prata, Mercosul, supostas afinidades ideológicas. Invariavelmente seguidas de desapontamento, as fases de lua de mel tiveram duração variável. A primeira delas, no advento da República, se dissipou devido à intratável recusa do público brasileiro de ceder território numa reação que envolveu até o velho imperador no exílio, ocasionando a rejeição do tratado e o retorno ao arbitramento.

A mobilização combativa dos remanescentes do monarquismo, que se renovaria no episódio do Acre, chama a atenção para a pesada herança de antagonismos e ressentimentos com os vizinhos deixada pelo Império. Uma das constantes da ideologia da política externa brasileira consiste na relutância em admitir rupturas na tradição diplomática. Não há, porém, como negar que a diplomacia platina do Segundo Reinado, dominada pela “política das intervenções” introduzida por Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, a partir de 1849 e 1850, contrasta vivamente com o pacifismo americanista republicano.

Culminando com a maior guerra de toda a história da América do Sul, a da Tríplice Aliança, só terminada em 1º de março de 1870, o espírito belicoso da política intervencionista haveria ainda de gerar a Questão Argentina, em torno da fronteira do Chaco entre argentinos e paraguaios, que por boa parte da década de 1870 ameaçou desencadear novo conflito entre o Brasil e a Argentina. De 1880 em diante, a consolidação dos Estados nacionais na Argentina e no Uruguai, a prosperidade trazida pelos imigrantes, os frigoríficos, a exportação de carne, lã, trigo, haviam suprimido

as condições de instabilidade crônica e lutas internas que estiveram na origem das intervenções brasileiras. O Barão do Rio Branco percebeu claramente a mudança em texto famoso no qual dava balanço à política imperial e considerava para sempre encerrado o ciclo das intervenções.

A evolução platina coincidiu com os derradeiros anos de um Império já em declínio. É bem provável que, se a monarquia tivesse sobrevivido, não teria sido menos sensível à necessidade de alterar o relacionamento com os vizinhos sulinos, uma vez que o regime monárquico não era intrinsecamente mais agressivo ou militarizado do que o republicano. Seja como for, os primeiros republicanos brasileiros sentiam explicitamente a necessidade de se diferenciar do legado imperial. Reflete essa preocupação o dispositivo da Constituição de 1891 exigindo recurso prévio ao arbitramento antes da eventualidade de guerra.

A crise do Acre submeteu a determinação pacifista da República ao seu mais perigoso teste. O feliz encaminhamento do problema mediante negociações e espírito de compromisso evitou que se configurasse um precedente fatal para as futuras relações com vizinhos mais fracos. A proximidade a que se chegou então do choque armado alertou Rio Branco para a inadiável prioridade de resolver de modo sistemático todas as questões de limites pendentes.

O Barão atuara anteriormente como o vitorioso advogado dos direitos brasileiros na arbitragem sobre Palmas com a Argentina (1895) e na dos confins do Amapá com a França–Guiana Francesa (1900). O Tratado de Petrópolis (1903) com a Bolívia, sua obra magna, abria caminho para longa série de negociações e arbitramentos: com o Equador, ressaltados eventuais direitos peruanos (1904); com o Peru, de início de forma provisória (1904), mais tarde definitiva (1909); o laudo arbitral com a Grã-Bretanha–Guiana

Inglesa (1904); o protocolo com a Venezuela (1905); o acordo com os Países Baixos–Suriname (1906); com a Colômbia (1907) e o tratado retificatório com o Uruguai (1909).

Em 15 anos se levara avante com onze vizinhos, três dos quais potências europeias, sem guerras, por meios exclusivamente diplomáticos, o que o embaixador Álvaro Teixeira Soares com razão descreveu como uma das maiores realizações da história diplomática de qualquer tempo. A definição consensual do espaço dentro do qual se poderia exercer com legitimidade a soberania criou as condições da possibilidade de um relacionamento construtivo e de cooperação com os países limítrofes e os latino-americanos em geral.

Tal obra talvez não tivesse encontrado nem antes nem depois oportunidade de consumação. Antes porque não se havia ainda concluído a etapa de formação nacional de muitos países sul-americanos e os constantes conflitos armados tornavam impossível pensar em soluções consensuais. Depois porque a exacerbação dos nacionalismos trazida pela Grande Guerra, os extremismos políticos da era seguinte e as paixões de uma opinião pública cada vez mais radicalizada deixavam pouco ou nenhum espaço para soluções de transação e compromisso.

Morreriam com a Belle Époque as ilusões de que fosse possível humanizar a guerra, suprimir os passaportes, resolver todos os litígios por arbitragens imparciais. O Brasil chegou a assinar mais de trinta acordos de arbitramento, quase todos fadados a acumular poeira em arquivos esquecidos. A República soube aproveitar para a solução negociada do conjunto das fronteiras uma janela que logo se fecharia, a primeira a surgir em mais de 150 anos desde o Tratado de Madri de 1750.

Liquidar o contencioso territorial acabou se revelando tarefa mais fácil do que transformar qualitativamente a relação

com a Argentina. O espírito do tempo favorecia, de fato, o apelo ao Direito Internacional, à arbitragem, às soluções negociadas, ao idealismo que ressurgiria depois da Grande Guerra com os 14 Princípios de Woodrow Wilson. No entanto, esse mesmo espírito coexistia em tensão dialética com o realismo da Balança do Poder europeia, a corrida armamentista, as rivalidades intrainperialistas que finalmente explodiriam nos canhões de agosto de 1914 e no fim do longo século XIX.

Algo disso fazia sentir sua influência na América do Sul, onde Brasil e Argentina jogavam seu “great game” de rivalidade estratégica no contexto do subsistema do Prata. Nada refletiu mais dramaticamente a desconfiança visceral que Rio Branco sentia em relação a vizinhos classificados como “rivais permanentes” do que o irreconciliável *mano a mano* entre o Barão e sua nêtese, Estanislao Zeballos. Era como se a emulação entre os Estados se encarnasse num duelo interminável de duas pessoas, evocativo de *The Duel*, o conto de Joseph Conrad que serviu de base ao filme *The Duellists*, de Ridley Scott. A longa disputa pessoal, iniciada no distante ano de 1875, durante o auge da Questão Argentina, culminaria no incidente do telegrama nº 9, em 1908, mas a rigor só se extinguiria com a morte dos dois duelistas, o brasileiro em 1912, o argentino, três vezes ministro do Exterior de seu país, em 1923.

Por baixo do pitoresco dessa troca de golpes de espada escondia-se um fundo real e renitente de velhas suspeitas, ciúmes e antipatias. Esse substrato, aos poucos enfraquecido, sobreviveria, no entanto, aos dois adversários, resistiria à euforia das visitas presidenciais de Roca, Campos Salles, Sáenz Peña. Reapareceria de tempos em tempos para condenar ao fracasso ideias ambiciosas de entendimento e coordenação como o ABC (Argentina, Brasil, Chile), uma das raras iniciativas sem sucesso de Rio Branco. Assinado em 1915, após o desaparecimento do Barão, o Pacto só foi ratificado pelo Brasil e não chegou a entrar em vigor.

Não obstante as conquistas reais em termos de aproximação e colaboração entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, não se logrou nesse período dissipar a emulação diplomática e a disputa de prestígio entre Argentina e Brasil no entorno imediato – Paraguai, Bolívia – ou no mundo. Tampouco se conseguiu eliminar o antagonismo militar, intensificado pela corrida de armamentos navais nas duas primeiras décadas do século XX e que continuaria por longo tempo a alimentar as hipóteses teóricas de guerra estudadas pelo Estado Maior de cada lado da fronteira.

Ao lado das tendências de aliança não escrita com os EUA e da relação mais intensa e construtiva com os vizinhos latino-americanos, a terceira das principais transformações de longo prazo introduzidas na política exterior pela Primeira República se originou numa inovação, o extraordinário desenvolvimento da diplomacia multilateral. A segunda conferência de Haia (1907) serviu de cenário para a grande estreia do Brasil no palco de modalidade diplomática que se converteria em elemento inseparável de sua personalidade externa.

Muitos dos traços que até hoje diferenciam essa personalidade se viram antecipados na atuação de Rui Barbosa: o ativismo na participação e formulação de propostas; a ação no sentido de mudar o *status quo*, com vistas a possibilitar o ingresso do país na “esfera das grandes amizades internacionais a que tem direito”, segundo as palavras de Rio Branco; a disposição de confrontar os opositores à reforma da ordem internacional; a promoção da igualdade no tratamento de todos os Estados.

Doze anos mais tarde, o fator que havia frustrado Rio Branco em Haia – a influência protetora dos Estados Unidos – se tornaria decisivo na Conferência da Paz após o término da Primeira Guerra Mundial. Graças ao apoio do presidente Wilson, o Brasil teve reconhecido o direito de participar das deliberações com três

delegados e obteve satisfação básica para seus interesses relativos ao café depositado na Alemanha e aos navios alemães capturados durante o conflito.

O multilateralismo moderno nasce, sobretudo, da decisão de criar a Sociedade das Nações, primeira tentativa na história de estabelecer uma instituição política reunindo em teoria todos os membros do sistema internacional. Mais uma vez, a assistência norte-americana pesou para que o Brasil fosse escolhido como membro temporário do Conselho da Liga das Nações no seu período inaugural. Levando a sério a oportunidade, o governo abriu em Genebra sua primeira missão diplomática multilateral (1924) e passou a pleitear sua constante recondução ao Conselho (os mandatos eram de um ano apenas). Salvo uma vez, teve sempre êxito, obtendo a primeira ou segunda maior votação.

Apesar de tão auspiciosos começos, o país acabaria por se tornar o primeiro membro a abandonar a Liga por motivos políticos, ao fracassar no intento de obter o estatuto de membro permanente no momento em que a Alemanha era acolhida nessa categoria (1926). A impecável qualidade jurídica e política dos pronunciamentos de Afrânio de Melo Franco na hora da ruptura não conseguem esconder o erro de cálculo cometido pelo presidente Artur Bernardes e seu chanceler, Felix Pacheco. Aliás, anos antes, o próprio Melo Franco já pudera observar o isolamento a que chegara a política externa brasileira do quadriênio Bernardes ao chefiar a delegação à 5ª Conferência Interamericana, em Santiago do Chile (1923), marcada por discussões sobre a limitação dos armamentos navais.

Além das três transformações destacadas acima como as mais importantes, não se poderá esboçar um retrato completo da evolução diplomática do período sem mencionar o crescente relevo que adquirem na política exterior os temas econômicos e

de imigração. As questões comerciais ligadas ao café, por exemplo, chegam em alguns momentos a dar o tom do relacionamento com os EUA. As vicissitudes da dívida externa atravessam, frequentemente com urgência crítica, as quatro décadas da Primeira República, do *funding loan* dos tempos de Campos Sales até o impacto devastador do colapso da Bolsa de Nova York em 1929.

Não surpreende assim que a Reforma Nilo Peçanha do Regulamento da Secretaria de Estado (1918) criasse pela primeira vez uma Seção dos Negócios Econômicos e Comerciais (4ª Seção), separada dos temas consulares. O mesmo decreto enumera dentre as medidas que os cônsules deveriam adotar para promover as exportações brasileiras a criação e apoio a Câmaras de Comércio, a manutenção nas chancelarias de mostruários de produtos, a promoção de conferências sobre o potencial econômico e comercial, o envio de publicações comerciais e a exposição de quadro contendo a cotação dos preços das principais exportações.

Ao longo de todo o ciclo da Primeira República, os esforços de modernização do serviço exterior serão constantes. Para se ter ideia da acanhada modéstia desse serviço, é bom lembrar que, em 1889, o total de empregados da Secretaria de Estado era de 31, que incluíam do diretor-geral (sempre o venerando Cabo Frio, desde 1869!) até um porteiro, dois contínuos e três correios! Os serviços diplomático e consular, separados da Secretaria até a década de 1930, contavam 74 pessoas, metade na Europa, metade nas Américas.

Quando Rio Branco chega ao Rio de Janeiro em dezembro de 1902, para assumir o ministério, os empregados da Secretaria haviam baixado a 27, passando em seguida a 38. O Barão levou avante reforma modernizadora dos quadros, complementada pela restauração da seção de arquivos, instalação de biblioteca, mapoteca, melhorias materiais. Quase todos seus sucessores

agregaram aperfeiçoamentos e expansões de quadros, culminando nos grandes trabalhos de construção e restauração realizados na gestão Otávio Mangabeira. O edifício da Biblioteca e as reformas dos prédios laterais foram solenemente inaugurados pelo presidente Washington Luís dois meses mais ou menos antes da Revolução de 1930.

Crescia o serviço exterior junto com a República, dos 14 milhões de cidadãos de 1889, mais de 80% analfabetos, aos estimados 35 milhões de 1930. O progresso material fora incontestável; os 41 anos da Primeira República formam o núcleo dos 110 anos, de 1870 a 1980, estudados por Angus Maddison em “World Economic Performance since 1870”, no qual concluía que o Brasil tivera com uma taxa média anual de 4,4% o maior crescimento entre dez economias representativas (cinco da OCDE – os EUA, Alemanha, Japão, França e Reino Unido – e cinco fora da OCDE – URSS, China, Índia, México e Brasil). Já vimos que foi essa a era por excelência da imigração. Deu igualmente contribuição decisiva à urbanização, à industrialização e à modernização do país.

Complementando o enfoque em personalidades adotado no livro “Pensamento Diplomático Brasileiro”, esta introdução privilegiou as linhas mestras, os grandes conjuntos, as tendências que atravessaram e unificaram gestões ministeriais e mandatos presidenciais. Não quer isso dizer que o ciclo inicial da República tenha sido um período homogêneo sem costura, um rio de curso plácido e sereno, sem corredeiras, sorvedouros e águas paradas.

O oposto é verdadeiro. Fora uns poucos anos que coincidiram com o quadriênio Rodrigues Alves e dois anos de Afonso Pena, um pouco mais talvez, não por acaso o ponto alto da Primeira República e da diplomacia de Rio Branco, o que antecedeu e se seguiu a essa idade dourada esteve longe de oferecer condições propícias a uma política exterior prestigiosa.

Do golpe militar da proclamação da República ao *funding loan* de 1898, uma sucessão de desastres desmoralizou o país. Encilhamento, Revolta da Armada, Revolução Federalista no sul, degolamentos e execuções sumárias, a Rebelião de Canudos, a permanente agitação da Escola Militar e dos quartéis, transmitiam a impressão de que o Império cedera lugar a uma nova e instável republiqueta sul-americana. Curiosamente, os primeiros êxitos legitimadores do regime provieram da área da política externa: as vitórias de Rio Branco nos arbitramentos de Palmas (1895) e Amapá (1900), e, entre esses dois marcos, a satisfação obtida com a restituição pelos ingleses da ilha da Trindade (1896), que tinham abusivamente ocupado.

Não se distinguiram particularmente os homens que ocuparam o Ministério das Relações Exteriores nos turbulentos começos do regime republicano. Dirá o Barão numa carta escrita quando convidado para o posto que “quase todos os ministros se tornaram empregados temporários da Secretaria, e ali vão diariamente para conversar e assinar papéis. Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do Visconde de Cabo Frio, que, de fato, é há muitos anos o ministro”.

Há uma ponta de exagero no juízo: Rio Branco não apreciava alguns dos ministros, Dionísio Cerqueira e Olinto de Magalhães, por exemplo. Mais tarde, excluirá seu amigo Carlos de Carvalho da lista dos “que não gostavam de maçadas”. Contudo, é inegável que, entre 1891 e 1894, a chefia da diplomacia foi ocupada por sete ministros dos quais é difícil lembrar o nome (quem sabe o que fizeram Leite Pereira, Oliveira Freire, João Filipe Pereira, Alexandre Cassiano do Nascimento?). Até Olinto de Magalhães, que permaneceu durante o mandato inteiro de Campos Sales, saiu irreversivelmente arranhado dos primórdios do conflito do Acre devido à incapacidade de perceber a gravidade do desafio e a inépcia de querer aplicar-lhe solução de puro formalismo jurídico.

Coube a Paranhos Júnior a fortuna de um tempo bem mais favorável, não somente em termos de duração (de dezembro de 1902 a fevereiro de 1912), mas igualmente em conteúdo, na qualidade internacional do crepúsculo da Belle Époque, assim como, internamente, do fugaz parêntese de prosperidade e paz civil (apesar da Revolta da Vacina). Teve até a sorte de morrer quando a situação se degradava irremediavelmente no Brasil e no mundo. Conforme observou Carlos de Laet, a Revolta da Chibata e a ameaça do bombardeio da Baía de Guanabara pelos navios sublevados o abalaram profundamente, mostrando-lhe como estávamos longe do ideal de país forte e estável capaz de projetar o prestígio no mundo. As intervenções armadas nos Estados, as chamadas “salvações estaduais” da presidência de Hermes da Fonseca, o bombardeamento da Bahia liquidaram-lhe as derradeiras ilusões.

No cenário externo, o ano de sua morte coincidiu com as guerras balcânicas, uma espécie de pré-anúncio da Grande Guerra, aproximando o dia fatídico no qual se apagariam, uma a uma, as luzes que lhe haviam iluminado a vida, parafraseando Lord Grey. A guerra obviamente estreitou ainda mais o espaço potencial de atuação da diplomacia de um país sem poder e que só participou do conflito no final e de modo simbólico. Enquanto duraram as batalhas na Europa, até as conferências do sistema interamericano estiveram suspensas. O Brasil fez bons negócios, exportou muito, mas como sucedeu mais de uma vez em circunstâncias similares, o saldo comercial e a moeda forte não tardaram a se dissolver no ar, uma vez normalizada a situação.

A crise política do sistema da Velha República, que já vinha de longe, se acelera e caminha para desfecho fatal. Os quatro anos de Artur Bernardes se cumprem quase em permanente estado de sítio, como já acontecera em boa parte do governo Hermes. Os problemas internos absorvem todas as energias disponíveis, deixando muito pouco para a dimensão internacional.

Um exemplo impressionante é 1922, ano do centenário da Independência e, ao mesmo tempo, da Semana de Arte Moderna de São Paulo, da fundação do Partido Comunista, da introdução do imposto de renda e da irrupção em cena do Tenentismo com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Dois anos depois seria a vez da Revolução de São Paulo, dos movimentos menores em vários Estados, sobretudo no Rio Grande do Sul, na formação da Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreria milhares de quilômetros nos anos seguintes até se internar na Bolívia.

Agravam-se os problemas do café e, com o colapso da Bolsa de Nova York, as dificuldades de empréstimos para manter a valorização do produto. O preço mergulha para um terço do valor original e as perdas de exportação atingem brutalmente o comércio exterior, que dependia do café para mais de 70% do total das vendas externas.

Dos seis ministros após Rio Branco e antes da Revolução de 1930, dois (Nilo Peçanha e Domício da Gama) permaneceram no cargo por alguns meses apenas. Dos outros quatro (Lauro Müller, Azevedo Marques, Felix Pacheco e Otávio Mangabeira), nunca se disse que tenham podido realizar obra comparável ao do grande chanceler. Não possuíam para isso as qualidades necessárias e, mesmo que as tivessem tido, faltaram-lhes as condições externas e internas indispensáveis.

Escrevi uma vez, um pouco como caricatura, que os ministros posteriores ao Barão (não apenas esses citados acima) davam por vezes a impressão de poderem ser comparados ao escritor português Latino Coelho: “um estilo à procura de um assunto”! Pondo de lado o exagero ou injustiça, o que desejei expressar é que Rio Branco praticamente esgotou todo o potencial realizável de iniciativas diplomáticas ao alcance do poder do Brasil naquele momento. Depois da conclusão da definição das fronteiras com

todos os vizinhos, da aliança não escrita com os Estados Unidos, da aproximação com os latino-americanos, o que se poderia ainda empreender que ele não houvesse feito?

Alguns como Lauro Müller tentaram começar por onde ele havia falhado, o Pacto ABC ou a transformação qualitativa das relações com os argentinos “rivais permanentes”. Já vimos antes que nenhuma das tentativas deu certo. Artur Bernardes, Felix Pacheco e Afrânio de Melo Franco pensaram poder triunfar onde ele havia naufragado: no ingresso na “esfera das grandes amizades internacionais”, no caso, o reconhecimento do estatuto de membro permanente do Conselho da Liga. Mais uma vez, não foi possível e aqui se poderia aplicar o que Joaquim Nabuco escreveu em seu Diário a propósito da malograda campanha de Rui em Haia: “Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo” (25 de agosto de 1907).

O argumento de Nabuco equivale a uma crítica do voluntarismo diplomático. Em termos um tanto mais explícitos, é o que muitas vezes ouvi pessoalmente do saudoso ministro Ramiro Saraiva Guerreiro: “O Brasil é país de interesses globais, mas seus recursos de poder são limitados”. A limitação de poder deve entender-se em sentido lato: o poder não só de intervir decisivamente; também o nível de avanço econômico, científico, cultural, tecnológico, de cooperação técnica, capaz de imprimir densidade a relações de outro modo meramente formalistas, de chancelaria a chancelaria.

A conquista de tais condições passa evidentemente pelo processo de desenvolvimento. Em discurso ao 3º Congresso Científico Latino-Americano realizado no Rio de Janeiro em 1905, declarava o Barão do Rio Branco: “É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa

grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo”.

Passado o otimista prazo do discurso, Delgado de Carvalho comentava: “A cinquenta anos destas palavras, vale a pena citar a frase [...] que leva à meditação”. A Primeira República deixou de existir há mais de 80 anos e o pronunciamento de Rio Branco passou de um século. As limitações podem ser hoje menos graves que as enfrentadas pela política exterior daquela época, ou melhor, serão diferentes. Continua, porém, a valer a pena estudar e valorizar o legado dos diplomatas desse tempo e não perder de vista a lição das advertências de Joaquim Nabuco e Rio Branco.





JOAQUIM NABUCO

Filho do senador e conselheiro de Estado José Thomaz Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto, nasceu a 19 de agosto de 1849, no Recife. Estudou no Colégio Pedro II (1860-1865), na Faculdade de Direito de São Paulo (1866-1869) e na de Recife (1869-1870). Foi adido da Legação Brasileira nos Estados Unidos (1876-1878) e na Inglaterra (1878), correspondente do *Jornal do Comércio* (1881-1884) em Londres, deputado-geral por Pernambuco (1879-1880;1885;1887-8) e um dos líderes da campanha pela abolição da escravidão no Brasil. Casou-se em 1889 com Evelina Torres Soares Ribeiro, com quem teve cinco filhos. Com a queda do Império, escreveu panfletos de crítica à República e se autoexiliou em Londres (1890-1892). De volta ao Brasil, participou da organização do Partido Monarquista (1896) e da Academia Brasileira de Letras (1897), da qual se tornou secretário-geral. Em 1899, retornou à Europa, em missão diplomática. Dirigiu a legação brasileira em Londres (1900-1905) e a recém-criada Embaixada do

Brasil em Washington (1905-1910). Presidiu a Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro (1906). Fez conferências pelos Estados Unidos (1906-1909), recebeu títulos de doutor *honoris causa* pelas Universidades de Columbia (1906) e Yale (1908). Escreveu artigos de jornal, manifestos, poesia e livros, dentre os quais destacam-se: *O Abolicionismo* (1883); *Balmaceda* (1895); *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893* (1896); *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época* (1898-1899), *Minha Formação* (1900), *Escritos e Discursos Literários* (1901). Morreu em Washington, a 17 de janeiro de 1910.

JOAQUIM NABUCO: DIPLOMATA AMERICANISTA

Angela Alonso¹

Não se pode apartar Joaquim Nabuco, o diplomata, de Joaquim Nabuco, o aristocrata. É tão frequente quanto perigoso na análise da trajetória dos indivíduos que se destacam recorrer ao argumento da “vocação”, do “talento” ou do “gênio”. Como mostra Norbert Elias, em sua biografia de Mozart, mesmo o indivíduo excepcional surge de um contexto sociopolítico e de redes de interação social. Tomando esse ângulo para tratar da trajetória diplomática de Nabuco, é preciso antes de mais nada entender a configuração social que facultou a este indivíduo ascender às posições a que ascendeu. Nabuco não foi um *self-made-man*, foi, para usar o termo caro a Pierre Bourdieu, um “herdeiro”.

Filho de um estadista do Império, nascido em Pernambuco, em 1849, fez a tradicional Faculdade de Direito, de onde saiu em 1870, para partir pouco depois na igualmente tradicional viagem de formação à Europa. Seu primeiro contato com a diplomacia

1 Este texto se vale de materiais e argumentos presentes em meu livro Joaquim Nabuco: os Salões e as Ruas, Companhia das Letras, 2007, sobretudo do último capítulo, e de meu artigo L’americaniste dépassé in Cunha, Diogo (Ed). Intelectuels et politique au Brésil – 19ème siècle (no prelo).

foi nessa condição de membro da elite social, pela via dos salões aristocráticos. Deslumbrou-o a Inglaterra e nela os modos e relações do ministro brasileiro em Londres, o Barão de Penedo, em cuja casa conheceu a nata política e intelectual local (NABUCO, 1900, p. 121ss).

Não foi nessa Inglaterra tão admirada que Nabuco estreou nas lidas diplomáticas. Sua posição social, filho do líder político José Thomaz Nabuco de Araújo, facultou-lhe acesso à dupla carreira (pois nenhuma das duas era independente no Império) de diplomata e de político. Havia uma hierarquia entre as duas, sendo os postos diplomáticos pontos de espera por postos políticos. A apreciação social como a apreciação pessoal de Nabuco era de que a posição diplomática seria inferior em prestígio e poder à política, que foi o que primeiro e sempre almejou.

Nabuco era, contudo, filho de um Liberal e chegava à maioria em tempos de governo Conservador. Os cargos políticos, preenchidos por indicação, estavam ocupados pelos adversários. Restava pleitear, manejando as relações na sociedade de Corte, um posto na diplomacia. Nabuco buscou, via o pai, posição à sombra de Penedo. Todavia, muitos outros membros da elite social, igualmente alijados de cargos políticos, avançavam pleitos semelhantes, o que tornava os cargos diplomáticos disputadíssimos. Nabuco perdeu o posto na Legação em Londres, mas virou adido de legação nos Estados Unidos. De 1876 a 1878, viveria lá, em seu primeiro emprego. Com a tolerância do ministro do Brasil, Antonio Pedro de Carvalho Borges, acabou fixando residência em Nova York, de onde enviava seus despachos.

Esta primeira experiência norte-americana não foi das mais marcantes. Seus talentos não desabrocharam, viveu em atividade modorrenta e entusiasmo baixo. Seu deslumbramento pela sociedade aristocrática não encontrou onde se expandir

na sociedade burguesa norte-americana. Viveu no novo mundo ansiando migrar para o velho. A ocasião se deu quando um colega de Legação alertou-o para uma vaga na Inglaterra, graças à sua própria ascensão ao posto de secretário (Carta de C. A. Viana de Lima a Joaquim Nabuco, 16/08/1877 CI-Fundaj)². Sempre por intermédio do pai, Nabuco tentou a transferência. Mas na concorrência estava ninguém menos que o filho do Barão de Penedo (Carta do Barão de Penedo a Joaquim Nabuco, 16/05/1877 CI- Fundaj), que levou o posto.

Apenas com a mudança de governo Conservador para Liberal, em 1878, quando houve dança de cadeiras, é que a influência política do pai concretizou o sonho do filho: Joaquim Nabuco virou diplomata brasileiro em Londres. Experiência efêmera, da qual guardaria a crença na superioridade da civilização europeia.

Nabuco não era diplomata, estava diplomata. A diplomacia lhe soava como posição provisória. Sua ambição pessoal, como a expectativa social em torno do filho de um estadista do Império, era que sucedesse o pai na política. Foi o que fez quando da morte de Nabuco de Araújo o levou de volta ao Brasil em tempo de concorrer às eleições legislativas e estrear no Parlamento em 1879. A política roubou Nabuco da diplomacia.

INTERREGNO

Na década de 1880, Nabuco brilhou como líder da campanha pela abolição da escravidão. Mergulhou na política, tomado intelectual e emocionalmente pela causa. A carreira de oposicionista foi cheia de idas e vindas. Viu-se, ao longo da década, várias vezes

2 Estão referidas como CI as cartas inéditas de Joaquim Nabuco depositadas no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, no Recife.

em maus lençóis políticos como financeiros. Sua aliança com abolicionistas da sociedade e sua contestação a lideranças políticas estabelecidas lhe custaram também o emprego de adido. É que Nabuco apenas se licenciara do cargo na Inglaterra, na expectativa de voltar, numa das frequentes reviravoltas de partido no poder do Segundo Reinado. Mas a independência política impôs seu preço, foi obrigado a renunciar ao cargo, em 1879. A consequência foi que, não conseguindo a reeleição, em 1881, ficou sem posto algum, sem amparo partidário e sem patrimônio próprio para seguir na política.

Foi o Barão de Penedo quem o socorreu no apuro. Enfronhando em extensas e poderosas redes de relações políticas e financeiras, o Barão arranhou-lhe a correspondência do *Jornal do Comércio* em Londres. Nessa condição, Nabuco viveria na Inglaterra pelos dois anos seguintes. Tempo de aprendizados. De utilidade imediata foi a socialização nas formas de ação e panfletismo da bem-sucedida *British and Foreign Anti-Slavery Society*, os quais Nabuco utilizaria na campanha abolicionista ao voltar ao Brasil. Outra aprendizagem revelou seus dividendos plenos apenas no longo prazo. Nabuco assistiu Penedo dirigir a legação brasileira em Londres e aprendeu com ele. Penedo representou para Nabuco o modelo de um tipo de diplomacia baseada no uso do treino aristocrático – elegância, etiqueta, erudição e autocontrole – acrescido de um maneirismo – o “charme”, o magnetismo pessoal – para o cultivo de relações no interior da elite social. Uma diplomacia ancorada na sociabilidade, que se poderia chamar de *diplomacia social*. Nabuco a poria em prática duas décadas mais tarde, ao alcançar o mesmo e cobiçado posto de ministro do Brasil em Londres, mas nos anos 1880 já compreendera e interiorizara os traços essenciais do modelo. Sua educação refinada de Corte e seu porte físico de homem alto e vistoso pavimentaram o caminho para domínio e uso exaustivo das artes da cortesia – visitas, cartões, *soirees*, jantares, etc. – em

prol da diplomacia. Adquiriu maestria em estabelecer, cultivar e manter múltiplas e variadas redes de relações pessoais ao longo de décadas – com as boas famílias, políticos, jornalistas, intelectuais e homens de negócio. Este último caso graças às consultorias que arranjou para empresas com negócios no Brasil e às exigências de sua coluna do *Jornal do Comércio*, que incluía cobertura de economia e política externa.

Assim, embora sem posto diplomático, a residência de Nabuco em Londres nos anos 1880 deu dividendos de rentabilidade futura para o diplomata. De uma parte, o conhecimento de política externa e de temas econômicos, com os quais Nabuco não era antes nem familiarizado, nem interessado. De outro lado, o convívio com Penedo burilou em si os requisitos da diplomacia social: o bem falar, o bem receber, o bem vestir, o bem escrever e sua habilidade inigualável de cativar o próximo.

No curto prazo, Nabuco usou essas habilidades na campanha pela abolição da escravidão. Entre 1884, quando retornou ao Brasil, e 1888, quando se aprovou o fim da escravidão no Brasil, Nabuco foi político de corpo e alma. Escreveu peças de campanha, seu clássico libelo *O Abolicionismo* (1883) – que aponta a escravidão como fundamento da sociedade, da economia e da política brasileiras –, artigos de jornal, panfletos. Fez campanhas eleitorais momentosas e discursos memoráveis no Parlamento, angariando apoio público enorme. Os sucessos combinados no espaço público e no Parlamento deram-lhe uma aura, com a qual Nabuco adentraria o imaginário nacional: o cavaleiro andante da abolição. Que andava longe da diplomacia.

ANTIAMERICANISMO

Ao fim da campanha abolicionista, quando boa parte de seus correligionários prosseguiu na campanha-irmã, a republicana, Nabuco se insulou num pequeno grupo de monarquistas, que vislumbrava a possibilidade de prosseguir com as reformas sociais sob a monarquia. Quando a República se impôs, em 1889, muitos monarquistas a aceitaram como fato consumado. Nabuco ficou dentre os que resistiram ao novo regime. Essa condição de opositor fez com que passasse uma década afastado do serviço público, tanto da política de estado quanto da diplomacia. Contudo, nesse período emitiu opiniões sobre política externa nos panfletos e livros que escreveu.

Nos primeiros anos do novo regime, Nabuco redigiu vários textos de defesa do antigo regime e ataque à República, nos quais recorria à comparação com os demais países do continente. Sobretudo denunciava a emulação republicana das instituições norte-americanas e equiparava o novo regime brasileiro, por seus defeitos, à América Espanhola. Esse antiamericanismo comparece em *Por que continuo a ser Monarquista*, carta aberta a Fernando Mendes, diretor do *Diário do Comércio*, de 7 de setembro de 1890, dirigido à América Espanhola, que aparece associada a um par pernicioso, caudilhismo e ditadura militar: “A República, nos países latinos americanos, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem” (NABUCO, 1890b, p. 14). Em *Agradecimento aos Pernambucanos*, do ano seguinte, o antiamericanismo fica mais geral e mais patente, como “plagiarismo Americano” (Nabuco, 1891, p. 15), em relação aos Estados Unidos e visão negativa da América do Sul: “Eu lastimo a atitude suicida da atual geração, arrastada por uma alucinação verbal, a de uma palavra – *república*, desacreditada perante o mundo inteiro quando acompanha o qualificativo – *Sul-Americana*” (NABUCO, 1891, p. 4,

grifos do autor). Nabuco insistiria nessa tecla durante o governo Floriano Peixoto, denunciando a caudilhização do Brasil, à maneira das “formas de opressão e desgovernos sul-americanos” (Nabuco, 1895, p. 3), que passou a nomear então também como “América Latina” (Nabuco, 1893, p. 96).

Durante a Revolta da Armada, com suas esperanças restauracionistas no ápice, Nabuco escreveu contra o americanismo em artigos de jornal, coligidos em seguida em dois volumes: *Balmaceda*, em 1895, e *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta*, em 1896³. O primeiro livro teve por pretexto resenhar *José Manuel Balmaceda: Balmaceda, su Gobierno y la Revolución* de 1891, obra de Julio Bañados Espinosa, que narrava a crise chilena culminada no suicídio do presidente da República. Nabuco traçou aí série de paralelos entre a situação brasileira e a chilena, a segunda mobilizada para iluminar a primeira, como no “Post-Scriptum – A Questão da América Latina”. O livro opera com pares antitéticos: monarquia e república, civilização e barbárie, estabelecidos e “parvenus”, para desembocar no paralelo entre os dois presidentes, Balmaceda no Chile, como Floriano no Brasil, ambos líderes do “assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade” (Nabuco, 1895, p. 126; 127; 15).

Nestes escritos, o juízo negativo abrangia também o modelo dos republicanos brasileiros, os Estados Unidos. Nos norte-americanos Nabuco via a consubstanciação de valores e estilo de vida em contradição com seus costumes e valores de aristocrata: os Estados Unidos seriam uma sociedade burguesa, capitalista, sem o refinamento das cortes europeias, carecendo de polidez, de refinamento, de alta cultura. Nabuco era contrário ao “Monroísmo”, de que seria paladino na década seguinte, pois:

3 Para análise mais demorada dos dois livros, veja-se Alonso, 2009.

Em nossos países, onde a nação se mantém em minoridade permanente, as liberdades [...] vivem resguardadas apenas por alguns princípios, por algumas tradições [...]. A esses países [...] onde a lei é frágil, não se adaptam instituições [...] como a norte-americana” (Nabuco, 1895, p. 36-37).

A “América Latina” seria um complexo cultural peculiar, não podendo, pois, emular os Estados Unidos sem artificialismo. Fazê-lo significaria transplantar instituições políticas inadequadas à realidade local. Defendia, ao revés, a recuperação da monarquia liberal, com sua aristocracia social (Nabuco, 1895, p. 142). Modelo que recomendava aos vizinhos: “O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes [...]” (Nabuco, 1895, p. 134-5).

Suas opiniões sobre os Estados Unidos sobressaem mais em *A Intervenção Estrangeira Durante A Revolta de 1893*. Como diz o título, o livro toma o ângulo da diplomacia para tratar do conflito entre rebeldes, em parte monarquistas, e os legalistas republicanos, durante a Revolta da Armada⁴. É que os navios de bandeira alemã, portuguesa, francesa, italiana, holandesa e norte-americana, aportados na Baía da Guanabara, acabaram por operar como árbitros do conflito intranacional. Nabuco se referia a todos os países envolvidos, mas seu alvo era apontar o apoio dos norte-americanos ao governo de Floriano Peixoto como decisivo no malogro da “Revolta Restauradora” (Nabuco, 1896, p. 265). Nabuco assomava crítico feroz dos Estados Unidos, promotores de “ato sem precedentes”, do ponto de vista do direito internacional, de intervenção em favor do governo e contra os rebeldes, ao enviar navios de guerra demandados por Floriano (Nabuco, 1896, p. 245)⁵.

4 Sobre a revolta, veja-se Topik, 1996.

5 E a “[...] atitude hostil dos Estados Unidos despertou na esquadra o receio de que fosse ela o começo de execução de um plano político, baseado nas informações dadas oficialmente

Teriam, assim, os norte-americanos procedido “em socorro de um despotismo sul-americano”, muito de acordo com sua Doutrina Monroe, que Nabuco apontava como deletéria: “[...] a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado [...]” (Nabuco, 1896, p. 258).

Nesse começo da República, Nabuco se apresentava, pois, como antiamericanista. Sua associação de americanismo com caudilhismo militar (América Latina) ou intervencionismo (os Estados Unidos), estava em sintonia com escritos de outros monarquistas, como Rodolfo Dantas, Eduardo Prado e o Barão de Rio Branco – embora no serviço diplomático sob governo republicano. Todos envolvidos, direta ou indiretamente, na organização de um Partido Monarquista, para o qual Nabuco escreveu o manifesto, a 12 de janeiro de 1896.

Assim, embora Nabuco não tivesse cargo na diplomacia durante quase toda a década de 1890, emitiu sistematicamente opiniões sobre a política externa. O Brasil devia se manter no rumo dado pelo Império, de amizade sólida com a Europa, independência em relação aos Estados Unidos e diferenciação crítica em relação à América Espanhola.

DE VOLTA À DIPLOMACIA

Durante os anos 1890, Nabuco fez a política ao seu alcance, como um dos articuladores do Partido Monarquista. Mas a morte de D. Pedro II, em 1891, e o desfecho da Revolta da Armada, abatida pelo governo de Floriano Peixoto em 1894, reduziram a

à legação americana de que a revolta tinha por fim a restauração da monarquia” (Nabuco, 1896, p. 230-1).

pó, Nabuco reconheceu, a possibilidade de retorno à monarquia. Então se recolheu às letras e à historiografia, publicando dois livros que se tornariam clássicos, *Um Estadista do Império* (1897-9) e *Minha Formação* (1900). O destroçamento de suas esperanças restauracionistas como de suas finanças pessoais, fruto de péssimas decisões de investimento, o impeliram às pazes com o novo regime no fim da década de 1890. Nessa conjuntura, o retorno à diplomacia outra vez não se apresentou como escolha, mas como imperativo das circunstâncias.

A incorporação de um monarquista ao serviço público republicano se explica por uma peculiaridade da montagem do novo regime, que, carente de quadros, manteve homens de convicção monarquista em seus postos diplomáticos, como o caso já mencionado do Barão de Rio Branco. Nabuco foi reincorporado à carreira diplomática graças à sua formação aristocrática, que o provera dos atributos requisitados – a erudição histórica, política e literária; o domínio de línguas estrangeiras, da oratória, da escrita e da etiqueta. Graças também aos laços sociais que, como aristocrata, cultivou como um valor em si. Em 1899, sendo presidente seu ex-colega de parlamento, Campos Sales, Nabuco recebeu de Olinto de Magalhães, ministro das Relações Exteriores, proposta formal, para fundamentar a posição brasileira no litígio com a Inglaterra em torno da fronteira com a Guiana Inglesa. Respondeu que, numa

questão de caráter todo nacional, como é a reivindicação de território brasileiro contra pretensões estrangeiras, seria faltar mesmo à tradição do passado que há anos procuro recolher e cultivar, invocar eu uma dissidência política [...] (Carta de Joaquim Nabuco a Olinto de Magalhães, 5/3/1899 CI – Fundaj).

Foi nomeado a 9 de março.

Nesta missão, Nabuco trabalhou no interior de seu círculo de relações pessoais, que incluía o ministro brasileiro na Inglaterra, Arthur Souza Correa, e o Barão de Rio Branco, cuja reputação crescia, graças aos êxitos em litígios de fronteira. Tanto Souza Correa quanto Rio Branco estavam envolvidos com a questão da Guiana Inglesa, que Nabuco assumia. O problema se arrastava desde a expedição da Royal Geographical Society, em 1838, quando os ingleses declararam sua a região do Pirara, que dava acesso à bacia do Amazonas. O Brasil contestou e, em 1842, firmou-se tratado de limites. O assunto esfriou até 1888, quando se formou comissão bilateral para estudá-lo e, em 1891, Lord Salisbury e Souza Correa entraram em negociações. O contencioso diplomático ficou candente em 1895, quando a Inglaterra invadiu a ilha de Trindade. Em 1897, Rio Branco preparou memória defendendo a linha do divisor de águas, nas planícies entre os rios Rupunami e o Tacutu. Em janeiro de 1899, decidiu-se recorrer à arbitragem. Foi então que Nabuco entrou na história, incumbido de embasar a posição brasileira. Ele que tanto admirava a Inglaterra, voltou à cena pública tendo que rivalizar com os ingleses.

A tarefa obrigou Nabuco a uma conversão profissional. Sem chances de retorno à política, encarou por primeira vez a diplomacia como ofício e carreira. Precisou, então, dominar novas habilidades, para ascender em novo campo.

Neste campo, Nabuco agiu em duas frentes. Uma foi argumentativa. Fundamentar a reivindicação brasileira, a ser apresentada ao árbitro, o rei italiano, exigiu redigir memória, coligindo e comentando farta documentação, para embasar o argumento central, o *uti possidetis*. Nesta frente, Nabuco precisou desenvolver também habilidades de coordenação e comando, para selecionar e dirigir uma equipe de auxiliares, versados sobretudo

nas matérias que não dominava, caso da geografia e da topografia, e que recrutou na geração mais jovem, que conhecera no circuito da Academia Brasileira de Letras (seu refúgio durante os anos Floriano): contratou Graça Aranha, seu secretário, Caldas Viana e Domício da Gama⁶. A outra frente foi a construção de uma base de apoio político para a posição brasileira. Nabuco manejou seu capital social, usando a rede de relações pessoais que já tinha na Europa e construindo novas relações na elite italiana, buscando assim alianças de sustentação para os argumentos de sua Memória.

Processo cheio de incidentes. Depois de montar equipe, rumou para a França, onde foi ter com Rio Branco, com quem tinha até então franca camaradagem. Depois seguiu para a Inglaterra, em busca de documentos, lá, a relação com Souza Correa, outro amigo de juventude, foi tensa. Embora não pudesse negociar diretamente com os ingleses, Nabuco pôs em uso sua rede social anterior e seu carisma renovado e esta presença ostensiva nos meios diplomáticos incomodou Souza Correa. A relação entre ambos azedou e Nabuco acabou deixando a Inglaterra. Afinal, em qualquer lugar poderia trabalhar na produção de uma memória. Assim que, não podendo permanecer no lugar preferido, Londres, estabeleceu-se em St. Germain-en-Laye, com a família.

Mas logo voltaria. Souza Correa morreu de repente. Nabuco estava por perto, tinha todas as qualificações para sucedê-lo. Mobilizou suas relações. O alinhavo de bastidores com Tobias Monteiro, Rodrigues Alves, ministro da Fazenda, e Olinto de Magalhães, ministro do Exterior, deu resultado. Em julho de 1900, aos 50 anos, foi elevado chefe provisório da legação brasileira na Inglaterra e, depois, a titular do cargo.

6 Adiante trabalharam consigo Raul Rio Branco, Aníbal Veloso Rabelo e cartógrafo Henri Trope, além de um tradutor e taquígrafo e digitador.

Aí sim, em posto de grande alcance, Nabuco fez política diplomática em sentido amplo e estratégico, operando como representante ativo dos interesses brasileiros. Também pôde pôr em prática todo o seu aprendizado dos anos em que o Barão de Penedo conduzia a Legação. Nabuco orquestrou sua diplomacia social, cioso da relevância da sociabilidade para obtenção e manutenção de relações políticas, organizava jantares e banquetes, com figuras proeminentes, de franco apelo para a imprensa – noticiado no *Daily News*, no *Express* e eventualmente no *Times*. Quando não era o anfitrião, frequentava. Assim se aproximou de famílias poderosas, com os Rothchilds, banqueiros oficiais do Brasil. Nabuco via como parte indispensável da diplomacia impressionar e persuadir. Conversava sempre e muito com muita gente.

Este ofício de tecer relações, organizar e comparecer a cerimônias, era o que mais lhe aprazia na carreira diplomática. Já a rotina burocrática lhe era custosa: “Administrar é a mais complicada de todas as profissões” (Carta de Joaquim Nabuco a Tobias Monteiro, 25/12/1900. In: Nabuco, org., 1949). Também as pressões por tráfico de influência e tentativas de enredá-lo em negociatas o irritavam (Diários de Joaquim Nabuco, 1/1902). Teve até de ir a público, em 1901, desmentir um brasileiro que nem conhecia e que tentara fazer negócios valendo-se de seu nome. Essas miudezas fizeram-no cansar-se do cargo.

Mas não pensava em se demitir quando da eleição que conduziu Rodrigues Alves à presidência em 1902. Como soe acontecer em tais ocasiões, mudavam-se cargos e pessoas. O novo presidente era um político do Império. Nabuco o conhecia bem, tinham sido colegas no Colégio Pedro II. Mas Rodrigues Alves era um político formado no velho Partido Conservador, que se cercou de similares, a começar por Rio Branco, filho de um dos grandes líderes Conservadores do Segundo Reinado. Essa similaridade de

origem, como Nabuco lembrou a Rio Branco⁷, somada aos seus sucessos diplomáticos recentes, orientou a escolha de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores. Antes de aceitar, o Barão indicou Nabuco ao cargo (Lins, 1995:246), sabedor das baixas chances de que o amigo fosse convidado para ministro. Nabuco julgou que a cortesia embutia um plano do Barão de transferi-lo para Roma. Aborreceu-se: tratava-se de posto de menor importância do que Londres e “aqui pelo menos não se compreenderia que me dessem posição inferior” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 2/9/1902. In: Nabuco, org., 1949). E em condição provisória, pois Nabuco entendeu que Rio Branco queria Roma para si, no caso de desgostar do ministério – de modo que ficou “muito contrariado por eu não lhe guardar o lugar [...]” (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 22/11/1902CI – Fundaj).

O dissenso deu em briga, quando se avistaram em Paris. Nabuco cogitou demitir-se⁸. Mas sua única ocupação era a diplomacia, seu capital pessoal fora o dote de Dona Evelina, perdido todo em aplicações desastrosas na bolsa de Buenos Aires, no começo dos anos 1890. Precisava do emprego, mas permaneceu nele desconfortável, pois que Rio Branco aceitou o ministério das Relações Exteriores, tornando-se, assim, seu chefe.

Neste ambiente, Nabuco concluiu sua memória sobre a Guiana. Trabalhou exaustiva e incansavelmente, com uma dedicação e uma concentração que só encontram par no esforço que fez quando da redação da biografia do pai. Contou com a ajuda de assistentes,

7 “Ao contrário de você eu não serviria para a pasta, por ser, como você diz, *reformador* (político, entenda-se). Minha entrada exigiria minha inteira aceitação do atual regime constitucional, o que não posso fazer. Não falo da República, mas do modo por que ela está organizada” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 30/7/1902 CP – Nabuco 1949).

8 “[...] tivemos o Rio Branco e eu uma discussão quase acrimoniosa [...] sobre a tal questão da Legação da Itália, que ele não se resigna a me ver renunciar. A atitude dele coage-me extraordinariamente e se eu pudesse demitiria-me de tudo [...]”. (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 14/9/1902 CI – Fundaj).

mas pouca de Rio Branco, apesar de seus pedidos por carta. Entre fevereiro de 1903 o trabalho começou a vir a público. *Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise. Le droit du Brésil*, a primeira memória, continha cinco volumes entre texto principal e anexos. A réplica dos argumentos ingleses saiu em três volumes em agosto do mesmo ano, sob o título *La Prétention Anglaise; Notes sur la partie historique du Premier Mémoire Anglais; La Preuve Cartographique*. Em fevereiro de 1904 saiu a última parte, os quatro volumes de tréplica: *La Construction des Mémoires Anglais; Histoire de la Zone constestée selon le Contre-Mémoire Anglais; Reproduction des documents anglais suivis de brèves observations; Exposé final*. O trabalho todo se alicerçava nos mesmos argumentos, sobretudo na doutrina do *uti possidetis*, já usada no Segundo Reinado e mobilizada por Rio Branco em contenciosos anteriores. Nabuco tentava demonstrar a anterioridade brasileira no uso do território disputado, para o que se valia de documentos, como registros de viajantes e tratados internacionais, como de conjecturas historiográficas. Texto eivado de citações, caudaloso, que não lembrava seu próprio estilo e nem o de Rio Branco⁹.

As memórias seguiram, com seu autor, para Roma, já que o rei Victor Emanuel, da Itália, era o árbitro da disputa. Nabuco pôs lá em prática a “minha campanha”: vários eventos sociais, ao longo de 1904, por meio dos quais tentou persuadir a corte italiana da supremacia dos argumentos brasileiros *vis-à-vis* os ingleses. Porém, tanto o argumento do *uti possidetis* quanto sua diplomacia social fracassaram. A 14 de junho recebeu o veredito contrário. O monarca italiano definiu a divisão do território em litígio a partir do divisor de águas, o que dava três quintos aos ingleses, o que a Inglaterra oferecera ao Brasil em 1891. Além disso, os ingleses ganharam acesso à bacia do Amazonas.

9 Álvaro Lins (1995) nota que Rio Branco tinha por tática produzir peças mais secas, objetivas, privilegiando a clareza e visando não cansar os juízes.

Nabuco ficou deprimido com a derrota, consolado, contudo, pela imprensa brasileira e por meia centena de cartas de apoio de amigos de longa data. Nenhuma delas estava firmada por Rio Branco.

A derrota no contencioso com a Inglaterra enfraqueceu Nabuco politicamente. Em contraponto, o prestígio de Rio Branco virava popularidade, com a resolução do conflito com a Bolívia e a incorporação do Acre ao território nacional. Relação desigual, um chefe, o outro subordinado, um colecionando vitórias, o outro amargando um fracasso. A balança de poder pendia para Rio Branco, que tinha capacidade de influir sobre a permanência ou não de Nabuco como ministro brasileiro em Londres. Se tivesse de deixar a Inglaterra, Nabuco preferia Roma. Não ficou nem num posto, nem noutro¹⁰. Rio Branco o surpreendeu, nomeando-o para uma posição recém-criada.

Rio Branco, nesse momento, queria solidificar a relação com os Estados Unidos e elevou a legação brasileira a embaixada. O Barão tomava decisão pragmática (Lins, 1995, p. 315ss). Monarquista como Nabuco, votava admiração pela Europa, mas acompanhava, vigilante, o desenvolvimento do primo rico do continente. Os republicanos não só se miravam nos Estados Unidos como faziam cada vez mais negócios com eles. Salvador de Mendonça, o primeiro republicano a comandar a legação brasileira em Washington, pusera para andar acordos de cooperação política e econômica entre os dois países¹¹. Política de aproximação mantida por chefes de legação subsequentes, Assis Brasil e Alfredo Gomes Ferreira. Na hora de indicar um novo nome ao posto, Rio Branco pesou que os Estados Unidos eram já os maiores compradores de café e

10 Rio Branco nomeou Régis de Oliveira para Londres.

11 Caso de seu acordo comercial de liberalização do comércio para alguns produtos, firmado em 1891 e que vigoraria até 1895. De outro lado, como vimos, os norte-americanos apoiaram Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada.

borracha brasileiros e, doutra parte, o México trocara embaixadores com Washington, a Argentina tinha esse plano e ao Brasil seria inconveniente não fazer isso. Maior aproximação com os Estados Unidos facilitaria também a proteção do território nacional, caso os imperialismos europeus avançassem para a América do Sul. Havia desvantagens também, pois que com o “corolário Roosevelt” os Estados Unidos se colocavam na posição de guardiões do continente, prestes a intervir em domínios nacionais se fosse o caso, como o sabiam Venezuela, República Dominicana, Cuba e etc. A superioridade econômica e bélica dos norte-americanos, contudo, não abria muitas alternativas. Uma aliança negociada era a melhor das alternativas disponíveis. Este leque de razões pôs na mira de Rio Branco a consolidação do que Bradford Burns (1966) alcunhou de “aliança não escrita”, na qual o Brasil se abria para uma colaboração bilateral preferencial com os Estados Unidos. A sinalização era elevar a legação em Washington à categoria de embaixada.

Decisão aplaudida pela imprensa nacional – *O País, Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio*. Já para o incumbente foi “um terremoto” (Carta de Nabuco a Evelina, 19/6/1904 CI – Fundaj). Em 1905, Nabuco foi nomeado a contragosto. Nada conseguiu em suas tentativas de arranjar outro posto, e só partiu consolando-se de que ia provisório, até alcançar lugar melhor. Jamais lhe ocorreu que morreria em Washington.

EMBAIXADOR PAN-AMERICANISTA

Ainda quando servia na Inglaterra, Nabuco foi mudando de opinião sobre o cenário internacional. Sua admiração juvenil sem peias pelos ingleses foi declinando, em parte por causa do expansionismo inglês na África e Ásia, como também em

razão do dissabor produzido pelo embate diplomático acerca da Guiana Inglesa. E, ainda, como chefe de legação em Londres, sua sobranceira face à América Espanhola reassomou, quando viu o Brasil equiparado ao resto da América do Sul. Justo ele, que tanto criticara o americanismo desde um ponto de vista aristocrático nos anos 1890, viu-se vitimado pelo aristocratismo inglês: notou que os chanceleres sul-americanos não eram convidados para a casa real inglesa, ao contrário do que se passava com os europeus. Essa soma de fatores esmaeceu tanto seu europeísmo como seu antiamericanismo. Nabuco desiludiu-se um tanto com o velho esplendor aristocrático do Império Britânico e passou a prestar atenção na estrela ascendente no céu das nações, os Estados Unidos.

Embora contrariado, e definindo-se sempre como provisório no posto, assumiu a embaixada em Washington, pondo em prática todas as suas habilidades. As graças da imprensa¹² e de políticos locais, tão difíceis de obter na Inglaterra, teve de pronto nos Estados Unidos. A acolhida calorosa o fez considerar estadia mais longa: “Se eu vir a) que posso servir e b) se o governo me der os meios, irei ficando até poder renunciar” (Diários de Joaquim Nabuco, 22/6/1905). Como em sua primeira vez em Washington, saiu em viagem, desta vez de costa a costa, para conhecer o meio em que atuaria. E, aos poucos, foi encontrando vantagens no novo posto.

Como embaixador, operou nas suas duas frentes já usuais. De uma parte, usou a diplomacia social. Nesse campo foi esplendoroso. Suas maneiras aristocráticas, sua cortesia, sua elegância, que o fizeram, a vida toda, um ás das relações pessoais, surtiram o melhor dos efeitos no meio norte-americano. Abriu um

12 Seu discurso na cerimônia de entrega de credenciais, quando da instalação da embaixada brasileira, foi coberta pelo *Evening Mail*, pelo *New York Times* e o *Tribune*, de Chicago.

salão, fazia grandes jantares e eventos grandiosos, que atraíam atenção (do *Evening Mail* e do *New York Times*, por exemplo). Usou em plenitude o ensinamento de Penedo: os salões como espaço de alinhavo político. Cultivou amizades com diplomatas de toda parte e construiu relações privilegiadas com o presidente Theodore Roosevelt e sobretudo com o secretário de Estado, Elihu Root, (Diários de Nabuco, 12/1905; 11/6/1906ss). Nabuco ganhou prestígio por suas maneiras e nunca lhe ocorreu adotar o estilo de vida burguês local, com o qual jamais simpatizou, mas, para melhor aceitação na sociedade americana, burilou seu próprio estilo, pois “Aqui é preciso ser americano como em Roma, romano” (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 22/5/1905CI – Fundaj). Este “ser americano” para Nabuco significou uma revisão completa de seu antiamericanismo.

Sua outra frente de ação como embaixador foi justamente a difusão de uma retórica que ele próprio nomeou “pan-americanismo”. Nabuco, o monarquista antiamericano dos anos 1890, se convertia num americanista enfático. Seu objetivo passou a ser estreitar a relação Brasil-Estados Unidos e fazer o país ascender à liderança dos países da América do Sul. Desde seu primeiro discurso no novo cargo, quando da abertura oficial da embaixada brasileira em Washington, a 18 de maio de 1905, revelou esta postura nova e até surpreendente para quem se criara na admiração fervorosa pela civilização europeia. É que sua avaliação do cenário internacional agora era a da expansão de imperialismo, que tornava premente para o Brasil o alinhamento com um aliado forte: “Para nós a escolha é entre o Monroísmo e a recolonização europeia”. Se como intelectual monarquista preferira a proximidade política com a Europa, como embaixador da República elegeu a outra opção: “Eu falo a linguagem monroísta” (Carta de Nabuco a Graça Aranha, 17/12/1905. In: Nabuco, org., 1949).

Seu americanismo compareceu na defesa de acordos econômicos, fiscais e políticos bilaterais. Falava constantemente em “pan-americanismo”. A palavra estava em voga desde as conferências agrupando países do continente, iniciadas no século XIX (Ardao, 1986, p. 157ss). Nabuco a adotou, mas usou-a menos para frisar a integração continental, que para denotar a aliança Brasil-Estados Unidos. Sua “política americana” era “no sentido de uma *inteligência perfeita* com este país [os Estados Unidos]” (Carta de Joaquim Nabuco a Afonso Pena, 2/12/1905, CP – Nabuco, 1949, grifo de Nabuco). É que, além de ver nos Estados Unidos uma superioridade, Nabuco via no Brasil outra: o Império teria construído uma civilização, em política, economia e costumes, acima do nível das ex-colônias espanholas (Cf. Alonso, 2010).

Os dotes oratórios dos tempos de campanha abolicionista se reavivaram: mesmo ardor, nova causa. Nabuco encarou o pan-americanismo como um movimento de opinião à maneira do abolicionismo. A estratégia foi a mesma: viagens de campanha para “moldar a opinião” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha 15/02/1906 CP – Nabuco, 1949). A diferença é que tinha de convencer os norte-americanos em vez de brasileiros, daí porque traçou simetria entre as duas campanhas, reavivando na memória americana seu próprio ícone nesta área: num discurso em Michigan comparou o monroísmo do presente com o abolicionismo de Lincoln (Nabuco, 1906c:02).

A ressonância, contudo, foi muito diversa da que encontrara durante a campanha abolicionista. Em sua juventude, quando boa parte de sua geração admirava ardentemente os Estados Unidos, Nabuco admirava a civilização europeia. Quando finalmente se voltou para os norte-americanos, vários de seus companheiros geracionais tinham mudado de referencial. No começo da República vigorara no Brasil um americanismo enfático, tendo os Estados Unidos por espelho. Na virada do século, o americanismo mudava

de tonalidade para apontar a comunidade com as ex-colônias da América Espanhola (Preuss, 2011). Um latinamericanismo que buscava a comunalidade com vizinhos com base em marcações culturais e mesmo raciais (anglo-saxões e ibéricos) e se afastava dos norte-americanos, tidos por imperialistas (Morse, 1988). Esse gênero de alinhamento era defendido por membros da geração imediatamente posterior à de Nabuco que também estavam no serviço diplomático, caso de Manuel de Oliveira Lima¹³ e de Manuel Bonfim¹⁴. Ambos criticaram aguda e publicamente o “imperialismo” norte-americano, na opinião do primeiro, ou seu “parasitismo”, o termo do segundo, em relação à economia, à política e à cultura latino-americanas. Latino-americanismo que podia comprometer a aproximação que Nabuco tentava operar entre Estados Unidos e Brasil. E que poderia fortalecer outra via, a aliança ABC (Argentina, Brasil, Chile).

Por isso, Nabuco pediu a Rio Branco manifestação explícita em favor de sua posição e em detrimento da outra¹⁵: “Nunca em minha opinião, um brasileiro teve tanta responsabilidade nos destinos do nosso país como você ante os dois caminhos que se lhe deparam: o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 19/12/1905 – CP Nabuco, 1949). Mas Rio Branco não era americanista à maneira de Nabuco. Ao mesmo tempo em que criou a embaixada nos Estados Unidos, abriu outra, no Vaticano e representações menores no continente americano quase inteiro – excluídos Haiti e São Domingos. Tampouco fechou

13 Oliveira Lima, ministro em Caracas, adotou posição latino-americanista extremada, aconselhando neste sentido seu amigo Rio Branco (Oliveira Lima, 1907, 78-9; 44).

14 Manuel Bonfim escreveu nesta linha em *América Latina: Males de Origem*, livro de 1905, no qual tratava sem cerimônias os norte-americanos como parasitas da América Latina.

15 Pediu que enquadrasse Manuel Bonfim: “Você pode avaliar o mal que essa desfiguração de tudo que é nosso, feita por um ‘educador’ brasileiro, pode fazer à nossa reputação entre as classes ilustradas do país” (Carta de Joaquim Nabuco ao Barão de Rio Branco, 18/01/1908, CP – Nabuco, 1949).

às portas ao latino-americanismo e à aliança ABC. De modo que não tinha a inclinação exclusiva pelos Estados Unidos, como lhe pedia Nabuco, antes buscava manter a linha do Segundo Reinado, discurso de independência e alianças seletivas com os Estados Unidos (Cf. Bueno, 2003). Eram graus diversos de americanismo, o de Rio Branco mais moderado, enquanto era enfático o de Nabuco.

Este não foi o único ponto de tensão entre Nabuco e Rio Branco. Em várias questões miúdas divergiram até divergirem numa grande. Foi em novembro de 1905. Uma embarcação de bandeira alemã, o Panther, foi apontada como tendo invadido um porto brasileiro. Em tempos de temor de expansão do imperialismo germânico para cima do Brasil, o episódio gerou reação forte do governo brasileiro. Rio Branco pediu a Nabuco falar aos jornais norte-americanos em favor da posição brasileira, mas não o orientou a pedir apoio a Washington. Nabuco o fez por própria conta, ainda que informalmente, ao narrar os fatos a Root, que, por sua vez, chamou o embaixador alemão nos Estados Unidos. A notícia correu na imprensa brasileira e suscitou protestos no Parlamento. O ministro então mandou o embaixador retratar-se de algum modo. Nabuco ficou ofendido, por “me quererem fazer bode expiatório” (Diário de Joaquim Nabuco, 12/1/1906). O caso morreu logo, pois a Alemanha se desculpou com o Brasil, mas a já combalida relação Nabuco-Rio Branco sofreu com o caso mais uma avaria.

PAN-AMERICANISMO POLÍTICO

O americanismo enfático de Nabuco encontrava oposição nos meios brasileiros. As dificuldades de transformar seu projeto de alinhamento com os Estados Unidos em política revelaram-se todas em dois episódios: a conferência pan-americana no Brasil,

em 1906, e a de Haia, em 1907. Nesses eventos se configurou um quadro com três posições diplomáticas diferenciais: 1) a de Nabuco, que, como embaixador em Washington, defendia que o eixo da diplomacia brasileira consistisse no alinhamento com os Estados Unidos; 2) a posição de Oliveira Lima, por exemplo, de alianças preferenciais na América do Sul, um latino-americanismo; e 3) a posição de Rio Branco, que tentava equilibrar esses polos e não afastar o Brasil da Europa.

No caso da Pan-Americana, a própria sediação da conferência no Brasil teve já o dedo de Nabuco. Sua proximidade com Root deu dividendos no interior do Bureau das Repúblicas Americanas, fórum que organizava Conferências Pan-Americanas visando avançar acordos de cooperação e de não agressão, com sede rotativa. Depois de Washington (1889) e México (1902), a Venezuela se candidatara para sediar a terceira, de 1906. Mas Nabuco achou que levar a conferência para o Brasil acentuaria a importância do país vis-à-vis os demais países da América Latina. Conseguiu apoio de Costa Rica e Chile. Para Root não era mau negócio, ainda mais em face do pan-americanismo de Nabuco e das relações bem menos estreitas com a Venezuela. Nabuco ficou esfuziante quando obteve o tento: “Quero tornar o Congresso um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande acontecimento” (Diário de Joaquim Nabuco, 12/12/1906).

A escolha do Brasil, contudo, não desvaneceu políticos e diplomatas brasileiros, como esperava. Era hora de nova troca de presidentes e cada qual se preocupava em garantir seu espaço no novo governo. Nabuco viu que precisava fazer o mesmo. Ao eleito, Afonso Pena, pediu apoio para sua política americanista, do contrário, “talvez fosse melhor não ter aqui um monroísta tão pronunciado como eu [...]” (Carta de Joaquim Nabuco a Afonso Pena, 2/12/1905, CP Nabuco, 1949). Em rascunho de carta em seu diário foi mais explícito: “Se a política americana não for resolvida

aí com a visita de Mr. Root, eu me sentirei mal em Washington” (Diários de Joaquim Nabuco, 17/12/1905).

Na preparação da Conferência, prevista para julho de 1906, Nabuco definiu o programa, em acertos com Root e o Brasil – Rio Branco, os dois presidentes, o que entrava e o que saía, Rodrigues Alves – e consultas aos países participantes. Sua intenção era formar um bloco do qual, além de Brasil e Estados Unidos, participassem México, Chile e Costa Rica. De outro lado, preferia manter distância do latino-americanismo da Argentina, cujo chanceler, Luís Maria Drago, queria por em discussão o que se chamaria de Doutrina Drago, a garantia de não intervenção em países para cobranças de dívidas. Nabuco, que já vinha às turras com Oliveira Lima por causa do latino-americanismo acerbo do amigo pediu a Rio Branco que transferisse o debate sobre a Doutrina Drago para Haia. “Um acordo geral de todas as nações americanas é mais impossível ainda que entre as europeias” (Carta de Joaquim Nabuco ao Barão de Rio Branco, 10/3/1906 CI – Fundaj). Nisso Rio Branco estava de acordo.

Em contrapeso aos problemas com o programa, Nabuco se esmerou no lado social do evento, no qual invariavelmente se saía bem. Comandou decoração, hospedagem, programação paralela de jantares, lista de convidados, mantendo sempre a imprensa a par de tudo, para que melhor noticiasse. Receber, por primeira vez, o secretário de Estado dos Estados Unidos no Brasil era alta honraria que Nabuco promoveu tanto quanto pôde, encantando o americano: “[...] o presidente [Roosevelt] me disse que se eu não tivesse vindo a Washington, Mr. Root não iria ao Brasil, porque a resolução dele de ir proveio da impressão que eu causei nele” (Diários de Joaquim Nabuco, 29/1/1906). A visita por si era uma vitória de seu pan-americanismo.

Mas o Brasil parecia não compartilhar do mesmo júbilo. Escreveu a Rio Branco, preocupado com a “falta de calor monroísta no governo e no país” na recepção a Root (Diários de Joaquim Nabuco, 21/12/1905). Mesmo a condição que no começo dera por certa de ser ele próprio o presidente da conferência não foi aceita sem certa hesitação. Nabuco pressionava por exibições de prestígio a si e à sua política de aproximação preferencial com os Estados Unidos. Rio Branco respondia com evasivas porque não tinham exatamente a mesma convicção. Cresciam no país as vozes latino-americanistas e a reserva em relação à política exterior norte-americana. Rio Branco, por isso, preferia agir com cautela e exibia um americanismo bem mais moderado que o de Nabuco. Culpa da voga anti-imperialista, de que Oliveira Lima era o representante com mais sanha e eficácia, pois que, além da posição diplomática na Venezuela, escrevia em jornal, *O Estado de S. Paulo*. Seus artigos – que saíram coligidos, no ano seguinte, em *Panamericanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*, defendiam a unidade sul-americana e a recusa do protetorado “imperialista” dos Estados Unidos” (Oliveira Lima, 1907, p. 78-9; 44).

Nabuco pedira a Rio Branco providências para moderar o tom de Oliveira Lima e ao próprio, até então seu amigo pessoal, escreveu: “O Sr. parece interessado em que a Conferência naufrague, toma o partido da Venezuela, condena os que me auxiliam (...)” (Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, 1/3/1906 In Nabuco, org., 1949). Explosivo ao seu costume, Oliveira Lima reagiu violento, conforme Nabuco contou narrou a Graça Aranha “[...] que a minha atitude de excessivo americanismo era muito mal vista por todos na América Latina, no Brasil e no próprio governo; que se admirava de me agastar eu com ele e de não me ter zangado com o Rio Branco que por trás falava de mim, etc., etc. [...]” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 2/4/1906. In: Nabuco, org., 1949). Por tudo isso, ao embarcar para o Brasil, Nabuco temia um naufrágio, “tanto

pessoalmente como em relação a Mr. Root e à Conferência” (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 19/6/1906 CI – Fundaj).

A Conferência não foi o desastre que antevira, mas tampouco a reiteração do pan-americanismo que almejava. O evento, que duraria um mês, começou a 23 de julho de 1906, sob a presidência de Nabuco e presença de representantes de 19 países – Venezuela e Haiti boicotaram. A imprensa cobriu tudo diariamente, um sucesso social. Em seu discurso a 19 de julho, no Cassino Fluminense, tentou desanuviar o clima, lastreando seu pan-americanismo na tradição brasileira e acalmando os que acusavam o imperialismo dos Estados Unidos: “não há *perigo americano!*”, disse. Mas a receptividade dos políticos foi menor do que gostaria. Rio Branco era um dos presidentes de honra da conferência – o outro era Root – e nas duas vezes em que discursou decepcionou Nabuco. Diante do latino-americanismo crescente, de um lado, a possibilidade de estreitar alianças com os Estados Unidos, de outro, Rio Branco preferiu mostrar equilíbrio. Embora apontasse o vínculo com os Estados Unidos, não deixou que ele ofuscasse os laços com as nações do velho mundo (Lins, 1995, p. 336ss).

Assim foi que sem declaração pan-americanista preemptória do governo brasileiro, Nabuco teve um evento grandioso, coroado com gesto simbólico: o prédio em que se realizou o evento foi batizado de “Palácio Monroe”. Já o resultado prático foi parco. Por conta de vetos mútuos dos vários países, parte da pauta não prosperou. Poucas resoluções foram aprovadas: indicação de reorganização do Bureau das Repúblicas Americanas; instituição de comitê de debate de códigos de direito internacional entre países americanos; troca de informações sobre recursos naturais; incentivo ao comércio continental; ideias de uma estrada de ferro pan-americana e novo evento para discutir apenas assuntos

relativos à economia do café¹⁶. Depois da Conferência, Nabuco recebeu múltiplas e variadas homenagens, no Rio, em Minas, Recife, Salvador. Era ainda um ícone, capaz de suscitar o amor das multidões, mas elas o viam ainda como estrela da velha campanha abolicionista, pouco interessadas na nova, pan-americanista.

O sucesso de público e a presença no Brasil na hora em que se organizava o ministério de Afonso Pena, que recebeu calorosamente Nabuco, estimulou especulações de que podia virar ministro (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 10/08; 16/08/1906CI – Fundaj). Carta do próprio presidente deu margem a isso: “Por motivo algum, dispensaria sua cooperação durante o meu governo, no posto em que você julgar melhor poder servir à nossa pátria” (Carta de Afonso Pena a Joaquim Nabuco, 30/8/1906 CI – Fundaj). Nabuco supunha que ia se acabar o “reinado do Rio Branco” – “tremo ao pensar que ele possa ser o seu próprio sucessor”. (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, em 17/12/1905 In Nabuco, org., 1949) – e que poderia, quiçá, começar o seu. Nabuco, contudo, assistiu à recondução de Rio Branco no cargo e à sua própria reconfirmação como embaixador em Washington.

No retorno à Washington, viu-se mais ou menos como antes da ida ao Brasil. Com o governo americano, a relação seguia excelente, em particular a parceria com Root na reorganização do Bureau das Repúblicas Americanas, que passou a se chamar “União Pan-Americana” – e que viria, bem adiante, a ser a Organização dos Estados Americanos. Já com Rio Branco, a relação não se alterou. Nabuco lhe pediu que retribuísse a visita do secretário de Estado americano ao Brasil indo ele, Rio Branco, a Washington, coisa que o Barão não fez. Esse estado de esgarçamento de relações definiu o perfil da delegação brasileira na Segunda Conferência da Paz, em Haia, agendada para junho do ano seguinte.

16 Para além disso, “The conference, in terms of concrete policy development, was of little importance” (Dennison, 2006, p. 169).

Na preparação para a nova conferência, Nabuco julgou natural que, tendo presidido a Pan-Americana, lhe coubesse a chefia da delegação brasileira¹⁷, ainda mais que havia itens tirados de pauta numa conferência que reapareceriam na outra, caso da Doutrina Drago. Rio Branco, contudo, indicou Rui Barbosa. Nabuco comporia a comitiva, mas sem comando. Sentiu-se desprestigiado: “[...] eu não posso ir a Haia como segundo e ele [Rui Barbosa] só pode ir como primeiro [...]. Nenhuma nação mandou a Haia na Primeira Conferência um embaixador como segundo delegado” (Diários de Joaquim Nabuco, 28/2/1907). A saída que encontrou foi pedir licença médica. Aceitou depois solução de compromisso: sua nomeação em “missão extraordinária na Europa”, preparatória da participação brasileira em Haia – do que tentou depois voltar atrás. O fato é que partiu para a Europa numa posição indefinida e lá tentou articular preparativos para Haia.

Sua relação com Rui Barbosa era de altos e baixos. Conheciam-se há mais de três décadas, militaram juntos no Partido Liberal e na campanha abolicionista, mas tinham se afastado desde o golpe republicano. Nabuco tentou aproximação pessoal. Enviou-lhe *Notas Confidenciais*, nas quais mapeava os diplomatas que possivelmente participariam na Haia e suas possíveis estratégias – já que “V. não é um diplomata de carreira” (Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa, 13/7/1907), (Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa, 13/6/1907. In: Alencar & Santos, 1999). Custou a se falarem ao vivo e, na ocasião, comunicou a Rui “o grande interesse do governo americano em que da Segunda Conferência da Haia resulte pelo menos algum progresso do Direito Internacional quanto à limitação do emprego da força na cobrança de reclamações pecuniárias entre nações” (Diários de Joaquim Nabuco, 21/7/1907). Este item, o direito de captura em alto-mar em guerras e a organização de um Tribunal

17 “Sabe que eu serei nomeado para a Haia” (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 25/6/1906CP – Nabuco 1949).

Arbitral Permanente, estavam em discussão. Nabuco queria influir na formulação da posição brasileira sobre tais assuntos, Rui, contudo, não abriu espaço. Mal respondia suas cartas – “Mande-me alguma coisa que lhe diga respeito na Conferência para eu não saber do que mais me interessa neste momento somente pelos jornais” (Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa 29/6/1907. In: Nabuco, org., 1949). Alijado do centro das decisões, Nabuco recolheu-se nas águas medicinais de Vittel. Já cogitava a aposentadoria (Diários de Joaquim Nabuco, 25/6/1907).

Assim foi que na Conferência de Haia, informações e opiniões de Nabuco tiveram peso relativamente baixo na definição da estratégia brasileira, que ficou concentrada em mãos de Rio Branco e Rui Barbosa. Em contraponto à aproximação franca com os Estados Unidos, que Nabuco defendia, Rui e Rio Branco conduziram a negociação em direção contrária. Isto teve a ver também com o posicionamento dos norte-americanos que tampouco demonstraram pelo Brasil a deferência que Nabuco esperaria na organização do Conselho das Nações que então se discutia. Alinharam-se com Alemanha, Áustria-Hungria, França, Inglaterra, Itália, Japão e Rússia, reivindicando para este grupo principal assentos permanentes, enquanto os demais países teriam mandatos temporários. Ante o que Rio Branco instruiu Rui (Lins, 1995) a obstruir em nome da América Latina. Em cartas do período, vê-se que Nabuco, se fosse o delegado brasileiro, teria tentado agir noutra direção, a de aceitar o acordo com que acenou o embaixador americano, de elevar o Brasil à categoria de países com assento fixo no Tribunal. A retórica de Rui foi a da igualdade de todas as nações, mas seu grupo de apoiadores eram os delegados da América Latina. Nesse sentido, a posição brasileira apareceu, ao cabo, mais próxima do latino-americanismo. Nabuco julgou que assim se punha a perder a relação privilegiada do Brasil com os Estados Unidos, sem atentar para princípios de *realpolitik*.

A demanda por igualdade entre as nações, embora boa como princípio, teria eficácia nula – “não [a] podemos impor ao mundo” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 2/9/1907CP Nabuco, 1949) –, pois que a desigualdade econômica e bélica entre os países era fato. E, ante ele, Nabuco preferia alinhar o Brasil com os que estavam acima nesta hierarquia, que se deixar nivelar por baixo. Pensou-se em algum momento nesta direção, Rui Barbosa preferiu outros aliados no andar de cima, caso de Japão e Alemanha. A estratégia Rui-Rio Branco foi de, em coalizão latino-americana, não assinar a convenção. Rui saiu exaltado como a “águia de Haia”, mas os Estados Unidos saíram, ao menos momentaneamente, da carteira brasileira de aliados preferenciais. Na opinião de Nabuco, Rio Branco “serviu-se da Haia para fazer política sul-americana, popularidade e legenda nacional” (Diários de Joaquim Nabuco, 10/10/1907), enquanto Rui Barbosa “desfez tudo que eu tinha conseguido” (Carta de Joaquim Nabuco a Evelina Nabuco, 30/9/1907CI–Fundaj)¹⁸, na relação bilateral Brasil-Estados Unidos.

Assim, a posição de Nabuco foi minoritária tanto na Pan-Americana, quando não obteve de Rio Branco a declaração peremptória em favor da aliança com os Estados Unidos, quanto na Haia, onde não conseguiu ser o delegado do Brasil, tampouco influir decisivamente sobre a posição do governo brasileiro.

De regresso a Washington, Nabuco tentou corrigir o estrago na tão bem construída aproximação com Root. Administrou os danos. Tentou que Rui fosse aos Estados Unidos, num gesto de amizade entre os dois países (Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa, 22/10/1907). Rui recusou-se. Tentou com outras autoridades brasileiras apoio ao seu pan-americanismo, insistia que “não podemos hesitar entre os Estados Unidos e a América espanhola”

18 “Mil vezes não termos ido à Haia do que sairmos de lá com a nossa inteligência abalada com os Estados Unidos [...]” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 2/9/1907, CP – Nabuco, 1949).

(Carta de Joaquim Nabuco a Alexandre Barbosa 7/7/1907, Nabuco, 1949). Nabuco julgou que o pêndulo ia para o segundo lado: o alinhamento em Haia fortalecia a latino-americanistas e defensores da aliança ABC, do Brasil com Argentina e Chile, o que lhe soou como mudança de eixo da política externa brasileira, em sentido contrário àquele no qual trabalhava. Daí porque passou a cogitar seriamente deixar seu posto: “[...] vá pensando em dar-me substituto, se nossa política externa passar por essa transformação de mudar o seu eixo de segurança dos Estados Unidos para o Rio da Prata” (Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 18/1/1908).

Mas a aliança ABC não prosperou, por causa de um desentendimento entre a Argentina e o Brasil, causado pelo ministro argentino Zeballos. Mas, mesmo aí, os Estados Unidos não foram reabilitados como os amigos preferenciais, como Nabuco gostaria. É que Root tentou acalmar os ânimos entre Brasil e Argentina e Rio Branco viu no gesto um intervencionismo, outra prova de que a estratégia pan-americanista não trazia tantos dividendos quanto Nabuco supunha (Diário de Joaquim Nabuco, 8/12/1908). Também na economia, em 1909, o Congresso norte-americano ameaçava taxar o café brasileiro nos Estados Unidos. Nesta ocasião Nabuco trabalhou em uníssono com Rio Branco, sempre mobilizando Root e seu substituto como secretário de Estado, Philander Chase Knox, como diplomatas americanos, parlamentares e gente de mercado. Ganhou apoios, até conseguir, por fim, o mais importante, o do presidente, que agora era William Taft. O resultado foi a entrada livre no mercado americano do café, com ainda de cacau, borracha e peles do Brasil (Dennison, 2006, p. 187).

Eventos como este tornaram Nabuco um tanto menos otimista quanto ao êxito de seu americanismo enfático. Via com preocupação o crescimento dos imperialismos, suspeitando de desfecho, na forma que de fato teve, de guerra mundial. Por isso, em seus últimos anos de vida, empenhou-se em evitar contenciosos

próprios ao continente, jogando papel decisivo, ainda em 1909, em incidente diplomático entre o Chile e os Estados Unidos – a Questão Alsop –, para o qual negociou a saída via a nomeação de um árbitro. O episódio, no qual Rio Branco o apoiou, renovou o prestígio de Nabuco nos meios norte-americanos. Mas não havia mais espaço para as relações privilegiadas que planejara ao assumir a embaixada em 1905. Rio Branco não lhe dava o apoio decisivo e a autonomia completa que tanto almejava – “Ele quisera um autômato” (Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 1/12/1908. In: Nabuco, org., 1949). Nabuco reclamava das dificuldades de trabalhar face ao desgaste na relação entre ambos:

Ele [Rio Branco] deve ir pensando em substituir-me. Além da nossa orientação diferente (ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos), estou cansado e desiludido da minha missão aqui sem acordo completo com ele. (Carta de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, 19/1/1909. In: Nabuco, org., 1949).

Nabuco queria migrar de posto e acabar a vida – já seriamente enfermo da policitemia que o mataria no ano seguinte – no Vaticano. Rio Branco negou a transferência.

PAN-AMERICANISMO CULTURAL

Os últimos anos de Nabuco foram de perda de influência. Incapaz de definir a linha dominante da política externa brasileira, preso nos Estados Unidos, sem poder fazer a política americanista como gostaria, envelhecido e doente, esperava aposentadoria ou mudança de ministro. Mas, apesar de mais uma troca de presidente, permanecia Rio Branco. Então, se a definição da linha política da

diplomacia brasileira não estava ao seu alcance, o que lhe restava fazer, supôs, era uma diplomacia cultural.

Foi quando tornou a brilhar, numa campanha pan-americanista, com a qual correu clubes e várias universidades norte-americanas. Resgatou sua tão bem-sucedida estratégia de juventude na campanha abolicionista, quando buscara persuadir a opinião pública, ao encontrar governo refratário a mudanças. Na velhice, pensou em fazer o mesmo com o pan-americanismo, persuadir a opinião pública norte-americana das vantagens de uma aliança preferencial com o Brasil, usando seus atributos, sua inteligência, sua erudição, seu carisma.

Nos escritos curtos, de ocasião, que produziu durante o exercício do cargo em Washington, sobretudo nos três últimos anos, migrou então para um pan-americanismo cultural, sublinhando a especificidade brasileira em língua, cultura e tradição política em relação aos demais países da América Latina. Ideias que difundiu em conferências por universidades norte-americanas. Seu pan-americanismo apareceu mais polivalente, unificador das Américas. Na Universidade de Yale, em 1908, ante hispânicos, falou “on behalf of Latin America” (Nabuco, 1909, p. 166); em dois eventos de 1909, na homenagem ao escultor Saint Gaudens e na inauguração do novo prédio do Bureau das Repúblicas Americanas, frisou a unidade das Américas: “we are all sons of Columbus [...], all sons of Washington [...]”. A mesma frase aparecera dois anos antes, em discurso, no Clube Liberal de Buffalo, New York: “(...) we, the peoples of all America are as much the children of Washington as we are the children of Columbus [...] [sharing a] common inheritance and the hope of a common destiny” (Nabuco, 1907, p. 8).

Unidade sob liderança – não imperialismo. Os Estados Unidos, disse na Universidade de Chicago, em agosto de 1908,

with your high civilization, can do no wrong to any nation. Intimate contact with you will, therefore, under whatever conditions, bring only good and progress to the other part. The only certain effect I can see of a permanent and intimate intercourse of Latin America with you is a slow Americanization (Nabuco, 1908c, p. 3).

A defesa das posições norte-americanas ficou explícita na cerimônia de restauração do governo nacional em Cuba, no ano seguinte: “[...] the [North American] intervention had no other purpose than to establish the independence of this people on an unshakable base [...]” (Nabuco, 1909, p. 1). Em “The share of America in civilization”, preparado para a University of Wisconsin, atribuiu a paz continental à Doutrina Monroe (Nabuco, 1909, p. 4).

Nabuco falava ao público universitário ou a um público culto em geral, insistindo em apartar o Brasil das outras nações da “América Latina”. Mesmo ao tratar de tópicos sem relação direta com a diplomacia, era isso o que transmitia: “Chamando atenção para a grandeza de Camões e dos *Lusíadas*, procuro mostrar aos americanos que a nossa língua não é um dialeto da espanhola” (Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa 11/04/1908, CP Alencar & Santos, 1999). Língua, cultura, tradição política, tudo a diferenciar o Brasil da América Latina e a aproximá-lo dos Estados Unidos.

Tais discursos reascenderam o fascínio de Nabuco pela e sobre a multidão. Sempre muito apreciado. Seu pan-americanismo cultural, contudo, não afetava os rumos da política diplomática brasileira. Menos de dois meses antes de morrer em Washington, Nabuco vislumbrou que para a Quarta Conferência Pan-Americana, prevista para Buenos Aires, em 1910, iriam poucos como ele, partidários da relação privilegiada com os Estados Unidos, ao passo que compareceriam muitos latino-americanistas (Diários de Joaquim Nabuco, 2/12/1909). A tese da aproximação preferencial

com os Estados Unidos não contava com acolhimento caloroso em terra pátria.

Em janeiro de 1910, a doença o venceu. Tinha 60 anos. Mas não desapareceu. Visíveis se fizeram os efeitos de seus cinco anos de embaixador. Os funerais deram medida da grandiosidade da figura. O presidente americano, William Taft, o secretário de Estado, Philander Knox, o acompanharam, com parlamentares, membros da Suprema Corte, diplomatas, em exéquias solenes com honras de estado, repetidas quando seu corpo aportou em maio, no Rio de Janeiro. Ali coube ao Barão do Rio Branco, sempre ministro, saudá-lo. Foi velado no prédio de sua apoteose durante a Terceira Conferência Pan-Americana, que ele próprio batizara de Palácio Monroe. Mas nas extensas homenagens de que foi objeto, foi mais lembrado como líder abolicionista e intelectual monarquista que como diplomata pan-americanista. Nabuco foi celebrado como primo entre pares, criatura de uma rede de relações sociais, a sociedade aristocrática monárquica, e de um contexto sociopolítico, o do fim do século XIX. Mundo que, como ele, não existia mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José Almino & SANTOS, Ana Maria Pessoa dos (1999). *Meu Caro Rui, meu Caro Nabuco*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.

ALONSO, Angela (2007). *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo, Companhia das Letras.

ALONSO, Angela. “A década monarquista de Joaquim Nabuco”. In: Alonso, Angela e Jackson, David K. (orgs). *Joaquim Nabuco na República*. S.P., Editora Hucitec/Fapesp, 2012.

ARDAO, Arturo. (1986) Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, UNESCO.

BONFIM, Manuel (1905). 1993. *América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks.

BUENO, Clodoaldo (2003). *Política Externa da Primeira República: os Anos de Apogeu (de 1902 a 1918)*, São Paulo, Paz e Terra.

BURNS, Bradford (1966). *The Unwritten Alliance, Rio-Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press.

DENNISON, Stephanie (2006). *Joaquim Nabuco: Monarchism, Panamericanism and Nation-Building in the Brazilian Belle-Epoque*. [S.l.]: Peter Lang.

ELIAS, Norbert (1995). *Mozart, sociologia de um gênio*. R.J., Zahar.

LINS, Alvaro (1995). *Rio Branco (Biografia)*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

MORSE, Richard (1988). *O Espelho de Próspero - Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras.

NABUCO, Carolina (org.) (1949). *Joaquim Nabuco. Cartas a Amigos*, vol I (1864-1898), vol II (1899-1909), Obras Completas, São Paulo, Instituto Progresso Editorial.

NABUCO, Joaquim (1897-9). 1997 *Um Estadista do Império*. Vol. I. R.J., Topbooks.

NABUCO, Joaquim (1900) 1949. *Minha Formação*. Clássicos Jackson – São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.

NABUCO, Joaquim (1906). “*Lincoln’s world influence: remarks of the Brazilian ambassador, Mr. Joaquim Nabuco, at the Fourteenth Annual Banquet of the Lincoln Republican Club and the Young Man’s Republican club of Grand rapids, on February 12th, 1906*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1907). “*Lesson and prophecies of the Third Pan-American Conference: address delivered by Mr. Joaquim Nabuco, ambassador from Brazil, before the Liberal Club of Buffalo, on February 20, 1907*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1908). “*Address of the Brazilian ambassador, Senhor Nabuco, at the laying of the corner-stone of the new building of the American Republics in Washington, on May 11th, 1908*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1908). “*The approach of the Americas: convocation address delivered before the University of Chicago, August 28, 1908*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1908). “*The place of Camoens in the literature: address delivered before the students of the Yale university on the 14th May, 1908*”. Acervo Digital Fundaj.

NABUCO, Joaquim (1909). “*Mr. Root and peace: speech at the dinner given by the Peace Society of New York in honor of Mr. Root on February 26*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1909). “*The restoration of national government in Cuba: speech of the Brazilian ambassador, Joaquim Nabuco, at the dinner he offered to the vice-president of the Republic and the members of the Cuban Cabinet, at Havana*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (1909). “*The share of America in civilization: baccalaureate of the University of Wisconsin*”. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

NABUCO, Joaquim (2005). *Joaquim Nabuco. Diários* (ed. Evaldo Cabral de Mello), volume 1 (1873-1888), volume 2 (1889-1910). Rio de Janeiro/Recife, Bem-Te-Vi Produções Literárias/Editora Massangana.

NABUCO, Joaquim. (28/03/1871) “A viagem do Imperador”. *A Reforma*. Apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. (1989) *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana.

NABUCO, Joaquim. *O Erro do Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos. 1886.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. (1907) 1980 *Panamericanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*. Brasília, Senado Federal/Casa de Rui Barbosa.

PEREIRA, Paulo. Idealismo continental e pragmatismo nacional na diplomacia de Joaquim Nabuco. In: Alonso, Angela e Jackson, David K. (orgs). *Joaquim Nabuco na República*. S.P., Editora Hucitec/Fapesp, 2012.

PREUSS, Ori. *Bridging the Island. Brazilians' Views of Spanish America and Themselves, 1865-1919*. Iberoamericana, Vervuert, 2011.

RICUPERO, Rubens. Um doce crepúsculo: a diplomacia de Joaquim Nabuco. In: Alonso, Angela e Jackson, David K (orgs). *Joaquim Nabuco na República*. S.P., Editora Hucitec/Fapesp, 2012.

TOPIK, Steven (1996). *Trade and Gunboats. The United States and Brazil in the Age of Empire*, Stanford, Stanford University Press.





JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845, filho do Visconde do Rio Branco, destacado político do Partido Conservador e chefe do governo de maior duração do Segundo Império. Após estudos secundários no Liceu Dom Pedro II, realizou a maior parte do curso de Direito em São Paulo, transferindo-se no último ano para a Faculdade de Recife, como era hábito na época. Foram difíceis os tempos iniciais de sua carreira pública, não se fixando em nenhum dos caminhos que tentou como professor de história, promotor público e deputado pela província de Mato Grosso em duas legislaturas.

Tendo estabelecido uma ligação amorosa com a atriz franco-belga Marie Philomène Stevens, da qual nasceu Raul, seu primeiro filho, optou por razões pessoais e familiares tornar-se Cônsul Geral do Brasil em Liverpool, considerado então um dos empregos mais rentáveis da Coroa (1876). Permaneceu na Europa até fins

de 1902, num total de 26 anos, a maioria dos quais em Liverpool, tendo exercido no final desse período funções junto aos serviços brasileiros de imigração em Paris e, por curto tempo, em Berlim, como Ministro do Brasil.

Aproveitou o prolongado exílio voluntário para dedicar-se aos estudos de história diplomática e militar, geografia colonial, dos mapas e documentos de arquivos sobre o Brasil e seus vizinhos, acumulando nessas áreas conhecimento excepcional, erudição de especialista e competência de primeira linha. Escreveu nesses anos várias obras de circunstância, quase sempre encomendadas para algum evento especial. Dentre elas, os copiosos e pormenorizados comentários sobre a *História da Guerra da Tríplice Aliança*, de Ludwig Schneider, mandada traduzir e publicar pelo Ministério da Guerra, as *Efemérides Brasileiras*, redigidas para *O Jornal do Brasil*, boa parte do verbete sobre o Brasil da *Grande Encyclopédie*, de Levasseur, preparada por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1889, o magistral *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, inserida no livro informativo *Le Brésil*, a biografia do imperador D. Pedro II, assinada pelo rabino Benjamin Mossé, mas seguramente de sua lavra, além de inúmeros artigos para *O Jornal do Comércio*, *A Nação* e outros jornais.

Embora tivesse recebido o título de Barão do Rio Branco, em 1888, no crepúsculo da monarquia, paradoxalmente coube à República, na fase jacobina de Floriano Peixoto, proporcionar a esse monarquista convicto a oportunidade de emergir da obscuridade, ao nomeá-lo principal defensor dos interesses brasileiros na questão de arbitragem contra a Argentina, submetida ao Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos e referente ao território de Palmas (às vezes impropriamente denominado de Missões), no sudoeste do país. Sua vitória plena e indiscutível no laudo emitido em 1895 transformou-o de um dia ao outro numa personalidade conhecida e admirada em todo o Brasil, tornando-lhe o nome irrecusável como

advogado em outro litígio, o da arbitragem confiada ao Presidente da Confederação Helvética, da questão de limites entre o Brasil (Amapá) e a possessão francesa da Guiana. Mais uma vez, o êxito completo em assegurar para o país a totalidade do território em disputa consolidou o mito de sua invencibilidade (1900).

Dois anos depois, o Presidente Rodrigues Alves o escolhia como Ministro das Relações Exteriores, cargo do qual tomou posse em dezembro de 1902. Nessa posição permaneceria durante a duração completa do quadriênio de Rodrigues Alves, mantendo-se igualmente nos períodos de governo de seu sucessor, Afonso Pena, de Nilo Peçanha, em seguida de Hermes da Fonseca, falecendo em pleno exercício do cargo no dia 10 de fevereiro de 1912.

Havia-se convertido na prática em figura quase mais indispensável que os chefes de governo, graças às vitórias que acumulou em virtualmente todos os problemas diplomáticos com os quais lidou, que não foram poucos nem fáceis. Já ao chegar, teve de ocupar-se da crise mais grave da diplomacia da Primeira República: a rebelião contra a soberania boliviana dos brasileiros povoadores do Acre sob a liderança de Plácido de Castro. Conseguiu a duras penas evitar que o conflito degenerasse em guerra aberta entre o Brasil e a Bolívia, logrando incorporar o Acre ao território brasileiro após as negociações e concessões, inclusive financeiras e territoriais, que culminaram na assinatura do Tratado de Petrópolis (1903).

A partir do episódio, devotou-se à solução definitiva, sempre por negociações diretas ou arbitragens, de todas as questões limítrofes pendentes. Além da contribuição pessoal que havia dado à solução das divergências de fronteira com a Argentina (1895); a França (1900); a Bolívia (1903); devem-se a seu sistemático trabalho os tratados com o Equador (1904); o Peru, primeiro de forma provisória (1904), depois definitiva (1909); o laudo arbitral com a

Grã Bretanha-Guiana Inglesa (1904); o protocolo com a Venezuela (1905); o acordo com os Países Baixos-Suriname (1906); com a Colômbia (1907); e o tratado retificatório com o Uruguai (1909).

Muito cedo percebeu a emergência dos Estados Unidos como potência global e criou em Washington a primeira embaixada brasileira (1905), nomeando como embaixador Joaquim Nabuco, sem nenhuma dúvida a personalidade mais brilhante e ilustre da diplomacia nacional. Assim como declarara ter “construído o mapa do Brasil”, sustentou que, com essa decisão, havia “deslocado de Londres para Washington o eixo da diplomacia brasileira”. Estabeleceu com os EUA o que o historiador norte-americano E. Bradford Burns denominaria de “aliança não escrita”, arranjo pragmático pelo qual o país apoiava as posições diplomáticas americanas no nascente pan-americanismo, no Panamá, no Caribe, na América Central, em troca da sustentação de Washington ao Brasil nas questões com os países hispano-americanos limítrofes e nos eventuais problemas com os seus três vizinhos europeus, dois dos quais, a França e a Grã Bretanha, no apogeu de fase agressiva de imperialismo e expansão.

Empenhou-se em melhorar as relações do Brasil com os países latinos e, em particular, com os sul-americanos, tendo sido pioneiro na proposta do Pacto A.B.C., isto é, da Argentina, do Brasil e do Chile, que só seria assinado após sua morte (1915). Não obstante o incidente grave do telegrama nº 9 com a Argentina, na época em que a chancelaria argentina era ocupada pelo seu rival e desafeto, Estanislao Zeballos, continuou a se esforçar em dissipar as prevenções e desconfianças nascidas do plano brasileiro de modernização da Marinha da Guerra. Alcançou genuína popularidade e elevado prestígio na maioria dos países do continente. Obteve para o Brasil a nomeação do primeiro cardeal da América Latina e demonstrou firmeza e discernimento no sério conflito com a Alemanha em torno dos desmandos praticados no

sul do país pelo comandante da canhoneira alemã *Panther*. Da mesma forma, na Segunda Conferência Internacional da Paz de Haia (1907), agiu em estreito entendimento com o delegado brasileiro Rui Barbosa na recusa de aceitar para o Brasil uma classificação que não correspondesse à da igualdade com as demais potências.

Nenhum outro diplomata ou ministro das Relações Exteriores obteve, antes ou depois, vitórias diplomáticas comparáveis ou atingiu a admiração generalizada que fez dele em seu tempo o homem mais popular do Brasil. Quando morreu, o jornal *A Noite* resumiu em manchete o sentimento do país “A morte de Rio Branco é uma catástrofe nacional”. Pela obra diplomática e o trabalho de modernização que realizou no Ministério das Relações Exteriores, foi oficialmente designado Patrono da Diplomacia Brasileira e o dia de seu nascimento é festejado no Brasil como o Dia do Diplomata.



JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR
(BARÃO DO RIO BRANCO): A FUNDAÇÃO DA
POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA

Rubens Ricupero

A posição excepcional que o Barão do Rio Branco tende a ocupar em qualquer estudo sobre diplomacia brasileira decorre não tanto da longa e ininterrupta duração do tempo físico em que exerceu a direção das relações exteriores do Brasil. É a natureza rara do tempo histórico e espiritual em que atuou e suas invulgares qualidades pessoais que se conjugaram para permitir-lhe realizar obra difícil de ser igualada pelos sucessores.

Viveu-se então incomum coincidência de paz e prosperidade internas com um efêmero momento internacional de crença no arbitramento, na negociação, na solução jurídica dos conflitos. Abria-se oportunidade talvez inédita desde o Tratado de Madri (1750) para resolver o desafio de ampliar e consolidar o território, criando desse modo as condições de possibilidade para levar avante uma política externa mais construtiva com os vizinhos.

A definição das fronteiras normalmente se faz de uma vez por todas. Nenhuma outra realização da diplomacia é tão concreta ou valorizada aos olhos do público. Ela tendeu assim a ofuscar outras

contribuições diplomáticas de natureza menos tangível do Barão, como a de ter concebido e executado possivelmente o primeiro desígnio intelectual capaz de abranger a totalidade do universo das relações internacionais do Brasil, articulando-lhe as diversas dimensões num sistema completo e coerente.

O pensamento de Paranhos a esse respeito e sobre a política externa em geral não se encontra na sua obra intelectual. Como historiador, foi, sobretudo, um erudito empenhado na reconstituição exata dos acontecimentos, raramente demonstrando nos escritos pendor para a teorização e as abstrações. Aquilo que poderíamos chamar de “paradigma Rio Branco de política exterior” tem de ser extraído especialmente dos escritos voltados à ação: discursos, conferências, artigos, entrevistas, exposições de motivos, despachos, memórias sobre fronteiras e cartas.

Antes de sua gestão, imaginava-se o relacionamento externo de modo parcial, fragmentário. Na visão dos estadistas e diplomatas do Império, o foco principal da atenção continuava a se concentrar, como nos tempos coloniais, no círculo dos países platinos, Argentina, Uruguai e Paraguai. Era esse o cenário do nosso “great game”, o da rivalidade com Buenos Aires, o dos temores da reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata sob hegemonia portenha. Lá se esboçaram as únicas e goradas tentativas brasileiras de alistar o poderio dos grandes europeus, ingleses ou franceses, para ajudar os desígnios nacionais contra Rosas.

Fora disso, mantinham-se separadas e isoladas as distintas esferas da relação com o mundo. A partir do segundo Rio Branco é como se a política exterior se metamorfoseasse num duplo movimento de universalização e de integração.

De um lado, ela se globaliza e supera a limitação inicial do Prata, como se vê no artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*

que o ministro assinou no “Jornal do Comércio” (12/5/1906) com o pseudônimo de J. Penn:

Há muito nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas [...]. O seu interesse político está em outra parte. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, [...], o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população (apud LINS, 1945, v. 2, p. 491, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que alçava voo do Prata às alturas das “grandes amizades internacionais”, a diplomacia passava a vincular seus diversos cenários de ação e estruturá-los num conjunto no qual os diversos elementos interagissem uns sobre os outros. Os três principais eixos que forneceram a estrutura do paradigma foram a política territorial, o relacionamento assimétrico de poder com as grandes potências e as relações de relativa simetria com os vizinhos sul-americanos.

A POLÍTICA TERRITORIAL

O pragmatismo realista de Paranhos o conduziu a abordar cada problema fronteira na sua especificidade própria, sem se prender por princípios absolutos. No primeiro e maior desafio que enfrentou, a questão do Acre (1903), não hesitou em romper (palavras dele) com a interpretação invariável do governo brasileiro durante 35 anos no Império e na República. No último de seus atos limítrofes, a retificação da fronteira com o Uruguai (1909), tomou a iniciativa de abandonar um tabu que favorecia o Brasil:

o da perpetuidade dos tratados de fronteira e dos atos jurídicos “perfeitos”.

A variedade das abordagens caso a caso não impede, contudo, de discernir algumas tendências gerais. A *primeira* reside no *critério metodológico* de preferir a negociação a outros meios de solução. Em relação, por exemplo, à “conquista disfarçada” que poderia ter ocorrido no Acre, caso se tivesse aceitado a incorporação do território dominado pelos insurgentes sem negociar compensações à Bolívia. Nesse caso se teria adotado “procedimento em contraste com a lealdade que o governo brasileiro nunca deixou de guardar [...] com as outras nações [...] (entrando) em aventura perigosa, sem precedentes na nossa história diplomática” (RIO BRANCO, 2012).

A posição assumida logo no início de seu ministério reaparece no final dele, quando escreve a propósito da disputa entre Chile e Peru: “É mais prudente transigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado [...]. Foi transigindo com os nossos vizinhos que conseguimos por termo a todas as nossas questões de limites” (Despachos às Legações em Santiago e Buenos Aires apud LINS, 1945, v. 2, p. 683).

Sua preferência pela negociação era qualificada pelo senso prático da realidade. Não aceitou a pretensão do Peru de transformar em processo negociador tripartite as tratativas do Brasil com a Bolívia a respeito do Acre. Tampouco julgou viável a fórmula aventada pelo Uruguai e a Colômbia de uma negociação coletiva de fronteira, reunindo, do lado contrário ao brasileiro, todos os hispânicos herdeiros do Tratado de Santo Ildefonso. Lembrou, a propósito da primeira proposta, que o intento de negociar coletivamente as fronteiras do Paraguai com os membros da Tríplice Aliança provocou tensões que quase levaram a novo conflito entre o Brasil e a Argentina.

Apesar das vitórias pessoais nos arbitramentos contra a Argentina (Palmas) e a França (Amapá) e dos mais de trinta acordos do gênero que assinou, nunca mais recorreu a esse método após a decepção no caso da fronteira com a Guiana Inglesa, confiado ao rei da Itália. Opinou então num artigo sem assinatura que

o arbitramento nem sempre é eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável, e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável. [...] só devemos recorrer (à arbitragem) quando for de todo impossível chegarmos a um acordo direto com a parte adversa (Recortes de jornais apud LINS, 1945, v. 2, p. 402).

Como deixou claro nas instruções enviadas a Joaquim Nabuco, em Washington, na preparação da III Conferência Internacional Americana que se celebraria no Rio de Janeiro (1906), recusava “o arbitramento incondicional, abrangendo quaisquer questões que possam surgir”, não aceitava “um árbitro previamente designado para resolver todas as questões que surjam” porque “árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois”. Recomendava que “(P)ara cada caso deve haver compromisso especial e escolha de árbitro” (Despacho à Embaixada em Washington, 10/3/1906 apud Lins, 1945, v. 2, p. 758), o que deveria ser feito com infinita atenção às menores particularidades pessoais e nacionais. Julgava que se devia dedicar igual ou maior cuidado em definir com precisão o objeto da disputa e circunscrever minuciosa e restritivamente a margem de discricção do árbitro.

Do mesmo modo que Nabuco, estava persuadido de que os princípios aplicados na partilha da África pelas potências imperialistas europeias reunidas no Congresso de Berlim (1880) punham em grave risco a integridade da esparsamente povoada Amazônia brasileira. Exceto em relação ao que denominava de “homens da velha escola”, duvidava dos árbitros europeus,

influenciados por essa abordagem, preferindo os norte-americanos (sua primeira grande vitória, a de Palmas, se devia ao presidente Cleveland).

Com maior razão, suspeitava dos juristas da América Latina: “Para resolver questões entre nações da Sul-América, árbitros escolhidos na América do Norte e na Europa oferecem maior garantia de imparcialidade”. E, mais adiante:

Perante árbitros hispano-americanos estaríamos sempre mal [...] Temos questões territoriais pendentes com o Peru e a Colômbia, e também questões de navegação fluvial [...] Sempre sustentamos a nulidade do Tratado preliminar, ou provisório, de limites de 1777. Todos os nossos vizinhos, como agora a Colômbia e o Peru, opinaram pela sua validade. Não poderiam, portanto, ser juízes aceitos pelo Brasil (Despacho à Embaixada em Washington, 10/3/1906 apud Lins, 1945, v. 2, p. 759).

A segunda característica de sua política era a recusa de aceitar a validade dos ajustes coloniais anulados por guerras ou por execução incompleta, a não ser como elemento secundário e auxiliar na ausência de clara identificação da posse concreta. Tal convicção contrariava os vizinhos hispânicos, que defendiam como única base legítima para as fronteiras entre os sucessores de Portugal e Espanha o Tratado de Santo Ildefonso (1777), expressão jurídica do apogeu do poder militar espanhol na América do Sul.

A recusa de Santo Ildefonso se complementava pelo terceiro e decisivo princípio da política territorial do Barão: o *uti possidetis (de facto)*, isto é, a ocupação efetiva, com ou sem títulos. Na memória em defesa do direito do Brasil apresentada ao árbitro da questão de Palmas, esses *dois critérios de substância* são expressos de maneira taxativa:

O governo brasileiro sustentou sempre que o uti possidetis da época da independência [...] e as estipulações do Tratado de 1777 que não contrariam esse uti possidetis são as únicas bases sobre as quais devem assentar os ajustes de limites entre o Brasil e os Estados seus confinantes de origem espanhola (RIO BRANCO, 2012, v. I, p. 63).

Armado desses princípios e alertado pela gravidade da crise do Acre, Rio Branco teve êxito em resolver de maneira conclusiva todos os casos limítrofes pendentes de solução com os vizinhos. Chegou a dizer ao diplomata argentino Ramón J. Carcano que havia “construído o mapa do Brasil”. De fato, definiu-lhe o perfil territorial em relação ao contexto físico exterior, utilizando exclusivamente a negociação direta ou a arbitragem. Recorreu para tanto a meios legítimos de poder, mas em nenhum dos casos houve imposição unilateral pela força.

A declaração feita a Carcano e outra frase atribuída ao Barão – “território é poder” – indicam sua compreensão de que, se não equivale ao poder, o território constitui a condição para torná-lo possível. Por conseguinte, ao traçar os limites dentro dos quais se exerceria a soberania e ao fazê-lo de forma consensual, sem traumas, o chanceler pensava haver estabelecido as precondições para que o Brasil pudesse ter uma política externa a fim de lidar, em primeiro lugar, com as relações assimétricas de poder.

AS RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS DE PODER

Quase todos os temas fronteiriços faziam parte do eixo das relações com países dos quais não nos afastava uma insuperável desigualdade de poder. Pertencíamos, nós e eles, à mesma categoria, podíamos jogar o mesmo jogo. Nessa área de relativa igualdade, Rio Branco soube dosar com moderação o poder limitado de que

dispunha. No fundo, eram questões herdadas do passado a serem resolvidas com métodos e conceitos elaborados no século XIX.

A capacidade de criar e inovar do ministro encontrará sua melhor expressão em domínio distinto: na maneira de reagir a um problema daquele presente do começo do século XX. Tratava-se de aprender a lidar com potências das quais nos separava tal diferencial de poder que não podíamos aspirar a jogar com elas o mesmo jogo ou na mesma categoria. Nesse eixo de desigualdade e assimetria, as nações europeias apareciam como ameaças potenciais. O Brasil era o único sul-americano limítrofe a três potências da Europa, duas das quais exemplos acabados do agressivo imperialismo da época, o Reino Unido, que aproveitara a confusão dos primeiros dias da República para ocupar a ilha da Trindade e a França, com a qual tivéramos os sangrentos incidentes do Calçoene, no Amapá.

Na transição da Colônia para a independência, a preponderância inglesa nos impusera os “tratados desiguais” de 1810, reconduzidos mais tarde como preço pela mediação no reconhecimento do país independente. A jurisdição especial do “juiz conservador da nação inglesa”, as preferências comerciais, a interferência inibidora nas operações luso-brasileiras no Uruguai, as violências na repressão do tráfico de escravos se conjugaram gradualmente para liquidar a influência política britânica, conduzindo por fim à ruptura das relações na Questão Christie (1863).

Embora tivesse perdido a capacidade de pesar decisivamente sobre as decisões diplomáticas do Rio de Janeiro, Londres seguia como a principal praça financeira, comercial e de atração de investimentos para o país. Nesse cenário internacional ainda marcado pelo apogeu vitoriano e a ameaçadora ascensão da Alemanha do Kaiser, Rio Branco será dos primeiros contemporâneos a perceber que um novo poder começava a se afirmar. Como dirá num despacho a Washington: “[...] só havia grandes potências

na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma nova e poderosa nação com que devem contar” (Despacho à Embaixada em Washington, 1905 apud Lins, v. 2, p. 496).

O despacho data de 1905, época que para os historiadores diplomáticos americanos coincide com os dois eventos anunciadores do início do engajamento global dos Estados Unidos em assuntos além dos limites hemisféricos. O primeiro foi a mediação imposta pelo presidente Theodore Roosevelt para pôr termo à guerra russo-japonesa; o segundo, a participação norte-americana na conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir entre a França e a Alemanha a respeito do Marrocos.

O aparecimento de uma grande potência que começava a projetar sombra inibidora sobre o continente representava fato novo impossível de ignorar. No passado, as potências europeias, emaranhadas no seu infindável jogo de poder, pouco afetavam a diplomacia sul-americana do outro lado do Atlântico. Surgia agora um poder próximo, cuja força gravitacional passava a se fazer sentir de forma crescente. Não querer ver a realidade seria conceder uma vantagem a adversários potenciais. De fato, conforme observara Paranhos no citado artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*: “Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião”.

Além dos *rivals permanentes* (obviamente os argentinos) ou *adversários de ocasião* (peruanos, bolivianos), preocupava-o a ameaça dos europeus. O exemplo da interferência de Cleveland em favor da arbitragem entre o Reino Unido e a Venezuela convencera-o de que a França só não ocupara militarmente o Amapá por temor à reação americana. Na hora da negociação do

acordo submetendo a arbitramento a questão com Paris, escrevera à Secretaria de Estado:

Penso [...] que o que contém principalmente o governo francês é o receio de complicação com os Estados Unidos [...] e com a Inglaterra e talvez mesmo a desconfiança de que já tenhamos alguma inteligência secreta com os governos dessas duas grandes Potências.(grifo nosso).

Aconselhava, portanto: “interessar os Estados Unidos na questão da Guiana francesa” (Rio Branco apud Jorge, 2012, p. 93-94).

Ecos da velha herança portuguesa de uma diplomacia consciente da fraqueza militar e necessitada de aliado poderoso, essas palavras preanunciavam a busca do que Bradford Burns chamou de “aliança não escrita com os Estados Unidos”. Tal desígnio se consubstanciaria, sobretudo, em dois momentos decisivos: a criação da embaixada em Washington e a realização da III Conferência Interamericana no Rio de Janeiro.

A criação da embaixada se deve exclusivamente à iniciativa de Rio Branco e o próprio Joaquim Nabuco, escolhido para ser o embaixador, julgou-a prematura. Em 1905, data da decisão, eram raras as embaixadas, consideradas apanágio das grandes potências. Só existiam sete missões desse nível em Washington (as seis potências principais da Europa e o vizinho México), não havendo nenhuma no Rio de Janeiro. A elevação de legação a embaixada não podia ser medida unilateral, requerendo negociação prévia entre os governos interessados.

Desse modo, a decisão expressou pelo simbolismo do gesto diplomático a mudança de ênfase que passava a ocorrer na relação brasileiro-americana. Consciente da importância da medida, o Barão declarou explicitamente que havia deslocado o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington. No ano

seguinte, graças ao esforço de Nabuco, o Rio de Janeiro sediaria a III Conferência Interamericana com a presença do secretário de Estado Elihu Root, evento raro na época. Configurava-se dessa maneira uma aliança tácita pela qual cada um se dispunha a prestar apoio ao outro com vistas a servir seu próprio interesse.

Havia nisso muito de cálculo, do que mereceria ser visto como o *elemento pragmático* do paradigma. O Brasil tinha condições de proporcionar aos Estados Unidos algo que não seria capaz de oferecer às potências europeias: um apoio diplomático no continente em favor das posições de Washington em questões hemisféricas, no que se referia ao México, ao Panamá, à América Central, ao Caribe, esforçando-se por obter da parte dos latino-americanos maior aceitação da Doutrina de Monroe.

Em compensação, esperava dos americanos sustentação em relação aos europeus em eventuais dificuldades limítrofes ou políticas, como no incidente da canhoneira *Panther* com a Alemanha. Contava, além disso, se não com o ativo comprometimento dos Estados Unidos, ao menos com sua neutralidade benevolente nos problemas fronteiriços com os vizinhos, conforme sucedeu nas negociações sobre o Acre com o *Bolivian Syndicate*, a Bolívia e mais tarde o Peru.

O fundamental não era que existisse efetivamente uma aliança no sentido estrito entre os dois países, com expressão eventualmente militar (como sucederia apenas muito mais tarde, na Segunda Guerra Mundial). A verdadeira natureza da relação encontrara perfeita definição num dos discursos de Root no Rio de Janeiro, no qual afirmava: “Que os Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do Brasil juntem as mãos, não em tratados formais e escritos de aliança, mas na universal simpatia, confiança e estima dos seus povos”¹. Acima de tudo, importava a

1 Citado em Burns, 1966, p. 164.

percepção disseminada nos meios internacionais de que o Brasil, mais que qualquer outro país latino-americano, havia logrado estabelecer vínculos estreitos com os Estados Unidos.

Com outras palavras era o que asseverava Nabuco ao dizer que a política de aproximação com Washington equivalia ao “maior dos exércitos, à maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter”². Ao escrever que a hesitação da França no Amapá derivava da “desconfiança de uma inteligência secreta” do Brasil com os Estados Unidos (ver acima), o Barão acenava para o mesmo fenômeno: a importância da percepção e da imagem, ingredientes do prestígio diplomático, por sua vez componente apreciável do poder.

Longe de representar um gesto voluntarista motivado por considerações exclusivamente políticas, a decisão de intensificar a relação com os Estados Unidos refletia a transformação que se realizava no relacionamento econômico. O deslocamento do eixo diplomático acompanhava o da economia, que derivava cada vez mais da Europa em direção à América do Norte, à espera de que em nossos dias se movesse de novo rumo ao Pacífico.

Nos tempos de Paranhos ministro, o mercado norte-americano adquiria mais da metade do café brasileiro, 60% da borracha, a maior parte do cacau. Na época do estabelecimento da embaixada, o Brasil era o sexto parceiro no intercâmbio americano com o mundo, vindo após a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Chegamos a ser o terceiro maior fornecedor dos EUA; no ano da morte do Barão (1912) o mercado norte-americano absorvia nada menos que 36% do total de nossas exportações.

Em razão dessa situação privilegiada, o trigo e outros produtos americanos gozavam de redução tarifária de 20%, idêntica à concedida por Washington ao café brasileiro. Tendo a Argentina

2 A opinião de Joaquim Nabuco figura em carta transcrita por Costa, 1968, p. 107.

pleiteado em 1907 tratamento similar, Rio Branco recusou o pedido, alegando que os argentinos compravam apenas 120.000 sacas de café, contra as 6,1 milhões importadas pelo mercado ianque. Em despacho a Buenos Aires, argumentava:

Não basta que um país suprima os direitos sobre o café para que fiquemos obrigados a tratá-lo no mesmo pé de igualdade com os Estados Unidos. É necessário que um tal país nos compre café em quantidade que ao menos se aproxime da que nos compram os Estados Unidos (Despacho à Legação em Buenos Aires apud LINS, 1945, v. 2, p. 586).

A resposta brasileira confirma que as considerações comerciais pesavam já de maneira expressiva na aproximação com os americanos. Ao mesmo tempo, indica como diferia, numa era em que nem se sonhava com integração latino-americana, a abordagem das relações de relativa igualdade ou simetria.

RELAÇÕES DE RELATIVA IGUALDADE OU SIMETRIA

Com efeito, prossegue o despacho:

Somos e queremos ser sempre bons amigos da Argentina, mas questões de intercâmbio comercial não são questões de amizade, e para a nossa exportação a Argentina está muito longe de ser o que são os Estados Unidos. Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina; é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil (Despacho à Legação em Buenos Aires apud LINS, 1945, v. 2, p. 587).

Não passava pela cabeça dos estadistas de então conceder preferências ou vantagens em função da contiguidade ou da

comum identidade latino-americana. No eixo de relativa igualdade de poder, exigia-se estrita reciprocidade. Sobretudo quando se tratava de lidar com *rivals permanentes*.

A rigor, a relativa simetria ou igualdade de poder do Brasil se media somente com a Argentina, em contínua ascensão de riqueza, prosperidade, estabilidade e prestígio mundial desde o início da era das “vacas e do trigo”, por volta de 1880. Registrara-se até certa inversão na correlação de forças entre os dois êmulos. O Brasil do tumultuado começo da República, convulsionado por conflitos civis, afetado pelo Encilhamento e a crise do endividamento, parecia encolher. Ao menos até que a presidência Rodrigues Alves inaugurasse, junto com o quadriênio seguinte, o melhor período da Primeira República.

Já em 1882, quando era cônsul em Liverpool, Rio Branco inquietava-se com o descaso pelo Exército e a Marinha após a Guerra do Paraguai. Queixava-se nas cartas de que, em contraste com a Argentina, o Brasil já não tinha exército, nem esquadrões, nem torpedos. Mais tarde, quando ministro, seu empenho pela modernização do Exército e, em particular, pela renovação da frota, contribuirá para intensificar as tensões e desconfianças com Buenos Aires.

Defendendo-se das acusações de militarista e promotor de corrida armamentista, diria em discurso no Clube Militar (15 de outubro de 1911):

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis [...] Limitei-me a lembrar [...] a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos (apud LINS, 1945, v. 2, p. 774).

O plural de “vizinhos” não enganaria seu auditório: era transparente a referência à Argentina.

O pano de fundo de rivalidades, falta de confiança e simpatia, de questões limítrofes ainda em pleno desenvolvimento, ajuda a entender o caráter predominantemente problemático das relações de vizinhança no início da gestão de Paranhos. Este herdara o resíduo emotivo e estereotipado de séculos de antagonismo. Chegou a escrever num despacho à embaixada em Washington:

[...] Vossa Excelência não ignora que contra os Estados Unidos e contra o Brasil há na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só não as há contra o Brasil no Chile, no Equador, no México e na América Central (Despacho à Embaixada em Washington, 10/3/1906 apud LINS, 1945, v. 2, p. 524).

O curioso nesse texto é a identificação do Brasil com os Estados Unidos como comuns objetos da antipatia hispânica, sentimento hoje difícil de imaginar. Mais significativo, no entanto, é que nesse mesmo momento (o despacho tratava da preparação da vinda do secretário de Estado Root ao Rio de Janeiro), o chanceler se esforçasse em convencer Washington a estender a visita a Montevideú, Buenos Aires e Santiago. Assim, insistiu, “... dissipará ciúmes e prevenções. O melhor meio de obter o concurso dos hispano-americanos é afagar-lhes o amor próprio, e isso não fica mal a uma nação poderosa como a América” (Despacho à Embaixada em Washington, apud LINS, 1945, v. 2, p. 521).

É preciso lembrar que no começo do século XX e da gestão Rio Branco, o panorama das relações de vizinhança merecia ainda a seguinte descrição do despacho principal de instruções a Washington referido antes:

Olhando para o mapa, somos vizinhos de muitos países, mas vizinhos à moda da América, como dizia o Conde de Aranda no século XVIII, separados estes povos, uns dos outros, por desertos imensos. Só via Europa e Estados Unidos nos comunicamos com alguns de nossos vizinhos. No que diz respeito ao Brasil, a nossa influência e bons ofícios de amizade só se podem exercer com alguma eficácia sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia; procurando-nos operar de acordo com a Argentina e o Chile (Despacho à Embaixada em Washington, apud LINS, 1945, v. 2, p. 760).

Excetuadas as questões limítrofes, admitia-se assim de modo explícito que a densidade do relacionamento com a maioria dos vizinhos era superficial, carente da substância de comércio, vínculos econômicos, de cooperação e intercâmbio cultural. Esse vácuo teria de esperar décadas para começar a ser preenchido e o que surpreende é que o Barão tivesse começado, logo após a solução dos problemas fronteiriços, a tentar construir uma estrutura mais sólida de colaboração política. Ao declarar a Carcano que havia construído o mapa do Brasil (ver acima), o ministro acrescentou: “Agora o meu programa é contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos” (apud LINS, 1945, p. 681).

A mais audaciosa expressão que encontrou esse programa foi, em 1909, o projeto de “Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República da Argentina e a República do Chile”, redigido pessoalmente por Paranhos. O foco do tratado residia no artigo 1º, no qual as partes declaravam que procurariam “proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com os seus interesses e aspirações comuns e nas que se *encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul*” (grifo nosso).

Tratava-se, portanto, de criar no subsistema do Cone Sul um equivalente regional do Concerto das Grandes Potências na Europa. Não se pretendia nada de mais ambicioso como viria a ser em nossos dias a UNASUL. “Um acordo geral de todas as nações americanas”, observou o Barão no mesmo despacho diplomático, “é mais impossível ainda que entre as nações europeias”. Na América, a viabilidade de tal acordo dependeria de sua composição restrita aos países de maior poder, Estados Unidos, México, Brasil, Chile e Argentina. “Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução” (Despacho a Embaixada em Washington apud LINS, 1945).

Apesar do realismo de limitar o entendimento aos três maiores poderes do sul do continente, a proposta se revelou prematura. A Argentina justificou a reticência com o argumento de que o arranjo despertaria a desconfiança do Peru e, significativamente, poderia ocasionar reações negativas da parte dos Estados Unidos. Retomado três anos depois da morte de Rio Branco, o projeto levaria à assinatura do tratado em Buenos Aires (maio de 1915), mas a ideia se mostraria novamente inexecutável, pois apenas o Brasil ratificaria o instrumento.

Para o Barão, não passava de quimera a pretensão de contrapor aos Estados Unidos uma aliança geral de sentido hostil. Conforme escreveu a Nabuco:

A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles (Despacho à Embaixada em Washington, apud LINS, 1945, v. 2, p. 502).

Ante essa indiscutível evidência, existiam apenas duas possibilidades de introduzir algum contrapeso à concentração de

poder nos Estados Unidos: a de arranjos sub-regionais como o do ABC ou a multilateralização da Doutrina de Monroe. Com o malogro do tratado, frustrara-se uma das hipóteses para contrabalançar de forma relativa o excessivo poder norte-americano mediante a formação de um eixo entre os três mais influentes países da América do Sul.

Mais ou menos na mesma época, o Brasil tentara um esforço para multilateralizar a Doutrina de Monroe, retirando-lhe o caráter de política unilateral de Washington e introduzindo-lhe na aplicação um elemento de controle e supervisão do conjunto dos governos hemisféricos. A escassa receptividade por parte da Argentina, do Chile e outros latino-americanos obrigara a desistir da iniciativa na Quarta Conferência Interamericana (Buenos Aires, 1909).

Não deixa de ser sugestivo da dificuldade de construir consensos entre os governos da América Latina daquele tempo que dois dos raros insucessos do Barão tenham ocorrido nesse domínio. Cabe-lhe, no entanto, o mérito indiscutível de haver tentado articular o eixo das relações do Brasil com a América Latina e o eixo das relações preferenciais com os Estados Unidos.

A olhos críticos, algumas decisões da política exterior brasileira davam a impressão de subordinar o primeiro desses eixos, o latino-americano, ao da preferência por Washington. Pertencem sem dúvida a essa categoria o rápido reconhecimento do Panamá, a aprovação do Corolário Roosevelt e da intervenção em Cuba (1906), a rejeição da Doutrina Drago sobre condenação de cobrança à força de dívidas internacionais, o silêncio diante das manobras intimidatórias do exército norte-americano na fronteira com o México (1911).

Não obstante, Rio Branco acreditava não existir incompatibilidade inconciliável entre a amizade estreita do Brasil com os

Estados Unidos e vínculos cada vez melhores com os vizinhos. Via-se em termos idealizados como capaz de servir de ponte para aproximar e harmonizar a política norte-americana e a dos hispano-americanos. Para isso, o pan-americanismo poderia servir como instrumento para “substituir a desconfiança e o ressentimento infundados por uma crescente amizade entre todos os povos americanos” (Despacho a Embaixada em Washington). Não tardaria muito, porém, para descobrir os limites do paradigma pró-Estados Unidos.

LIMITES DO PARADIGMA PRÓ-ESTADOS UNIDOS

Embora fosse sincero o desejo do governo do Brasil de “poder em tudo estar de acordo com os Estados Unidos” (Telegrama de instruções de Rio Branco a Rui Barbosa apud LINS, 1945, v. 2, p. 565), a Segunda Conferência de Paz da Haia (1907) revelaria os limites insuperáveis da orientação e a existência de alternativas possíveis. Conduzida por Rui Barbosa, a delegação brasileira acabaria votando contra a americana em três das quatro grandes questões que dividiram a conferência, demonstrando a falta de substância da acusação de alinhamento automático. As divergências tiveram origem na aspiração de reconhecimento a uma posição internacional de destaque, por parte do Brasil, negada pelos critérios de classificação de potências da época. Para decepção do Barão, a delegação norte-americana, longe dos foros do pan-americanismo, se comportou da mesma forma que as grandes potências da Europa.

Esgotadas as diversas tentativas com vistas a obter para o país posição mais prestigiosa, o ministro evoluiu no sentido de finalmente apoiar o princípio da estrita igualdade jurídica dos

Estados sustentado desde o princípio por Rui Barbosa, a quem telegrafou:

Os países da América Latina foram tratados [...] com evidente injustiça. É possível que, renunciando à igualdade de tratamento [...] alguns se resignem a assinar convenções em que sejam declarados e se confessem nações de terceira, quarta ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número [...] Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas (Telegrama de instruções de Rio Branco a Rui Barbosa apud LINS, 1945, v. 2, p. 565).

O choque com a postura dos Estados Unidos levou o Brasil a assumir na conferência a liderança do grupo empenhado na igualdade jurídica, formado pelos latino-americanos e países europeus de menor porte. O historiador americano Bradford Burns comenta em seu *The Unwritten Alliance* (1966, p. 126): “[...] essa alternativa à cooperação com os Estados Unidos não era desagradável a Rio Branco, que aspirava fazer do Brasil um líder da América Latina”.

O episódio não produziu grandes consequências práticas, nem foi capaz de alterar o relacionamento estreito com Washington. Serviu, entretanto, para dissipar ilusões de que se pudesse contar sempre com a assistência dos EUA para elevar o Brasil à “esfera das grandes amizades internacionais” a que julgava ter direito. A descoberta de que já na época a prioridade americana obedecia a considerações de poder e favorecia os europeus seria registrada por Rio Branco no seguinte despacho a Nabuco:

A verdade [...] é que (o chefe e membros da delegação americana) procuraram sempre trabalhar de acordo com as grandes potências europeias, sem dar importância alguma ao Brasil e às demais nações americanas, contrariando assim

a política pan-americana seguida pelo governo dos Estados Unidos [...] (Despacho à Embaixada em Washington apud LINS, 1945, v. 2 p. 569).

Nem sempre no futuro os sucessores e herdeiros do paradigma teriam presente a lição.

Mais de cem anos transcorreram desde essa época. Duas guerras mundiais, o nazifascismo, a Revolução Russa, o comunismo, a Guerra Fria, a Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas, as armas de destruição em massa, transformaram em profundidade as relações internacionais e destruíram para sempre o mundo de Rio Branco. Sem embargo, nada disso elimina a sensação de que muitos dos dilemas enfrentados pelo pensamento e a ação do chanceler reaparecem sob outras formas.

A busca de papel central no centro das decisões mundiais – o posto permanente no Conselho da Liga ou no Conselho de Segurança da ONU – a substituição da Política Externa Independente ao envelhecido paradigma preferencial pelos EUA, a articulação de foros cada vez mais abrangentes com os BRICS, a África, o Oriente Médio, a opção pelo Mercosul e a América meridional, cada etapa evoca de um modo ou outro os desafios de um século atrás. Subjacente a essas questões percebe-se a permanência de um condicionamento mais profundo, o que se poderia chamar de tensão dialética entre aspirações e capacidades.

A TENSÃO DIALÉTICA ENTRE ASPIRAÇÕES E CAPACIDADES

Ao discursar no III Congresso Científico Latino-Americano que se realizava no Rio de Janeiro (1905), Paranhos aludia a uma de suas constantes preocupações, a segurança do continente que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado”. Para garantir a segurança, afirmava ser

“indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo (CARVALHO, 1998, p. 249-250).

Delgado de Carvalho (1998, p. 250), que recordou o trecho ao expirar o prazo indicado para essa transformação, observava com ponta de melancolia: “A cinquenta anos destas palavras, vale a pena citar a frase [...] que leva à meditação”. Com melhores motivos poderíamos repetir o comentário agora que se passaram quase cento e oito anos pontuados de constantes recaídas após ilusórios surtos de progresso.

Apesar de haver subestimado o tempo necessário para alcançar os desenvolvidos, Rio Branco nunca participou das ilusões recentes sobre o quanto nos faltava para alcançar o poder na acepção convencional. Em outro pronunciamento, especulava: “Quando pelo trabalho de anos, e muitos anos, tiverem conseguido igualar em *poder e riqueza*, a nossa grande irmã do Norte e as mais adiantadas nações da Europa [...]” (CARVALHO, 1998, p. 250, grifo nosso). O que Nabuco em termos um tanto prosaicos assim descrevia em seu Diário³: “Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo”.

O Barão não foi poupado pela fugacidade de nossos períodos de fastígio. Teve a sorte de que a melhor parte de sua gestão houvesse coincidido com os dois mandatos presidenciais de Rodrigues Alves e Afonso Pena, o ponto alto da Primeira República. Contudo, o

3 Volume II, p. 408, entrada relativa ao dia 25 de agosto de 1907.

final de seus anos de governo foi ensombrecido pela Revolta da Chibata, o bombardeio da Bahia, o começo da longa agonia que se acentua na presidência Hermes da Fonseca e só vai findar na Revolução de 1930.

Consciente da fraqueza herdada e recorrente, não obstante os avanços e conquistas, dava-se conta de que essas condições requeriam outro tipo de abordagem ao poder que não o convencional. Era o que antecipava no fim do século XIX, antes da arbitragem do Amapá, em carta ao ministro Carlos de Carvalho: “Os meios persuasivos são, a meu ver, os únicos de que lança mão para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil, que ainda não dispõe de força suficiente para impor a sua vontade a uma grande potência militar” (Carta a Carlos de Carvalho, 23/7/1896 apud Viana Filho, 1959, p. 234). Partindo dessa constatação, buscará primeiramente superar a distância entre aspirações e capacidades recorrendo às variedades de poder que, ao contrário da “força para impor a vontade”, estavam e estão a nosso alcance, as que hoje denominamos de poder brando ou suave.

O PODER BRANDO OU SUAVE E O PODER INTELIGENTE OU DO CONHECIMENTO

O tipo de poder citado pelo Barão equivale justamente ao poder duro ou “hard power”, a capacidade de efetuar coação militar ou econômica. Já os “meios persuasivos” correspondem ao poder brando ou suave, o “soft power”, na nomenclatura atual. A ele conviria ajuntar o “smart” ou “clever power”, o poder inteligente ou nascido da inteligência, do conhecimento, da capacidade de persuadir com argumentos tirados da história, da geografia, da cultura em geral. Todas, duras, brandas, inteligentes, são distintas

modalidades de uma mesma realidade, o poder, que não pode ser reduzido apenas à força e à coação. O professor Joseph Nye, de Harvard, que popularizou as expressões, admite haver-se inspirado nas concepções do marxista italiano Antonio Gramsci, o qual mostrou com clareza que a hegemonia pode derivar não da força coativa, mas da liderança moral e intelectual.

Muito antes do aparecimento dessas doutrinas modernas sobre o poder, Rio Branco já as compreendia por intuição e as antecipava na prática. Na carta-programa que escreve de Berlim ao ser convidado para ministro das Relações Exteriores (7/8/1902) mostrava compreender que uma chancelaria deve ser uma instituição baseada no conhecimento:

É preciso [...] restabelecer a seção do Arquivo [...] porque esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma biblioteca e uma seção geográfica na Direção do Arquivo, como em França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos (Carta a Frederico de Abranches, 7/8/1902 apud LINS, 1945, v. 2, p. 748-749).

Traçava programa que ele mesmo havia cumprido em sua carreira ao acumular a extraordinária erudição em história e geografia coloniais das Américas, em cartografia, velhos livros e papéis de arquivo, fundo de conhecimento especializado a que deveu parte considerável de seus sucessos, em especial nos arbitramentos de Palmas e do Amapá. Todo esse acervo reunido ao longo da vida, mais de 6.000 livros, alguns dos quais de extrema raridade, juntamente com a coleção de cartas geográficas e documentos, móveis, quadros, adornos, foi adquirido pelo Itamaraty por 350 contos de réis que a família teve impacientemente de esperar que o governo pagasse depois de sete anos.

Nas questões essencialmente políticas como a do Acre, em que a erudição servia apenas de elemento complementar, revelou notável maestria na dosagem com que soube usar a ampla gama de meios legítimos de poder, inclusive a ocupação militar do território em reação preventiva à ameaça de expedição repressiva boliviana. Recorreu ao limitado poder econômico brasileiro para comprar com indenização a desistência do *Bolivian Syndicate* e a título de compensação ao governo boliviano. Aplacou também este último com a cessão de parcela pequena de território brasileiro a fim de guardar a aparência de que se tratava de permuta e não meramente compra de território. Reforçou o atrativo da transação com a garantia de livre navegação por rios brasileiros e utilização de nossos portos.

O conflito sobre o Acre foi o momento em que o Brasil mais perto chegou da guerra contra um vizinho, interrompendo a tradição iniciada em 1870 com o fim da Guerra do Paraguai e hoje com mais de 143 anos. O problema dominou por completo os primeiros meses do Barão como ministro e o marcou decisivamente, determinando tanto a prioridade da concentração nas questões limítrofes quanto a determinação de sempre resolver os conflitos por meios pacíficos. Na Exposição de Motivos do Tratado de Petrópolis expõe a preferência pela transação, como gostava de dizer, ou negociação, com fórmula lapidar: “(A)s combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em todas ganham, serão sempre as melhores” (RIO BRANCO, 2012). Sustenta no mesmo texto que “as maiores vantagens da aquisição territorial que resultam desse tratado não são as materiais. *As de ordem moral e política são infinitamente superiores*” (RIO BRANCO, 2012, grifo nosso). É explícita e consciente a convicção de que os valores éticos deveriam orientar a ação diplomática, elemento decisivo da construção idealizada de um Brasil pacífico, amante do Direito e da moderação.

UM BRASIL PACÍFICO, AMANTE DO DIREITO E DA MODERAÇÃO

Rio Branco contribuiu mais do que nenhum outro para a elaboração do conceito de um país fiel à paz e ao Direito não por imposição das circunstâncias, mas por uma espécie de espontânea manifestação da essência profunda do caráter nacional. Pouco antes de sua morte, asseveraria no discurso no Clube Militar (outubro de 1911):

Toda a nossa vida [...] atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos incontestavelmente a primeira potência militar da América do Sul, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos (apud LINS, 1945, p. 774, grifo nosso).

Para isso, era preciso reler a história com olhar, se não apologético, ao menos benevolente, a fim de declarar: “Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido o nosso território” (apud LINS, 1945, v. 2, p. 685-686). A frase obedece à mesma intenção de justificativa indireta das intervenções nos países platinos do artigo citado no início do estudo, onde, após afirmar que nossa intervenção no Prata estava terminada, se explicava que o Brasil nada mais tinha a fazer na vida interna daquelas nações porque “está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento”⁴.

4 Artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, assinado com o pseudônimo de J. Penn no “Jornal do Comércio” (15/5/1906) apud LINS, 1945, v. 2, 491.

Retomando o argumento de condenação constitucional da conquista utilizado, oito anos antes, no caso do Acre, o discurso no Clube Militar prossegue: “[...] jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista[...]” (apud LINS, 1945, v. 2, p. 774). O imperativo constitucional, no entanto, traduziria algo de mais inato e profundo, conforme se depreende do discurso no Instituto Histórico (1909), no qual esclarece a motivação da decisão unilateral de retificar a fronteira na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão em favor do Uruguai, sem aceitar as compensações oferecidas: “Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque este testemunho de nosso amor ao Direito *fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro*” (apud LINS, 1945, v. 2, p. 674-675, grifo nosso).

Por conseguinte, o amor ao Direito, a generosidade, a moderação seriam como que atributos de uma certa ideia do Brasil e dos brasileiros. Como tais, elas seriam intemporais, quase independentes das circunstâncias. Ao ponto de pretender que mesmo se algum dia “pensarem alguns destes países latino-americanos em entregar-se à loucura das hegemônias ou ao delírio das grandezas pela prepotência” (velada alusão aos argentinos?)

estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo na força do Direito e, como hoje pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir (Discurso no Clube Militar, 15/10/191 apud LINS, 1945, v. 2, p. 774)

Todos os trechos citados fazem parte de discursos, conferências, artigos, exposições de motivos, documentos que

visam a explicar e “vender” a política externa. Nesse sentido, participam do esforço sistemático de edificação do que se poderia considerar uma “ideologia da política exterior”. Ideologia no sentido de conjunto de valores e padrões supostamente objetivos, mas que disfarçam ou maquilam interesses. Não seria difícil assim criticar ou “desconstruir” os argumentos, desvendando os objetivos que esconderiam.

Aceitando que a construção intelectual do ideário diplomático do Barão pertence a essa categoria de ideologias, deve-se reconhecer, entretanto, não ser indiferente escolher como conteúdo da construção a paz, o Direito, a moderação, a transação e não suas alternativas. Não faltam, com efeito, ideologias similares que puseram ênfase na ideia da “grandeza”, com fortes evocações da glória militar passada. Ou no “destino manifesto”, na superioridade de raça necessitada de espaço vital, ou na expansão do império eslavo e ortodoxo bem como inúmeras outras expressões mais ou menos agressivas. Ao escolher para distinguir a diplomacia brasileira aspirações mais especificamente “diplomáticas”, Rio Branco mereceu ser apontado por Gilberto Freyre como responsável pela conversão do Itamaraty num sistema de organização e definição de valores superiormente nacionais.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DE VALORES SUPERIORMENTE NACIONAIS

A afirmação aparece em “Ordem e Progresso”, em passagem na qual se descreve

a idealização do Itamaraty, dirigido pelo Barão do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular e no

exterior, em geral [...] do Itamaraty que foi também, no Brasil dos dias do Barão, uma espécie de Ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação ou Propaganda [...] (Freyre, 1959, 1º tomo, p. CXLVI).

Freyre observa que o chanceler se interessou até pela instalação no país de colégios de freiras francesas para aprimoramento da cultura feminina. Poderia acrescentar que sua influência se fez sentir nos mais diversos setores, a começar pela modernização das Forças Armadas. E conclui que, sob sua direção, o Itamaraty havia deixado de ser instituição puramente diplomática para transformar-se em sistema de “organização e definição de valores superiormente nacionais: sistema a que o Barão comunicou sua imagem de superprotetor de uma pátria a seu ver necessitada do respeito dos europeus e dos anglo-saxões, para crescente afirmação do seu prestígio” (FREYRE, 1959, 1º tomo, p. CLI, grifo nosso).

Não explicita claramente o que seriam esses “valores superiormente nacionais”. Uma interpretação plausível sugeriria que Paranhos não se iludia sobre o “país real” do atraso econômico, da Revolta da Vacina, do analfabetismo de mais de 80%. Não havia como iludir-se, já que o país real insistia em perturbar a imagem idealizada. Carlos Laet comentou que a Revolta da Chibata liderada pelo marujo João Cândido tinha sido para ele “um abalo tremendo. Sonhara um Brasil forte e capaz de, pela sua união [...] dominar os destinos desta parte sul do Continente”. Ao olhar a baía ameaçada, “teria talvez compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal [...]” (apud LINS, 1945, v. 2, p. 691).

Não bastava, portanto, vender ao estrangeiro a imagem idealizada do Brasil, em conflito com os fatos e acontecimentos. Era preciso transformar a própria realidade a fim de aproximá-la

do modelo ideal, por meio de um esforço para organizar e definir “valores superiormente nacionais”.

Esses valores coincidiam obviamente com aqueles que o Barão herdara do Segundo Império: o liberalismo jurídico, o conservantismo moderado para “por termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional” (Carta a Joaquim Nabuco, 30/8/1902 apud Viana Filho, p. 317) um projeto de desenvolvimento assim descrito:

A Nação Brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes por honra de todos nós e por segurança do nosso continente [...] (Discurso no Congresso Científico Americano apud CARVALHO, 1998, p. 249-250).

Esses valores apelaram ao que havia de melhor na consciência cívica e moral do público. Além de sua qualidade ética intrínseca, eles se viram confirmados e reforçados pelos êxitos diplomáticos do Barão. As vitórias nos arbitramentos, no Acre, nas demais negociações de fronteira, no incidente da *Panther*, no do telegrama nº 9 com a Argentina, de certa maneira ajudaram a legitimar a república do Encilhamento, de Canudos, da Revolta Federalista. Restituíram, por outro lado, a autoestima aos brasileiros humilhados pelos desastrosos e desencontros de governos que pareciam empenhados em fazer do país mais uma república latino-americana.

Não é de surpreender, portanto, que os contemporâneos se identificassem ao ministro e o confundissem com a encarnação do país ideal, conforme observou o diplomata argentino José Maria Cantilo (1935) ao escrever: “Rio Branco tinha uma popularidade extraordinária. *Era o próprio Brasil*” (grifo nosso).

Parcela significativa dessa popularidade devia-se ao papel que teve como “definidor de valores superiormente nacionais”. Não existiam obviamente condições de credibilidade entre nós para criar um “ideal republicano” como fizeram Jefferson e Lincoln para os Estados Unidos ou a Revolução de 1789 deu à França. Tampouco existia a possibilidade de compensar a ausência de um ideal político com uma extraordinária demonstração de progresso material.

A esse vazio moral e político trouxe o chanceler um conjunto de princípios e valores que fizeram da política exterior o único domínio de indiscutível êxito do Brasil, ratificado não só pelos resultados concretos e palpáveis em fronteiras, mas valorizado pelo prestígio e respeito do mundo exterior. Produziu-se fenômeno de virtual unanimidade consensual em torno da diplomacia, facilitado pelo cuidado do ministro de se abster da tentação da política interna ou partidária e de suas inevitáveis divisões.

Segundo explicou, preferiu dedicar-se apenas às relações exteriores, pois “ocupando-me [...] com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos” (Discurso de Rio Branco em 20/4/1909 apud Viana Filho, 1959, p. 409-410). Em outra ocasião, seria mais explícito ao justificar por que não quisera ser candidato a presidente (na campanha que elegeu o marechal Hermes da Fonseca):

Candidato ou Presidente me lançava nas ondas da política militante, envolvia-me na voragem de todas as paixões e interesses humanos. Seria discutido, atacado, diminuído, desautorizado pelo choque das ambições bravias, e não teria como Presidente a força que hoje tenho como Ministro para dirigir as relações exteriores (apud Viana Filho, 1959, p. 418, grifo nosso).

Talvez seja nesses fatores – o sucesso constante, o afastamento de partidos e facções, o sistema de valores – que se tenha de buscar a explicação da prolongada valorização da tradição diplomática pela sociedade brasileira. Em contraste com o que se costuma encontrar em muitos países, no Brasil a glória do passado é mais frequentemente associada à diplomacia que aos feitos militares ou a realizações em outros setores.

Muita coisa envelheceu no paradigma Rio Branco, a começar pela aproximação preferencial pelos Estados Unidos. Porém, o sistema de valores éticos e políticos a que deu expressão teve a maior consagração que se pode desejar para um desígnio intelectual: de inovação, converteu-se em lugar comum.

O conceito de um Brasil não expansionista, satisfeito com seu território, confiante no Direito Internacional, nas soluções negociadas, fiel a não intervenção, incorporou-se de tal maneira ao discurso diplomático brasileiro que se tornou intemporal, como se tivesse sempre existido. A consolidação pelo Barão do ideário externo nacional em termos de objetivos e métodos foi internalizada de forma tão completa e profunda que passou a ser impensável imaginar um Brasil de personalidade internacional diferente.

E se nem tudo nesse ideário se transformou até agora em realidade, o próprio programa esboçado mais de um século atrás já assinalava o caminho para lá chegar. Ao fixar como meta a “esfera das grandes amizades internacionais” a que o Brasil teria direito, Rio Branco apresentava como razões desse direito o prestígio da grandeza territorial e a força da população, dois fatores já dados e existentes na época. Não aludia nem ao poderio militar, omissão significativa num homem apaixonado pela história militar, nem se referia à pujança econômica.

Antecedia a enumeração do território e da população por fórmula curiosa, a “aspiração da cultura”. Não a cultura em si, que não poderia invocar quando era analfabeta mais de oitenta por cento da população, mas a aspiração pela cultura. Menos que elemento presente, tratava-se de um vir-a-ser, algo que remete a Antonio Candido, que descrevia sua obra *Formação da Literatura Brasileira* (1964, v. 1, p. 27) como “a história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”.

Com a mesma inspiração, pode-se igualmente afirmar que o paradigma herdado do fundador da diplomacia republicana não é tanto um repositório de coisas idas e vividas, um museu de troféus do passado, mas um desafio dirigido aos brasileiros de hoje para virem a ter uma política externa à altura das qualidades sonhadas pelo Barão do Rio Branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance Rio-Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 2ª edição revista, 1º volume, 1964.

CANTILLO, José Maria. Conferencias (años 1932-1933). *Recuerdos de mi vida diplomática*. Buenos Aires, 1935.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. edição fac-similar, Brasília: Senado Federal, 1998.

COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

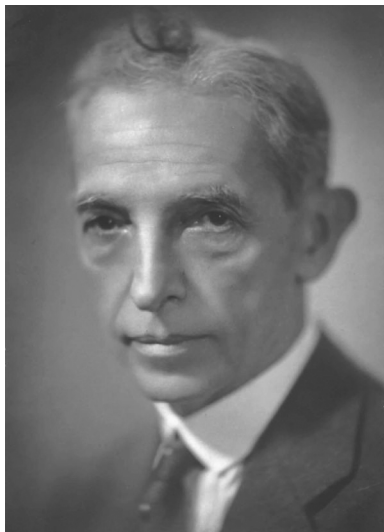
JORGE, A. G. de Araujo. *Introdução às Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012.

LINS, Álvaro. *Rio-Branco*. (O Barão do Rio Branco: 1845-1912). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945, 2 v.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Joaquim Nabuco – Diários: 1873-1910*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012.

VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.



AFRÂNIO DE MELO FRANCO

Membro de tradicional família mineira, nasceu em Paracatu em 25/2/1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891, foi deputado estadual de 1903 a 1906, iniciando nesse último ano sua longa carreira (1906-1930) como deputado federal, interrompendo-a periodicamente para servir ao governo federal. Após missão diplomática à Bolívia em 1917, tornou-se ministro da Viação durante 1918-1919, e representou o Brasil na 1ª Conferência Internacional do Trabalho em Washington em 1919. Chefiou a delegação brasileira à V Conferência Interamericana, em Santiago, em 1923, e naquele mesmo ano embarcou para Genebra como representante do Brasil à Liga das Nações, cabendo-lhe liderar (1923-1926) a campanha malsucedida e controvertida para obter um lugar permanente no Conselho da Liga. Reeleito deputado federal em 1927, teve papel de destaque na formação da Aliança Liberal sob cuja bandeira ocorreu a Revolução de 1930. De 1930 a 1933 foi ministro das Relações Exteriores no Governo Provisório de Getúlio

Vargas. Pontos altos de sua atuação na chefia do Itamaraty foram a “Reforma Melo Franco” (1931) da administração ministerial e seu esforço mediador no conflito de Letícia entre a Colômbia e Peru; em 1934, depois de pedir demissão do Itamaraty, retomou o papel de mediador e conseguiu negociar um acordo de paz naquele mesmo ano. Em 1938 chefiou a delegação à VIII Conferência Interamericana e, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial foi presidente da Comissão Interamericana de Neutralidade. Morreu em 1° de janeiro de 1943.

AFRÂNIO DE MELO FRANCO: A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA

Stanley Hilton

O telefonema na noite de 24 de outubro de 1930, feito em nome do chefe do Estado-Maior do Exército, pôs fim ao asilo voluntário de Afrânio de Melo Franco na embaixada peruana, onde se refugiara para escapar à perseguição policial. Chamado ao Palácio do Catete e convidado nessa mesma noite, pela junta militar que acabava de depor o presidente Washington Luís, a assumir a pasta do Exterior, Melo Franco concordou. Dias depois, Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias vitoriosas, tomou o poder no Rio de Janeiro e, ao formar seu Governo Provisório (1930-1934), pediu que ele continuasse no cargo. Partidário declarado do movimento que derrubara a República Velha, Melo Franco aceitou a incumbência, tornando-se, assim, o “Chanceler da Revolução” com responsabilidade pela conduta da política externa brasileira durante o que seria um dos mais tumultuados períodos da História Contemporânea. Não seria sua primeira experiência com crises diplomáticas – na década que antecedeu à Revolução de 1930 participara intimamente dos momentos mais dramáticos da diplomacia brasileira, ganhando reputação internacional por seus

conhecimentos jurídicos e seu talento como negociador e diplomata. Mas os problemas que enfrentaria na chefia do Itamaraty poriam à prova todas suas qualidades de estadista. Sua gestão no Itamaraty abrangeria a época da Grande Depressão durante a qual eclodiria a Guerra do Chaco, irromperia o conflito de Letícia, o Japão lançaria a conquista militar da Manchúria, desencadearia seu programa de conquista no Extremo Oriente, e Adolf Hitler alcançaria o poder na Alemanha, provocando uma crise política no Velho Continente, cujo desfecho seria a guerra mais catastrófica da História moderna. Complicando ainda mais a conduta da diplomacia, as divisões políticas internas no Brasil levariam à rebelião do Estado de São Paulo contra o Governo Provisório em 1932. Tudo isto, e mais o desafio de modernizar o aparelho diplomático brasileiro, Melo Franco enfrentaria com tato, firmeza, e habilidade incomuns. Seus serviços ao Brasil não terminariam quando findou sua gestão no Itamaraty. Na iminência de nova conflagração global em fins da década, seria convocado para representar o país na 8ª Conferência Interamericana em Lima; e, quando a Segunda Guerra Mundial rebentou e espalhou-se pelo globo inteiro, Melo Franco encontrar-se-ia com a incumbência de presidente da Comissão Interamericana de Neutralidade. Morreu em 1943, tendo contribuído, com sua longa vida pública, de maneira fundamental para a consolidação das ideias e dos valores que serviam de base à estratégia de política externa seguida pelo Brasil¹.

DIPLOMATA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Foi em julho de 1917, em plena guerra mundial, que Melo Franco, a pedido do presidente Venceslau Brás, empreendeu sua

1 O autor deseja agradecer a cooperação amigável e valiosa prestada pelo Dr. Paulo Roberto de Almeida no preparo deste ensaio.

primeira missão diplomática independente e de significado político específico. Essa missão parecia ser apenas cerimonial – representar o Governo na posse do novo chefe do executivo da Bolívia – mas havia nela uma dimensão política bem mais ampla. A situação do Hemisfério naquele momento estava tensa por causa do conflito na Europa. Desde o início do ano, os Estados Unidos, com a colaboração do Brasil, vinham tentando, face à forte oposição da Argentina e do México, mobilizar o apoio latino-americano contra a Alemanha. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra em abril, após ataques de submarinos alemães a navios mercantes norte-americanos, e o rompimento de relações com Berlim pelo Rio de Janeiro, essa campanha naturalmente ganhou em intensidade. A Argentina, por sua vez, imediatamente redobrou seus esforços para forjar um bloco neutro hispano-americano². A batalha diplomática, somada à beligerância de vários Estados Americanos, gerava múltiplos problemas políticos e jurídicos para os países latino-americanos, e Melo Franco, segundo as instruções recebidas do Itamaraty, deveria conversar a esse respeito com seus colegas hispano-americanos nas capitais por onde passaria. Mais especificamente, deveria tentar fortalecer o diálogo bilateral com a Bolívia face à pressão argentina sobre este último país³.

Durante a viagem Melo Franco, em entrevistas e discursos, deixou clara sua simpatia pessoal, e a do Brasil, pela causa dos Aliados – e também proclamou suas convicções quanto à unicidade moral e ética de uma América unida em torno dos ideais americanos. “Este admirável espetáculo de solidariedade pan-americana”, declarou em discurso de saudação ao presidente boliviano, “é tanto mais consolador e cheio de esperanças quanto maior é o contraste que apresenta com o quadro sinistro que se oferece aos nossos

2 Emily S. Rosenberg, “World War I and ‘Continental Solidarity’”, p. 313-327.

3 Afonso Arinos de Melo Franco (doravante Afonso Arinos), *Estadista*, II, p. 881-882.

olhos estupefatos nos campos de batalha do Velho Mundo”⁴. Com seus pronunciamentos públicos, Melo Franco não só expressava seus sentimento íntimos, mas cumpria com suas instruções, lembrando aos outros povos americanos que havia uma alternativa à política neutralista e anti-Estados Unidos da Argentina – a da solidariedade em torno do país irmão agredido. Quanto à sua tarefa junto ao governo boliviano, conseguiu criar uma atmosfera de cordialidade que redundaria em benefício do Brasil durante negociações bilaterais posteriores. Em um sentido mais amplo, seus contatos com vários diplomatas e líderes sul-americanos – o presidente argentino, Hipólito Irigoyen, por exemplo – lhe deram uma compreensão mais profunda da América Espanhola e mais convencido de que a *détente* com a Argentina era imprescindível. De volta ao Brasil, em sessão secreta da Câmara dos Deputados, após a declaração de guerra à Alemanha, Melo Franco usou sua influência para acalmar paixões oriundas da atitude hesitante da Argentina em relação ao movimento pan-americano liderado pelos Estados Unidos. O objetivo da sessão era examinar a situação militar nacional brasileira em face do estado de guerra e das crescentes tensões no Cone Sul. Melo Franco foi designado para falar sobre a posição do Brasil em face da América Espanhola, principalmente a Argentina. Para contrabalançar o alarmismo de alguns de seus colegas, defendeu vigorosamente a necessidade de esforços ainda maiores para fortalecer a solidariedade interamericana⁵.

Melo Franco encontrar-se-ia ao centro dos dois episódios mais polêmicos da política externa do Brasil nos anos 20⁶ – o da V Conferência Interamericana em Santiago em 1923 e o da retirada do Brasil da Liga das Nações em 1926. O conclave de Santiago foi

4 Ibid., p. 885.

5 Ibid., p. 898.

6 Sobre a política externa daquela época, ver Eugênio Vargas Garcia, *Entre América e Europa*.

o mais controvertido da história do movimento pan-americano até então por causa do acalorado debate público travado em torno da questão do desarmamento, antes e durante a Conferência. O chanceler Felix Pacheco, visando justamente evitar atritos no seio dela, inadvertidamente prestou-se aos inimigos do Brasil quando propôs aos governos da Argentina e do Chile uma reunião preliminar dos três países a fim de encontrarem uma atitude comum sobre o desarmamento⁷. Para os estrategistas brasileiros, as forças armadas de um país deveriam ser comensuradas com sua extensão territorial; uma nação como o Brasil, com um litoral de mais de 5.000 quilômetros, precisava, assim, de uma Marinha de Guerra bem maior do que a que possuía. Aliás, o estado lamentável do aparato militar do Brasil era segredo aberto naquela época, sendo que o general Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa no Rio de Janeiro, comentara recentemente em relatório confidencial que a Argentina gastava quatro vezes mais do que o Brasil nas forças armadas⁸. Para os líderes brasileiros, portanto, era impensável concordar com uma redução de armamentos e Pacheco, em boa-fé e apoiado por Rui Barbosa, esperava chegar a um acordo prévio com a Argentina e o Chile a esse respeito⁹. A *démarche* de Pacheco, porém, foi contraproducente: o Chile aceitou seu convite para uma reunião preliminar, mas, enquanto a imprensa portenha denunciava o “armamentismo brasileiro”, o governo argentino o recusou, alegando que “países irmãos” poderiam ficar ressentidos. Assim, Melo Franco, convidado para chefiar a delegação brasileira, alcançou Santiago em meio a uma tempestade diplomática¹⁰.

7 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1113-1119.

8 Citado em Stanley E. Hilton, “Brazil and the Post-Versailles World”, p. 347- 348.

9 Felix Pacheco ao Ministro da Guerra, 28/11/1922; Rui Barbosa a Pacheco, 30/11/1922, Arquivo Histórico do Itamarati (doravante AHI).

10 “Jamais, em nenhum outro congresso internacional, o Brasil se viu em situação mais difícil”, diria com acerto o general Tasso Fragoso, membro da delegação a Santiago. Citado em Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1120-1123.

Sua tarefa era delicada: impedir qualquer restrição ao direito do Brasil de adquirir os meios de defesa julgados necessários e, simultaneamente, desfazer intrigas e atenuar receios do suposto armamentismo brasileiro. Chegou na capital chilena em 24 de março e imediatamente procurou o presidente Arturo Alessandri para sublinhar as intenções pacíficas do Brasil e preveni-lo contra o que parecia ser uma tentativa de sabotagem da Conferência por parte de certos setores argentinos. O máximo que o enviado brasileiro admitia era uma declaração geral de princípios nos moldes dos já aprovados pela Liga das Nações e que levava em conta as necessidades de segurança peculiares a cada nação¹¹. No foro da Conferência os debates foram às vezes animados, os atritos frequentes, e a tensão constante. Sendo o Brasil alvo das “acrimoniosas investidas” do chefe da delegação argentina e dada a “campanha de virulenta hostilidade” movida ao Brasil pela imprensa de Buenos Aires, a pressão sobre a delegação brasileira era enorme, mas Melo Franco, por natureza um homem por natureza paciente, cortês, e afável, não perdeu sua serenidade, agindo, nas palavras do então major Estevão Leitão de Carvalho, um de seus assessores militares na ocasião, com “discernimento, espírito conciliador e firmeza”¹². Para combater as acusações de militarismo feitas ao Brasil, lembrou aos representantes hispano-americanos que a Constituição de 1891, então em vigor, proibia guerras de conquista e que o Brasil, outrossim, assinara no último quarto de século trinta convenções de arbitragem, destacando-se as negociadas com os países hispano-americanos limítrofes. Além disso, como membro da subcomissão que elaborou o texto final do chamado Pacto Gondra, que reforçava a arbitragem como meio de evitar conflitos armados, Melo Franco foi quem mais ativamente se

11 Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 25, 30/3/1923, AHI.

12 Estevão Leitão de Carvalho, *Memórias*, p. 86-87.

empenhou em mediar divergências entre as delegações para poder chegar a um consenso em torno do Pacto. O documento acabou sendo aprovado pela Conferência e o Brasil seria o primeiro país a ratificá-lo. Melo Franco, outrossim, teve a satisfação de alcançar o objetivo principal de sua missão: desviar os debates da ideia de se fazer recomendações específicas sobre armamentos¹³.

Sua experiência em Santiago deixou Melo Franco mais impressionado do que nunca com a dicotomia luso-espanhola na América, reforçando, assim, nele o que era a convicção central do pensamento estratégico brasileiro e aprofundando seus receios da politização e fragmentação ainda maiores do movimento pan-americano. “É evidente [que] a constituição de um bloco hispano-americano ... nunca nos poderá ser favorável”, advertiu em telegrama a Pacheco em 20 de abril. Como combater essa tendência? Componente chave da estratégia nacional era o uso da cordialidade diplomática como instrumento de contenção da Argentina; Melo Franco era firme partidário dessa linha de ação, vendo nela um meio de dissipar o ambiente de prevenção contra o Brasil. Seu apoio entusiástico ao Pacto Gondra foi um passo feliz naquele sentido; agiu também para impedir o que poderia ter sido interpretado como um gesto ostensivo de descortesia ou de ressentimento em relação ao governo argentino. Segundo Leitão de Carvalho, vários auxiliares de Melo Franco chegaram a recomendar que, na viagem de volta ao Rio de Janeiro, a delegação não fizesse escala em Buenos Aires, temendo que ela fosse vítima de desconsideração pública. Melo Franco, entretanto, após ouvir todas as opiniões, insistiu na necessidade de regressar pela capital argentina¹⁴. Lá conversou amigavelmente com o

13 Melo Franco, *Brazil's Declaration of Principles [...] April 21st 1923* (Rio de Janeiro, 1923), 3,5; Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1148-1151. O autor agradece a gentileza do Dr. Paulo Roberto de Almeida em lhe fornecer esta referência.

14 Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 20 abril 1923, AHI; Leitão de Carvalho, *Memórias*, p. 89.

presidente argentino, Marcelo Torquato de Alvear, aproveitando a oportunidade para demonstrar cordialidade fraternal em relação à Argentina. A imprensa portenha, entretanto, ao longo do resto do ano continuaria a atacar o Brasil, atribuindo-lhe ímpetus expansionistas, ao passo que o governo Alvear prosseguiria com seu programa de rearmamento, as despesas militares argentinas atingindo níveis sem precedentes nos anos 20¹⁵.

A batalha diplomática em Santiago foi excelente preparo para a próxima prova de fogo de Melo Franco. Poucas semanas depois de sua volta ao Brasil, o presidente Artur Bernardes persuadiu-o a aceitar a chefia da delegação à IV Assembleia da Liga das Nações, a reunir-se em setembro. Após essa primeira missão em Genebra em 1923, Melo Franco voltaria no ano seguinte como embaixador e ocuparia esse cargo até meados de 1926. O Brasil tomava parte ativa naquela organização, servindo como membro temporário de seu Conselho desde sua fundação, e o principal objetivo do governo Bernardes era obter um lugar permanente nele ao lado das grandes potências, o que teria aumentado enormemente o prestígio e influência do Brasil no cenário internacional – e também fortalecido o governo na frente interna¹⁶. Aquele objetivo, porém, era na verdade inatingível e a campanha empreendida para alcançá-lo carecia de realismo. O Brasil era o maior país da América Latina e o único a ter participado diretamente, embora em escala bem reduzida, da Grande Guerra ao lado dos Aliados. Mas era militar e economicamente fraco, fato que praticamente garantia que as grandes potências europeias não o aceitariam como parceiro diplomático em pé de igualdade. Enfraquecendo ainda mais a posição brasileira era o fato de os governos hispano-americanos se

15 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1158-1159; Robert A. Potash, *Army and Politics in Argentina*, p. 8.

16 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1173.

oporem tenazmente à ideia de que o Brasil deveria ser a porta-voz permanente da América Latina na organização mundial¹⁷.

Melo Franco, sem embargo, batalhou de maneira sobre-humana para angariar votos para a candidatura brasileira. “Eu escrevo pouco porque não tenho tempo para fazê-lo, pois passo dias inteiros trabalhando, até 7 horas da noite, e, às vezes, até muito mais tarde...”, observou certa vez em carta a sua mãe¹⁸. Na sessão de 1923 teve a ideia de dirigir um memorando a seus colegas no Conselho propondo que mais dois lugares permanentes fossem criados para serem ocupados eventualmente pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Até que esses dois países ingressassem na Liga, o Brasil e a Espanha deveriam ocupar os lugares provisoriamente. Em vista da recusa terminante de os Estados Unidos ingressarem na Liga, o plano de Melo Franco seria uma maneira de o Brasil se tornar membro permanente de fato. Qualquer modificação da composição do Conselho, entretanto, exigiria uma reforma do próprio Pacto da Liga das Nações, a qual por sua vez dependeria do voto unânime do Conselho – e o governo britânico deixava clara sua oposição a tal reforma. Melo Franco acabou conseguindo a reeleição do Brasil para mais um mandato não permanente, mas uma reunião especial dos chefes das delegações latino-americanas para debater o assunto revelou que sua oposição à pretensão brasileira continuava forte¹⁹.

Nos dois anos seguintes Melo Franco lutaria sem sucesso para convencer seus colegas em Genebra da justiça da reivindicação brasileira²⁰. Por outro lado, as nações europeias, que efetivamente

17 Leitura indispensável sobre o esforço do Brasil para conseguir um posto permanente no Conselho da Liga é Eugênio Vargas Garcia, *O Brasil e a Liga das Nações, 1919-1926*.

18 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1178-1179, 1215-1221; Afrânio de Melo Franco a Ana Leopoldina de Melo Franco, 7 fev. 1925, Arquivo Virgílio de Melo Franco (doravante VMF).

19 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1173, 1175.

20 Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 9/9/1925, AHI.

controlavam a Liga, preocupavam-se acima de tudo com problemas do Velho Continente, demonstrando indiferença em relação à América Latina. “Não tenho conhecimento de interesse algum americano, de nenhuma dificuldade continental nossa, que tenha figurado em qualquer ordem do dia das sessões do Conselho ou da Assembleia”, Melo Franco reclamou. Segundo ele, a “ignorância” de líderes europeus com respeito à América Latina era quase total²¹.

As possibilidades de o Brasil poder ocupar um lugar de maior destaque dentro da Liga eram, assim, quase nulas ao chegar no início de 1926, época em que o Conselho preparava-se para uma sessão especial para decidir sobre o pedido feito pela Alemanha para entrar na Liga e assumir um posto permanente no Conselho criado exclusivamente para ela. Esse pedido formava parte de um pacote combinado pelas principais nações europeias em um conclave em Locarno, em fins de 1925, e que visava estabilizar a situação da Europa por meio de garantias de fronteiras e a plena reintegração da Alemanha no vida política do continente. Da criação de um lugar permanente para aquele país no Conselho dependia a execução dos acordos de Locarno – e isso era a preocupação central das principais potências europeias naquele momento. Artur Bernardes, porém, julgava a questão do ingresso da Alemanha no Conselho como a grande oportunidade para insistir na reivindicação brasileira; estava disposto, inclusive, se o Brasil não fosse atendido pelo Conselho, a exercer o direito de veto que lhe cabia como membro (não permanente) do Conselho e bloquear, embora temporariamente, a entrada da Alemanha. Melo Franco apreciava o simbolismo do ingresso solitário da Alemanha, mas compreendia também seu significado político mais amplo e sua

21 Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 19/3/1925, Arquivo Afrânio de Melo Franco (doravante AMF). Sir Robert Vansittart, chefe do Departamento Americano do Foreign Office naquela época, indiretamente dava razão a Melo Franco, lembrando que os diplomatas britânicos desprezavam a América Latina. Vansittart; citado em Stanley E. Hilton, “Latin America and Western Europe, 1880-1945”, p. 5.

possível contribuição para a manutenção da paz na Europa. Por isso, em véspera da reunião especial do Conselho, chamou mais de uma vez a atenção de Pacheco para a grande inconveniência de o Brasil interferir nesse processo. “O veto agora exercido teria por efeito a queda do Tratado de Locarno, em que tanta esperança pôs a humanidade...”, declarou em telegrama de 20 de fevereiro. “Nós nos exporíamos a uma situação muito desagradável e à condenação universal, se assumíssemos esse odioso papel”, argumentou uma semana depois²².

Bernardes, entretanto, foi intransigente, argumentando que o Brasil perderia “autoridade internacional” se deixasse a Alemanha entrar sozinha no grupo de membros permanentes do Conselho. Assim, nos primeiros dias de março mandou, por intermédio do Itamaraty, reiteradas instruções a Melo Franco no sentido de exercer o veto caso um posto permanente fosse negado ao Brasil²³. O período da sessão especial foi para Melo Franco talvez o mais árduo de sua carreira diplomática. “Estou cansadíssimo da rude batalha, que sustentei aqui durante 12 dias, trabalhando dia e noite, não encontrando repouso nem nos momentos em que me abrigava em nossa casa...”, escreveria a um filho seu no fim do mês. “Vivi pela energia nervosa, sem comer, sem dormir, sem conseguir isolar-me, ao menos, para fechar os olhos e refletir”. O embaixador esgotou, junto a seus colegas no Conselho, toda a argumentação jurídica e ética, mas acabaram cerrando fileiras em torno da entrada unicamente da Alemanha. Na esperança de conseguir uma modificação de suas instruções, no dia 12 de março apelou diretamente a Bernardes, admoestando-o de que seria “um erro funesto” recorrer ao veto. “Defensores da arbitragem,

22 Afrânio de Melo Franco a Pacheco (para Bernardes), 15/2/1926, Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1239; Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 20/2, 28/2/1926, AHI.

23 Bernardes a Afrânio de Melo Franco, 5/3/1926; Pacheco a Afrânio de Melo Franco, 7, 9, 11 março 1926, AHI.

faremos cair o sistema de pactos dessa natureza, contraídos em Locarno,” exclamou, “e assumiremos a tremenda responsabilidade da anulação dos tratados concernentes à política e à paz da Europa, quando todos os outros membros do Conselho recuam diante desse gravíssimo perigo...”²⁴. O presidente, porém, não deu ouvidos e insistiu no veto. O que tornou ainda mais amarga a derrota brasileira foi a atitude dos delegados hispano-americanos, que, mostrando, nas palavras de Melo Franco, “mal disfarçada hostilidade ao Brasil”, enviaram um apelo coletivo a Bernardes pedindo que retirasse o veto e até manifestaram ao Conselho seu desacordo com a atitude adotada pelo governo brasileiro²⁵. A humilhação final veio quando o Conselho, face à intransigência do Rio de Janeiro, nomeou uma comissão para estudar a reorganização do Conselho – ou seja, para encontrar um meio de remover o Brasil – e colocou nele a Argentina, que acabava de reingressar na Liga, cuja grande imprensa vinha criticando severamente o Brasil, desprezando seus argumentos em Genebra, e cujo representante na comissão de reforma do Conselho publicamente negava ao Brasil títulos para servir de porta-voz da América Latina em Genebra. Em vista do isolamento do Brasil em Genebra, Bernardes em junho mandou avisar oficialmente que seu país estava se retirando da Liga das Nações²⁶.

Sua experiência em Genebra deixou marca profunda em Melo Franco. Não desinteressou-se dos trabalhos da Liga das Nações e da política europeia e quis proteger o que restava do conceito que o Brasil ainda gozasse na Europa, lembrando, assim, a Otávio Mangabeira, chanceler no novo governo de Washington

24 Afrânio de Melo Franco a Afrânio de Melo Franco Filho, 26 março 1926, Arquivo Afrânio de Melo Franco Filho (doravante AMFF), particular, Rio de Janeiro; Afrânio de Melo Franco a Bernardes, 12 março 1926, Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1243.

25 Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 17/3/1926, AMF; Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1246.

26 Embaixador britânico (Buenos Aires) ao Foreign Office, 24/3, 3/5/1926, Records of the Foreign office (doravante RFO); Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1266-1271.

Luís, que o Brasil deveria liquidar sua representação em Genebra “sem atrito algum com quem quer que seja”. Também manteria correspondência esporádica com políticos europeus e achava desaconselhável que o Brasil cortasse toda e qualquer colaboração oficial com a Liga, recomendando a Mangabeira em fevereiro de 1927 que o Brasil participasse de uma conferência econômica que ela estava patrocinando. Mas guardou de sua missão em Genebra senão ressentimento, pelo menos maior reserva, em relação aos estadistas do Velho Continente. Em carta a Pacheco em 1929, disse estar convencido de que, na ausência dos Estados Unidos e do Brasil, a Liga se tornaria cada vez mais uma instituição europeia²⁷. Em geral, o episódio do abandono da Liga em 1926 levou Melo Franco à conclusão de que havia realmente um abismo político entre a Europa e a América, que o Brasil tinha que redobrar seus esforços para promover a solidariedade pan-americana, manter estreita cooperação com os Estados Unidos, e, por extensão, evitar a intromissão europeia em assuntos do continente americano.

CHANCELER DA REVOLUÇÃO

A Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, foi o grande divisor de águas da História do Brasil, inaugurando uma era de centralização político-administrativa e rápidas mudanças econômico-sociais. Além de sua comprovada habilidade e experiência no setor diplomático, Melo Franco gozava de imenso prestígio no meio “revolucionário” por ter sido o principal elemento na negociação da aliança política entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que resultara no lançamento da candidatura oposicionista

27 Afrânio de Melo Franco a Otávio Mangabeira, 10/5, 23/2/1927, Arquivo Otávio Mangabeira, particular, Rio de Janeiro; Afrânio de Melo Franco a Melo Franco Filho, 28/6/1926, 9/10/1927, AMFF; Afrânio de Melo Franco a Austen Chamberlain, 26/2/1927, AMF; Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 4/2/1929, Arquivo Felix Pacheco, particular, Rio de Janeiro.

de Getúlio Vargas, governador gaúcho, à presidência e, depois, na rebelião contra o governo de Washington Luís. Seu filho mais velho, Virgílio, além disso, era um dos principais conspiradores e grande amigo de Oswaldo Aranha, o verdadeiro organizador da Revolução. “Viu [Melo Franco] a solução do problema a uma larga distância e empregou para atingi-la sua consumada habilidade diplomática, seu *savoir-faire*, seu poder de persuasão, seu íntimo pensamento de democratizar-se a nossa República”, lembraria João Neves da Fontoura, principal agente político gaúcho no Rio de Janeiro. “Os homens de Outubro de 30 não o consideravam um chefe e um líder, que ele nunca quis ser, mas uma inspiração, um árbitro, um conselho, e, por vezes, um tribunal...”, recordaria Aranha, colega de Melo Franco no novo ministério. “Ele pairou sempre acima dos nossos debates e contendas... Havia muito de impessoal em todas as suas atitudes e opiniões”. Vargas escreveria posteriormente que o convidara para ser ministro do Exterior “pela projeção moral do seu nome no cenário da política internacional [e] pelas funções diplomáticas de relevo que havia exercido, sempre desempenhadas com brilho”²⁸. Agora com sessenta anos de idade, Melo Franco, aos olhos da opinião internacional, emprestou ao novo governo uma dimensão de solidez moral que muito facilitou a estabilização inicial da nova ordem.

A Revolução, entretanto, desencadeou uma prolongada crise política interna que, ocorrendo no meio do colapso do sistema econômico internacional, agravou os problemas financeiros do país. Tudo isso significava pressões, atritos e desafios para a diplomacia brasileira e superar ou controlá-los foi a tarefa que Melo Franco enfrentava. Para poder executar um programa de

28 João Neves da Fontoura, *Memórias*, p. 51; Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1305-1355; Oswaldo Aranha a Afonso Arinos, 30/6/1955, Arquivo Oswaldo Aranha (doravante OA); Getúlio Vargas a Afrânio de Melo Franco, 14/12/1931, Arquivo Getúlio Vargas (doravante GV). Sobre a Revolução de 1930, ver Stanley E. Hilton, *Oswaldo Aranha*, e Luiz Aranha Corrêa do Lago, *Oswaldo Aranha*.

reformas no Itamaraty, um de seus principais objetivos, Melo Franco estava bem consciente da necessidade de manter uma coerência de conduta que colocasse sua autoridade moral acima de qualquer crítica. Deixou que seu chefe de gabinete, Hildebrando Acioly, organizasse sua equipe de auxiliares, mas interveio quando Acioly propôs a inclusão de um dos filhos diplomatas do chanceler. “Tenho tido muita falta de um de vocês no meu gabinete”, confessou-lhes algumas semanas após a Revolução, “mas, para ter força moral a fim de levar a cabo a obra tremenda que me tocou neste quadro difícil, fui obrigado a abrir mão daquela medida”. Chegou a dizer-lhes que, se a reforma que pretendia implantar no Itamaraty os acabasse prejudicando em suas carreiras, “tereis no nome de família a recompensa do serviço que, por ventura, possa eu ter prestado ao nosso País”²⁹.

Desde seu tempo de chefe de missão em Genebra, Melo Franco estava convencido da necessidade de um programa administrativo renovador no Itamaraty, cuja necessidade previa desde sua experiência como chefe de missão em Genebra. “É indispensável uma reforma fundamental no serviço diplomático, para que as funções não sejam um simples elemento decorativo e de gozo individual”, escrevera daquele posto em 1925. A situação caótica e ineficiente que encontrou no Itamaraty em 1930 foi um estímulo decisivo. “Pretendo fazer reformas profundas em todos os serviços...”, afirmou em carta particular de 2 de dezembro. “Não abrirei exceções, porque só assim serei respeitado”. Reconhecia que a tarefa seria árdua, mas estava decidido. “Não praticarei injustiças, mas não cortejarei a popularidade, porque o momento

29 Oswaldo Aranha a Afonso Arinos, 30/6/1955, OA; Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco e Afrânio de Melo Franco Filho, 8/12/1930, 1/2/1931; Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 29/3/1931, VMF.

que atravessamos exige de todos um sincero espírito de sacrifício e de renúncia a quaisquer interesses materiais”³⁰.

As medidas administrativas que Melo Franco pretendia adotar visavam melhorar a eficiência do serviço externo do país, mas tinham que obedecer às exigências da gravíssima crise orçamentária. Preocupado constantemente com a desordem financeira geral e querendo evitar uma suspensão do pagamento da dívida externa, Vargas, nas primeiras semanas do Governo Provisório, lembrou ao chanceler em mais de uma ocasião a importância de restringir os gastos³¹, e, assim, Melo Franco, prevendo que ia levantar contra sua pessoa “um oceano de ódios e de despeitos”³², viu-se obrigado a adotar um programa de cortes dolorosos. Redigiu para a assinatura de Vargas decretos exonerando “em massa” o pessoal extranumerário e abolindo todos os cargos que não fossem indispensáveis ao funcionamento dos consulados e missões diplomáticas. Em apenas dois meses conseguiu fazer uma redução de quase 21% nas despesas do MRE em relação ao ano anterior, e impôs, “quase à custa do próprio sangue”, novos cortes nas semanas seguintes. Mesmo assim, o Itamaraty, como os outros ministérios, continuaria a sofrer pressão do Ministério da Fazenda para restringir os gastos ainda mais³³. Melo Franco teve que lutar para persuadir Vargas a autorizar o envio de uma delegação à Conferência do Desarmamento a ser realizada em

30 Afrânio de Melo Franco (Genebra) a Melo Franco Filho, 5/1/1925; Afrânio de Melo Franco a Zaide e Jaime Chermont, 11/12/1930; Afrânio de Melo Franco a Afrânio de Melo Franco Filho, 2/12/1930, AMFF. Segundo um levantamento feito pelo secretário-geral do Itamaraty, 63% dos funcionários não estavam em seus postos quando Melo Franco assumiu a pasta. Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1374.

31 Gregório da Fonseca (Casa Civil da Presidência da República) a Melo Franco, 11/11, 12/11, 3/12, 8/12/1930, AHI 292/2/2.

32 Afrânio de Melo Franco a Zaide e Jaime Chermont, 8/12/1930, VMF.

33 Afrânio de Melo Franco a Vargas, 4/12/1930, Arquivo Presidência da República (doravante PR); Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 12/1, 29/3/1931, VMF; ministro da Fazenda a Afrânio de Melo Franco, 10/4/1931, AMF.

Genebra no ano seguinte. Essa participação, o chanceler comentou com o embaixador britânico, seria o “único luxo” que o Itamaraty podia se dar nesse período³⁴.

Foi, portanto, no contexto de uma batalha constante para reduzir despesas que Melo Franco procurou implantar a primeira grande reforma estrutural do Itamaraty desde meados do século XIX. Para pôr fim à tradição de pequenos atritos entre os funcionários da Secretaria de Estado e os que serviam nos consulados e postos diplomáticos, e entre o pessoal consular e o diplomático, o chanceler planejava a fusão dos três quadros de funcionários em uma só categoria. Visava a formação de um *serviço diplomático* unificado e composto de servidores do Novo Brasil, imbuídos de um espírito nacionalista sadio e equipados intelectualmente e por treinamento a defenderem os interesses nacionais em face aos múltiplos desafios do mundo contemporâneo. Em outras palavras, como diria a Aranha mais tarde, a reforma visara a criação de “uma sementeira de chefes de missão para o futuro – chefes formados na escola realista da competição industrial, econômica e comercial dos nossos dias”³⁵. O “saneamento” preliminar de pessoal através das medidas financeiras ajudou a preparar o terreno. A aposentadoria compulsória uma vez que um funcionário tivesse atingido um limite de tempo de serviço ou de idade seria outro meio de abrir espaço, ao nível hierárquico superior, para funcionários mais novos e essa medida constava do Decreto-Lei 19.592, de 15 de janeiro de 1931, que implantou a “Reforma Melo Franco”. Para completar a primeira etapa da fusão dos quadros, criaram-se dois mecanismos.

34 Afrânio de Melo Franco a Vargas, 24/11/1931, PR; Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1374-1375; Emb. William Seeds (Rio de Janeiro) ao Foreign Office, 11/8/1931, RFO 371, W9794/8838/98.

35 Afrânio de Melo Franco a Aranha, 22 fev. 1935, OA. O texto do decreto-lei encontra-se em Ministério das Relações Exteriores (doravante MRE), *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório* [...] 1931, II, Anexo C, 25-32. Para análise cuidadosa da reforma, ver Flávio Mendes de Oliveira Castro, *Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty*, p. 315-321. Caberia ao chanceler Oswaldo Aranha completar a fusão total dos quadros.

O primeiro era o da rotatividade de pessoal entre serviço no exterior e serviço na Secretaria de Estado. Com isso o funcionário não só melhoraria sua capacidade profissional, mas os atritos setoriais deveriam ser progressivamente minimizados. Segundo o chanceler esclareceu em memorando a Vargas, “o espírito da Reforma é ... dar a máxima rotatividade ao pessoal e forçar o seu estágio na Secretaria de Estado”. Assim, o texto do Artigo 16 declarava que “a Secretaria de Estado, para todos os efeitos, passa a ser ‘posto’ para os funcionários do Corpo diplomático e do consular”. Chamando os primeiros elementos “de boa nota” de seus postos no exterior para servirem na Secretaria, explicou a um filho seu que esperava formar “uma espécie de milícia cívica, pequenina, mas especializada para o serviço da Pátria no exterior”. O segundo mecanismo era o da transferência de funcionários do quadro consular para o diplomático, e vice-versa (Artigo 22). Isto representava uma fusão parcial, sendo que a unificação integral viria no futuro após a “depuração” do pessoal – tal foi a explicação que deu a Vargas em relatório oficial. Tinha plena consciência de que a reforma não agradaria a todos, mas isso não afetou sua determinação. “Estou fazendo os maiores sacrifícios para ser justo e equânime”, comentou com seu filho. “Não olho amigos, nem inimigos, mas somente o Brasil e o seu serviço”³⁶.

Quanto à política externa propriamente dita, uma das áreas de ação mais significativas e características de Melo Franco foi sua intervenção conciliadora nos conflitos do Chaco e de Letícia. O objetivo de manter a *détente* na Bacia do Prata e a paz nas fronteiras era inatingível devido em parte à volatilidade da situação política sul-americana. Quando assumiu o cargo, a disputa entre a Bolívia e o Paraguai pela região do Chaco já ameaçava degenerar em guerra, e o chanceler iniciou logo a busca

36 Afrânio de Melo Franco a Vargas, 19/1/1931, PR; Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 16/2, 1/2/1931, VMF; MRE, *Relatório* [...] 1931, I, xiv-xv.

de uma solução conciliatória que evitasse um conflito armado entre países limítrofes do Brasil³⁷. O Itamaraty participou de conversações interamericanas em Washington sobre o problema, sugeriu em mais de uma ocasião a arbitragem, e aconselhava as autoridades bolivianas a agirem com prudência, garantindo que, de parte do Brasil, “faremos o que estiver ao nosso alcance para que a questão tenha conveniente solução que seja do agrado de ambas as partes...”³⁸. Os dois adversários, entretanto, recorreram às armas em junho de 1932. Melo Franco, embora absorvido por suas responsabilidades como presidente da comissão criada por Vargas para elaborar o projeto de uma nova Constituição nacional, pelas dificuldades oriundas da revolução paulista, e pelas negociações de Letícia, fez o que pôde durante mais de um ano para promover a cessação das hostilidades. Na atmosfera de suspeita e intriga que reinava no continente, sua obra imparcial foi infrutífera. O novo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Hugh Gibson, chegou em 1933 a comentar com o Departamento de Estado sua admiração pela sinceridade de Melo Franco em buscar restabelecer a paz no Chaco, mas reconhecia que o chanceler, no meio sul-americano, vinha trabalhando quase sozinho naquele sentido. Em vista da falta de apoio desinteressado para seus esforços, Melo Franco, após fazer uma última tentativa de conseguir a arbitragem do conflito em agosto daquele ano, os suspendeu em outubro³⁹.

Visando pôr fim à luta sangrenta e também melhorar a posição estratégica do Brasil no coração do continente, Melo Franco acenou com programas de cooperação bilateral. A Bolívia

37 Para uma análise cuidadosa, baseada em uma extraordinária riqueza de fontes, da atuação do Itamaraty face à crise do Chaco durante o período de Melo Franco, ver Francisco Doratioto, *Relações Brasil-Paraguai*, p. 387-408.

38 MRE à Legação Brasileira (La Paz), 11/4/1932, AHI.

39 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1384-1406; Hugh Gibson ao Departamento de Estado, set. 1933, United States, Department of State, *Foreign Relations of the United States* [doravante FRUS], *Diplomatic Papers*, 1933, V; Doratioto, *Relações Brasil-Paraguai*, p. 404.

há tempos mostrava-se interessada em estreitar vínculos com o Brasil, e, devido à profunda dependência econômica do Paraguai em relação à Argentina, havia setores influentes também naquele país que sonhavam com maiores opções internacionais. Baseando-se no progresso modesto realizado por governos anteriores a 1930 no sentido ambicionado, o chanceler aproveitou a VII Conferência Interamericana, realizada em Montevideu em dezembro de 1933, para retomar o assunto. Sendo a falta de comunicações um dos maiores obstáculos à expansão da influência brasileira, o projeto principal que tinha em mente era a construção de ferrovias ligando ambos dos vizinhos a São Paulo. Já existia um tratado com La Paz, datado de 1928, sobre financiamento de uma linha férrea entre a província boliviana de Santa Cruz e o território brasileiro; Melo Franco, em Montevideu, propôs a seu colega paraguaio, entre outros projetos bilaterais, a construção de uma estrada de ferro que ligaria o Paraguai a São Paulo. Na visão mais ampla do Itamaraty, São Paulo viria a ser, no futuro, o centro abastecedor de produtos industriais para os dois países limítrofes, com tudo o que isso significaria em termos não só comerciais, mas também políticos e, portanto, estratégicos⁴⁰. Embora Melo Franco não tenha conseguido a paz no Chaco, seus esforços desinteressados nesse sentido e a retomada da discussão de cooperação econômica ajudaram a preparar o ambiente para os acordos bilaterais que o Rio de Janeiro assinaria com La Paz e Assunção em fins da década de 1930.

Simultaneamente com a questão do Chaco, o Itamaraty enfrentava outra crise militar em suas fronteiras, esta entre Colômbia e Peru. O episódio começou quando um grupo peruano

40 Hilton, "Brazil and the Post-Versailles World", p. 357-358, e Hilton, "Vargas and Brazilian Economic Development, 1930-1945", p. 769; Legação do Paraguai ao MRE, 17/1/1934, AHI. Doratioto, *Relações Brasil-Paraguai*, capítulos 4 e 5, oferece uma discussão pormenorizada das tentativas feitas pelo Brasil para estreitar as relações com o Paraguai antes de 1930.

armado tomou de assalto o porto fluvial de Letícia, pertencente à Colômbia, em fins de agosto de 1932. O governo peruano acabou apoiando o grupo, provocando um choque armado com a Colômbia. Mais uma vez surgiram questões de direitos de neutros e de segurança nacional. As incursões de combatentes em território brasileiro eram frequentes, Vargas deslocou tropas para a região, e mais uma vez Melo Franco entrou em ação à procura de uma solução conciliatória, insistindo a cada passo na necessidade de o Brasil se manter equidistante de ambos os lados na contenda. Explicando a Vargas que era imprescindível “que tomemos medidas que nos ponham a salvo de qualquer suspeita de parcialidade por um ou outro dos litigantes”, informou que pedira ao alto-comando do Exército e ao da Marinha que “usassem de muito tato a fim de não desgostarmos nenhum dos países beligerantes”⁴¹. Uma comissão especial da Liga das Nações, com a qual o Brasil e os Estados Unidos colaboravam, finalmente conseguiu, após nove meses de guerra, um acordo preliminar estipulando que, enquanto se esperava as negociações formais entre os beligerantes, o território em disputa seria administrado por uma troika composta de oficiais espanhol, norte-americano e brasileiro. Este último recebeu de Melo Franco instruções para demonstrar “perfeita imparcialidade” em seus trabalhos⁴². Mais tarde os governos do Peru e da Colômbia concordaram em que a sede das negociações de paz seria o Rio de Janeiro e ofereceram a presidência do conclave ao chanceler brasileiro.

Melo Franco, ao longo de sua vida pública, sofreu desapontamento atrás de desapontamento em seu relacionamento com a Argentina, mas mesmo assim, manteve sempre em vista os altos interesses da segurança nacional e a necessidade,

41 Sérgio Corrêa da Costa, *A diplomacia brasileira na questão de Letícia*; Afrânio de Melo Franco a Vargas, 10/3/1933, PR.

42 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1448-1463.

portanto, de prosseguir empenhando-se para criar um ambiente mais harmonioso entre o Brasil e o adversário histórico. Suas experiências com os argentinos em Santiago e Genebra, portanto, não o detiveram nesse esforço. Chegou a enviar uma carta a Hipólito Irigoyen em 1928, na véspera do pleito que levaria o ex-presidente argentino de volta à Casa Rosada, na qual fez uma profissão de fé àquele respeito. “Profundamente convencido de que a Argentina é, de todas as nações da América, aquela com que devemos de fazer a política continental...”, declarou, “tenho feito um dos objetivos da minha vida parlamentar e de minha atividade de cidadão pregar a necessidade da harmonia e da confiança entre argentinos e brasileiros...”. Como chanceler, procurou estreitar as relações bilaterais com a Argentina, aproveitando cada oportunidade, por menor que parecesse, para abrir fissuras na muralha de prevenção e suspeita que separava os dois países. Deu pleno apoio, assim, à ideia de realizar uma exposição industrial brasileira em Buenos Aires, mandou negociar um novo convênio comercial bilateral⁴³, e persuadiu Vargas a convidar o general Agustín Justo, presidente da Argentina, a visitar o Brasil. Melo Franco cogitava desta iniciativa algum tempo para “ajudar a dissipar suspeitas mútuas” – palavras suas em carta particular. A elaboração de um tratado antibélico por sua contraparte argentina, Carlos Saavedra Lamas, que Melo Franco elogiou em telegrama circular às missões diplomáticas brasileiras, levou-o a voltar ao assunto, mandando sugerir ao governo argentino que uma visita oficial seria uma oportunidade perfeita para o Brasil assinar esse tratado inócuo. “Sempre fui partidário de uma larga política de entendimento com a Argentina...”, explicou à Embaixada em Buenos Aires. Em memorando ao embaixador portenho no Rio de Janeiro, Melo

43 Afrânio de Melo Franco a Hipólito Irigoyen, [?] abril 1928, Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1297; Afrânio de Melo Franco à Embaixada do Brasil (Buenos Aires), 11/6/1931, AHI; Afrânio de Melo Franco ao embaixador João F. de Assis Brasil, 25/1/1933, AAMF.

Franco disse que seria “um momento verdadeiramente feliz de sua história política” subscrever o pacto. Saavedra Lamas não queria perder a oportunidade de gerar publicidade em torno de seu tratado, e Buenos Aires aceitou o convite. A assinatura do “Pacto Saavedra Lamas” foi, para o chanceler argentino, o ponto alto da visita ao Rio de Janeiro em outubro de 1933, ocasião em que foram assinados o novo tratado de comércio e outros convênios. Vargas ficou mais do que satisfeito com a iniciativa de seu chanceler e com os preparativos feitos pelo Itamaraty. “Tudo correu perfeitamente: o acolhimento carinhoso, o entusiasmo espontâneo do povo, ... o brilho dos atos oficiais, a repercussão dos tratados e a boa impressão sobre os mesmos”, escreveu em seu diário⁴⁴.

Enquanto Melo Franco procurava melhorar as relações bilaterais com a Argentina, criar condições para uma intensificação com a Bolívia e o Paraguai, e restabelecer a paz nas fronteiras, esforçava-se para cultivar um relacionamento especial com os Estados Unidos. Foi justamente por isso que a necessidade, por motivos financeiros, de abrir mão da missão naval norte-americana lhe era tão penoso. O alto comando da Marinha objetava que o ensino naval seria gravemente prejudicado, e o chanceler concordava plenamente, mas, como informou ao diretor da Escola de Guerra naval em dezembro de 1930, Vargas infelizmente se mantinha “irredutível” quanto à necessidade de fazer essa economia. Em carta apologética a Edwin Morgan, embaixador americano, Melo Franco frisou que a crise financeira constituía, por força, “a preocupação essencial e primordial” do governo⁴⁵. As circunstâncias internacionais naquela conjuntura

44 Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 1/10/1933, VMF; MRE, Circular N. 741, 28/12/1932, “A Versão Oficial, Parte VI,” p. 74-81; Afrânio de Melo Franco a Orlando Leite Ribeiro (Buenos Aires), 17/10/1932, GV; Getúlio Vargas, *Diário*, vol. I, p. 243.

45 Almirante José Maria do Penido (Escola de Guerra Naval) ao ministro da Marinha, 2/12/1930; Afrânio de Melo Franco a Penido, 3/12/1930; Afrânio de Melo Franco a Edwin Morgan, 4/12/1930, AHI.

não exigiam iniciativas bilaterais de grande envergadura, mas o Itamaraty, através de gestos diplomáticos e coordenação política, procurava compensar a falha inesperada no setor naval. Melo Franco, por exemplo, manteve contato frequente com o embaixador Morgan e seu sucessor, Hugh Gibson, durante a crise do Chaco, para tentar coordenar sua ação. O chanceler aplaudia a inauguração de Franklin Roosevelt como presidente dos Estados Unidos no início de 1933 e tornou-se profundo admirador do *New Deal*. “Bem sei que esse posto de Washington a todos sobreleva de relevo e interesse, principalmente agora, em que se processa o vasto programa de economia e finanças...”, observou. Gibson, servindo em seu primeiro posto sul-americano após longos anos na Europa, ficou impressionado com a amabilidade demonstrada pelo Itamaraty e o Governo Provisório em geral e rapidamente chegou a encarar o Brasil como amigo dedicado dos EE.UU. “Este povo estranho parece realmente gostar de nós”, comentou em carta a um amigo. Os sinais de boa vontade emitidos pelo Itamaraty eram bem-vindos em Washington, e Roosevelt, em conversação com o embaixador João Francisco de Assis Brasil, expressou “sincero interesse” pelo Brasil, país que, naturalmente, ocupava lugar central na política de “boa vizinhança” e que também representava parceiro chave no programa de tratados comerciais liberais que Roosevelt pretendia empreender. Para corresponder ao interesse de Washington, Melo Franco mandou iniciar as negociações preliminares em torno de um novo acordo comercial foram entabuladas⁴⁶.

Em relação à Europa, a diplomacia brasileira ocupava-se principalmente com problemas comerciais e da dívida externa, evitando qualquer envolvimento político. A série de acordos

46 Afrânio de Melo Franco a Hildebrando Acioly, 10/4/1933, Arquivo Hildebrando Acioly (doravante HA); Hugh Gibson a J. Phillip Groves, 25/9/1933, Caixa 46, Coleção Hugh Gibson (doravante HG), Hoover Institute, Stanford University, EUA ; João F. Assis Brasil, relatório, 9/6/1933, AHI; Gibson ao Depto. de Estado, 21/8/1933, *FRUS*, 1933, V, 13, 18; Stanley E. Hilton, *Brazil and the Great Powers, 1930-1939*, p. 50.

comerciais que o Itamaraty começou a negociar em 1931 – acabaria assinando mais de trinta – visava em grande parte ressuscitar intercâmbio com o Velho Mundo. Mas o único episódio político-militar vinculado à Europa do qual o Brasil participou durante a gestão de Melo Franco foi a Conferência do Desarmamento, em Genebra, inaugurada em fevereiro de 1932. O chanceler, com uma visão realista do problema e conhecendo bem o meio europeu, era bastante cético quanto à contribuição que ela pudesse fazer para a paz internacional. “Não creio que se chegue a resultados apreciáveis”, confessou a seu filho Afonso Arinos, que acompanhou a delegação como secretário, “mas o nosso dever era comparecer e colaborar”. Melo Franco estava bem a par da precariedade dos meios de defesa nacional e, assim, *colaborar* significava insistir no direito de adquirir armamentos. Após consultar os líderes militares, já declinara um convite da Liga das Nações para participar de uma moratória sobre compras de armamentos, e foi *durante* a Conferência em Genebra que as autoridades brasileiras completaram seus estudos sobre um programa de rearmamento naval e Melo Franco iniciou as sondagens junto a possíveis fornecedores no exterior⁴⁷. Além da presença nessa Conferência e a cooperação com a comissão da Liga das Nações no caso de Letícia, os contatos e interação política com a Europa eram mínimos. Melo Franco não só deixou claro, em conversações com diplomatas britânicos, que o Brasil não estava interessado em reingressar na Liga das Nações, como também resistiu à intromissão dela na questão do Chaco. Chegou em meados de 1933 a expressar aos governos boliviano e paraguaio sua “tristeza” com a possibilidade de o sistema interamericano

47 Afrânio de Melo Franco a Afonso Arinos, 19/4/1932, AAMF; vice-almirante Augusto C. De Sousa e Silva a Afrânio de Melo Franco, 7/1/1931, AMF; general Augusto Tasso Fragosos ao ministro da Guerra, 29/10/1931; chefe, Estado-Maior da Armada, ao ministro da Marinha, 6/11/1931, Arquivo José Carlos de Macedo Soares (doravante JCMS); ministro da Marinha a Afrânio de Melo Franco, 24/11/1931; Afrânio de Melo Franco ao embaixador Raul Regis de Oliveira (Londres), 25/11/1931; Afrânio de Melo Franco à Embaixada Brasileira (Washington), 28/11/1931, AHI; Hilton, *Brazil and the Great Powers*, p. 113-114.

não poder resolver um problema “peculiarmente americano” e ter que entregá-lo a uma entidade essencialmente europeia. Confessou também ao encarregado de negócios norte-americano seu “desapontamento profundo” com a possibilidade de a Liga se envolver nas negociações questão do Chaco⁴⁸.

Havia outra influência política vindo da Europa que o Itamaraty resistia tenazmente nesse período: o comunismo. As informações que chegavam de vários pontos do Velho Continente sobre as atividades da Terceira Internacional (Comunista), ou Comintern, cuja sede ficava em Moscou, eram sombrias e, na América do Sul, os comunistas pareciam estar perigosamente ativos, fomentando greves e movimentos subversivos em diversos países do continente. O que era ainda mais grave, a Comintern estaria canalizando agentes, armas e fundos para o Brasil, seu alvo predileto na região. Sobre alegados movimentos de Luís Carlos Prestes, o antigo líder tenentista que se convertera ao marxismo e que, naquele momento, estava de fato em Moscou fazendo planos para uma revolução no Brasil, Melo Franco recebeu notícias constantes das missões diplomáticas brasileiras em países vizinhos. Dentro do próprio Brasil, havia sinais suficientes de agitação comunista que as informações do exterior pareciam cada vez mais acreditáveis. Melo Franco, portanto, adotou diversas medidas para fortalecer o “cordão sanitário” que governos nos anos 1920 haviam tentando erigir em torno do país em face da percebida ameaça oriunda da União Soviética, com a qual o Brasil rompera relações em 1918. O Itamaraty e a polícia do Distrito Federal desenvolveram uma intensa troca de informações sobre atividades subversivas, Melo Franco ajudou a estabelecer um entendimento entre as

48 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1397-1405; Embaixador dos EE.UU. (Rio) ao Departamento de Estado, 26/7/1933, *FRUS*, 1933, V, p. 350; Foreign Office, memorando, 29/11/1933, RFO 371/16515. Um oficial do Foreign Office chegaria a atribuir ao Itamaraty o propósito de querer sabotar a atuação da Liga na América do Sul. Robert Craigie, memorando, 22/1/1934, RFO 371/17441.

polícias brasileira e argentina sobre a cooperação anticomunista, procurou interessar as autoridades de Montevideu em um serviço semelhante, e apoiou novas restrições sobre a imigração russa. Também se opôs firmemente ao restabelecimento de relações diplomáticas com o Kremlin e ao comércio direto com a URSS⁴⁹.

O episódio mais árduo para Melo Franco como chanceler foi sem dúvida o da guerra civil desencadeada em julho de 1932, quando o Estado de São Paulo, com o auxílio de elementos militares dissidentes, rebelou-se contra o Governo Provisório, alçando a bandeira da imediata reconstitucionalização do país. O chanceler acreditava sinceramente na causa da Revolução de 1930 no que dizia respeito à promessa de sanear e democratizar o sistema político, e via na rebelião paulista uma tentativa de restaurar os processos oligárquicos da República Velha. Assim, não teve dúvidas em contribuir para sufocar a rebelião. Inevitavelmente o conflito criou diversas áreas de atrito entre as autoridades federais e missões diplomáticas estrangeiras, entre elas a interrupção de comunicações, o bloqueio marítimo e aéreo, o envolvimento de estrangeiros na luta, e danos à propriedade estrangeira – todas provocando indagações, reclamações, atritos e até ameaças veladas, exigindo atenção constante, paciência, e tato por parte do chanceler e seus auxiliares⁵⁰.

O serviço de Melo Franco no Itamaraty terminou, inesperadamente, em dezembro de 1933. Encontrava-se em Montevideu como chefe da delegação à VII Conferência Interamericana quando ocorreu o desfecho do chamado “caso mineiro”, i.e., a disputa pela interventoria de Minas Gerais. Virgílio

49 Stanley E. Hilton, *Rebelião Vermelha*, capítulo 5; Hilton, *Brazil and the Soviet Challenge, 1917-1947*, cap. 2. Para as restrições sobre imigração, ver MRE, Circular Reservado N. 637, 10/10/1931, “A Versão Oficial”, p. 39-40. Sobre as atividades comunistas no Brasil e as de Luís Carlos Prestes na União Soviética, ver também Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão*.

50 Stanley E. Hilton, *A Guerra Civil Brasileira*, p. 223-229.

de Melo Franco, apoiado por Oswaldo Aranha e vários outros próceres da Revolução de 1930, era candidato a esse posto e, no entender do chanceler, Vargas assumira o compromisso de nomear seu filho. Por isso ficou ultrajado quando Vargas inesperadamente nomeou um político de pouca projeção naquele momento. Sentindo-se desmoralizado, o chanceler deixou a Conferência, voltou ao Rio de Janeiro, e apresentou seu pedido de demissão. Vargas tentou dissuadi-lo, mas Melo Franco não cedeu. “Motivos morais, que só a mim dizem respeito, mas que reputei imperativos de consciência, obrigaram-me a deixar o governo”, comentou em carta a Acioly, seu chefe de gabinete⁵¹.

ATO FINAL E LEGADO DIPLOMÁTICO

Ironicamente, Melo Franco prestou um de seus maiores serviços à paz continental após deixar o Ministério. Atendendo a repetidos apelos, concordou, ainda em janeiro de 1934, em continuar como presidente da conferência reunida no Rio de Janeiro para resolver a questão de Letícia. O embaixador britânico, lamentando não poder contar mais com a presença daquele diplomata “muito cortes, paciente e amigável” no Itamaraty, chegou, em comunicação ao Foreign Office, de taxá-lo de “o mediador-em-chefe dos países irrequietos do continente” e a falta de progresso nas negociações sobre Letícia na ausência de Melo Franco parecia justificar esse título. Aliás, o embaixador Gibson confirmou isso, explicando ao Departamento de Estado que o ex-chanceler era “a única força motriz” no que dizia respeito à possibilidade de paz na zona de Letícia. Mesmo assim, após Melo Franco ter retomado o controle sobre as negociações, continuavam difíceis, o que não era

51 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1503-1507; Afrânio de Melo Franco a Hildebrando Acioly, 30/12/1933, HA; Afrânio de Melo Franco a Vargas, 10/1/1934, CV.

uma crítica a sua atuação. Observando a situação da perspectiva de Washington, o secretário de Estado Cordell Hull julgava que só Melo Franco, com seu “alto senso de imparcialidade e justiça”, poderia levar as negociações a bom termo. Finalmente, em fins de maio o projeto de acordo elaborado por Melo Franco foi aceito pelos governos da Colômbia e do Peru, seus representantes no Rio de Janeiro expressando, segundo Gibson, “grande satisfação” com a obra de Melo Franco, que foi aplaudida pelo continente inteiro⁵².

Após a feliz conclusão das negociações, Melo Franco considerava encerrada sua longa carreira internacional. “O lugar, agora, é dos moços e o meu tempo passou”, disse em carta a seu filho Caio. Demissionário, mas longe de ser esquecido, abriu-se agora a possibilidade de um coroamento extraordinário a essa carreira: o Prêmio Nobel da Paz. Nove governos sul-americanos, entre eles os da Colômbia e do Peru, anunciaram seu apoio ao nome de Melo Franco, que foi endossado também por cinco governos da Europa e por numerosas entidades culturais, acadêmicas e profissionais em vários países. O embaixador Gibson, em caráter não oficial, aprovou esse movimento e tentou persuadir o Departamento de Estados a agir oficialmente. “Pessoalmente, acho que o velho cavalheiro bem merece o prêmio”, Gibson disse em carta ao subsecretário de Estado, “e eu gostaria que o recebesse...”. As atividades em favor do ex-chanceler, entretanto, acabaram não produzindo o resultado esperado por seus amigos e admiradores⁵³.

Melo Franco abandonou o serviço nacional em um momento em que a crise global estava entrando em sua fase crítica. No Oriente Extremo o Japão prosseguia com sua expansão imperialista,

52 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1466-1484; Seeds ao Foreign Office, 19/1/1934, RFO 371/17485; Gibson ao Departamento de Estado, 29/1/1934; Cordell Hull a Gibson, 4/4/1934; Gibson ao Departamento de Estado, 1/6/1934, *FRUS*, 1934, IV, p. 321, 332, 360.

53 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1512-1513; Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 18/10/1935, VMF; Gibson ao subsecretário de Estado Sumner Welles, 27/9/1934, HG.

iniciando uma guerra brutal de conquista contra a China em 1937; o regime de Hitler começou a se armar abertamente a partir de 1935, desprezando as restrições impostas pelo Tratado de Versalhes; Benito Mussolini desencadeou a guerra na África Oriental ao invadir Etiópia naquele mesmo ano; em 1936 a guerra civil irrompeu na Espanha, provocando a intervenção da Alemanha e da Itália em favor dos rebeldes; e, em fins do ano, Berlim e Roma proclamaram a formação do Eixo, completando a polarização ideológica da Europa. Em março de 1938, Hitler realizou sua primeira conquista territorial, abruptamente anexando a Áustria, e iniciou logo depois uma campanha de pressão sobre a Tchecoslováquia que culminou em fins de setembro na infame conferência de Munique, onde a França e Inglaterra aquiesceram no desmembramento daquele infeliz país centro-europeu pela Alemanha. Embora sem cargo oficial, Melo Franco acompanhava atentamente o desenrolar dos acontecimentos, notando-se em suas cartas a familiares e amigos uma profunda repugnância em relação às ditaduras, crescente desilusão com as grandes potências europeias em geral, e a previsão acertada de que a política de apaziguamento adotada por Londres e Paris em relação a Hitler acabaria sendo contraproducente⁵⁴.

Com as nuvens de guerra acumulando-se sobre a Europa, Melo Franco foi chamado de volta ao serviço do Itamaraty em fins de 1938 pelo novo chanceler, seu amigo Oswaldo Aranha, que representava a corrente liberal no Estado Novo, o regime ditatorial erigido por Vargas e o alto-comando militar em novembro do ano anterior. A VIII Conferência Interamericana ia se realizar em Lima em dezembro de 1938 para estudar a cooperação no caso de uma guerra extra-hemisférica e Aranha queria que Melo Franco chefiasse a delegação brasileira. Apesar dos rigores da viagem, o velho diplomata aceitou e foi recebido magistralmente

54 Afrânio de Melo Franco a Melo Franco Filho, 7/9/1935, 18/9/1938, 5/10/1938, AMFF; Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 5/10/1938, VMF. Melo Franco.

em Lima pelo povo e pelas autoridades peruanas, que, em uma série de banquetes, homenagearam o mediador de sua contenda com a Colômbia. Inaugurada a Conferência, Melo Franco foi eleito presidente da comissão principal, a da Organização da Paz, encarregada de elaborar o texto da mais importante resolução do conclave, a sobre a solidariedade continental no caso de uma guerra extra-hemisfério. Por causa do obstrucionismo argentino, as negociações sobre o texto foram demoradas, mas Melo Franco mais uma vez desempenhou com grande eficácia o papel de mediador. A resolução final sobre a consulta entre os Estados americanos no caso de uma ameaça ao Hemisfério continua, para apaziguar os argentinos e poder mostrar ao mundo pelo menos uma fachada de unidade hemisférica, uma cláusula que tornaria tal consulta voluntária, em lugar de obrigatória⁵⁵.

A tensão internacional continuou a aumentar nos meses seguintes e, à medida que aprofundava-se o pessimismo de Melo Franco quanto à liderança europeia – essa “meia-dúzia de malucos que ora governam o decrepito continente europeu” foi como a descreveu em fevereiro de 1939 – cresciam suas convicções pan-americanistas, motivadas por idealismo e considerações de segurança nacional. “Por tudo isso”, observou em carta a Acioly, agora embaixador no Vaticano, “cada dia mais me apego à ideia do fortalecimento da nossa solidariedade na América, porque este Continente é o refúgio da paz”⁵⁶. O conflito temido há longo tempo rebentou em setembro, quando Hitler desencadeou a invasão da Polônia, provocando declarações de guerra à Alemanha por Inglaterra e França. Em fins do mês representantes dos países pan-americanos se reuniram no Panamá, onde anunciaram a criação de

55 Afrânio de Melo Franco (Lima) a Aranha, 20/12, 22/12/1938, AHI; Rosalina Coelho Lisboa Miller a Aranha, s.d., OA; Cordell Hull, *Memoirs*, I, p. 605; Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1569-1587.

56 Afrânio de Melo Franco a Melo Franco Filho, 8/2/1939, AMFF; Afrânio de Melo Franco a Acioly, 13/5/1939, HA.

uma zona de neutralidade em torno do Hemisfério e estabeleceram uma Comissão Interamericana de Neutralidade para examinar as múltiplas questões oriundas do conflito na Europa. A escolha lógica para representante do Brasil nessa Comissão foi Melo Franco; a escolha lógica para sede dela foi o Rio de Janeiro, dados o significado estratégico do Brasil e sua dedicação à solidariedade hemisférica. Na sessão inaugural da Comissão de Neutralidade, em janeiro de 1940, Melo Franco foi eleito presidente por aclamação.

Durante o período de neutralidade hemisférica (1939-1941) duas coisas dominavam o pensamento íntimo de Melo Franco: a esperança de que a América pudesse escapar ao envolvimento direto na guerra, e, acima de tudo, a fé na solidariedade pan-americana. “Estou absolutamente convencido de que a união da América é a base da felicidade de seus povos e o mais poderoso fator da paz universal”, disse em carta a seu filho Afrânio em março de 1940, véspera do *Blitzkrieg* contra a Europa Ocidental⁵⁷. Um ano depois, enquanto a metade do Velho Continente encontrava-se subjugada pelo Terceiro Reich, a Luftwaffe bombardeava as cidades inglesas, a guerra no mar tornava-se cada vez mais destrutiva, e Hitler abria um nova frente de batalha no sudeste europeu, Melo Franco de novo expressou sua convicção de que era na união de todas que as nações americanas teriam sua salvação. “A Europa está novamente sob a treva da Idade Média...”, ponderou em carta a Acioly. “Voltemos, pois, os nossos olhos para a América, pois só aqui é que poderá reinar a paz”⁵⁸. As circunstâncias internacionais acabariam não permitindo o isolamento permanente do Hemisfério da guerra, mas, mesmo durante a marcha acelerada dos EE.UU. rumo à beligerância em 1941, a qual eliminou progressivamente as opções dos países latino-americanos, Melo Franco trabalhou assiduamente

57 Afrânio de Melo Franco a Melo Franco Filho, 20/3/1940, AMFF.

58 Afrânio de Melo Franco a Acioly, 1/3/1941, HA.

como presidente da Comissão Interamericana de Neutralidade (após Pearl Harbor, a Comissão Jurídica Interamericana) para assegurar que a comunidade americana marchasse tanto quanto possível ombro a ombro⁵⁹.

O ataque japonês à frota norte-americana em Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, trouxe o desfecho que Melo Franco desde havia muito previa. Com os EE.UU. agora um beligerante formal – Hitler, em solidariedade com o Japão, declarou guerra àquele país no dia 11 –, a maioria das nações americanas ou romperia relações com o agressor e seus aliados europeus ou lhes declararia guerra. Em fins de janeiro de 1942 teve lugar no Rio de Janeiro uma reunião especial de consulta interamericana para definir uma posição hemisférica comum face à beligerância dos EE.UU. Mais uma vez o governo argentino conseguiu bloquear uma ação mais decisiva e a Conferência limitou-se a *recomendar* que os países que ainda mantivessem relações com o Eixo as rompessem. No último dia dos trabalhos, o chanceler Oswaldo Aranha anunciou dramaticamente que o Brasil também estava cortando os laços oficiais com Tóquio, Berlim e Roma. Melo Franco, elogiado pelo plenário pelos resultados de sua Comissão, viu-a transformada em Comissão Jurídica Americana com atribuições bem mais amplas. Nos meses seguintes, enquanto o Brasil marchava a passos acelerados no sentido da beligerância, esse diplomata por excelência se dedicaria à coordenação do que seria o último trabalho jurídico que levaria seu carimbo: um estudo preliminar sobre os problemas do após-guerra, que ficou pronto em setembro de 1942. Em meados de dezembro sofreu um ataque cardíaco e, nas primeiras horas do dia 1º de janeiro de 1943, faleceu. Getúlio Vargas prestou-lhe sua última homenagem, decretando luto oficial por três dias e concedendo-lhe honras de ministro do Estado.

59 Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1589-1615.

De todos os pontos do continente chegaram expressões de pesar por parte de altas autoridades, destacando-se as da Bolívia e do Peru, mas vieram de todos os governos americanos – e também de autoridades e entidades em países europeus que ainda gozavam de liberdade suficiente para permitir tais demonstrações⁶⁰.

Melo Franco, uma das grandes figuras da diplomacia brasileira e interamericana, não era teórico da diplomacia ou das relações internacionais; não deixou um corpo de escritos sobre esses assuntos. Profundo conhecedor do direito internacional – isso, sim, e sua perícia nesse campo era amplamente reconhecida pela comunidade internacional. Mas qual teria sido sua influência sobre o conjunto de ideias que governavam, e futuramente governariam, a diplomacia do Brasil? É por meio da *atuação* dele que se pode tirar conclusões àquele respeito.

No período de Rio Branco, ou seja, na época em que Melo Franco iniciava sua carreira na Câmara dos Deputados, adotou-se uma estratégia de política externa que se originava de uma percepção de ameaça externa, ameaça de intensidade flutuante, mas permanente, da qual a Argentina era a principal fonte, embora tendências da política europeia também periodicamente representassem, aos olhos da elite brasileira, uma ameaça real ou potencial. A imagem da Argentina como país hostil ao Brasil era ingrediente permanente na visão brasileira do mundo e, por sua vez, era consequência da divisão histórica da América do Sul em duas regiões: a América Espanhola e a América Portuguesa. Para os líderes brasileiros, o que a Argentina ambicionava era a ressurreição em forma moderna do antigo Vice-Reinado do Prata mediante a projeção de sua influência sobre os outros países hispano-americanos do Cone Sul e o isolamento progressivo do Brasil.

60 Ver, por exemplo, os telegramas a Vargas enviados pelos presidentes da Bolívia, do Peru, e da Venezuela, PR. Ver também Afonso Arinos, *Estadista*, III, p. 1623-1624.

Para combater essa ameaça geral, a estratégia adotada pelo Rio de Janeiro consistia basicamente em seis componentes: (1) a solução pacífica das disputas, através da diplomacia ou a arbitragem; (2) o fortalecimento da solidariedade pan-americana; (3) a contenção diplomática da Argentina mediante do uso de cordialidade oficial e da intensificação do comércio bilateral; (4) a expansão da influência do Brasil em outros países da Bacia do Prata, especialmente na Bolívia e no Paraguai, para contrabalançar a influência portenha; (5) um relacionamento especial com os EE.UU. baseado em experiências históricas semelhantes *vis-à-vis* a América Espanhola, a complementaridade econômica e a dependência comercial, e a assistência potencial em caso de guerra; e (6) o aumento da capacidade militar-industrial nacional⁶¹. Brasil não era um país imperialista, não tinha ambições territoriais, e, portanto, essa estratégia era altamente defensiva, visando uma meta fundamental: a manutenção da paz no Hemisfério Sul.

O desenvolvimento de uma *doutrina*, seja militar, seja diplomática, começa com o estudo do passado, da experiência prévia, e do exame da situação do momento, para definir com clareza os problemas e desafios. Pode haver uma dose de teoria nos cálculos, mas, geralmente, quanto mais pragmáticas as conclusões sobre como se deveria proceder ou agir, melhor. A estratégia formulada no início do século XX era altamente pragmática, mas ainda não possuía o caráter de doutrina. Não constava de um documento. Não foi o resultado de um debate em torno do conjunto de seus componentes por um conselho de segurança nacional (que inexistia naquela época). Ela emergiu da experiência histórica, do exame dos problemas e vulnerabilidades nacionais, da observação

61 A formação e a consolidação dessa estratégia, em função das percepções que a elite da política externa brasileira formavam das condições internacionais e nacionais, são analisadas em Hilton, "Brazil and the Post-Versailles World"; "The Argentine Factor in Twentieth-Century Brazilian Foreign Policy Strategy"; e "The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)", *Hispanic American Historical Review*, 62 (nov. 1982), p. 629-673.

atenta da política hemisférica e transatlântica – e do simples bom senso. Seria só na *aplicação* dessa estratégia a situações concretas, e a avaliação e reavaliação dos resultados obtidos, que os componentes dela iriam se solidificando e institucionalizando como doutrina. Foi nesse processo que Melo Franco contribuiu de modo importante para o “pensamento diplomático” brasileiro.

É importante frisar que sua carreira diplomática começou no período em que os componentes da estratégia nacional e seu caráter de plano de ação integrado ainda não haviam adquirido um perfil solidificado. Assim, o profundo conhecimento que Melo Franco possuía da direito internacional, suas observações a respeito da política internacional em geral, seu escrutínio das posições tomadas por governos sul-americanos sobre várias questões de interesse ao Brasil, e sua experiência pessoal em negociações, especialmente com diplomatas hispano-americanos, contribuíram para a consolidação dessa estratégia, já antes de ele se tornar ministro do Exterior; durante 1930-1933, investido de autonomia em grau desusado na tomada de decisões, Melo Franco pôde aplicar essa estratégia em todo seu vigor, entregando-a consolidada a seus sucessores.

O historiador descobre nas atividades diplomáticas de Melo Franco o reflexo dessa estratégia, ponto por ponto, principalmente os de natureza política, e do pensamento que constituía seu fundamento. A dedicação de Melo Franco à resolução pacífica das disputas era uma função de seu profundo apego à lei, de razões de Estado, e de sua personalidade – fatores exemplificados em sua atuação antes de 1930, especialmente em Santiago. Como chanceler, fez em relação às questões do Chaco e de Leticia um esforço pessoal extraordinário para evitar a guerra, mantendo a mais estrita imparcialidade enquanto buscava soluções aceitáveis por ambos os lados nessas disputas. Sua atuação desinteressada e generosa aumentou enormemente o prestígio do Itamaraty e o

conceito que Melo Franco pessoalmente gozava na comunidade internacional – a tal ponto que, depois de sua saída do Itamaraty, Melo Franco, como cidadão particular, concordou em voltar a mediar a contenda colombiana-peruana, conseguindo finalizar um acordo de paz aplaudido pelos dois beligerantes.

O interesse de Melo Franco na restauração da harmonia entre países vizinhos formava parte da política mais larga de promover a solidariedade interamericana sempre que possível como meio de melhor assegurar a manutenção de paz. O objetivo de sua primeira missão diplomática, em 1917, foi justamente tentar harmonizar atitudes em torno da ideia de maior cooperação pan-americana. Apesar das dificuldades frequentemente encontradas ao procurar estreitar os laços entre o Brasil e os países americanos hispano-americanos, Melo Franco dedicou-se de corpo e alma a essa tarefa nos anos vindouros. A experiência desagradável em Santiago em 1923 não o desanimou e o episódio desapontador de Genebra tampouco o fez. Permaneceria a partir de 1926 um campeão da política de aproximação interamericana, advogando sempre soluções *americanas* para problemas *americanos*, sem a intromissão de governos ou entidades europeus. Sua oposição ao envolvimento da Liga das Nações nas crises político-militares na América do Sul nos anos 1930 era a consequência lógica dessa atitude. Em face ao tumulto global daquela época, Melo Franco via na solidariedade interamericana o único meio de proteger o Hemisfério Ocidental contra o contágio da guerra. Na Conferência de Lima em dezembro de 1938 teve que empregar todo seu talento de conciliador e mediador para manter a unidade continental; e, com a eclosão da guerra em 1939, sua dedicação ao pan-americanismo se tornou ainda mais intensa.

Cultivar um relacionamento cordial com a Argentina como meio de manter os atritos dentro de limites manejáveis era peça absolutamente indispensável da estratégia nacional. Melo Franco,

seja em Santiago, em Genebra, no Itamaraty ou em Lima, e apesar de todos os pesares, procurou dissipar suspeitas, demonstrar boa vontade, e manter, ou estabelecer, bases para maior cooperação bilateral. Manter a *détente* na bacia do Prata constituía uma missão primordial e, sem dúvida alguma, se não tivesse havido a crise financeira, a guerra do Chaco, e a rebelião paulista, Melo Franco, chanceler, teria tentado fazer muito mais no sentido de melhorar as relações Brasil-Argentina. Melo Franco e seus colegas no governo compreendiam o valor do comércio como atenuante de divergências políticas, o que ajuda a explicar o apoio dado à ideia de uma exposição industrial brasileira em Buenos Aires e à negociação de um novo convênio comercial. Durante a Segunda Guerra Mundial haveria um tremendo surto nas exportações de manufaturas brasileiras para a Argentina⁶², o qual era fruto, em parte, das discussões que haviam levado às modestas iniciativas tomadas pelo Itamaraty no tempo de Melo Franco.

Esforços para estreitar as relações com a Bolívia e o Paraguai em parte obedeciam, logicamente, a um interesse puramente comercial, mas representavam também uma peça lógica da máquina estratégica – um complemento à busca da solidariedade pan-americana e aos esforços para moderar os ímpetos antibrasileiros da política argentina. Mais uma vez a crise financeira e o conflito do Chaco impossibilitaram iniciativas de maior envergadura no período em Melo Franco comandava no Itamaraty, mas seu esforço pessoal para reconciliar as duas nações vizinhas e os planos para colaboração econômica uma vez terminada a disputa pelo Chaco constituíam um sinal claro do interesse do Brasil em criar as bases de um relacionamento mutuamente proveitoso no futuro. Digno de reafirmação é o fato de o Itamaraty, naquele momento, ter ajudado a traçar os contornos da visão do Brasil como centro industrial do

62 Hilton, "Vargas and Brazilian Economic Development", p. 769.

Cone Sul – visão que levaria a várias iniciativas nos anos seguintes visando torná-la uma realidade⁶³.

Quanto ao relacionamento especial com os EE.UU., ele existia muito mais nas cogitações brasileiras do que na realidade. O fato é que Washington lhe atribuía importância apenas em momentos de crise – por isso, somente durante a Segunda Guerra Mundial é que haveria um verdadeiro relacionamento especial. Como componente da estratégia nacional, entretanto, perderia progressivamente sua saliência no pós-guerra à medida que a frustração do Brasil crescia devido à falta de verdadeira correspondência por parte de Washington. Mas isso pertencia a um futuro imprevisível; para a geração de Melo Franco, a necessidade de tentar forjar um relacionamento especial com os EE.UU. era artigo de fé. Nas difíceis circunstâncias que enfrentava como chanceler, Melo Franco fez o possível para manter contatos especialmente cordiais com a embaixada americana, procurou trabalhar tanto quanto possível em harmonia com diplomatas americanos nos casos do Chaco e de Letícia; e, em vista do interesse demonstrado pelo governo de Washington, mandou abrir negociações em torno de um novo tratado bilateral de comércio que acabaria sendo assinado em 1935. A Conferência de Lima em 1938 forneceu uma oportunidade especial para Melo Franco demonstrar a diplomatas norte-americanos o valor de estreita colaboração com o Brasil. O secretário de Estado Hull, que chefiou a delegação norte-americana, escreveria em suas memórias que as conversações em Lima com os argentinos haviam sido “entre as mais difíceis” de sua carreira; por outro lado, Melo Franco, nas palavras de Hull, “trabalhou comigo 100%”⁶⁴.

63 Ibid., p. 769-770, 773-776.

64 Cordell Hull, *Memoirs* (2 vols., Londres, 1948), I, p. 605.

Melo Franco ajudou a dar definição à estratégia nacional e, ao se tornar chanceler, consolidou-a em todos os seus componentes, fixando, assim, os rumos da política externa do Brasil para o próximo quarto de século sem alteração. Nenhum de seus sucessores na chefia do Itamaraty e nenhum dos chefes do executivo a quem serviam pensariam seriamente em modificá-la – até a segunda metade do governo de Juscelino Kubitschek. Nesse período os formuladores da política externa finalmente chegaram à conclusão, ditada pelos fatos evidentes desde há muito tempo, e especialmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, de que Washington não estava interessado em um relacionamento especial com o Brasil, tal como este país o concebia, e não pretendia fornecer-lhe a ajuda econômica e militar do tipo e nas dimensões exigidas pelas necessidades do Brasil e comensuráveis com os serviços que prestara aos EE.UU. Portanto, argumentava-se, o Brasil deveria abandonar o esforço em prol do relacionamento especial, desistir do papel de intermediário entre Washington e os países hispano-americanos da América do Sul, e, ao contrário, aliar-se a esses países para formar um bloco sul-americano face aos EE.UU., visando aumentar o poder de barganha da região⁶⁵. Ironicamente, os longos anos de uma diplomacia brasileira de fraternidade continental, como a adotada por Melo Franco, facilitariam essa mudança extraordinária.

As atividades diplomáticas de Afrânio de Melo Franco, especialmente durante o período em que chefiava o Itamaraty, contribuíram de maneira significativa para a consolidação do “pensamento diplomático” – o amálgama de ideias, imagens, percepções, expectativas, desconfianças, e esperanças que produziu uma visão do mundo compartilhada pela elite de política externa brasileira e que levou à formulação de uma estratégia bem

65 Stanley E. Hilton, “The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960”.

definida, pragmática, e coerente que serviu admiravelmente aos interesses do país durante uma época de perigosas transformações internacionais. Ao enfrentar no setor externo os múltiplos desafios de sua época, Melo Franco, como chanceler, não esqueceu a base funcional da diplomacia. Empreendeu, assim, também na frente interna uma missão que julgava imprescindível: a de criar diplomatas de visão mais ampla, com experiências mais variadas, e imbuídos de um espírito coletivo. Com suas vistas sempre no futuro, começou sua reforma do Itamaraty reunindo em torno dele funcionários de capacidade já demonstrada e de alto senso dever para formarem “uma espécie de estado-maior do nosso futuro exército pacífico ao serviço das relações exteriores”, segundo disse em 1931. A reforma implantada naquele ano visava formar uma geração nova de diplomatas que estivessem a altura das necessidades do mundo moderno, por mais difíceis que fossem as circunstâncias. Afinal, para Afrânio de Melo Franco, os diplomatas “devem ser considerados como uma espécie de militares, pois que a eles também se confia à defesa da Pátria no exterior”⁶⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes inéditas:

ARANHA, Oswaldo G. Arquivo. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

ACIOLY, Hildebrando. Arquivo (particular). Rio de Janeiro.

66 Afrânio de Melo Franco a Caio de Melo Franco, 16/2, 1/2/1931, VMF; Afrânio de Melo Franco a Pacheco, 6/9/1923, AHI.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Histórico. Palácio Itamaraty. Rio de Janeiro.

GIBSON, Hugh. Papers. Hoover Institute. Stanford University. Palo Alto, California.

GREAT BRITAIN. Foreign Office. Records. Public Records Office. Kew, Great Britain.

MACEDO SOARES, José Carlos de. Arquivo. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro.

MANGABEIRA, Otávio. Arquivo (particular). Rio de Janeiro.

MELO FRANCO, Afrânio de. Arquivo. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

MELO FRANCO FILHO, Afrânio de. Arquivo (particular). Rio de Janeiro.

MELO FRANCO, Virgílio de. Arquivo. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

PACHECO, Felix. Arquivo (particular). Rio de Janeiro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Arquivo. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Arquivo. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

Fontes impressas:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Circulares 1930-1939. In: “A Versão Oficial, Parte VI”, *Cadernos do CHDD*, Ano V, Num. 9 (2º Semestre, 2006).

_____. _____. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório [...] Anno de 1931*. 2 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista, Tomo II, [...], Atividades Diplomático-Militares* (Rio de Janeiro, 1962).

CORRÊA DA COSTA, Sérgio. *A diplomacia brasileira na questão de Letícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Oswaldo Aranha: o Rio Grande e a revolução de 1930; um político gaúcho na República Velha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, Tensões e Reaproximação 1889-1954*. Brasília: FUNAG, 2012.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias, Volume II, A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, 1963.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações, 1919-1926: vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/FUNAG, 2000.

_____. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora UnB/FUNAG, 2006.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: The Politics of Trade Rivalry*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1975.

_____. "Vargas and Brazilian Economic Development, 1930-1945: A Reappraisal of His Attitude Toward Industrialization and Planning," *Journal of Economic History*, 35 (dez. 1975): 754-778.

_____. "Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929," *Journal of Latin American Studies*, 12 (novembro 1980): 341-364.

_____. "The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship," *Journal of American History*, 68 (dez. 1981), 599-624.

_____. *A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

_____. "The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: The Drive for Military Autonomy (1889-1954)," *Hispanic American Historical Review*, 62 (nov. 1982): 629-673.

_____. *Rebelião Vermelha: a intentona comunista (1935) da perspectiva de 50 anos*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1985.

_____. "Latin America and Western Europe, 1880-1945: The Political Dimension." In: Wolf Grabendorff e Riordan Roett, compiladores, *Latin America, Western Europe and the United States: Reevaluating the Atlantic Triangle*. Nova York, 1985.

_____. “The Argentine Factor in Twentieth-Century Brazilian Foreign Policy Strategy”. *Political Science Quarterly* 100 (Spring 1985): 27-52

_____. *Brazil and the Soviet Challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

_____. *Oswaldo Aranha: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.

HULL, Cordell. *Memoirs*. 2 vols., Londres, 1948.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

MELO FRANCO, Afrânio de. *Brazil's Declaration of Principles [...] April 21st 1923* (Rio de Janeiro, 1923).

_____. *Episódios da História Internacional Recente*. Rio de Janeiro: s.ed., 1941.

OLIVEIRA CASTRO, Flávio Mendes de. *Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty (1808-2008), Volume I*. Brasília: FUNAG, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

POTASH, Robert A. Potash. *The Army and Politics in Argentina, 1928-1945* (Palo Alto: Stanford University Press, 1969).

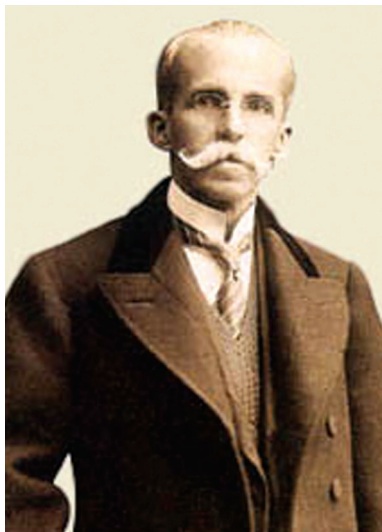
ROSENBERG, Emily S. "World War I and 'Continental Solidarity'," *The Americas*, 31 (Janeiro 1975), 313-327.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Afrânio de Melo Franco: Diplomata e Internacionalista*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1970.

UNITED STATES. Department of State. *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1933*. 5 vols., Washington, D.C.: Government Printing Office, 1948.

_____. *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1934*. 5 vols., Washington, D.C.: Government Printing Office, 1951.

VARGAS, Getúlio Dornelles. *Diário*. 2 vols. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.



RUI BARBOSA

Intelectual e político, foi um dos organizadores da República, atuando, principalmente, na defesa da União e na promoção dos direitos e garantias individuais. Primeiro ministro da Fazenda do novo regime, marcou sua breve e discutida gestão pelas reformas modernizadoras da economia. Foi deputado e senador, e candidato por duas vezes à presidência da República. Destacou-se, também, como jornalista e advogado. Delegado do Brasil à “II Conferência da Paz na Haia” (1907), onde se notabilizou pela defesa do princípio da igualdade dos Estados. Teve papel decisivo na entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Rui Barbosa nasceu em Salvador, no dia 5 de novembro de 1849, filho de João José Barbosa de Oliveira e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (São Francisco). Colega de Afonso Pena, Rio Branco, Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco, Rui inicia sua vida pública ainda na academia ao participar dos

debates sobre a extinção do trabalho escravo. De volta à Bahia, inicia vida profissional de advogado e jornalista.

A RAIZ DAS COISAS - RUI BARBOSA: O BRASIL NO MUNDO

Carlos Henrique Cardim

A questão que então se suscitou na Conferência (II Conferência de Paz da Haia, 1907; questão motivada pela proposta norte-americana de criação de tribunal arbitral internacional com desigualdade entre as nações) era um destes grandes problemas políticos que surgem de tempos a tempos para por à prova a coragem e desafiar o discernimento da humanidade. É raro surgir uma questão política tão vital, assim de chofre, com uma feição tão nítida, e sem o estorvo de questões colaterais. E não ficará resolvida em um ano, nem porventura em uma geração, porque toca a raiz das coisas, interessa aos mais sólidos princípios que governam a ação humana. Em sua essência consiste nisto: se a Força ou o Direito deve ser o fator dominante nos negócios do homem.

William T. Stead, in: O Brasil na Haia, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

RUI E A POLÍTICA INTERNA

Eleger-se Deputado-Geral em 1878 aos 29 anos e muda-se para o Rio de Janeiro. Rui é reeleito Deputado em 1881 e permanece na Câmara até 1884, quando é derrotado nas eleições. No período de 1878 a 1889 produz importantes pareceres sobre métodos

pedagógicos e apresenta proposta de reforma do sistema educacional. Considera a instrução o fator decisivo para o progresso real do país, defende o estabelecimento de escolas superiores não estatais, o incentivo ao ensino técnico industrial e o acesso das mulheres às faculdades. Além do combate à escravidão, Rui vai promover a ideia da federação e da reforma da monarquia para atender os reclamos da descentralização.

A antevéspera da queda da monarquia coincide com artigos críticos de Rui ao regime decadente, que chamam a atenção de líderes republicanos. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, Rui é convidado em seguida para ocupar o Ministério da Fazenda. Desempenha, também, as funções de vice-chefe do Governo Provisório até 1890. Propõe a separação da Igreja do Estado e, pelo seu grande conhecimento do sistema político norte-americano, transforma-se em uma das referências sobre o funcionamento das instituições republicanas.

Rui, desde os estudos acadêmicos e pela vida afora, foi sempre um estudioso sistemático da bibliografia dos temas que lhe interessavam. Dedicava boa parte de seu tempo à leitura dessas obras em suas versões originais. Assim, por exemplo, quando surge a República é dos poucos intelectuais e políticos no Brasil que domina a língua inglesa e a literatura política e jurídica anglo-saxã, em particular a dos Estados Unidos, modelo então da nascente República brasileira.

Assume o Ministério da Fazenda com um programa de incentivo à industrialização, à diversificação e ampliação da atividade econômica. Interpreta os anseios de progresso e proteção dos direitos das classes médias em ascensão, como assinalou San Tiago Dantas em notável ensaio intitulado “Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade”. Tem entre seus objetivos a superação da estrutura agrária do Império, baseada somente na exportação do café. Seu propósito maior era transformar o Brasil em nação

industrial. A gestão de Rui (15 de novembro de 1889 a janeiro de 1891) foi marcada por desenfreada especulação na Bolsa de Valores que provocou surto inflacionário, seguido de falências, muitas delas fraudulentas. Esse episódio ficou conhecido como “encilhamento”. Nas últimas décadas verificou-se, na academia, uma reavaliação do “encilhamento” e da gestão de Rui com um todo no Ministério da Fazenda, que resultou em balanço mais positivo do que negativo desse pioneiro esforço pela industrialização do Brasil.

A principal contribuição de Rui na elaboração da primeira Constituição republicana de 1891, além da revisão do texto da “Comissão dos Cinco”, que já consagrava o presidencialismo e o federalismo, foi a introdução dos controles dos atos dos poderes Executivo e Legislativo pelo Judiciário. É de Rui a iniciativa de conferir ao recém-criado Supremo Tribunal Federal o controle sobre a constitucionalidade das leis e dos atos do Legislativo e do Executivo. Rui acrescenta, igualmente, no projeto constitucional o direito ao *habeas corpus* para garantir a liberdade individual em situações de abusos do poder. Faz do STF, além de guardião da Constituição, guardião dos direitos e das liberdades individuais.

Rui entra no STF, em 18 de abril de 1892, com o primeiro pedido de *habeas corpus* sobre matéria política, pedido esse em favor de opositoristas presos pelo governo de Floriano Peixoto.

Resultado de sua campanha em prol das vítimas da “ditadura florianista”, Rui é acusado de ser um dos mentores da “Revolta da Armada” (setembro de 1893), e ameaçado de prisão, parte para o exílio, primeiro em Buenos Aires, depois em Londres. Regressa do exílio somente em 1895, no governo Prudente de Moraes.

Ponto alto da trajetória de Rui na política interna foi sua candidatura presidencial em 1910 contra Hermes da Fonseca. Lança nessa oportunidade a “campanha civilista”. Critica não somente o militarismo, como também o processo político

comandado pelas oligarquias. Defende mudanças constitucionais, entre elas a introdução do voto secreto.

Derrotado, Rui protesta contra as fraudes ocorridas no pleito. Continua a seguir com sua atividade política, jornalística e como advogado, com foco na proteção dos direitos individuais contra os abusos do poder, como é o caso da defesa que faz no Senado de marinheiros presos na “Revolta da Chibata”, em 1911.

Eleito presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, em 1914, Rui fora eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1908, posto que ocupou até 1919.

Em 1918, comemorou-se o “Jubileu Cívico” de Rui. Essa data tem como referência a sua saudação a José Bonifácio, o Moço, em 1868. Recebe muitas homenagens nacionais e estrangeiras. Na inauguração de seu busto na Biblioteca Nacional, Rui sublinha sua condição básica de um “construtor”, na qual “as letras entram apenas como a forma da palavra que reveste o pensamento”, para dar “clareza às opiniões”.

Em novembro de 1918, com a morte de Rodrigues Alves, novas eleições são convocadas, e Rui, aos 70 anos, apresenta sua candidatura, dessa vez concorrendo contra Epitácio Pessoa. Nesse pleito, a posição de Rui de intransigente defesa da reforma da Constituição muito enfraqueceu seu apoio no meio político.

Peça oratória de destaque nessa campanha é a conferência que Rui proferiu em 20 de março de 1919 sobre “A Questão Social e Política no Brasil”. Nela agrega a seu ideário liberal os temas da desigualdade, das relações entre capital e trabalho e o atraso secular de amplos setores da população brasileira, expresso na figura criada por Monteiro Lobato do “Jeca Tatu”, que é citada por Rui no início de sua palestra. Entre os temas que ele traz, de forma pioneira para a época, para sua plataforma de candidato estão: construção de casas para operários; proteção ao trabalho de

menores; limitação das jornadas, em especial trabalho noturno; igualdade salarial para ambos os sexos; amparo à mãe operária e à gestante, licença-maternidade; indenização para acidentes do trabalho; legalização do trabalho agrícola e seguro previdenciário.

Rui sofre nova derrota eleitoral, mas dessa feita registra expressivo apoio nas capitais dos Estados. Tal fato demonstra o eco que suas ideias encontraram no Brasil urbano e progressista. Ainda em 1919, participa ativamente da campanha do candidato oposicionista, Paulo Fontes, ao governo da Bahia. Empreende longas viagens pelo interior do Estado, que lhe afetam a saúde. Em 1920, como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo redige a conhecida “Oração aos Moços”, que é lida pelo professor Reinaldo Porchat.

Mesmo com a saúde debilitada Rui continua atuando na vida pública nacional como senador. Sua principal tese nesse momento é da necessidade imperiosa da reforma da Constituição de 1891. O presidente Artur Bernardes convida-o para ocupar o posto de ministro das Relações Exteriores. O sério agravamento de seu estado impede-o de aceitar o convite. Rui Barbosa vem a falecer no dia 1º de março de 1923.

RUI BARBOSA, PERFIL DIPLOMÁTICO

As contribuições de Rui Barbosa à teoria e à prática da política externa brasileira estão, principalmente, em oito temas e momentos:

1) Defesa da igualdade entre os Estados na II Conferência da Paz da Haia, em 1907.

A participação do Brasil na II Conferência da Paz da Haia em 1907, tendo Rui Barbosa como seu delegado, marca a entrada

do país na política internacional. Registre-se que o Brasil fora convidado para estar presente na I Conferência realizada em 1899, mas o presidente Campos Sales recusou o convite feito pelo czar russo.

No conclave mundial de 1907, que contou a presença de 44 Estados, Rui assume papel relevante ao se opor à proposta dos Estados Unidos, que contou com a adesão da Alemanha, da criação de Tribunal Permanente de Arbitragem. Por tal proposta o Tribunal contaria com 17 juizes, dos quais oito permanentes, indicados pelas grandes potências, e os outros nove a serem designados pelas outras 36 nações, sob a forma de rodízio. Rui – com seus discursos na Haia – e Rio Branco – com suas instruções e articulações com as chancelarias da região – constroem a posição brasileira de oposição a esse tratamento diferenciado somente pelo critério do poder. Obtêm o apoio das nações latino-americanas, e logram esvaziar a proposta estadunidense de seu conteúdo discriminatório.

2) Crítica à noção antiga de neutralidade, em conferência em Buenos Aires, em 1916.

Rui Barbosa profere conferência em Buenos Aires em 1916 na qual critica a noção vigente de neutralidade entendida, segundo sua visão, como passividade e omissão face a ações arbitrárias e agressivas por parte de algum Estado. O normal à época era a decretação, por decreto publicado nos respectivos diários oficiais, da neutralidade de países não envolvidos diretamente em um conflito bélico, deixando esses governos completamente silenciosos quanto às atrocidades que viessem a ocorrer nos campos de batalha ou fora deles. Rui rechaça essa noção passiva de neutralidade e propõe uma nova noção de neutralidade, fundada na responsabilidade internacional das nações, que devem se interessar mesmo por conflitos distantes de seus territórios. Entre a justiça e a injustiça não pode haver omissão: essa é a sua divisa.

3) Debate sobre a Primeira Guerra Mundial e a mudança de posição do Brasil.

Da maior importância foi o debate ideológico registrado entre anglófilos e germanófilos no Brasil no período de 1914 a 1918. Rui participa ativamente dessa discussão, critica duramente a política alemã e defende a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Em 27 de outubro de 1917 o governo do presidente Venceslau Brás revoga o decreto de neutralidade e reconhece “o estado de guerra, iniciada pelo Império Alemão contra o Brasil”.

4) Rui, o primeiro defensor de Dreyfus.

Em artigo publicado, em 7 de janeiro de 1895, intitulado “O processo Dreyfus”, Rui Barbosa foi a primeira voz a se levantar em defesa do oficial francês de origem judaica acusado falsamente de traição por razões de preconceito como ficou demonstrado no final de seu processo. Destaque-se que a famosa série de textos de Émile Zola começou em dezembro de 1897.

Dreyfus, na obra autobiográfica *Souvenirs et Correspondance*, publicada por seu filho em 1936, qualifica Rui Barbosa de “le grand homme d’État Brésilien”, dotado de “un jugement remarquable et une grande liberté d’esprit”.

Alberto Dines, na apresentação da obra *Rui Barbosa – o processo do capitão Dreyfus*, comenta as diferentes biografias literárias e cinematográficas dedicadas a Dreyfus e a Zola, e lamenta que

o nosso precursor de Zola, Rui Barbosa, não teve a mesma sorte. Nem foi contemplado pela recente onda biográfica. Coisas do Brasil. Coisas de um Brasil minimalizado, sem nobreza, incapaz de desenrolar existências pelo prazer de admirá-las, cultor de “causos” e anedotas, nostálgico e perplexo, desgarrado do mundo, sem disposição para nele se situar.

Cabe ainda acrescentar o conhecido preconceito de autores europeus e norte-americanos com relação à participação de países *antistatus quo* como o Brasil na política internacional.

5) Rearmamento naval.

Rui Barbosa conferiu alta prioridade ao tema do poder naval. Dedicou ao assunto três importantes artigos: *Lição do Extremo Oriente* (1895), *A lição das esquadras* (1898) e *O aumento das esquadras* (1900). Em carta de 7 de maio de 1908 ao presidente Afonso Pena, governo que fez as encomendas de três encouraçados, Rui relembra que

voltando ao Brasil, quando fundei A Imprensa, sob o governo Campos Sales, tornei à minha ideia fixa, aproveitando todas as ocasiões de mostrar a urgência de medidas que reconstituíssem a nossa Marinha e aparelhassem o nosso Exército, em organização, educação e aptidão com os nossos vizinhos mais poderosos.

A Marinha brasileira consagrou sua vinculação com Rui ao colocar, no auditório da Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, frase de seu artigo *A lição das esquadras*: “O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos”.

O parágrafo assim continua: “(...) As raças nascidas à beira-mar não têm licença de ser míopes; e enxergar no espaço corresponde a antever no tempo. (...) O mar é um curso de força e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente”.

6) “Dois formidáveis volumes”, na opinião de Clóvis Bevilacqua.

Assim se refere o grande jurista aos volumes, nos quais Rui Barbosa defende o direito do Estado do Amazonas ao Acre Setentrional. Vicente Marota Rangel, renomado internacionalista

brasileiro, considera esta obra um dos momentos mais altos da elaboração teórica de Rui Barbosa sobre as relações internacionais.

Trata-se de apurado trabalho sobre conceitos-chave do Estado, como território, modalidades de aquisição e manutenção do território, teoria e história do *uti possidetis*, soberania, exercício da soberania, etc.

Rui dedica um capítulo de sua peça jurídica à exposição acerca do princípio do *uti possidetis*, no qual faz um histórico dessa instituição que vem do Direito Romano e que constitui, no seu entender, no “princípio diretor” da diplomacia brasileira no Império e no início da República.

7) Eleição para a Corte Permanente de Justiça, em 1912.

Conforme sublinha Afonso Arinos de Melo Franco, no livro *Um Estadista da República*,

por ocasião da escolha dos primeiros juízes integrantes da Corte, em 1912, o Brasil, pelo nome de Rui Barbosa, conseguiu uma grande vitória. Quarenta e dois países tinham assinado o protocolo concernente ao estatuto do tribunal. Oitenta e nove candidatos, juristas de todo o mundo, foram apresentados à eleição. Entre eles s achavam Rui e Clóvis. Realizado o pleito, verificou-se que, de todos os candidatos eleitos, Rui fora o mais votado, obtendo 38 votos no total de 42. Como se sabe o ilustre brasileiro nunca chegou a tomar assento no tribunal de Haia.

8) A questão do Acre, em 1903.

Gilberto Amado considera o Acre um dos mais sérios problemas diplomáticos até hoje enfrentado pelo Brasil. Em suas palavras: “O Tratado de Petrópolis representa o mais alto momento da inteligência brasileira aplicada ao serviço da construção do Brasil”. O próprio Rio Branco, na Exposição de Motivos do Tratado de

Petrópolis, encaminhada ao presidente da República sublinha ter sido esta questão a que mais lhe exigiu:

Com sinceridade afianço a Vossa Excelência que para mim vale mais esta obra, em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de Vossa Excelência, e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos cidadãos, e que pude levar a termo em condições, sem dúvida, muito mais favoráveis.

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, Rio Branco priorizou a solução da questão acreana, para a qual só via um caminho: tornar nacional, por aquisição, o território já habitado pelos brasileiros, considerando a situação de fato e a impossibilidade de lograr laudo favorável em arbitragem, tendo em vista o tratado de 1867, cuja interpretação dada pelo Brasil tinha sido benéfica para a Bolívia.

Conforme narra A. G. de Araújo Jorge, secretário particular de Rio Branco, no ensaio introdutório às *Obras Completas de Rio Branco*,

Em 17 de outubro de 1903, isto é um mês antes da assinatura do tratado, o Senador Rui Barbosa, que desde julho desse ano vinha colaborando com o prestígio e a autoridade de seu nome nas negociações como um dos Plenipotenciários brasileiros, conjuntamente com Rio Branco e Assis Brasil, julgou dever solicitar dispensa dessa comissão. Repugnava-lhe compartilhar a responsabilidade de conclusão de um acordo em que as concessões do Brasil à Bolívia se lhe afiguravam extremamente onerosas e, ao mesmo tempo, não desejava, por escrúpulos não compartilhados pelos companheiros de missão, ser obstáculo à coroação pacífica de um litígio que ameaçava eternizar-se com perigo iminente da ordem interna e, quiçá, da paz americana.

Araujo Jorge transcreve, na obra citada, as duas cartas trocadas entre Rui Barbosa e Rio Branco sobre a questão acreana que revelam também o grau de amizade e recíproca admiração entre os dois homens públicos. São documentos importantes não só pela pendência Brasil/Bolívia sobre o Acre, mas igualmente por mostrar dois estilos distintos, mas não antagônicos, de tratar um tema internacional. O de Rio Branco marcado pela paciência e certo grau de otimismo. O de Rui, pelo tom dramático e carregado de hipóteses pessimistas; ambos, porém com um ponto em comum: o patriotismo e a sinceridade na defesa do interesse público.

O desenlace da questão acreana demonstrou o acerto da estratégia de Rio Branco e a não realização das hipóteses pessimistas de Rui Barbosa.

A ENTRADA DO BRASIL NA POLÍTICA INTERNACIONAL: RUI BARBOSA NA HAIA

*Vi todas as nações do mundo reunidas,
e aprendi a não me envergonhar da minha.*

Rui Barbosa

Rio Branco, em artigo publicado, em 26 de setembro de 1908, no *Jornal do Commercio*, cujo tema era as relações brasileiro-argentinas, aconselhava, claramente, e de forma pioneira, a evolução da nossa política externa de um antigo e estreito continentalismo, dominado por pendências arcaicas de origem luso-espanhola, para um relacionamento mundial e para uma aproximação crescente entre Brasil e Argentina. Sublinhava que o Brasil estava com sua agenda externa gravemente desatualizada, e em forte descompasso com suas potencialidades e as possibilidades do cenário internacional. Por outro lado, assinalava, no mesmo

texto, que o País começava a sair dessa situação e se projetava, decididamente, no cenário internacional. A propósito, assim se expressava, em dois trechos do referido artigo:

Nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão, a que o passado nos habituou [...].

[...] o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.

RUI BARBOSA, ATOR PRINCIPAL DA MUDANÇA

A nova perspectiva de Rio Branco adquire realidade pela primeira vez com o pensamento e ação de Rui Barbosa na II Conferência de Paz da Haia, em 1907. É nesse conclave que o Brasil entra de fato na política internacional como ator chamando para si direitos e deveres de se pronunciar e atuar nos temas mundiais. A parceria Rio Branco – Rui Barbosa inaugura uma nova etapa da diplomacia brasileira, e marca o início da construção de novo paradigma para a inserção internacional do País.

O novo sentido geral da política externa brasileira define-se com a participação de Rui na assembleia da Haia. As relações exteriores do Brasil, no século XIX e nos inícios do século XX, voltaram-se, exclusivamente, para as questões regionais, com ênfase nos temas da Bacia do Prata.

Rui Barbosa, ao defender o princípio da igualdade das nações, na Haia em 1907, coloca a política externa em outro eixo, abre uma visão mais ampla. Critica o então vigente sistema internacional, mas também assume responsabilidades de reformá-lo. É uma crítica de quem se reconhece membro da comunidade maior, e não

pode se omitir, pelo contrário, abre-se com generosidade para dar sua contribuição, mas que vê claramente as iniquidades da cena presente.

AS CONFERÊNCIAS DE PAZ DA HAIA

Os temas convocatórios das Conferências de Paz da Haia de 1899 e de 1907 eram, basicamente, o do controle da corrida armamentista e o do Direito da Guerra. Dois assuntos de dimensões universais, e de fortes conteúdos propositivos de reforma e de organização do sistema internacional.

O governo de Campos Salles cometeu erro de política exterior ao não aceitar o convite feito pelo czar russo para, juntamente com o México, serem os únicos representantes da América Latina no conclave de 1899. O México aceitou e marcou posição. O Brasil retardou ainda mais, em quase uma década, sua entrada na política internacional.

A Primeira Conferência, conforme previsto, realizou-se na Haia de 18 de maio a 29 de julho de 1899, com a presença de 26 países: vinte representando as nações europeias de então, Estados Unidos, México, e quatro Estados asiáticos – China, Japão, Pérsia e Sião.

Oliveira Lima assim se expressa sobre o fato, ao se referir à representação brasileira para a Conferência de Haia de 1907:

[...] é de se esperar que o governo do Brasil não repita o erro diplomático de 1899 e se não esquive a comparecer nessa assembleia, por tantos títulos respeitável. Deixamos então de aceitar o convite que fôramos os únicos a receber na América do Sul por uma razão um pouquinho extraordinária, a qual declaramos alto e bom como senão

fosse o mesmo que passar um recibo de desordem: a de estarmos anarquizados em crises demasiado conhecidas, precisando o Brasil recolher-se para refazer suas forças. ...O que espero, em todo caso, é que me não ocorrerá de futuro o que em Paris este ano me sucedeu. Aproveitava eu meu tempo indo diariamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros mexer em papéis velhos. O muito amável diretor da seção histórica, ao subirmos juntos a escadaria, ia comentando os quadros representando vários congressos e personagens ilustres. Ao indicar-me a enorme tela da Conferência de Haia (de 1899) ajuntou: “Cherchez là-dedans les délégués brésiliens”. Eu lancei um olhar hipócrita para a tela e respondi-lhe com a diplomacia que me possam ter incutido quinze anos de carreira: “Ils n’étaient pas encore arrivés”.

RUI, UM PARLAMENTAR NA HAIA: DEFESA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS NAÇÕES E CRÍTICA DO PRINCÍPIO DA GRADUAÇÃO DAS SOBERANIAS

Rui Barbosa chefiou a Delegação do Brasil à Segunda Conferência da Paz da Haia, realizada de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, que, “pelos resultados obtidos e pelo número de países nela representados (44), figura com marcado destaque entre as que mais contribuíram para o progresso do Direito Internacional contemporâneo”, conforme assinalou o embaixador Rubens Ferreira de Mello.

A agenda da reunião internacional de Haia era bastante especializada versando sobre questões diplomáticas e militares. No entanto, apesar dessa dimensão formal do enfoque ao tema maior que convocava o conclave – a Paz – Rui Barbosa desempenhou-se

bem em vários pronunciamentos sobre temas técnicos e complicados, sem se descuidar do conteúdo especializado dos temas, e enfatizou a questão ideológica de fundo: a visão e ação discriminatórias das grandes potências contra os países mais débeis e menores.

Como o próprio Rui descreveu mais tarde o ambiente da Conferência: “Ali, não se levava muito a bem a liberdade, assumida por um governo remoto, desconhecido e inerte, de interpor com isenção o seu juízo nas principais questões oferecidas pelos direitos das gentes aos debates daquela assembleia”.

O ambiente diplomático da Conferência de 1907 da Haia, no qual deveria se mover Rui Barbosa, estava, igualmente, contaminado pela rigidez das posições das grandes potências que, para Pierre Renouvin, tornavam impossível se obter um acordo para a questão do desarmamento: as delegações entendem que os ‘casos particulares’ são muito diferentes para poderem ser regulados por uma fórmula geral. Impossível a adesão dos governos à ideia de uma arbitragem obrigatória, que se exerceria mesmo nas questões em que estão implicadas a honra e os ‘interesses vitais’.

Registre-se que, sem o saber, Rui Barbosa tinha a seu favor, nesse majestoso e rígido ambiente da Conferência da Haia de 1907, a sua ampla experiência de mais de duas décadas nas tribunas da Câmara e do Senado.

A ATUAÇÃO DE RUI NA CONFERÊNCIA DE HAIA

Em dois principais momentos na Segunda Conferência da Paz – o incidente com o delegado russo Martens e a questão da criação de um tribunal arbitral permanente – a competência diplomática de Rui Barbosa se manifestou em defesa da vigência de princípios democráticos para a ordem internacional.

O INCIDENTE MARTENS

Assim apresenta o fato o embaixador Hildebrando Accioly, no prefácio do volume das “Obras Completas de Rui Barbosa” sobre a Segunda Conferência da Paz:

Foi ainda na primeira fase dos trabalhos da Conferência, quando parece que se encobria certa antipatia contra ele (Rui Barbosa) que se produziu, perante uma das comissões, o seguinte incidente, depois largamente divulgado. Rui acabara de proferir magnífico discurso sobre a questão da transformação dos navios mercantes em vasos de guerra, durante o qual, de passagem, fizera algumas incursões na esfera da alta política, quando o presidente da comissão, Senhor Martens, delegado russo, observou que a política devia ser excluída das deliberações daquela comissão, porque a política não era da alçada da Conferência.

Ao nosso primeiro delegado, pareceu aquilo uma censura a ele dirigida e à qual não podia deixar de revidar. Fê-lo, pois imediatamente, em famoso improviso, para mostrar que semelhante espécie de repreensão – se esta fora realmente a ideia do Senhor Martens – não era merecida. E demonstrou exuberantemente que, se aos delegados fosse proibido estritamente o contato com a política, se estaria impedindo o próprio uso da palavra porque – afirmou – “política é a atmosfera dos Estados, a política é a região do direito internacional”. Nas deliberações, nas concessões recíprocas, nas transigências – disse ainda – era sempre a política dos países, a política dos governos, que inspirava os atos ou as atitudes.

Dada a relevância do denominado “Incidente Martens” vale a pena trazer, na íntegra, o testemunho de um dos membros da

Delegação Brasileira a Haia, Rodrigo Otávio, que é a fonte primária documental do referido marcante fato na atuação diplomática de Rui. Dessa maneira o narra Rodrigo Otávio no seu valioso livro *Minhas memórias dos outros*:

Nesse dia, discutia-se a palpitante questão da transformação dos navios mercantes em vasos de guerra e Rui Barbosa proferiu a respeito um de seus memoráveis discursos. Terminando o Delegado do Brasil, o Presidente Martens, mal-humorado e com rispidez, declarou que “o discurso seria impresso e inserido na ata dos trabalhos”. Lembrava, porém a esse respeito, que a política havia sido excluída da competência da Comissão. O Sr. Martens no seu azedume não qualificara de discurso a oração de Rui Barbosa, mas de memória e a essa qualificação começou se referindo a Rui, em sua réplica.

Aplausos gerais cobriram esta impertinente observação de quem dirigia os trabalhos [...]. Com o incidente toda a Assembleia ficou alerta e foi dentro dos mais profundo silêncio que Rui Barbosa, como que impelido por uma força incoercível, se levantou e pediu a palavra.

Eu estava na sala, sentado num banco sobre a parede. Levantei-me, também, e foi esse um dos momentos de mais viva emoção de minha vida. Senti que uma grande cena se ia passar e era o nome do Brasil, o prestígio do Brasil, a honra do Brasil que estavam em causa. Num acentuado movimento de atenção, todos, na expectativa de um escândalo, pelo menos de uma estralada, se voltaram para o orador que, como Presidente honorário da Primeira Comissão, tinha assento na própria mesa, à direita do Presidente, circunstância que lhe dava ainda, no momento, maior realce.

Martens, ao lado de Rui, mantinha a cara amarrada e mostrava, de princípio, manifesto nervosismo.

E Rui, pequeno, humilde, com voz sumida, que depois se elevou e se tornou clara, começou a proferir esse discurso que foi, por certo, a peça oratória mais notável que a Conferência ouviu, e lhe proporcionou o seu momento de maior brilho intelectual.

Provocado por circunstância de ocasião, essa oração proferida, de improviso, em língua estrangeira para o orador, numa Assembleia em que todos os discursos eram lidos, fez o pasmo da assistência. Rui enfrentou o Presidente da Comissão e, fazendo saber ao representante da Rússia autocrática que ele havia envelhecido na vida parlamentar, e fora, para essa Conferência, trazido da Presidência do Senado do seu país, onde as instituições parlamentares já contavam sessenta anos de prática regular, bem sabia como comportar-se numa Assembleia como aquela. Observou que as palavras com que o Presidente recebera seu discurso pareciam envolver uma censura que ele não podia deixar sem uma resposta imediata. E, prosseguiu em sua oração, mostrando, com larga eloquência e a argumentação mais precisa e convincente, a improcedência da observação.

E disse: “Pour sûr la politique n’est pas de notre ressort. Nous ne pouvons faire de la politique. La politique n’est pas l’objet de notre programme. Mais est-ce que nous pourrions le remplir si nous nous croyons obligés de mettre une muraille entre nous et la politique, entendue, comme il faut l’entendre ici dans le sens général, dans le sens supérieur, dans le sens neutre du vocable? Non, Messieurs.

“Nous n’avons pas oublié que Sa Majesté l’Empereur de Russie, dans son acte de convocation de la Conférence de la Paix, a éloigné nettement de notre programme les questions politiques. Mais cette défense évidemment ne visait que la politique militante, La politique d’action, et de combat, celle qui trouble, qui agite, qui sépare les peuples dans leurs rapports internes et dans leurs rapports internationaux, jamais la politique envisagé comme science, la politique étudiée comme histoire, la politique exploré comme règle morale. Car, du moment qu’il s’agit de faire des lois, domestiques ou internationales, pour les nations, il faut tout d’abord examiner, en ce qui regarde chaque projet, la possibilité, la nécessité, l’utilité de mesure en face de la tradition, de l’état actuel des sentiments, des idées, des intérêts qui animent les peuples, qui régissent les gouvernements. Et bien: est-ce que ce n’est pas de la politique tout ça?

“La politique dans le sens le plus vulgaire du mot, celle-ci, personne ne le conteste, celle-ci nous est absolument interdite. Nous n’avons rien à voir avec les affaires intérieures des Etats, ou, dans les affaires internationales, avec les querelles qui divisent les nations, les litiges d’amour propre, d’ambition ou d’honneurs, les questions d’influence, d’équilibre ou de prédominance, celles qui mènent au conflit et à la guerre. Voici la politique interdite.

“Mais dans l’autre, dans la grande acception du terme, la plus haute et pas a moins pratique, des intérêts suprêmes des nations les unes envers les autres, est-ce que la politique nous pourrait être défendue? Non, Messieurs”.

E nesse tom prosseguiu cada vez mais seguro de si.

A impressão causada na assistência por esse improviso oratório foi enorme. Rui, desde o início dos trabalhos, vinha mostrando quem era. A Assembleia, porém, não queria saber disso e não lhe ouvia os discursos. O Incidente Martens, que provocou a curiosidade da Assembleia, forçou-a a prestar atenção ao discurso do Delegado Brasileiro. E Rui Barbosa, pequeno de estatura, modesto, quase tímido no trato, foi crescendo aos olhos da assistência, à proporção que, com o maior desassombro, com a maior segurança de si mesmo, com a mais subida eloquência, proferia sua magnífica oração, e prosseguiu, depois do incidente, crescendo de tal modo que acabou se impondo à admiração de seus pares.

Rui terminou seu discurso. Sentou-se. De Martens, sem comentário algum, mas visivelmente desapontado, indicou a ordem do dia – para o dia seguinte – e suspendeu a sessão. Na sala do buffet, porém, para onde todos se dirigiam, De Martens se aproximou de Rui e teve com ele alguns instantes de conversa que, dado o caráter autoritário do velho jurista russo, foi o coroamento do prestígio de Rui Barbosa, conquistado de golpe nesse memorável dia.

A CRIAÇÃO DE UM TRIBUNAL ARBITRAL PERMANENTE

As delegações dos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido apresentaram um plano completo para a criação de uma alta corte de justiça arbitral. Segundo Accioly, por este plano o novo tribunal seria composto de dezessete juízes, dos quais nove indicados pelas oito grandes potências da época e mais a Holanda (certamente em

homenagem ao país sede da Conferência), sendo os oito restantes nomeados por oito grupos de nações, formado um destes pelas dez repúblicas da América do Sul. A desigualdade era flagrante – e contra ela iria manifestar-se a delegação brasileira.

Rui Barbosa sugeriu a Rio Branco que o chanceler brasileiro gestionasse junto ao secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, modificações na mencionada iniciativa, tendente a evidente assimetria de tratamento que humilhava e feria nações soberanas. O chefe da diplomacia norte-americana, conforme Accioly, propõe que embora se adotasse o sistema de grupos para a nomeação de juízes, o Brasil, por sua situação ou pelo prestígio de que gozava no Continente, deveria ter o direito de possuir, no tribunal, um árbitro seu. Ainda assim, nem Rio Branco nem Rui se sentiam plenamente satisfeitos. O primeiro estaria disposto, no entanto, a aceitar uma solução transacional, que não prejudicasse ou ofendesse o nosso país e se apresentasse sobre base mais aceitável. Rui, porém, insistia na necessidade primordial de manutenção do princípio da igualdade dos Estados. A situação, para nós, não se mostrava auspiciosa, porque as delegações das grandes potências não mudavam de atitude. Nessa conjuntura, Rio Branco, com o apoio de Rui, decidiu que, perante a Conferência, fizéssemos uma firme declaração oficial, no sentido de que não abriríamos mão do referido princípio – que não interessava só ao Brasil, mas também às demais Repúblicas latino-americanas.

Na declaração, feita em sessão de 20 de agosto, Rui acentuou que o projetado sistema de rotação, para a composição da Corte de Arbitragem internacional, “seria a proclamação da desigualdade entre as soberanias nacionais”. Nessa oportunidade, Rui Barbosa leva à consideração da Assembleia o projeto do governo brasileiro sobre a matéria da Corte Permanente de Arbitragem.

O PROJETO BRASILEIRO

A proposta elaborada de comum entendimento entre Rio Branco e Rui Barbosa era precedida por uma série de considerandos, que destacavam, entre outros, os seguintes principais argumentos:

- “fixar de antemão para a Corte Permanente de Arbitramento de um número arbitrário de juizes, segundo certas ideias admitidas a priori sobre a extensão desse número, para cuidar em seguida de o acomodar à representação de todos os Estados, é subverter os termos necessários e inevitáveis da questão”;
- “transtornar deste modo os termos naturais do problema é arrogar-se o arbítrio de designar aos diferentes Estados representações desiguais na corte internacional”;
- “na convenção para o regulamento pacífico dos conflitos internacionais, celebrada na Haia em 29 de junho de 1899, as potências signatárias, entre as quais se achavam todas da Europa, bem como as dos Estados Unidos, do México, da China e do Japão, acordaram em que os Estados contratantes, não importa qual a sua importância, teriam todos uma representação igual na Corte arbitral permanente”;
- é um sofisma entender que um direito é igual para todos quando no seu exercício “para alguns (ele) é limitado a períodos mais ou menos breves, ao passo que se reserva a outros o privilégio de o exercer continuamente”;
- “não se serve aos interesses da paz, criando entre os Estados, mediante estipulação contratual, categorias de soberania que humilharam a uns em proveito de outros, solapando-lhes os alicerces da existência de todos, e proclamando por uma estranha antilogia, o predomínio jurídico da força sobre o direito”.

A Proposta Brasileira estava vazada nos seguintes termos:

I) Para a composição da nova Corte Permanente de Arbitramento, cada potência designará, nas condições estipuladas pela Convenção de 1899, uma pessoa capaz de exercer dignamente, como membro desta instituição, as funções de árbitro.

Ela terá, além disso, o direito de nomear um suplente.

Duas ou mais potências podem se entender para a designação em comum dos seus representantes na Corte.

A mesma pessoa poder ser designada por duas potências diversas.

As potências signatárias escolherão seus representantes na nova Corte, entre os que compõem a atual.

II) Uma vez organizada a nova Corte, cessará de existir a atual.

III) As pessoas nomeadas terão assento por nove anos, não podendo ser destituídas senão no caso em que, segundo a legislação dos países respectivos, os magistrados inamovíveis perdem o seu mandato.

IV) Nenhuma potência poderá exercer o seu direito de nomeação senão se comprometendo a pagar os honorários do juiz que ela designar, fazendo cada ano o depósito adiantadamente, nas condições em que a Convenção fixará.

V) Para que a Corte delibere em sessão plenária, é preciso pelo menos a presença de um quarto dos membros nomeados. A fim de assegurar essa possibilidade, os membros nomeados se dividirão em três grupos, segundo a ordem alfabética

das assinaturas da Convenção. Os juízes classificados em cada um desses grupos estarão por três anos no exercício de suas funções durante os quais terão que fixar residência em ponto de onde possam chegar a Haia, em vinte e quatro horas, à primeira convocação telegráfica. Entretanto, todos os membros da Corte têm o direito, se o quiserem, de sempre tomarem assento nas sessões plenárias, ainda que não pertençam ao grupo aí chamado especialmente.

VI) As partes em conflito são livres, quer de submeter a sua controvérsia à Corte plenária, quer de escolher, para resolver o seu litígio, no seio da Corte, o número de juízes que convenham adotar.

VII) A Corte será convocada em sessão plenária, logo que tiver que julgar litígios, cuja solução lhe seja confiada pelas partes, ou nos negócios por elas submetidos a um menor número de árbitros, logo que estes façam apelo à Corte plenária, com o fim de resolver uma questão suscitada entre eles durante o julgamento da causa.

VIII) Para completar a organização da Corte sobre estas bases, se adotaré tudo o que não lhe for contrário e que pareça conveniente adotar nas disposições do projeto anglo-germano-americano.

Na defesa da Proposta Brasileira, Rui Barbosa procurou desfazer vários mal-entendidos, particularmente as críticas do delegado norte-americano Choate, segundo as quais ele “estaria decidido a não tomar em consideração nenhuma outra proposta que não a brasileira”. Rui responde da seguinte forma:

Não ligo uma importância absoluta à proposta brasileira. Nem tive jamais esta intenção. E a prova é que a apresentei, na sessão de 20 de agosto, sob o título: “Sugestões

provisórias para servir à discussão da composição de uma Corte permanente”. Do que eu faço deveras caso é dos princípios que ela encerra e de que se inspira.

Há nela três ideias essenciais. Primeiro, a que é o seu fundamento, o princípio da igualdade dos Estados. Segundo, este outro, que consideramos o único meio de pôr em obra este princípio: o direito de cada Estado de nomear um membro à Corte. Terceiro, a norma inseparável ao arbitramento, a qual assegura aos Estados em litígio o direito de escolher os seus juizes no seio de toda a corte arbitral.

No terreno da polêmica, Rui Barbosa sente-se, totalmente, à vontade, e não deixa passar nenhuma oportunidade para rebater críticas ou insinuações negativas com respeito à proposta brasileira. Apesar da veemência de algumas de suas intervenções, Rui, como assinala William T. Stead, “na tribuna era frio, calmo e imperturbável. Nada há de orador de *meetings* na sua eloquência. É um vigoroso apelo à razão, uma dialética que presume um auditório inteligente, mas, através de toda a sua cerrada argumentação, sente-se, vê-se arder a chama da paixão reprimida”.

Assim sendo, Rui voltou a ocupar a tribuna para esclarecer sobre mal-entendidos, para rebater o que em seu entender seria o grande argumento e o único mesmo que até aqui se empregou contra a proposta brasileira,

[qual seja, que] no seu sistema as grandes nações, os Estados superiores em extensão, em população, em riqueza e em cultura viriam a ficar na contingência de serem julgados perante um tribunal, em que os seus representantes teriam o mesmo voto que o dos Estados mínimos do mundo [...]. Mas o argumento é de si inexato. [...] no sistema brasileiro não se

dá nada disso. Os juízes nomeados pelos pequenos Estados, como os pelos grandes, têm o direito de assento permanente na Corte; mas não exercem a função de julgar senão sobre os Estados, grandes ou pequenos, que os houverem nomeado. É o que estabelece a proposta brasileira em seu artigo VI: “As partes em conflito são livres, quer de submeter sua controvérsia à Corte plenária, quer de escolher, para resolver seus litígios, no seio da Corte, o número de juízes que lhes convenha adotar”. Por consequência, no sistema da proposta brasileira, as potências não correrão jamais o risco de se submeter, contra a sua vontade, aos juízes nomeados pelos pequenos Estados, ou a juiz qualquer no qual não tenham a mais absoluta confiança. São elas mesmas que escolherão a seu talante na Corte todos os juízes, compondo para a solução de cada negócio, um tribunal de três, cinco, sete membros, inteiramente, segundo a conveniência das partes.

Rui Barbosa aprofunda as discussões sobre as diferentes possibilidades de composição da nova Corte Arbitral, e enfatiza novamente três pontos básicos da posição do Brasil, a saber:

- 1. que não é necessária esta instituição, porque a Corte existente, melhorada, responde a todas as necessidades do arbitramento;*
- 2. que a criar-se, apesar disso, cumpriria assentá-la sobre o princípio da igualdade dos Estados, seriamente observado, e que*
- 3. para realizar este princípio de modo inteiramente satisfatório, a única solução possível seria a da participação direta e toda igual de todos os Estados na Corte,*

assegurando a cada um a designação de um juiz, segundo a fórmula adotada na proposta brasileira.

Rui chama a atenção, reiteradamente, para o artigo VI da proposta brasileira que consagra o direito para as partes em litígio de escolherem os seus juízes. Assinala que este direito desempenha, além disso, importante ofício no mecanismo de arbitramento, qual o de conciliar a existência de uma Corte de 45 membros, imposta pelo princípio da equivalência jurídica dos Estados-membros, com a necessidade essencial à boa justiça, de fazer julgar cada causa por um pequeno número de magistrados. É o que se não deve nunca perder de vista na apreciação dos dois sistemas.

Após longos e minuciosos debates, o conclave de Haia veio a aprovar uma fria e formal sugestão de Lord Fry, segundo a qual “A Conferência recomenda às potências signatárias a adoção do projeto em anexo de Convenção para o estabelecimento de uma Corte de Justiça Arbitral, e sua colocação em vigor por acordo a ser feito sobre a escolha dos juízes e a constituição da Corte [...]”.

Rui Barbosa, ao retirar a proposta brasileira, sublinha que

seu fim essencial [...] era dar uma forma prática ao princípio da igualdade dos Estados, de o definir sobre uma forma concreta, contra o princípio da classificação das soberanias pelo mecanismo da rotação, consagrado na proposta anglo-germano-americana. [...] Assim, do momento que a nossa proposta prevaleceu em suas ideias fundamentais, e do momento ainda que a não apresentamos com a intenção de criar nova Corte, cuja necessidade nem utilidade não reconhecemos, mas com o fim de nos opor à instituição desta Corte segundo princípios contrários aos nossos, não temos nenhum interesse em que se discuta e vote nossa proposta. Ela vingou chegar a tudo o que visava.

O ÚLTIMO DISCURSO NA HAIA: DESPEDIDA EM GRANDE ESTILO

Em seu último pronunciamento sobre o novo tribunal permanente de arbitramento, Rui Barbosa acentua que o voto do governo brasileiro tem por implícito

[...] o reconhecimento do princípio da igualdade dos Estados e, por consequência, a exclusão absoluta, em toda e qualquer negociação futura sobre a constituição da nova corte arbitral, quer do sistema da periodicidade ou da rotação na distribuição dos juízes, quer do que estabelece a escolha destes mediante eleitores estrangeiros.

Ao prosseguir sua derradeira alocução, Rui, apesar de reconhecer que talvez fosse mais indicado “deixar pelo meu silêncio uma boa impressão minha”, prefere explicar a razão da sua resistência em defesa da igualdade das soberanias no debate sobre o Tribunal Permanente de Arbitragem.

Resistimos porque, lado a lado com a necessidade suprema de preservar esse direito (da igualdade entre os Estados soberanos), era nosso empenho salvaguardar outro, não menos essencial, não menos inacessível: o de assegurar sempre à justiça internacional o seu caráter de arbitramento, com a faculdade a este inerente, para uma e outra parte, de elegerem os seus julgadores.

Agrega que

o bom juízo nos aconselhava, pois, quer-nos parecer, era que aguardássemos a Conferência vindoura. Não queriam estar por isso. Mas por quê? De onde se origina este açodamento? De uma tendência cujo caráter perigoso já vos assinalai, a qual nos alonga, rapidamente, da circunspeção que presidiu a obra da Conferência de 1899, substituindo

o arbitramento, que constitui para as soberanias a forma da justiça pela jurisdição, que nunca se concebera para as questões internacionais, senão nos ociosos devaneios da utopia? O perigo dessa adulteração do arbitramento, dessa ilusão sedutora, mas arriscada, já o entrevira e denunciara, em 1899, na primeira destas Conferências, uma voz que veio a se tomar o oráculo da Segunda. Escusado seria nomear-vos o nosso ilustre presidente, o senhor Léon Bourgeois.

Rui Barbosa, uma vez mais utiliza o precioso recurso diplomático e político de evocar antecedentes históricos de uma discussão em favor de sua tese. Assim sendo, reproduz trecho do pronunciamento do ilustre homem público francês, ao inaugurar, em 9 de julho de 1899, os trabalhos da terceira comissão:

É com o mesmo espírito de profunda prudência, e o mesmo respeito ao sentimento nacional que, em um outro projeto, nos abstermos de inscrever o princípio da permanência dos juizes. Impossível será, com efeito, desconhecer a dificuldade que haveria de instituir, na atual situação política do mundo, um tribunal, antecipadamente, composto de certo número de juizes, representando as várias nações e funcionando, permanentemente, na sucessão dos pleitos. Esse tribunal ofereceria, realmente, às partes, não árbitros por elas, respectivamente, eleitos com o necessário discernimento e investidos de uma espécie de mandato pessoal da confiança de cada nação, mas juizes na acepção do direito privado, previamente, nomeados fora da livre escolha das partes. Um tribunal permanente, por mais alta que fosse a imparcialidade dos seus membros, correria o risco de assumir, aos olhos da opinião universal, o caráter de uma representação dos Estados, e os governos, podendo suspeitar de exposto a influências políticas, ou a correntes

de opinião, não acederiam em comparecer à sua presença como a de uma jurisdição, inteiramente desinteressada.

A seguir, Rui, dentro da melhor técnica dialética de expor com crueza as ideias do opositor para melhor defender sua posição, inclusive mostrando o seu absurdo, cita trecho de editorial do jornal *The Times* de 21 de setembro de 1907, onde se lê que

a sorte do projeto de criação de um novo tribunal arbitral nos dá a medir a incapacidade dos pequenos Estados no tocante à prática política. Insistem eles em que cada Estado, não importa sua condição material, moral e intelectual, tenha no tribunal comum representação igual à dos outros. Saber, caráter, experiência, força armada, tudo isso nada vale aos olhos desses doutrinários intransigentes. Haiti e República Dominicana, Salvador e Venezuela, Pérsia e China, todos vêm a ser Estados soberanos, e portanto, raciocinam eles, cada qual há de exercer a mesma função que a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, os Estados Unidos, na liquidação das controvérsias mais sutis do fato e direito pleiteados entre os maiores e os mais cultos Estados europeus. Dadas tais premissas, o argumento é irrefragável. Ora essas premissas constituem as próprias bases da Conferência. Jurídica e diplomaticamente a argumentação é perfeita; mas, infelizmente, a conclusão não tem senso comum. Não se poderá atinar com um exemplo que expusesse à luz mais em cheio os defeitos da composição da Conferência. Em resultado, não se achando resignadas as grandes potências a pôr acima de si mesmas, e com seus juizes, os Estados mais atrasados e corruptos da Ásia e da América do Sul, ainda agora não veremos realizada a Corte arbitral.

Rui escolheu com muita habilidade esse texto que reflete com dura clareza a ideologia das grandes potências, em sua visão

fortemente preconceituosa e arrogante. Estão nítidas duas visões da política internacional, a da *real politik* e a idealista. É um ataque frontal à doutrina do poder, como fonte de sabedoria e bom senso.

Para sustentar sua tese da igualdade das soberanias, Rui Barbosa, como bom idealista, transfere para o âmbito internacional o modelo político ideal para o quadro nacional, e quer nele aplicar idênticos valores e mecanismos da prática doméstica da democracia liberal. Assim se expressa ao continuar seu discurso de despedida de Haia para defender a identidade de lógicas da política interna e da política externa:

Por certo, que entre os Estados, como entre os indivíduos, diversidades há de cultura, proibidade, riqueza e força. Mas daí derivará, com efeito, alguma diferença no que lhes entende como direitos essenciais? Os direitos civis são idênticos para todos os homens. Os direitos políticos são os mesmos para todos os cidadãos. Na eleição desse augusto parlamento soberano da Grã-Bretanha, Lord Kelvin ou Mr. John Morley não dispõe de outro sufrágio que o mesmo do operário embrutecido pelo trabalho e pela miséria. Acaso, entretanto, a capacidade intelectual e moral desse mecânico, aviltado pelo sofrer e labutar, emparelhará com a do sábio, ou com a do estadista? Pois bem; a soberania é direito elementar por excelência dos Estados constituídos e independentes. Ora, a soberania importa igualdade. Quer em abstrato, quer na prática, a soberania é absoluta: não admite graus. Mas a distribuição judiciária do direito é um dos ramos da soberania. Logo, a ter de existir entre os Estados um órgão comum de justiça, necessariamente, nesse órgão todos os Estados hão de ter uma representação equivalente.

Rui volta, igualmente, ao ataque dos assim denominados critérios materiais (comércio marítimo, marinha de guerra) para classificar os países, e mostra que mesmo nesse terreno, aparentemente objetivo, há injustiças manifestas, como já demonstrou no debate da Corte de Presas, fruto de uma percepção discriminatória por parte das grandes potências. Indaga para fechar sua argumentação nesse ponto: “Ora, se foi isto que se deu nesse campo, onde para ser justo, não haveria mister de mais que ter olhos, que seria quando se tratasse de classificar as nações menos fortes pelo critério vago e elástico da inteligência, da moralidade e da cultura?”.

Tópico interessante na oração final de Rui em Haia é aquele em que ele rebate artigo publicado em jornal – “certa folha transatlântica” – no qual se afirmava que as grandes potências nunca recorreram em seus litígios à arbitragem por países como o Brasil, Haiti e Guatemala. O Delegado brasileiro mostra, nesse aspecto, que está atento a tudo o que passa dentro e fora da Conferência, e sabe da importância da imprensa na criação de ambientes hostis ou favoráveis para a operação da diplomacia. Ao refutar essa afirmação, usa, novamente, os antecedentes e demonstra seus conhecimentos de história da política externa nacional.

Assim se expressa a respeito da nota jornalística acima mencionada:

Abalança-se a uma tal linguagem contra o Brasil, só quem desconheça a história das relações internacionais no derradeiro quartel do século dezenove. Quem quer que dessa ignorância não padecesse, saberia que, entre todos os países da América Latina, o Brasil é o único onde as grandes potências foram eleger árbitros. No mais célebre dos arbitramentos, a questão do Alabama, entre

os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, o tratado firmado pelas duas partes, em Washington, aos 8 de maio de 1871, criou o tribunal de Genebra, em que um dos árbitros foi um diplomata brasileiro, o Barão de Itajubá. No tribunal franco-americano de Washington, constituído para deliberar sobre as reclamações das duas potências em conflito, de conformidade com a Convenção de 15 de janeiro de 1880, a presidência tocou ao Brasil, na pessoa de um dos nossos representantes diplomáticos, o Barão de Arinos. Por derradeiro, as quatro comissões mistas que funcionaram de 1884 a 1888, em Santiago do Chile, para sentenciar sobre as reclamações da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Itália contra o Estado americano, foram sucessivamente presididas por três brasileiros, os Conselheiros Lopes Netto, Lafayette Pereira e Aguiar de Andrade. [...] Em 1870, em 1871, em 1880, e de 1884 a 1888, a Alemanha e a Itália nos invocaram como árbitros uma vez cada uma, e a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, cada qual duas vezes. É uma distinção que a nenhum Estado americano coube, salvo aos Estados Unidos.

Rui finaliza com ironia ao perguntar:

Eis senão quando nos surdiria agora quem se capacitasse a meter a riso os sul-americanos à nossa custa, figurando como um nec plus ultra da extravagância a hipótese de que uma grande potência viesse a aceitar por árbitro o Brasil. Quem senão nós, tem aqui de rir?

Arremata fustigando o rótulo de corrupção que sobre os países da Ásia e América do Sul *The Times* pretendeu colar:

Tampouco é exato que, se não lograram dotar as nações com uma Corte arbitral de sobresselente, fosse por causa da Ásia, da América do Sul, onde residem a ignorância e

a corrupção. Não, tal absolutamente, não há. Contra essa invenção depõem os fatos com um peso irresistível.

Ao fazer balanço antecipado dos resultados da Conferência de Haia, Rui Barbosa responsabiliza as grandes potências pelo não logro de solução ao problema da composição da nova Corte Arbitral. Em síntese sobre esse impasse a que se chegou assim, se exprime a seguir:

Duas tão-somente foram as soluções por elas (grandes potências) alvitradas a esse respeito. Primeiramente, a proposta anglo-germano-americana. Pois bem; todas as grandes potências, inclusive as duas colaboradoras dos Estados Unidos, a saber, a Grã-Bretanha e a Alemanha, a desampararam no Subcomitê dos oito e no Comitê de exame B. Os próprios Estados Unidos, à vista dessa unanimidade, não insistiram pela sua obra. E deste feito, acabou o sistema de rotação, assente na classificação dos Estados.

A outra solução engenhada foi a de compor o tribunal por eleição. Esta apresentou-a a delegação americana ao Comitê de exame 13, em 18 de setembro, e nessa mesma sessão caiu o alvitre, não tendo logrado mais que cinco sufrágios contra nove. Entre os nove, de envolta com quatro Estados de segunda ordem, a Bélgica, o Brasil, Portugal e a Romênia, avultavam cinco grandes potências: a Alemanha, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Itália e a Rússia. Das grandes potências o projeto dos Estados Unidos só alcançara o apoio da França, concorrendo com a Holanda, a Grécia e a Pérsia.

Num caso, pois, foi a unanimidade das grandes potências, no outro a sua unanimidade menos só dois votos, o que fez naufragar, nesta matéria, a iniciativa americana.

Rui, como pode se observar, demonstra o grau de desagregação entre os atores maiores da cena internacional que pedem dos

menores padrões de coerência, responsabilidade e racionalidade que eles mesmos não conseguem praticar. Evidencia o paradoxo dessa atitude com fina ironia e com números dos votos.

A POSIÇÃO DO BRASIL: “MODERADA E CIRCUNSPECTA, MAS FIRME E ALTIVA”

Rui Barbosa, em discurso, na homenagem que lhe prestou a colônia brasileira, em Paris, concluída a Conferência, no dia 31 de outubro de 1907, assim resume o sentido de sua missão na Haia:

Abaixo das oito grandes potências que entre si repartem o domínio da força, nenhum Estado se adianta ao Brasil no conjunto dos elementos, cuja reunião assinala superioridade entre as nações. Considerados eles no seu todo, nenhuma, dentre as potências de segunda ordem, se nos avanta. Creio mesmo que nenhuma nos iguala. Nossas tradições diplomáticas nos colocaram, a certos respeitos, numa grande altura, lado a lado com os governos que haviam exercido a magistratura arbitral em grandes litígios entre as maiores potências do globo. Nossa fraqueza militar nos punha a uma distância mui longa dessas potestades armadas.

Esta situação, na sua extrema delicadeza devia ter uma linguagem sua, moderada e circunspecta, mas firme e altiva, quando necessário. Tratava-se de achá-la e de a falar, naturalmente, com segurança, com calma, com desassombro, com tenacidade. Não era fácil; mas não seria impossível. Um sentimento instintivo desse dever se apoderara de mim, desde que transpus os severos umbrais do Ridderzall. Aos primeiros passos ele me encheu de terror. Nos dias da estreia, quando entrei, da minha cadeira, a

encarar o círculo de grandezas que me cercava, não vos sei exprimir o desalento, a sensação de impotência, de pavor, de abandono total de mim mesmo, que me entrou no ânimo, e o aniquilou. Mal se me ofereceu, porém, a ocasião de acudir pela honra do nosso posto, as forças, a coragem, a resolução, me vieram não sei donde, vi-me de pé com a palavra nos lábios, e desde então me tracei a mim mesmo a linha mediana e reta da nossa atitude, observada até ao fim, mercê de Deus, com invariável perseverança.

“O NOVO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA”

Na Primeira Conferência de Paz da Haia de 1899, estiveram presentes 26 países, vinte da Europa, dois das Américas (Estados Unidos e México, sendo que o Brasil, o terceiro país convidado, decidiu não participar do conclave) e quatro da Ásia. Na Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, estiveram presentes 44 países, 21 da Europa, 19 da Américas e quatro da Ásia, sendo a “grande assembleia internacional onde pela primeira vez se reuniram todos os Estados soberanos e constituídos do mundo”, no dizer de Rui Barbosa.

Ao responder o discurso do Dr. Virgílio de Leme, na recepção popular realizada no Palácio de Governo, em Salvador, Bahia, no dia 29 de dezembro de 1907, Rui faz importante avaliação do embate ocorrido na Segunda Conferência de Paz da Haia, entre a América do Sul e os Estados Unidos em torno da proposta de Washington da criação de um tribunal mundial de justiça, onde oito potências teriam assento permanente e as demais teriam assentos rotativos. Esta proposta foi abandonada pelos Estados Unidos ao verificar, principalmente, a reação dos demais países americanos, que foi iniciada pelo Brasil nas palavras de Rui Barbosa com a defesa do

princípio da igualdade entre as nações. A presença expressiva de países da América do Sul e da América Central não era somente um dado quantitativo, mas evidenciava um grupo de nações com personalidade própria, atores conscientes e responsáveis e de alto nível como Saenz Peña pela Argentina e Matte pelo Chile.

Rui assinala que “a lição do drama da Haia”, está em “que a intuição das suas testemunhas mais diretas imediatamente classificou, sem contestadores, como o novo descobrimento da América, o seu descobrimento político, a revelação do peso desse grande fator, até então desconhecido, na vida internacional”.

Na mesma linha de observação, um dos mais brilhantes entre os delegados norte-americanos, James Brown Scott, afirmou que a Segunda Conferência de Paz da Haia representou “o advento da América do Sul nos destinos do mundo”.

Euclides da Cunha, escolhido por Rio Branco para saudar Rui Barbosa em nome do Itamaraty, após o conclave da Haia, sublinhou que via no “embaixador Rui Barbosa, não um representante do Brasil, mas sim, o plenipotenciário da América Latina, ‘o deputado do continente’”. Assinala, no entanto, que “não se pode atribuir o papel que desempenhou o nosso delegado unicamente às suas qualidades pessoais. O seu aparecimento é tão lógico, tão geométrico, como a resultante de um paralelogramo de forças”.

A FORÇA DE UMA NOVA MENTALIDADE

San Tiago Dantas defende, em seu ensaio *Rui Barbosa e o Código Civil*, que as primeiras décadas da República apresentam

um contraste singular entre a economia e a inteligência, entre a situação de debilidade material do país e a força com que irrompiam os sinais de uma nova mentalidade.

[...] por um desses descompassos, que fazem a maravilha do espectador, eleva-se a um nível, até então inatingido, a vida intelectual do país. Dir-se-ia que toda uma geração, captando os problemas agitados pela cultura europeia do seu tempo, lançava, entre nós, no espaço de um decênio, as bases de um grande movimento de ideias, sem diretriz comum definida, mas aberto à realidade histórica e atual do país, tanto quanto questões universais.

Rui Barbosa integra esta geração, da qual fazem parte de forma destacada, Machado de Assis, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Farias Brito, Silvio Romero, Eduardo Prado, Alberto Torres, Olavo Bilac, e Graça Aranha. Rui, que não obteve em vida as vitórias na política interna, vai encontrar na política internacional sua grande vitória em vida. Vitória das ideias democráticas que defendeu, em Haia, ao proclamar a igualdade das nações. Aplica-se à atuação de Rui na Haia arguta observação de Hegel sobre a importância da teoria na vida política: “A cada dia fico mais convencido de que o trabalho teórico logra mais feitos no mundo do que o trabalho prático. Uma vez que o campo das ideias é revolucionado o estado atual das coisas não continua resistir”.

O “campo das ideias” foi revolucionado nas primeiras décadas da República, mesmo em um estado de coisas tumultuado, por nomes como Rio Branco e Rui Barbosa. Os resultados surgiram de forma imprevista e às vezes, atabalhoada, mas firmes. Firmes na coragem com que foram sustentados, na construção institucional republicana, na geração de paradigmas novos para a política externa, como foi o caso dos paradigmas da participação ativa e altiva na política internacional e da igualdade das nações, propugnados por Rio Branco e Rui Barbosa em Haia, em 1907.

OS DOIS PATRONOS

Rio Branco, como bem definiu Gilberto Amado, é “o político de nascença, o abridor de caminhos, o iniciador”, e assim é, por ter feito história, o patrono da diplomacia brasileira.

Rui Barbosa, conforme observou Alceu Amoroso Lima, “era o homem cujo sonho foi fazer do Brasil, pela força do Direito, potência mundial [...] sonhava com o Brasil no mundo”, desta forma pode ser considerado o patrono da diplomacia multilateral brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. In Franco, Álvaro Costa; Cardim, Carlos Henrique (org.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Brasília: FUNAG, 2003.

ARAUJO JORGE, A.G. de. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil – uma introdução às Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEGEL, G. W. F. *Letters of January 23, 1807 and October 1805*. In: Avineri, Sholmo. *Hegel’s Theory of Modern State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 64 e 68.

LOPES, Mario Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.





EUCLIDES DA CUNHA

Nasceu em 1866, no município de Cantagalo, Rio de Janeiro. Ingressa na Escola Militar em 1886, instituição da qual é expulso dois anos depois em virtude de protesto contra o ministro da Guerra. Sua juventude é marcada pela adesão ao republicanismo e ao positivismo. É reintegrado à Escola Militar após a proclamação da República. Entre 1892 e 1896 trabalha como engenheiro militar. Em 1896, desliga-se do Exército e passa a trabalhar como engenheiro civil no estado de São Paulo. Em 1897, viaja à Bahia como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* para cobrir o conflito de Canudos. Sua experiência resultou na publicação, em 1902, de sua principal obra, *Os Sertões*. Em 1903, é eleito para a Academia Brasileira de Letras. Entre 1904 e 1909, trabalhou no Ministério das Relações Exteriores como assessor do Barão do Rio Branco, tendo chefiado a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Rio Purus, em cuja qualidade viajou à Amazônia em 1905. Em 1906 publica o livro *Peru versus Bolívia* e, em 1907, a coletânea de

artigos e ensaios *Contrastes e Confrontos*. Deixa o Itamaraty para assumir a cadeira de Lógica no Colégio Pedro II. Morre logo depois, no Rio de Janeiro, em agosto de 1909, depois de trocar tiros com o amante de sua esposa, o cadete Dilermando de Assis. O livro *À Margem da História* é publicado nesse mesmo ano, postumamente.

EUCLIDES DA CUNHA: O CENÁRIO SUL-AMERICANO

Kassius Diniz da Silva Pontes

Euclides da Cunha nasceu em 1866, no interior do Rio de Janeiro. De origem humilde, desempenhou, em seus 43 anos de vida, atividades profissionais “sob o manto protetor do Estado”: foi militar, engenheiro de obras públicas, funcionário do Itamaraty e, por breve período, professor de lógica no Colégio Pedro II (VENTURA, 2003, p. 33). Sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha, na qual ingressou em 1886, ocorreu em contexto de grande efervescência política – os movimentos pela abolição da escravatura e em prol do estabelecimento do regime republicano ganhavam força – e sob a influência de pensadores como Benjamin Constant, um dos principais responsáveis pela difusão do pensamento positivista no Brasil, especialmente entre os jovens oficiais do Exército. Concluiu, naquela instituição, os cursos de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais e Engenharia Militar. Essa formação no campo das ciências naturais e exatas estará claramente refletida em toda sua obra literária.

Após trabalhar como engenheiro militar e civil no Rio de Janeiro e em São Paulo, Euclides viaja em 1897 para cobrir a campanha militar de Canudos, na Bahia, testemunhando *in loco* a tentativa do regime republicano de sufocar a rebelião camponesa liderada por Antônio Conselheiro. O episódio veio a ser retratado em sua principal obra, *Os Sertões*, publicada em 1902. O livro o tornou, rapidamente, uma celebridade literária. Apesar disso, seguiu enfrentando dificuldades financeiras e frustrações com a engenharia. Como assinala Francisco Venâncio Filho, “enquanto a glória e fama do escritor atingiam bem alto, a vida do homem transcorre penosa e rude” (VENÂNCIO FILHO, 1995, p. 40). Decepcionado com o trabalho de engenheiro de obras públicas no interior de São Paulo, decidiu buscar ocupação que pudesse lhe propiciar melhores condições de vida. Ajudado por amigos que indicaram o seu nome ao Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, passou a trabalhar, a partir de 1904, no Itamaraty, deixando de lado definitivamente a engenharia.

Em seus cinco anos no Ministério das Relações Exteriores, Euclides da Cunha foi observador privilegiado das principais questões internacionais de sua época, em particular dos acontecimentos que se desenrolavam na América do Sul. Como auxiliar de Rio Branco, atuou no processo de definição das fronteiras brasileiras com o Peru e o Uruguai. Indo além do ofício de cartógrafo (para o qual estava preparado em virtude de sua formação na Escola Militar), refletiu e desenvolveu teses sobre questões de interesse mais amplo para a política externa, tais como as desconfianças dos países vizinhos com relação ao Brasil e a disputa imperialista pela ocupação de espaços econômicos na América do Sul.

Euclides foi também um defensor de maior integração física entre os países da região. À semelhança de Rio Branco, de quem era admirador confesso, tinha visão realista e pragmática do jogo

de poder na região: seria fundamental para o Brasil definir suas fronteiras com os países vizinhos de maneira negociada, buscando, ao mesmo tempo, acautelar-se contra as tentativas de intervenção europeia no continente americano. Preconizava o desenvolvimento econômico e a industrialização como principais instrumentos de defesa contra a cobiça de potências estrangeiras. Fiel às suas convicções positivistas, acreditava que a adoção de políticas específicas para a Amazônia e o estabelecimento de infraestrutura adequada seriam as únicas armas capazes de assegurar a soberania brasileira sobre seu extenso território.

O objetivo do presente estudo é traçar a trajetória de Euclides no Itamaraty e apresentar seus principais textos sobre política internacional. Como reflexo de sua própria obra, o foco recairá no cenário político sul-americano do início do século XX. Uma melhor compreensão do pensamento de Euclides requer, porém, uma breve análise prévia do arcabouço conceitual e ideológico que permeia toda sua obra, o que constituirá o primeiro passo de nosso estudo. Em seguida, rememoraremos sua passagem pelo Itamaraty, antes de discorrermos sobre os textos que versam sobre política sul-americana, com foco em quatro aspectos principais: a consolidação das fronteiras brasileiras; o livro *Peru versus Bolívia*; a análise da disputa entre Estados Unidos e a Alemanha por espaços de influência na América do Sul; e a análise de três artigos esparsos, presentes no livro *À Margem da História*, sobre a integração física sul-americana, a Bacia do Prata e o Pacífico. Ao final, pretendemos sintetizar a contribuição de Euclides da Cunha para o pensamento diplomático brasileiro. Apesar da falta de sistematicidade, seus textos sobre política internacional refletem fielmente muitas das principais preocupações do governo brasileiro no início do século XX, alinhando-se de maneira evidente com a visão que tinha o Barão do Rio Branco com relação à inserção do Brasil na região e no mundo.

O ARCABOUÇO CONCEITUAL DE EUCLIDES DA CUNHA

Uma melhor compreensão dos textos de Euclides da Cunha sobre política internacional deve ser antecedida por uma breve revisão do conjunto de ideias que o influenciaram na passagem do século XIX para o século XX. A Escola Militar da Praia Vermelha tinha em seus quadros alunos originários majoritariamente da classe média, em contraste com as Faculdades de Direito, responsáveis por formar os filhos dos grandes proprietários rurais (SODRÉ, 1995, p. 16). É nesse meio caracterizado pelo estudo das ciências exatas que Euclides trava contato com o positivismo de Auguste Comte, cuja penetração nas hostes do oficialato foi profunda. Benjamin Constant expunha aos jovens cadetes – muitos dos quais de origem pobre – as “sínteses expositivas e formulações filosóficas” de Comte, conquistando amplo número de seguidores entre os jovens cadetes (VENTURA, 2003, p. 51). Euclides tornou-se, nesse ambiente, um entusiasta das propostas de reformismo social, com foco na mudança de regime político e na abolição da escravatura.

Episódio emblemático de sua inquietude com o sistema político da época foi o protesto que protagonizou contra a visita do ministro da Guerra do Império, Tomás Coelho, à Escola Militar, em 1888. Durante a visita daquela autoridade, Euclides atirou seu sabre ao chão, num gesto político declaradamente a favor da proclamação da República. O ato resultou em sua expulsão da instituição, à qual veio a ser reintegrado apenas quando instalado o novo regime político, no ano seguinte. Ao longo de sua vida, Euclides manteve-se fiel aos princípios republicanos e à defesa da democracia e da transformação social, valores que, em sua opinião, não teriam sido observados nos anos imediatamente posteriores à queda da monarquia.

É nesse mesmo período que o escritor dá início à sua colaboração com órgãos da imprensa. Além de sua ideologia reformista, os artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* – então denominado de *A Província de São Paulo* – explicitam sua crença no pensamento positivista e o culto às ciências. Esse cientificismo estará ainda mais presente em *Os Sertões*. Para escrever essa obra, Euclides se aprofundou no estudo das diversas ciências consideradas “exatas”, da geologia à botânica. Ao fazê-lo, passou a absorver ideias em voga nas principais correntes de pensamento europeu, lançando mão de conceitos de raça, clima, evolução e civilização presentes em autores como Saint-Hilaire, Ludwig Gumplowicz, Hippolyte Taine e Herbert Spencer. Não obstante a forte influência da linguagem científica em sua obra, Euclides não se propôs a escrever um estudo meramente descritivo da realidade que observava. Ao retratar a realidade de Canudos e a vida do sertanejo, acabou por se tornar, nas palavras de Gilberto Freyre, um “revelador da realidade brasileira”. Diversamente de outros pensadores imbuídos de espírito científico, mas sem pretensões literárias, sua obra contempla também a interpretação de uma parte do Brasil ainda pouco conhecida à época. Por essa razão, em seus textos “predominaram as virtudes artísticas sobre as científicas” (FREYRE, 1995, p. 30).

Esse arcabouço conceitual estará refletido também na produção de Euclides sobre política internacional. Ali mais uma vez se faz presente a aspiração de explicar a realidade com base em pressupostos deterministas e evolucionistas. O recurso frequente a autores estrangeiros reflete uma realidade da época: no início do século XX o estudo das ciências no Brasil ainda era rudimentar. Sua aplicação a uma obra literária, inédito. O fato de eventualmente professar um “darwinismo antropológico difuso, para não dizer arbitrário” (LIMA, 2000, p. 35) explica-se justamente por essas características de seu pensamento, voltado para a revelação e

interpretação, num estilo literário pouco comum, do Brasil distante do litoral, assim como pela circunstância de manejar conceitos típicos de um pensador imbuído de pretensões científicas que viveu na transição dos séculos XIX e XX.

De forma mais geral, no pensamento de Euclides está refletida a preocupação da elite brasileira com a afirmação da identidade nacional e a questão da raça. O que se buscava, com esteio nas já referidas correntes de pensamento europeu, era estabelecer conexões entre o processo biológico de miscigenação e o processo histórico de construção da nação (SKIDMORE, 2012, p. 165). A abolição da escravatura havia ocorrido fazia pouco – em 1888, apenas 14 anos antes da publicação de *Os Sertões* – e no debate sobre temas raciais ainda prevalecia a tentativa pura e simples de incorporar à realidade brasileira ideias concebidas por autores estrangeiros. Euclides não esteve imune a esse processo. Em seu pensamento, a influência do determinismo muitas vezes resultou numa visão negativa da miscigenação, embora seus textos estejam permeados de contradições: em muitos casos, Euclides também louvou a força e o potencial do sertanejo, apresentando-o como o “cerne da nacionalidade”.

Ao discorrer sobre o contexto político sul-americano, Euclides manterá intacta a pretensão de aplicar conciliar ciência e literatura. Serão frequentes as referências à etnia, ao clima ou à geografia dos países sobre os quais discorre, bem como a ambição de estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos naturais e aqueles de ordem social e política. Os artigos publicados em *Contrastes e Confrontos*, *À Margem da História* e *Peru versus Bolívia* devem ser lidos a partir desse enfoque específico, tendo em conta a formação intelectual e o contexto cultural prevalecente na época em que foram escritos.

EUCLIDES DA CUNHA E RIO BRANCO

O ingresso de Euclides no Itamaraty, onde trabalhou como auxiliar do Barão do Rio Branco entre 1904 e 1909, é resultado das incertezas que caracterizavam sua vida após a publicação de *Os Sertões*, em 1902. Após atuar por breve interregno como engenheiro no estado de São Paulo, em 1903 e início de 1904, viu-se desempregado e decidido a abandonar sua profissão. Na mesma época, cresciam as demandas peruanas pela negociação de novas fronteiras bilaterais, em decorrência da incorporação do Acre ao território brasileiro por meio do Tratado de Petrópolis, celebrado com a Bolívia em 1903. O Peru não havia tomado parte das negociações entre Brasil e Bolívia e julgava-se prejudicado pelo acordo celebrado pelos países vizinhos. Em julho de 1904, os governos brasileiro e peruano decidiram dar início às negociações para a futura celebração de tratado limítrofe. Como primeiro passo, decidiu-se estabelecer Comissão Mista para percorrer os rios Juruá e Purus e conhecer *in loco* a região de fronteira entre os dois países.

Euclides esperava que a obtenção de uma posição no Itamaraty pudesse lhe dar a tranquilidade necessária para perseguir com maior conforto seus objetivos intelectuais. Repelia, porém, a possibilidade de pedir favores para conseguir cargo público. Em carta ao amigo Luiz Cruls, lamentou-se de que “nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 149).

Ao recusar-se a buscar pessoalmente uma posição, a nomeação de Euclides passou a depender da ação de amigos próximos, que tinham boa relação com Rio Branco. Dois deles – o crítico José Veríssimo e o diplomata Domício da Gama – tiveram papel especialmente relevante na intermediação do contato de Euclides com o ministro. O Barão – que sempre teve interesse em manter *entourage* de intelectuais de peso – acabou realizando entrevista

pessoal com Euclides, decidindo, em seguida, designá-lo chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, função que exerceu entre 1904 e 1905. Nesse período, viajou à Amazônia, o que lhe propiciou a oportunidade, como veremos posteriormente, de escrever diversos textos sobre aquela região. Uma vez encerradas as atividades da Comissão, Euclides retornou ao Rio de Janeiro e passou a atuar como cartógrafo, assessorando diretamente o Barão do Rio Branco.

O cargo de Euclides no Itamaraty nunca veio a ser criado oficialmente por lei. Tudo indica que foi empregado e remunerado diretamente por Rio Branco. Essa natureza precária de sua ocupação no Ministério foi fonte de angústias para o escritor, que continuou sem rumo profissional definido. De 1906 até o início de 1909, nutriu a ambição de assumir outras funções – dentre outros, cogitou postos na Comissão de Limites com a Venezuela e na Comissão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Acredita-se que teria acalentado, inclusive, o desejo de ser designado para trabalhar no exterior, ideia que não teria contado com o apoio de Rio Branco (VENÂNCIO FILHO, 2002, p. 228). Embora insatisfeito com sua situação, acabou desempenhando funções de relevo no Itamaraty. Além do já mencionado papel na negociação de limites com o Peru, escreveu, por solicitação de Rio Branco, o livro *Peru versus Bolívia*, e trabalhou na elaboração do tratado com o Uruguai que estabeleceu o condomínio sobre os Rios Jaguarão e a Lagoa Mirim. O respeito de que desfrutava no Itamaraty é demonstrado, além disso, pelo fato de haver sido incumbido de proferir o discurso de saudação a Rui Barbosa por ocasião de seu regresso da II Conferência de Paz da Haia, em 1907, ocasião em que enalteceu a atuação do representante brasileiro contra o “esmagamento da maioria dos povos em proveito de quatro ou cinco nações fortes e imperialistas” (ARINOS FILHO, 2009, p. 35; CARDIM, p. 172-174).

As razões de Rio Branco para não nomear Euclides para função de caráter permanente no Itamaraty não são claras. O que se pode depreender do epistolário de Euclides é que o próprio Barão teria insistido em que o escritor, a despeito de suas angústias, seguisse trabalhando na instituição. Em carta ao diplomata Oliveira Lima em novembro de 1908 – quando já contava, portanto, com quatro anos de serviços prestados ao Barão –, mencionou “os perigos da minha posição de Comissário *in-partibus*”, acrescentando: “Já lá se vão dois anos de expectativa, e maravilha-me a paciência com que os tenho suportado, embora ela se explique pela própria oposição manifestada pelo Barão do Rio Branco às minhas tentativas de seguir novo rumo”. Continuar trabalhando no Itamaraty sem qualquer garantia o tornaria, em suas próprias palavras, “o último dos românticos” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 362 e 392).

O fato de não ter logrado obter posição estável no Itamaraty não afetou a admiração de Euclides por Rio Branco. São diversas as manifestações de apreço ao então ministro. Em carta a Domício da Gama, assinalou que o Barão, com sua “majestosa gentileza”, traria lembranças de uma “idade de ouro, muito antiga, ou acabada”, confessando dele aproximar-se “sempre tolhido, e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso”. Afirma, ainda, ser inevitável não considerá-lo “sem as proporções de um homem superior à sua época”. Também se referiu ao Barão como “caso virgem de um grande homem justamente apreciado pelos contemporâneos”, “açambarcador das simpatias nacionais” e “o único Homem que reúne o resto das esperanças do país” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 335, 421 e 423). Cabe notar que Euclides, em sua correspondência pessoal, sempre foi parcimonioso em elogios, além de ter sido um notório crítico dos rumos tomados pela República e da postura dos homens públicos de sua época.

É evidente a dualidade de sua relação com Rio Branco, caracterizada pelo respeito intelectual e pela formalidade, haja

vista a estatura que o então ministro já tinha alcançado no cenário político brasileiro. O Barão, por sua vez, já admirava Euclides antes mesmo de trabalharem no Itamaraty, tendo, inclusive, votado em nome na eleição para a Academia Brasileira de Letras em 1903 (VENÂNCIO FILHO, 1946, p. 15-16). Cabe notar, ademais, as diferenças em suas origens. Euclides era filho de um contador de fazendas no interior do Rio de Janeiro e tornou-se órfão de mãe aos três anos de idade. Já Rio Branco era filho de estadista do Império e diplomata que vivera anos na Europa. A aproximá-los havia o desejo de trabalhar em prol da preservação da integridade territorial brasileira e o gosto pelo estudo dos documentos históricos e cartográficos que poderiam dar respaldo às pretensões brasileiras nas disputas de fronteira com países vizinhos.

Em sua luta permanente contra a insatisfação profissional – reflexo da “incômoda contradição entre a face pública de escritor consagrado e a busca inglória de emprego mais propício à atividade literária” (VENTURA, 2002, p. 76) –, Euclides acabou por deixar o Itamaraty em julho de 1909, quando foi nomeado professor de Lógica do Colégio Pedro II, após concurso marcado por controvérsias. O escritor obteve a segunda colocação no certame, logo atrás do filósofo Farias Brito. Em cartas a amigos, Euclides alegou haver se indisposto com a banca examinadora durante sua arguição oral. Ainda assim, foi nomeado pelo presidente Nilo Peçanha, supostamente em virtude da decisiva interferência do próprio Barão do Rio Branco. O ministro, em carta a contraparente do então mandatário, alegava estar se movimentando em benefício de seu amigo ao tomar conhecimento de “escandalosa cabala contra ele no seio da Congregação” e do recurso, por outros candidatos, a “padrinhos – ou pistolões, como diz o povo” (ARINOS, 2009, p. 40). Euclides exerceu o cargo por apenas um mês, já que foi assassinado em 15 de agosto de 1909, em troca de tiros com o cadete Dilermando de Assis, amante de sua esposa.

A POLÍTICA SUL-AMERICANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

a) A delimitação de fronteiras com o Peru

Nomeado chefe da Seção Brasileira da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus em agosto de 1904, Euclides prepara-se para viajar à Amazônia. Ele já escrevera sobre a região antes mesmo de começar a trabalhar no Itamaraty. Em artigos redigidos em 1903 e 1904, posteriormente reunidos no livro *Contrastes e Confrontos*, adotou os modelos de cientificismo – determinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo social – já empregados em *Os Sertões*. Predominam, por isso, as considerações sobre a relação entre o clima e a adaptabilidade do homem e o emprego recorrente de expressões como “seleção natural dos fortes” e “concorrência vital entre os povos” (BARRETO DE SANTANA, 2000, p. 904).

O artigo “Conflito Inevitável”, publicado em 14 de maio de 1904 no jornal *O Estado de São Paulo*, é um bom exemplo dessa utilização de teses deterministas e evolucionistas para elucidar problemas de política internacional. Refletindo sobre as incursões de peruanos no Acre em busca da borracha, Euclides afirma que esse movimento é “determinado” por “leis físicas invioláveis”. A correta compreensão do fenômeno deveria ter em conta a “posição prejudicial” do Peru nos Andes. Confinado a um “litoral estéril” e separado, pela cordilheira, de sua “porção mais vasta e exuberante”, não restaria ao país senão a tentativa de buscar uma saída ao Atlântico. Para além dos aspectos geográficos, abundam, no artigo, as referências a questões raciais. Euclides assinala que faltaria ao Peru “um caráter predominante”, “um traço nacional incisivo”, já que o país se caracterizaria por uma “numerosa galeria etnográfica” resultante uma “mestiçagem dissímil”: “do caucásio puro, ao africano retinto, ao amarelo desfibrado e ao quéchua decaído” (CUNHA, 1975, p. 94). É particularmente frequente a

referência à raça como fator determinante do comportamento de um povo – no caso dos países vizinhos, a miscigenação e a ausência de um caráter nacional único poderiam engendrar desordens e uma propensão natural ao conflito.

Mesmo ao argumentar contra um eventual conflito com o Peru na disputa por territórios fronteiriços, como faz no artigo “Contra os caucheiros”, Euclides recorre a teses geográficas e climáticas. As características físicas da região, permeadas por um “labirinto inextricável de igarapés”, dificultariam o movimento de tropas regulares. O clima, por sua vez, imporá aos soldados uma tarefa “difícil e penosa”. Desse modo, a defesa dos interesses brasileiros na região caberia principalmente aos brasileiros que lá viviam: os “destemerosos sertanejos dos Estados do Norte” (CUNHA, 1975, pp. 100-101). Já no artigo “Entre o Madeira e o Javari”, Euclides alude a ideias como “concorrência vital entre os povos” – expressão que se repetirá em outros textos – e à “seleção natural dos mais fortes” (CUNHA, 1975, p. 105).

Muitas das perspectivas iniciais de Euclides serão modificadas por força de seu contato com a realidade. Por essa razão, seus escritos sobre a Amazônia e os problemas de fronteira do Brasil são notadamente complexos, uma vez que convivem, lado a lado, perspectivas apriorísticas – explicitadas pela utilização de conceitos absorvidos do pensamento europeu e por leituras realizadas antes de sua viagem – e o testemunho *in loco* do que se passava naquela região.

Embora ansioso para iniciar seus trabalhos, Euclides só viajaria a Manaus em dezembro de 1904, quatro meses após sua nomeação. Naquela capital viria a encontrar diversos problemas logísticos, os quais provocaram sucessivos atrasos na partida da expedição pelo Purus. Iniciando sua jornada em abril de 1905, os membros da comissão percorreram todo o rio, chegando até sua

cabeceira, e retornaram a Manaus em outubro do mesmo ano. Euclides traçou cenário negativo do apoio recebido pela Comissão, comentando, em missiva a José Veríssimo, que até o explorador inglês William Chandless teria tido melhores condições para realizar seu trabalho, ao passo que “nós, brasileiros, revestidos de uma comissão oficial, encontramos empecos indescritíveis” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 261-262).

O relatório final de Comissão de Reconhecimento foi publicado, em 1906, com o subtítulo “Notas complementares do comissário brasileiro”. Euclides comenta, com mais detalhes, suas impressões da Amazônia e dos problemas de fronteira com o Peru. Critica o atraso no recebimento de instruções e discorre sobre os caucheiros peruanos – explorador do caucho, goma que não se renova e impõe, a seus extratores, o nomadismo – e os seringueiros brasileiros, exploradores do látex e sedentários. A referência a essas características mostrar-se-ia importante para confirmar a pretensão brasileira sobre o território acreano: em razão do nomadismo dos caucheiros, seria difícil para o Peru comprovar a ocupação efetiva do território em disputa.

As negociações do tratado de limites com o país vizinho prolongaram-se por cinco anos e sua assinatura veio a ocorrer apenas em 1909, menos de um mês após a morte de Euclides. Por insistência do Brasil, o acordo consagrou, uma vez mais, o *uti possidetis de facto* como princípio para a definição das fronteiras bilaterais. O trabalho da Comissão Mista que percorreu o Rio Purus foi a base da negociação e da identificação da faixa de fronteira. Da região em disputa, 403.000 quilômetros quadrados ficaram com o Brasil e aproximadamente 39.000 com o Peru (LINS, 1996, p. 421). A negociação é vista por alguns como um “triunfo imenso” para o Brasil, já que frustrou as aspirações peruanas de incorporar a região ao Acre e de fazer valer o Tratado de Santo Ildefonso, o

que poderia, na prática, redesenhar todas as fronteiras da região (CUETO; LERNER, 2012, p. 58).

É importante salientar que o relatório produzido por Euclides após a exploração do Purus foi além da questão limítrofe propriamente dita. O escritor aproveitou a oportunidade para denunciar o que considerava como “abandono” da Amazônia e de sua população. Permeia o texto sua sensação de que o virtual esquecimento da região poderia seguir representando ameaça aos interesses brasileiros. Chega a afirmar que, sem um trabalho efetivo de ocupação da região, “a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente” (CUNHA, 1975, p. 106). Argumentos nesse sentido viriam a ser desenvolvidos também em seu livro *À Margem da História*, constituído por uma série de estudos esparsos e concluído às vésperas de sua morte, em 1909.

Tendo como mote a possibilidade de um conflito entre Brasil e Peru, Euclides voltou a defender, em outros artigos, que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para conviver com as repúblicas vizinhas adviriam de uma série de fatores raciais e geográficos. Em “Solidariedade Sul-Americana”, também publicado no volume *Contrastes e Confrontos*, insiste em teses evolucionistas para explicar o cenário geopolítico do início do século XX. Em sua opinião, a figura do imperador permitiria, até 1889, diferenciar o Brasil da “atividade revolucionária e dispersiva” que tipificaria os demais países sul-americanos. A mudança de regime político, no entanto, teria perigosamente equiparado o Brasil, aos olhos do observador estrangeiro, à desordem dos países hispânicos. Avalia que prevaleceria, “nas gentes sul-americanas”, uma “seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrógrada dos aleijões, a extinção em toda a linha das belas qualidades do caráter [...] e a vitória estrepitosa dos fracos sobre os fortes incompreendidos” (CUNHA, 1975, p. 108).

Euclides enfatiza também as desconfianças que os países vizinhos nutririam com relação ao Brasil, a despeito do esforço de Rio Branco em manter boas relações e solucionar, pela via exclusivamente diplomática, eventuais litígios de fronteiras. Ainda em “Solidariedade Sul-Americana”, considera que o Tratado de Petrópolis seria o melhor atestado da “irradiação superior do nosso espírito” – no sentido de que o Brasil, embora já ocupasse de fato, mas não de direito, o território do Acre, dispôs-se a compensar financeiramente a Bolívia – e chama a atenção para os esforços do governo brasileiro em evitar um conflito armado com o Peru, numa demonstração de seu interesse em sacrificar “interesses transitórios” em prol do intuito de seguirmos “à frente das nações sul-americanas como os mais fortes, os mais liberais e os mais pacíficos” (CUNHA, 1975, p. 109). A conclusão do artigo é claramente pessimista. Tendo em vista a incompreensão dos países vizinhos com relação ao interesse brasileiro em manter boa convivência, deveríamos, se necessário fosse, aceitar “a luta com que nos ameaçam”. Arremata asseverando que a solidariedade sul-americana – supostamente baseada no compartilhamento do mesmo regime político e do interesse em proteger-se da “concorrência formidável de outros povos” – não passaria de um “ideal irrealizável, com o efeito único de nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos” (CUNHA, 1975, p. 110).

b) Peru versus Bolívia

Concluído o seu trabalho como chefe de Comissão Brasileira de Reconhecimento do Rio Purus, Euclides retornou ao Rio de Janeiro em janeiro de 1906 e viu-se sem funções claras no Ministério das Relações Exteriores. Atuou, nesse período, como cartógrafo e cogitou, como assinalamos anteriormente, obter nomeação para a equipe que supervisionaria a construção da estrada de ferro

Madeira-Mamoré. O convite para o cargo de fiscal das obras chegou a ser efetuado, mas foi posteriormente declinado por Euclides em decorrência da oposição familiar, especialmente de seu pai. A possibilidade de vir a integrar a Comissão de Limites com a Venezuela tampouco se concretizou (VENTURA, 2003, p. 245).

É nesse contexto que Euclides publica o livro *Peru versus Bolívia*. A obra teria sido elaborada a pedido do Barão do Rio Branco e versa sobre o litígio de fronteiras entre os dois países vizinhos. Receava-se, à época, que a disputa viesse a afetar os interesses brasileiros, especialmente seus direitos sobre o recém-incorporado território do Acre. O Peru almejava restaurar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, demandando que a fronteira com a Bolívia fosse fixada pela linha média entre os rios Madeira e Javari. Para isso, amparava sua pretensão em documentos que remetiam à colonização espanhola. O processo havia sido submetido à arbitragem do presidente argentino.

No livro, Euclides apresenta argumentos favoráveis à pretensão boliviana, já que eventual vitória peruana poderia levar à impugnação do Tratado de Petrópolis. Não por acaso, a obra foi rapidamente traduzida ao espanhol pelo representante boliviano junto ao Tribunal de Arbitragem, Eleodoro Villazón. No plano jurídico, Euclides assinala que o Peru não poderia invocar, em seu benefício, textos que havia repelido quando de sua proclamação de independência. As cédulas e ordenanças reais seriam, portanto, “caducas, e não raro contraditórias” (CUNHA, 1995, p. 811). Além disso, o Tratado de Santo Ildefonso seria apenas um acordo prévio a um Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, o qual nunca chegou a ser elaborado, já que apenas Portugal indicou os membros da comissão bilateral que o negociaria.

Euclides salienta que tanto o Peru quanto a Bolívia haviam celebrado acordos de limites com o Brasil ao longo do século XIX

– em 1851 e 1867, respectivamente –, nos quais não se tomou em consideração as fronteiras determinadas pelo Tratado de Santo Ildefonso. A invocação do tratado no início do século XX representaria “salto mortal de cem anos, flagrantemente violador de toda a continuidade histórica” (CUNHA, 1995, p. 811). A posição supostamente contraditória do Peru – lançar mão, como país independente, de documentos da época colonial – levou Euclides a alcinhar o país de “República sonhadora do Pacífico” (CUNHA, 1995, p. 814).

O escritor recorre, mais uma vez, a argumentos raciais para explicar as diferenças entre as colonizações espanhola e portuguesa da América do Sul. As fronteiras originalmente estabelecidas no Tratado de Tordesilhas e no Tratado de Madri teriam sido superadas pelo espírito desbravador dos bandeirantes brasileiros, ao passo que a legislação espanhola “enclausurava os colonos no círculo intransponível dos distritos”. Por essa razão, a expansão territorial lusa no América do Sul configuraria o “triunfo de uma raça sobre outra” (CUNHA, 1995, p. 815-816).

Ao analisar especificamente as fronteiras entre Peru e Bolívia, Euclides recorre a documentos históricos e a mapas para sustentar que já à época do Vice-Reinado a audiência de Charcas – posteriormente Bolívia – tinha o domínio sobre o território correspondente ao Acre. Não haveria, portanto, razão para se impugnar a validade do Tratado de Petrópolis. A separação entre Bolívia e Peru teria sido ditada por também por outros dois fatores: geográficos, porquanto a cordilheira dos Andes estabeleceria um limite natural entre as duas nações; e geopolíticos, já que a criação da audiência de Charcas inseria-se na estratégia da Coroa espanhola de fazer frente à expansão portuguesa. Charcas passara, inclusive, a gozar de maior autonomia frente a Lima e Buenos Aires – capitais dos Vice-Reinados do Peru e do Prata, respectivamente. Desse

modo, embora a Bolívia não houvesse ocupado de fato o território do Acre, seria dela o direito de posse sobre a região, e não do Peru.

O laudo arbitral do presidente argentino Figueroa Alcorta foi divulgado em julho de 1909 e determinava a divisão da área em disputa entre Peru e Bolívia. Embora tenha acolhido parcialmente as pretensões peruanas, o laudo não teve efeitos negativos para o Brasil.

A publicação de *Peru versus Bolívia* acabou por envolver Euclides em polêmica com o ex-ministro das Relações Exteriores argentino, Ernesto Zeballos, que via o Brasil como país rival e defendia, abertamente, o fortalecimento militar argentino, especialmente no campo naval. Era, além disso, diretor do diário *La Prensa*, notório por sua posição antibrasileira (BUENO, 2003, p. 254). Zeballos foi titular do Ministério das Relações Exteriores entre 1906 e 1908 e, logo após sua saída do cargo, divulgou suposto telegrama de Rio Branco às representações diplomáticas do Brasil em Montevideú, Lima, La Paz, Santiago e Washington, com instruções para que levassem a cabo uma campanha contra a Argentina. As alegações revelaram-se falsas após a divulgação, no Brasil, do teor original do expediente. Em seguida, Zeballos sustentou haver obtido de Euclides – com quem se correspondia – “informações secretas” da política externa brasileira. Destacou haver recebido, inclusive, cópia de *Peru versus Bolívia*, que via como ingerência do Brasil na possível decisão a ser proferida pelo mandatário argentino.

Euclides fez publicar as duas cartas que havia recebido de Zeballos e desafiou seu interlocutor argentino a fazer o mesmo. As correspondências divulgadas contêm apenas elogios do argentino às obras *Os Sertões* e *Castro Alves e seu tempo* e sequer aludem a *Peru versus Bolívia*, embora o livro lhe tenha sido de fato enviado por Euclides. Em carta a Zeballos, o escritor brasileiro afirmou estar

surpreso em ver as “nossas relações exclusivamente intelectuais envolvidas na campanha solitária que V. Exa. está travando com imaginários antagonistas” (GALVÃO; GALOTTI, 1995, p. 387). Zeballos não publicou as correspondências recebidas de Euclides e limitou-se a enviar telegrama lamentando a “moléstia”. O Jornal do Commercio ressaltou que foi o único responsável, sem qualquer ordem de Rio Branco, pelo pagamento da impressão de *Peru versus Bolívia* (TOCANTINS, 1968, p. 231).

Como destacamos anteriormente, o período 1906-1909 é caracterizado pela insatisfação de Euclides com seu trabalho no Itamaraty. Ainda sem posição estável e desempenhando basicamente a função de cartógrafo, sua correspondência pessoal revela constante frustração com a vida profissional e o desejo de buscar novas posições fora do Itamaraty. Em carta ao cunhado, assinalou que não abandonava seu trabalho porque o Barão o tratava com a “mesma simpatia, e falta-me ânimo para observar-lhe a inconveniência dessa posição” e também para não demonstrar “inconstância ou falta de persistência” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 393-394).

Além de haver trabalhado na definição das fronteiras com o Peru e publicado o livro sobre a disputa entre esse país e a Bolívia, Euclides colaborou também na elaboração do Tratado de Limites com o Uruguai, cuja exposição de motivos foi por ele redigida um pouco antes de morrer, em 1909. Também neste caso seus conhecimentos cartográficos foram importantes para dar amparo ao objetivo de Rio Branco de rever, voluntariamente, a linha de fronteira com o país vizinho. No acordo, o Brasil cedeu ao Uruguai parte da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, com a condição de que apenas embarcações dos dois países navegariam naquelas águas e de que nenhuma das partes militarizasse a região (ARINOS FILHO, 2009, p. 38-39; LINS, 1996, p. 427).

c) A disputa interimperialista na América do Sul

A visão pessimista que Euclides tinha do ideal de fraternidade sul-americana ajuda-nos a compreender melhor sua análise da disputa interimperialista travada entre Estados Unidos e Alemanha para aumentar sua influência no continente. Em compasso com a política de Rio Branco, que buscava uma maior aproximação com os Estados Unidos, inclusive de maneira a assegurar, pragmaticamente, os interesses brasileiros na América do Sul, Euclides via a cobiça de potências estrangeiras sobre territórios na região como resultado natural da expansão industrial de países do hemisfério norte. No artigo “Temores Vãos”, alude a uma suposta “mania coletiva de perseguição” que caracterizaria as nações sul-americanas, tendo como base o “terror do estrangeiro” e os espectros do “perigo alemão e do perigo yankee”. Indo além, opina que o imperialismo norte-americano não visava à absorção de territórios ou ao “esmagamento de nacionalidades fracas”, representando apenas o “curso irresistível de um movimento industrial incomparável” e a

expansão naturalíssima de um país onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial [...] permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência (CUNHA, 1975, p. 116).

Esse ponto de vista é corolário direto da preocupação de Euclides da Cunha com a afirmação da nacionalidade brasileira e com o que considerava como sendo uma miopia da elite econômica e da classe dirigente com a promoção do desenvolvimento. Não consubstancia o que, à primeira vista, pode parecer uma admiração acrítica dos êxitos de potências estrangeiras, mas sim o que entende ser a constatação de uma realidade fática inquestionável: o fato de

determinados países avançarem “trionfante e civilizadamente para o futuro”, ao passo que as nações sul-americanas lutariam para se estabilizar politicamente e progredir economicamente. Fiel ao estilo hiperbólico presente em diversos momentos de sua obra, trata ironicamente do perigo representado pelo imperialismo para atacar o que, em sua opinião, é o único perigo “real”: o “perigo brasileiro”, caracterizado pelo “afrouxamento em toda a linha da fiscalização moral”, por uma “situação econômica inexplicavelmente abatida e tombada sobre as maiores e mais fecundas riquezas naturais” e pelos “desfalecimentos das antigas virtudes do trabalho e perseverança”. Avalia, ainda, que parte da crise brasileira se deve ao novo sistema político e ao “federalismo incompreendido” (CUNHA, 1975, p. 119).

Reflexão similar está presente no artigo “O Ideal Americano”, que versa sobre o livro, de mesmo título, do então presidente norte-americano Theodore Roosevelt. Embora considere o autor um “estilista medíocre” e a obra uma mera “sistematização de truísmos”, ressalva que o livro nos “diz tudo de útil”. Se as repúblicas sul-americanas temem o imperialismo da potência do norte, Roosevelt chama a atenção, ao revés, para o perigo representado pela “anarquia sul-americana”. Euclides deixa clara sua concordância com as críticas do mandatário norte-americano ao “localismo deprimente e dispersivo” que peculiarizariam o sistema federativo. As reprimendas de Roosevelt à desordem das repúblicas sul-americanas tornariam o livro uma leitura necessária para os homens públicos brasileiros, representando um alerta. Afinal, a “absorção de Marrocos ou do Egito, ou de qualquer outra raça incompetente, é antes de tudo um fenômeno natural” ou “o darwinismo rudemente aplicado à vida das nações” (CUNHA, 1975, p. 115).

Em dois outros artigos – “O Kaiser” e “A Arcádia da Alemanha” –, Euclides detém-se na análise do imperialismo

alemão. Em ambos os textos, mostra-se mais crítico do que na apreciação do imperialismo norte-americano. No primeiro, afirma que a Alemanha “acordou tarde para a expansão colonizadora”. Seu “industrialismo robusto” teria imposto a expansão territorial como uma “condição de vida”. No entanto, considerando que os “melhores bocados” já estavam em outras mãos, teria passado a dedicar-se à “pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos” (CUNHA, 1975, p. 36). Em “A Arcádia da Alemanha”, ao discorrer sobre o suposto intento do país europeu em conquistar o sul do Brasil, adverte que a “Alemanha não pode abalançar-se, tão cedo, a empresa de tal porte”. Além das dificuldades intrínsecas à competição com outras potências, os países sul-americanos poderiam contar com a proteção oferecida pelo corolário Roosevelt à doutrina Monroe, consoante o qual os Estados Unidos deveriam desempenhar o papel de “polícia continental”, com o propósito de assegurar que os países do continente americano se mantivessem sob a sua exclusiva órbita de influência. O corolário Roosevelt, além de ser um “reflexo político dos interesses estritamente comerciais do *yankee*”, teria o condão de propiciar aos países sul-americanos “uma longa trégua” da cobiça de países europeus. Ainda que a suposta conquista de territórios no sul do Brasil se afigurasse, naquele momento, improvável, Euclides adverte que a ameaça perduraria enquanto o Brasil se limitasse a “contemplar [...] as nossas virgens bacias carboníferas, as nossas montanhas de ferro, as nossas cordilheiras de quartzito, os nossos litorais dourados pelas areias monazíticas, e o estupendo dilúvio canalizado dos nossos rios [...]” (CUNHA, 1975, p. 40).

A análise que Euclides faz da ação imperialista tem, como se nota, uma base realista. A cobiça estrangeira não representaria um perigo real naquele momento: os Estados Unidos não ambicionariam conquistar territórios na América do Sul, mas sim exercer o papel de gendarme; já os alemães, que acudiram tarde

à corrida colonialista, não teriam a capacidade de adotar política mais agressiva no continente, inclusive em decorrência do papel desempenhado pelo corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Em todo caso, nossa vulnerabilidade resultaria do que denominou de “perigo brasileiro”, caracterizado pela desorganização política, falta de planejamento econômico e de nossa “velha tolice metafísica”. Nesse e em outros aspectos o pensamento de Euclides mostra-se plenamente em compasso com a política de Rio Branco de estabelecer aliança estratégica com os Estados Unidos (SEVCENKO, 1999, p. 142), sobretudo com o propósito de assegurar a estabilidade na região, evitar a cobiça de países europeus e fortalecer a posição brasileira ante eventuais problemas com países vizinhos.

d) A integração física na América do Sul, a Bacia do Prata e o Pacífico

Além dos artigos presentes em *Contrastes e Confrontos* e do livro *Peru versus Bolívia*, Euclides da Cunha também tratou de questões internacionais em três estudos publicados no livro póstumo *À Margem da História*. O primeiro deles – *Viação sul-americana* – adquire particular relevância ao propor maior integração física entre os países da América do Sul. Diferentemente do que se pode depreender da visão pessimista que tinha da associação, no plano político, entre o Brasil e as repúblicas vizinhas, nesse artigo Euclides mostra-se francamente favorável ao estabelecimento de vias férreas capazes de intensificar as trocas comerciais entre os países da região e deles com o resto do mundo.

Para Euclides, o fato de a Argentina contar, em 1902, com malha ferroviária mais extensa do que a brasileira atestaria a “nossa subalternidade econômica”. Em sua opinião, o progresso argentino adviria diretamente das estradas de ferro; já no caso brasileiro ocorreria o fenômeno oposto: “as nossas estradas de ferro resultam, antes de tudo, do nosso progresso” (CUNHA, 2005,

p. 115-116). Em seu esforço de explicação dessa realidade, recorre, uma vez mais, a argumentos de natureza racial. No caso brasileiro, a conquista do território que está além do litoral teria dependido da formação de um tipo específico de homem – o bandeirante –, ao passo que na Argentina não teria sido necessário o “adaptar-se das raças”, já que os ocupantes de seu território teriam mudado de hemisfério “sem mudar de latitudes”. Tratar-se-ia da “cultura europeia estirando-se pelo nível dos mares” (CUNHA, 2005, p. 117).

Euclides alude, em seguida, à inauguração do que seria a primeira ferrovia entre dois países sul-americanos, entre La Quiaca, na Bolívia, e Buenos Aires. O tramo permitiria que se fosse da capital argentina à Bolívia em dois dias e meio. Como resultado, vaticinava que a economia boliviana cairia “na órbita avassaladora do país que lhe faculta semelhante desafogo” (CUNHA, 2005, p. 120). Além disso, a ligação entre Bolívia e Argentina seria o passo inicial para uma conexão ferroviária mais ampla na América do Sul, que poderia permitir, em poucos anos, que se fosse de Lima a Buenos Aires em três dias. A capital argentina tornar-se-ia uma “quase capital hispano-americana”, o que poderia até mesmo, especulava, facilitar a eventual formação de uma confederação política envolvendo Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. A ameaça mais tangível aos interesses argentinos seria a criação do canal do Panamá, uma vez que parte significativa do movimento mercantil poderia se deslocar para o norte.

Como forma de conter o que vislumbrava como sendo uma espécie de “imperialismo ferroviário” argentino, Euclides propunha, então, a construção da “Noroeste do Brasil”, que ligaria São Paulo à Bolívia. Partindo de Santos, a ferrovia cruzaria Mato Grosso e chegaria a Santa Cruz de la Sierra. De lá, poderia conectar-se com a malha ferroviária que ia à Argentina e ao Chile. A ferrovia brasileira poderia tornar o porto de Santos o “porto natural da Bolívia”, por estar mais próximo da Europa do que o de Buenos

Aires. Além disso, ofereceria ao Brasil uma ligação para o Pacífico (CUNHA, 2005, p. 135).

Euclides discorre, no artigo “Martín García”, sobre a disputa entre Argentina e Uruguai pela jurisdição sobre o Rio da Prata. Como vimos, o escritor estava familiarizado com a geografia da região, já que no momento em que escreveu o texto trabalhava, no Itamaraty, na elaboração do tratado de limites do Brasil com o Uruguai. O escritor defende a jurisdição compartilhada da Bacia do Prata, impugnando as pretensões argentinas de deter o controle sobre o rio. O pretexto para examinar a questão é a resenha que faz do livro “Martín García y la Jurisdicción del Plata”, de Agustín de Vedia. Euclides inicia sua análise pelo tratamento da questão da posse da ilha “Martín García”, por muito tempo considerada de importância estratégica para a navegação naquela região. A pequena ilha havia sido, inclusive, demandada pelo Brasil em negociações sobre o *status* da Província Cisplatina levadas a cabo nos anos 1820, no Rio de Janeiro. Na narração de Euclides, a Argentina, para manter o controle Martín García, teria renunciado, naquele momento, a continuar pleiteando ao Brasil a incorporação do Uruguai. Tratar-se-ia do que avaliou como sendo um caso de “daltonismo político” (CUNHA, 2005, p. 147). Além disso, acreditava que a posse da ilha perderia pouco a pouco importância, já que, por fenômenos naturais, o território estaria propenso a “afogar-se nas águas”, desaparecendo em alguns anos.

O verdadeiro dilema a ser resolvido entre Argentina e Uruguai seria o a jurisdição sobre o Rio da Prata. A pretensão argentina de domínio exclusivo da navegação naquela área era vista por Euclides como uma “quimera retardatária” (CUNHA, 2005, p. 158), não só pela recusa em submeter a disputa à arbitragem, mas também por contrastar com a postura anterior do próprio governo argentino, que em meados do século XIX indicara como linha divisória do rio a metade de sua corrente. Euclides invoca o “governo crepuscular”

de Juan Manuel Rosas, segundo o qual a Argentina não poderia “*alegarse título alguno, siendo comunes las águas*” (CUNHA, 2005, p. 159), e uma série de documentos e pronunciamentos de autoridades argentinas – todos descritos por Agustín de Vedia em “páginas extraordinárias” – reconhecendo a jurisdição uruguaia sobre águas do Prata. Citando Domingos Sarmiento – a quem se referia como uma “glória sul-americana” –, Euclides refere-se à necessidade de que todos os países da região celebrem acordo sobre a utilização de águas comuns. No caso do Rio da Prata, essa jurisdição compartilhada teria sido sempre “norma em todos os tempos assentada” (CUNHA, 2005, p. 161).

No último dos artigos sobre temas internacionais presentes em *À Margem da História* – “O Primado do Pacífico” –, Euclides da Cunha discorre, talvez no que seja sua análise mais abrangente da geopolítica internacional, sobre o crescente papel da Ásia na economia global. Esse fenômeno estaria levando os Estados Unidos a deslocarem para o Pacífico o “melhor de suas energias nacionais”, já que Oriente ofereceria as melhores potencialidades de comércio. Isso explicaria seu “expansionismo sem par”, já que os países asiáticos constituiriam não apenas uma fonte de matérias-primas, mas também amplo mercado consumidor de manufaturas. A construção do canal do Panamá estaria inserida nessa lógica de penetração no Oriente. O objetivo dos Estados Unidos – que Euclides exemplifica com o caso das Filipinas, confirmando a mesma visão que tinha do “imperialismo” daquele país na América do Sul – não seria o de colonização (no sentido de conquista de territórios) ou tutela, mas o do “primado mercantil”, com vistas a criar bases que garantissem a concretização de seus interesses comerciais. A crescente influência norte-americana poderia, no entanto, gerar conflitos, um “encontro entre dois mundos”. Euclides especula que no Oriente deverá ocorrer o “embate entre das duas raças defrontantes [...], a forma inicial de uma luta entre

os Estados Unidos e o Japão” (CUNHA, 2005, p. 170). As diversas ilhas no sul do Pacífico seriam o palco desse choque, para o qual contribuiria o “rejuvenescimento” japonês. O fato de que o futuro norte-americano dependeria de sua “hegemonia plena” no Pacífico acabaria levando a um embate que “ nenhuns arranjos políticos, ou diplomáticos, lograrão sobrestar” (CUNHA, 2005, p. 173).

Os três artigos de *À Margem da História* têm natureza díspar, mas atestam o claro interesse de Euclides por temas de política externa. Nenhum deles guarda relação direta com seu trabalho na chancelaria brasileira e tampouco constituem um conjunto orgânico de textos. Ecoam, no entanto, várias das preocupações que marcaram a reflexão de Euclides sobre temas internacionais, dentre eles a questão da integração física no continente, a rivalidade com a Argentina e a ascensão dos Estados Unidos. *Viação Sul-Americana* tem caráter propositivo e, como seria natural em se tratando de um engenheiro, traz sugestões objetivas para o estabelecimento de uma rede ferroviária ligando Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina, sob o pretexto de evitar que os países vizinhos se tornassem cada vez mais dependentes do porto de Buenos Aires. Cabe notar que proposta de integração similar na região norte, representada pela construção de via férrea entre o Brasil e o Peru – a *Transacreaana* –, é defendida por Euclides no mesmo livro. *Martín García*, por sua vez, traz uma defesa dos interesses uruguaios na jurisdição compartilhada da Bacia do Prata, contestando a pretensão argentina de ter domínio exclusivo daquelas águas. Em ambos os casos, evidencia-se o receio – num reflexo da própria preocupação do governo brasileiro – com relação à ascensão da Argentina e sua crescente capacidade de influir sobre os países vizinhos. Já no artigo *O Primado do Pacífico*, Euclides recorre novamente à análise do fenômeno imperialista e do industrialismo estadunidense, tema de que já tratara, em artigos mais curtos, no livro *Contrastes*

e Confrontos, com foco específico em seus impactos na América do Sul.

A CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES AO PENSAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO

Euclides trabalhou no Itamaraty na fase final de sua vida, de 1904 a 1909, mas nunca foi designado para função permanente e tampouco teve, como foco central de seu pensamento, as grandes questões de política internacional. Essas questões se fazem presentes em sua obra na medida em que afetam, direta ou indiretamente, suas reflexões sobre a afirmação da nacionalidade brasileira, mas não constituem – exceto, talvez, pelo livro *Peru versus Bolívia* –, um *corpus* autônomo dentro de sua obra. A motivação principal do início de sua colaboração com Rio Branco foi o desejo de viajar à Amazônia e escrever sobre aquela região. A política internacional penetra em sua obra, portanto, a partir do desenvolvimento de suas reflexões sobre o que via como as duas principais ameaças à soberania brasileira: a desconfiança dos países vizinhos e a disputa interimperialista na América do Sul.

A despeito desse caráter subsidiário em sua produção intelectual, os textos de Euclides sobre a política externa da Primeira República contêm formulações originais para a época e articulam uma visão estratégica do que deveria ser a presença do Brasil no cenário sul-americano. Sobressaem, dentre as suas preocupações, a necessidade de medidas efetivas para integrar a Amazônia ao território brasileiro e promover o desenvolvimento econômico. Essa seria a única maneira de contra-arrestar a cobiça de potências estrangeiras sobre territórios e mercados na América do Sul. Sua visão pessimista de maior aproximação política entre os países sul-americanos era temperada pela defesa de maior integração

física e econômica, tal como articulado, de maneira original, em seu artigo *Viação Sul-Americana*, no qual propugnou pelo estabelecimento de malha ferroviária que conectasse portos no Atlântico e no Pacífico.

Euclides analisou vários fenômenos internacionais à luz de elementos como clima, raça e geografia, num reflexo de sua formação intelectual no campo das ciências naturais e exatas. Devemos, por conseguinte, situar sua obra na época em que foi escrita – em que a definição da identidade brasileira, inclusive a questão racial, era tema pendente –, e, ademais, ter em conta a particular e problemática interação que existe, em seu pensamento, entre literatura e ciência. Em sua posição na chancelaria brasileira, Euclides foi observador e comentarista, em posição privilegiada, dos acontecimentos internacionais da primeira década do século XX, deixando, como legado, uma série de textos que, a despeito de sua falta de organicidade, refletem as principais preocupações do Estado brasileiro à época: a defesa da soberania, a preservação de sua integridade territorial por meio da solução negociada de litígios fronteiriços e a articulação de uma visão realista e pragmática do cenário internacional da época, marcado pela delimitação de nossas fronteiras e pela busca de aliança estratégica com os Estados Unidos. Na articulação dessas ideias, mostrou-se fiel defensor da política de Rio Branco e um dos intelectuais brasileiros que melhor representaram dilema comum à “intelligentsia” da época: servir ao Estado, buscando, ao mesmo tempo, manter a independência e a coerência de seu pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARINOS FILHO, Afonso. “Euclides da Cunha e o Itamarati”. In: *Revista Brasileira*, Fase VII, Ano XVI, n. 61, out-nov. 2009.

BARRETO DE SANTANA, José Carlos. “Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência”. In: *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, vol. VI, 2000.

BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas – Rui Barbosa: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUETO, Marcos e LERNER, Adrián. *Indiferencias, tensiones y hechizos: medio siglo de relaciones diplomáticas entre Perú y Brasil*. Embajada de Brasil en Perú/Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

_____. *Contrastes e Confrontos*. São Paulo: Cultrix/Instituto Nacional do Livro, 1975.

_____. *Obras completas*. 2v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

FREYRE, Gilberto. “Euclides da Cunha – Revelador da Realidade Brasileira”. In: *Obras completas*. v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 17-32.

GALVÃO, Walnice Nogueira; Galotti, Oswaldo (Org.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: FUNAG/Alfa-Ômega, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Revisão de Euclides da Cunha”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, v. 2, p. 11-59.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. “O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha”. In: Cardim, Carlos Henrique; Almino, João (Org.). *Rio Branco – a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946.

_____. “Estudo biográfico”. In: *Obras completas*. v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 33-54.

VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. In: Carvalho, Mário César; Santana, José Carlos Barreto de (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Folha explica Os Sertões*. São Paulo, Publifolha, 2002.

Sugestões de leituras adicionais

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de “Os Sertões”*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

VENTURA, Roberto. “Memória Seletiva – À Frente da História”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, nos. 13 e 14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.



**MANOEL DE OLIVEIRA
LIMA**

Nasceu no Recife, em 25 de dezembro de 1867. Filho de comerciante português, aos seis anos transferiu-se com a família para Lisboa, onde realizou os estudos secundários na escola dos lazaristas franceses e graduou-se na Faculdade de Letras. Recebeu a influência da intelectualidade portuguesa de fim de século e desde a juventude iniciou-se na atividade jornalística e na pesquisa historiográfica. Retorna pela primeira vez ao país natal em 1890, quando ingressa na carreira diplomática como adido da Legação em Lisboa. Serviu como secretário de Legação em Berlim, Washington e Londres, entre 1891 e 1900, período em que consolida sua trajetória nos meios intelectuais brasileiros, tornando-se sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico e membro da Academia Brasileira de Letras. Serve como chefe de Legação em Tóquio, entre 1901 e 1902, sendo removido ao final deste ano para Lima, posto que nunca chegou a assumir, permanecendo em disponibilidade informal no Rio de Janeiro, entre 1903 e 1904,

quando inicia conflito público com Rio Branco. É transferido para Caracas e Bruxelas cumulativamente com Estocolmo, entre 1904 e 1913, aposentando-se do serviço diplomático neste ano. Vive um período em Londres e, entre 1916 e 1920, reside em Pernambuco. Neste ano, muda-se definitivamente para Washington, após concluir negociação com a Universidade Católica da América para transferência e abrigo de sua monumental biblioteca. Falece em 24 de março de 1928.

MANOEL DE OLIVEIRA LIMA: A REFORMA DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO

Helder Gordim da Silveira

Em Oliveira Lima, o que se possa chamar de pensamento diplomático é uma das expressões de vasta produção intelectual dotada de múltiplas faces. Face de historiador, de diplomata, de jornalista, de professor, de colecionador, de viajante, sem que se possa afirmar que uma se sobreponha claramente às demais, aparecendo sempre em cada uma o “singular e plural” pernambucano, a um tempo brasileiro, americano, europeu, em suas influências e posicionamentos.

Difícil debruçar-se, ainda que muito limitadamente, sobre qualquer aspecto dessa obra e da figura individual de Oliveira Lima sem evocar a imagem do “Don Quixote gordo”, consagrada pelo amigo e, em certos sentidos discípulo, Gilberto Freyre. É o sociólogo recifense que afirma ter sido o conterrâneo

como individuo, diferente, dos seus compatriotas e dos seus companheiros de geração [...]. Por vezes, um corpo estranho entre eles: um imenso corpo estranho [...], singular, quase único, nuns tantos aspectos de uma personalidade

que, entretanto, se afirmou em atividades diversas e até contraditórias (FREYRE, 1968, p. 37).

Polêmico e polemista, colecionou atritos e desafetos, em variadas esferas de sua atividade política e intelectual, vida afora e mesmo póstumos. Como diplomata, viveu praticamente metade da carreira “à sombra” do grande Barão do Rio Branco (ALMEIDA, 2009, p. 97), que será talvez o mais importante dos moinhos de vento do D. Quixote de Parnamirim.

É, portanto, particularmente difícil, tratando-se de Oliveira Lima, perceber a dimensão e os limites do pensamento do diplomata no tocante ao que punha como reforma necessária na estrutura e no funcionamento do Ministério, bem como no sentido primordial da política externa brasileira, se tomarmos suas teses de modo descolado de sua trajetória e de suas posições – contraditórias e conflitivas – nas esferas política e cultural em que atua e se situa. Tomando, assim, por fundamento seus biógrafos e analistas clássicos (FREYRE, 1968; GOUVÊA, 1976; LIMA SOBRINHO, 1971) e contemporâneos (FORSTER, 2011; MALATIAN, 2001), proporemos, sem pretensões de inovação, um exame de sua visão sobre a reforma no Itamaraty de seu tempo, necessariamente como parte de um *pensamento diplomático* mais amplo e singular em sua geração.

O MENINO PERNAMBUCANO E O HOMEM EUROPEU

Manoel de Oliveira Lima é o filho caçula de Luiz de Oliveira Lima, natural da cidade do Porto e comerciante bem-sucedido radicado no Recife desde 1834, e de Maria Benedita de Miranda Lima, oriunda de família pernambucana tradicional ligada ao latifúndio açucareiro, setor econômico em evidente decadência nas décadas finais do século XIX. Em 1873, Manoel, então com

seis anos de idade, acompanha os pais em mudança para Lisboa, onde o comerciante portuense do Recife, também por motivo de saúde, pretendia usufruir da sólida e bem afamada fortuna que acumulara no Brasil. Permaneceram em Pernambuco o irmão mais velho, Luiz, e as duas irmãs, Amália e Maria Benedita, casando-se esta, a *Sinhá*, mais próxima a Manoel, com o diplomata Pedro de Araújo Beltrão, que prestaria serviço inicialmente em Londres, como secretário de Legação, sendo um contato importante para a opção de Oliveira Lima pela *carreira*.

Quando do advento da República no Brasil, Oliveira Lima, que em breve seria um aclamado historiador nos meios intelectuais brasileiros, então com 22 anos, encontrava-se prestando serviço em caráter extraordinário na Legação brasileira em Lisboa, a qual muito precocemente frequentara desde a adolescência. Professava então o jovem intelectual luso-brasileiro vigorosa simpatia pelo ideário republicano, temperado com alguma influência comtiana – que, de resto, não seria profunda ou duradoura – oriunda de alguns de seus mestres na Faculdade de Letras de Lisboa em que se graduara, após os estudos fundamentais cumpridos no colégio dos padres Lazaristas franceses. Presta desde aí informações ao Governo Provisório sobre a recepção política e jornalística da jovem república em Portugal e na Europa e organiza campanha de resposta aos ataques que o novo regime brasileiro sofria, particularmente perpetrados pela imprensa monarquista portuguesa.

Estudante dedicado e amante dos livros desde a primeira adolescência – para o que foi, segundo ele próprio, decisiva a influência do pai, de formação autodidata refinada, em que pese a dedicação intensa de toda a vida à atividade comercial –, Oliveira Lima entrara em contato com figuras eminentes da intelectualidade portuguesa de fim de século, deles recebendo as influências mais marcantes, particularmente no âmbito da Faculdade de Letras, tais como Jaime Moniz, Adolfo Coelho, Vasconcelos Abreu, Pinheiro

Chagas, Teófilo Braga e de gerações anteriores, como Alexandre Herculano. Iniciara-se precocemente no jornalismo da época, na redação de *O Repórter*, onde travou contato com Oliveira Martins. Desde os quinze anos fazia editar o *Correio do Brasil*, órgão pelo qual expressava seu interesse intelectual pela terra natal e sua ligação afetiva com Pernambuco, certamente alimentados pelo ambiente doméstico em Lisboa – a casa dos Lima era ponto de encontro e recepção de brasileiros em Portugal e os pais preservavam hábitos cotidianos que tornavam vivas, talvez, as memórias da infância no Recife. Ao longo dessa primeira juventude, Manoel de Oliveira Lima igualmente mantivera colaboração rica e permanente no *Jornal do Recife*, em que publicava impressões de viagens de férias pelas capitais europeias, particularmente Londres, desde sempre a preferida, e Paris, bem como análises do panorama político europeu e sobretudo de eventos culturais no Velho Mundo e, eventualmente, exames de questões domésticas brasileiras nestas esferas. As viagens da juventude e a frequência na Legação em Lisboa são marcadas igualmente pelos contatos com figuras eminentes da intelectualidade e da diplomacia brasileira, com destaque, nessa fase, para Eduardo Prado, de quem se tornaria íntimo, Carvalho Borges e o Barão de Penedo, cuja residência frequentava nas estadas em Londres.

Em 1890, ano da morte de seu pai, retorna pela primeira vez ao Brasil para negociar sua nomeação definitiva para o serviço diplomático, um anseio alimentado desde há muito e agora fortemente ancorado em sua profissão de fé republicana, na recente atuação em defesa do novo regime desde a Legação em Lisboa, bem como nos contatos indicados pelo cunhado diplomata Araújo Beltrão e por outros amigos da família, de algum modo integrados ao regime recém-instalado. Vai pessoalmente ao Rio de Janeiro para efetivar os trâmites necessários à desejada nomeação, obtendo entrevistas decisivas com o presidente Deodoro, o vice

Floriano e o ministro de Exteriores, Quintino Bocaiúva. Sobre estes encontros com os próceres da República infante, Oliveira Lima diria em suas Memórias:

Deodoro gostava de sentar-se numa grande cadeira de balanço da sala de jantar do velho Itamaraty de antes da italianização pelo comendador Betti, e o que tinha a dizer gostava de fazê-lo coram populo, o que não acontecia com Floriano e este pormenor dá a nota da diferença de temperamentos (apud GOUVÊA, 1976, p. 172).

Sobre Floriano, a cuja presença fora levado pelo marechal Pires Ferreira, diria que “foi amabilíssimo comigo: falou-me dos meus *serviços à república*, como também aos mesmos se referiu Quintino Bocaiúva quando o visitei no seu chalé de Cupertino”. Ao ministro – contato decisivo para a nomeação – Oliveira Lima tinha sido apresentado pelo Conde de São Salvador de Matosinhos, amigo da família e proprietário do jornal *O Paiz*, então fortemente ligado aos interesses da colônia portuguesa no Rio. Sobre essas *démarches* para sua nomeação, rememorar, enfim, Oliveira Lima:

o fato é que eu ganhara as minhas esporas de cavalheiro da república e quando mais tarde, diante dos desmandos dessa dama, disse alto o que muitos diziam baixinho, a saber, que a monarquia era melhor, Pinheiro Machado, que era intransigente como Robespierre mas não incorruptível como ele, referiu-se a mim como o nosso companheiro que nos abandonou (apud GOUVÊA, 1976, p. 173. Grifos no original).

Assim, em 10 de novembro de 1890, assinava-se o ato de nomeação de Oliveira Lima ao cargo de adido de primeira classe da Legação do Brasil em Lisboa, então sob a chefia de José Coelho Gomes. Antes de retornar à Europa para assumir o posto a que aspirara desde a adolescência, Oliveira Lima passaria uma

primeira temporada em sua terra natal, quando conhece Flora Cavalcanti de Albuquerque, filha de famílias tradicionais ligadas ao latifúndio açucareiro, como sua mãe, e que então, aos 27 anos, exercia o magistério em escola privada do Recife – algo fora do padrão para moças de seu extrato social – de propriedade da ex-governanta de sua casa paterna, a dama inglesa Mrs. Rawllinson, então sua amiga próxima e com quem aprendera, além dos hábitos de comportamento social na primeira infância, um sólido inglês de acento britânico que carregaria vida afora. A católica praticante Flora confessaria, muitos anos mais tarde, ao amigo da família e conterrâneo Gilberto Freyre, que só sabia rezar em inglês (FREYRE, 1944, p. 82). Referiria o autor de *Casa Grande e Senzala* que D. Flora “como que nascera e se criara para ser embaixatriz [...]”. Seu ar, suas maneiras, sua elegância de fidalga um tanto à inglesa – que entretanto não prejudicava a doçura de brasileira – eram bem o ar, as maneiras e a elegância de uma embaixatriz” e que “não se imagina Oliveira Lima sem a colaboração de Dona Flora, que era para ele mais que preciosa: essencial. Completava o Don Quixote” (FREYRE, 1944, p. 82-83). Algum tempo depois, em outubro de 1891, Manoel, na Europa, casaria por procuração com Flora, que será por toda a vida esposa e parceira próxima, de personalidade feminina ativa (MALATIAN, 2004), das suas muitas atividades – e batalhas – intelectuais e político-diplomáticas.

AS EXPERIÊNCIAS FORMADORAS DE UM PENSAMENTO DIPLOMÁTICO SINGULAR

Como diplomata em Lisboa, Oliveira Lima consolidaria seu já muito bem assentado círculo de relações nos meios intelectuais e jornalísticos portugueses e ampliaria seus contatos com muitos representantes da intelectualidade brasileira, além de diversificar

sua colaboração com vários periódicos de importância no país, em Recife e no Rio de Janeiro. Todavia, a hostilidade dos meios diplomáticos da monarquia portuguesa para com o novo regime brasileiro, associada ao enfrentamento com a pasta de exteriores portuguesa, sob o comando do Conde de Valbom, em que se envolveu seu cunhado, Araújo Beltrão – que fora nomeado como primeiro ministro plenipotenciário da República em Lisboa – determinariam sua transferência, já promovido a segundo secretário, para Berlim, em abril de 1892.

Assumindo o novo posto em junho daquele ano, sob a chefia do Barão de Itajubá, Oliveira Lima permaneceria na capital do Império Alemão até 1895, período em que o diplomata-historiador iria projetar-se de forma definitiva no meio intelectual brasileiro. Um marco nessa trajetória foi a publicação, em 1894, do primeiro livro, *Pernambuco – Seu Desenvolvimento Histórico*, em Leipzig. A obra, que denotava forte influência dos mestres da historiografia alemã, com os quais o autor era familiarizado desde os tempos da Faculdade de Letras, recebe elogios unânimes nos círculos intelectuais brasileiros, destacando-se nesse sentido as apreciações positivas de Capistrano de Abreu e José Veríssimo.

Em julho de 1895, antes de ser transferido a Washington com nova promoção funcional, Oliveira Lima goza breve licença em Pernambuco. De volta à terra, como sempre renova e estreita contatos nos meios intelectuais e políticos, chegando desta feita a rejeitar convite do então governador, Barbosa Lima, de quem se tornara amigo e correspondente, para candidatar-se a deputado federal pelo partido governista. Sobre o episódio, rememora anos depois o diplomata-historiador:

em 1895 resisti à tentação política que mais ou menos todos nutrem [...] e preferi continuar na carreira diplomática, para o que contribuiu o acolhimento benévolo que no Rio

se me deparou da parte de Carlos Carvalho, sem dúvida o titular mais competente que tem tido a pasta do Exterior do novo regime, superior a Rio Branco senão nos serviços efetivamente prestados no tocante à delimitação do país, pelo menos na assiduidade, na diligência aturada e ininterrupta prestada aos assuntos do seu departamento, no método de trabalho que soube imprimir no pessoal dependente de sua ação, na aptidão jurídica para abordar os problemas internacionais sem lhes perder de vista a feição política (apud GOUVÊA, 1976, p. 259).

Mais do que o elogio a Carlos Carvalho, essa passagem das *Memórias* é de algum modo esclarecedora do tipo de crítica que Oliveira Lima faria a Rio Branco, para além das questões pessoais e funcionais que fizeram deteriorar as relações entre ambos. Em fins do século XIX, parecia já sedimentada no diplomata pernambucano uma concepção moderna e modernizadora da diplomacia e do serviço diplomático – em uma era de sistemas imperialistas em choque e expansão neocolonial – fundada na promoção sistemática e profissional do comércio e na igualmente continuada divulgação científica e cultural do país – para o que a influência alemã e a presença profissional na capital do império germânico, então em pleno esplendor, foram decisivas em muitos sentidos, inclusive no plano das bases filosóficas do seu pensamento.

Promovido a primeiro secretário no princípio de 1896, Oliveira Lima é transferido para a Legação em Washington, então sob a chefia de Salvador de Mendonça, republicano histórico com quem desenvolverá sólidos laços de amizade e de admiração moral e intelectual, de resto recíprocas, que perdurariam até a morte daquele diplomata. Américo Jacobina Lacombe dirá mesmo ser “quase religiosa” essa admiração e que o fato de Salvador de Mendonça haver sido transferido para o quadro diplomático somente em 1889 – por necessidade urgente da novel República

de mudar a representação em Washington em vista do I Congresso Interamericano que ali se realizava –, após desenvolver profícuo trabalho de propaganda brasileira e de criação de uma rede importante de contatos como cônsul-geral em Nova York, teria tornado Oliveira Lima, desde então, “um campeão da fusão das carreiras, gerando atritos e levantando más vontades” (LACOMBE, 1968, p. 6). Voltaremos a esse ponto adiante.

Desde o posto na capital norte-americana, Oliveira Lima passou a colaborar assiduamente na *Revista Brasileira*, periódico sob a direção de José Veríssimo e em torno de cujos fundadores seria criada a Academia Brasileira de Letras. O diplomata-historiador aproximara-se deste círculo intelectual durante sua estada de alguns meses no Rio durante a referida licença de 1895, quando igualmente tomou posse como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Data dessa época, assim, o estreitamento de relações e a sistematização de contatos por correspondência com Machado de Assis (MALATIAN, 1999) e demais frequentadores do círculo da *Revista Brasileira*. Igualmente neste período em Washington consolida-se a carreira jornalística do já renomado historiador e diplomata pernambucano, com destaque para as colaborações frequentes na *Revista de Portugal* e nos diários cariocas *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*.

Em 1896, apareceria o segundo livro, *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, que fora parcialmente publicado na *Revista Brasileira*. A crítica em geral é positiva, embora já não apresente a unanimidade que se verificara quando da primeira obra historiográfica de Oliveira Lima.

No ano seguinte, fundava-se a Academia Brasileira de Letras, com trinta membros iniciais, os quais deveriam eleger mais dez. Dentre estes estava Oliveira Lima, então com 29 anos de idade, vencendo na eleição para ocupar a cadeira de número 39, figuras do

porte do Barão do Rio Branco e de Assis Brasil, futuros desafetos. No grupo complementar eleito figuravam, com Oliveira Lima, Salvador de Mendonça, Domício da Gama e Clóvis Bevilacqua.

Em 1899, apareceria o primeiro livro de impressões de viagem, *Nos Estados Unidos*, impresso igualmente em Leipzig e também parcialmente publicado na *Revista Brasileira*. Nesse ano, chegaria ao clímax a deterioração das relações entre Oliveira Lima e Assis Brasil, novo chefe da Legação em Washington que substituíra o amigo, admirado *quase religiosamente*, Salvador de Mendonça, afastado do posto, segundo o julgamento do diplomata pernambucano, por intrigas políticas no Rio de Janeiro, após mais de 20 anos de serviço consular-diplomático nos Estados Unidos. Oliveira Lima, de resto, criticara desde o princípio o novo chefe gaúcho, ao qual via como evidentemente despreparado para as funções diplomáticas, seja pela superficialidade da formação intelectual, na qual destacava o desconhecimento do inglês, seja pelo que enxergava como pouca afeição ao trabalho cotidiano. O conflito profissional entre chefe e primeiro secretário acaba por atingir o âmbito pessoal e familiar – havendo quem sustente ter-se dado o oposto na ordem dos fatos – com as respectivas esposas rompendo de forma irreconciliável, o que teria finalmente levado Assis Brasil a requerer radicalmente a remoção do subordinado, ou a sua própria, da legação americana. O velho Visconde de Cabo Frio, então dominador da Secretaria de Estado, teria ironicamente sugerido ao ministro Olinto de Magalhães que fossem transferidas as esposas. No final do ano, viria, assim, a remoção de Oliveira Lima para Londres, o que pareceu, a ambos os desafetos, antes um prêmio do que um castigo, havendo Assis Brasil oficiado ao Ministério, acusando o secretário removido de desídia no trabalho e abandono de posto, o que resultou em advertência formal.

No princípio de 1900, assumia Oliveira Lima as novas funções em Londres, na Legação chefiada por Souza Corrêa,

princiando então o jovem diplomata a ostentar em torno de si certa imagem, estabelecida sobretudo pelas vozes crescentes de desafetos, Assis Brasil à frente, de subordinado pouco afeito à disciplina característica da função. Nas *Memórias*, Oliveira Lima relata ter sido recebido com frieza pelo novo chefe, estando este já envenenado por intrigas de seu predecessor, que o teria qualificado de “secretário metido a literato”.

Todavia, o falecimento de Souza Corrêa, em março daquele ano, levou o primeiro secretário a assumir, em prolongada interinidade, a Encarregatura de Negócios em Londres, posto de primeira grandeza no serviço, o que deve ter provocado incômodo aos desafetos, já que Oliveira Lima contava então com apenas nove anos de Itamaraty e 33 anos de idade. Na condição de chefe interino da Legação, o diplomata pernambucano representaria o Brasil nos funerais da rainha Vitória, cujo falecimento iria considerar um marco no declínio do poder internacional da Inglaterra. É igualmente nessa condição de chefia interina que o diplomata-historiador encaminha as negociações iniciais e recebe a Missão Especial para a questão da Guiana Inglesa, chefiada pelo conterrâneo Joaquim Nabuco, que retornava à vida pública pela mão do presidente Campos Sales. Os ligeiros desentendimentos com Graça Aranha e com o grupo de trabalho da Missão, apesar de limitados a alguns incidentes, concorreriam para consolidar aquela imagem pública do diplomata-historiador, em que pese este haver então consolidado excelente relação pessoal com Nabuco, de quem se tornaria correspondente assíduo até o rompimento entre ambos, de resto bastante traumático para Oliveira Lima, dada a profunda admiração que abrigava pelo conterrâneo ilustre.

De volta à proximidade dos arquivos europeus, notadamente do Museu Britânico, Oliveira Lima complementa a pesquisa para trabalhos que estavam em andamento, alguns em conclusão, fazendo mais tarde publicar, na revista do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, excelente guia de pesquisa para manuscritos portugueses e brasileiros abrigados naquela instituição. A breve presença na Europa encerra-se ao final de 1900, com a nomeação de Joaquim Nabuco para a chefia da legação londrina e a transferência de Oliveira Lima para Tóquio, na condição efetiva de chefe da legação, como Encarregado de Negócios. O retorno ao Velho Continente, ou ao menos a transferência para uma legação de primeira importância nas Américas, tornar-se-ia, então, um objetivo na *carreira* sistematicamente almejado por Oliveira Lima.

Durante o período no oriente - que produziria o livro de impressões *No Japão* (ABREU, 2006) - aparece *O Reconhecimento do Império - História Diplomática do Brasil*, em 1901, em que condena o célebre “pagamento” por parte do Império, do que discordava o historiador Rio Branco. No campo diplomático, segundo entendimento de Américo Jacobina Lacombe, “o filósofo e historiador revelou-se [no Japão] um homem prático como raros o foram” (LACOMBE, 1968, p. 8). De fato, os dois estudos sobre as relações com o Japão, que Oliveira Lima incluiria na polêmica coletânea *Cousas Diplomáticas*, são modelares como explicitação do sentido predominantemente econômico que o autor entendia dever presidir a atividade diplomática moderna. De algum modo, a presença no Japão ocidentalizado e imperialista da era *Meiji* robustecia em Oliveira Lima a concepção pragmática e comercial de uma diplomacia positiva, a qual delineará pelo menos desde Berlim.

Sempre desejoso de retornar à Europa, Oliveira Lima guardava boas expectativas da sucessão presidencial em 1902 e a anunciada movimentação no Ministério de Exteriores. Nesse sentido, recebeu com otimismo a notícia da nomeação de Rio Branco, com quem mantinha, desde a juventude em Lisboa, correspondência pessoal esparsa, para chefiar o Ministério no governo Rodrigues Alves. Esperava sobretudo que o antigo correspondente, colega

historiador e novo ministro viesse a rever sua remoção para o Peru, promovido a Enviado Extraordinário e ministro plenipotenciário, por Olinto de Magalhães, publicada em novembro daquele ano. Nas palavras de seu maior biógrafo, aquele posto parecia a Oliveira Lima “um pesadelo” (GOUVÊA, 1976, p. 525).

A MISSÃO PERUANA NUNCA ASSUMIDA E A GUERRA COM RIO BRANCO

Rio Branco não apenas confirma a remoção, como, ao que parece, contava com Oliveira Lima para, na qualidade de ministro no Peru, participar decisivamente nas negociações em torno à questão do Acre, sabidamente de máxima relevância e urgência para o Barão. Nesse sentido, desde janeiro de 1903, o novo chanceler passa a telegrafar para seu ministro em Lima ainda no Japão, solicitando máxima presteza em apresentar-se no Rio de Janeiro para receber instruções relativas às graves negociações lindeiras em curso.

Entretanto, os Lima deixam Tóquio somente em março daquele ano, para uma longa viagem ao Rio, via Europa. Alegando problemas de saúde – os quais desde a Itália, onde se encontraram, Joaquim Nabuco atestava ao Barão (GOUVÊA, 1976, p. 525-6) serem verdadeiros – e questões familiares a resolver, Oliveira Lima respondia algo vagamente a seu superior que somente em meados do ano poderia retornar ao Brasil, o que provocou o famigerado ultimato telegráfico do ministro:

são passados quatro meses e não sei ainda quando Vossa Excelência poderá estar no posto que lhe foi assinalado ou se poderá chegar a tempo de intervir nas graves questões pendentes cuja negociação vai brevemente começar [...].

Rogo-lhe portanto que me declare pelo telégrafo se seu estado de saúde ou outras razões lhe não permitem acudir ao apelo do Governo, para que este possa providenciar com urgência expedindo já daqui outro ministro e devo prevenir a Vossa Excelência que a não ser essa não terá o Governo tão cedo outra Legação em que possa utilizar os seus serviços (apud GOUVEA, 1976, p. 530).

Vale a pena reproduzir, nesse ponto, as ponderações do grande biógrafo:

como Ministro de Estado e diante da gravidade da situação internacional, Rio Branco tinha motivos de sobra para proceder àquela interpelação [...]. De sua parte, incapaz por temperamento, de aceitar a disciplina e as contrariedades impostas pelo serviço público, o telegrama do Ministro provocou em Oliveira Lima um impacto que ele jamais conseguiria superar. Sem exagero, pode-se afirmar que seus sentimentos alteraram-se a partir da interpelação de Rio Branco: um Oliveira Lima indignado, prevenido para com o Barão, um homem propenso às críticas ásperas, negativas, começou desde então a tomar o lugar do intelectual independente mas otimista.

E segue: “Oliveira Lima julgou-se atingido no seu amor próprio, e o seu despreparo para receber ordens, de fazer parte de uma corporação [...] exacerbou seus arroubos de independência, tornando-o desde então um homem de certo modo difícil” (apud GOUVEA, 1976, p. 531).

Descontado, talvez, o relativo exagero da relevância do episódio telegráfico em si mesmo, o certo é que a Missão peruana – que não seria assumida – representou um ponto de inflexão profundamente negativo na carreira e marcante, com certeza, se não para o pensamento do intelectual-diplomata, para

a forma com que este pensamento passou a expressar-se, bem como para as razões dos desafetos que se multiplicariam. Talvez se possa afirmar que a “missão peruana” passada no Rio de Janeiro, ao longo de 1903 e 1904, quando Oliveira Lima esteve a um tempo presente e à margem do cenário que consagraria Rio Branco na política nacional, tenha sido um dos principais condicionantes do conjunto de ações e expressões discursivas que seriam coladas à imagem futura do Dom Quixote de Parnamirim.

De fato, o Barão adota uma postura que colocaria Oliveira Lima em situação funcional e política no mínimo embaraçosa: recebe “amigavelmente” no Rio o seu ministro em Lima, não lhe dando, todavia, ordem ou instrução alguma para assumir o posto e, principalmente, participar das negociações em torno da momentosa e *mediática* questão acreana, para as quais chamara o auxílio do arquidesafeto Assis Brasil, para ainda maior desconforto do diplomata-historiador e, nunca é demais lembrar, de sua sempre presente esposa.

É, portanto, impossível dissociar deste contexto original as críticas públicas que Oliveira Lima passa a fazer à política do Barão à frente do Ministério e à própria *carreira*, embora apareçam estas sempre embasadas em sua profunda formação intelectual e na experiência profissional significativa de que já dispunha. Serão marcantes, nesse sentido, os três artigos que publica, entre agosto e setembro de 1903, na primeira página do oposicionista *Correio da Manhã*, a convite de seu diretor, Edmundo Bittencourt, intitulados “Reforma Diplomática”, que seriam mais tarde incorporados à coletânea, não menos polêmica, *Cousas Diplomáticas*. Voltaremos adiante a este ponto.

A par da delicada e incômoda situação funcional no Rio de Janeiro, Oliveira Lima aproveita sua nova estada na capital da República para intensificar ações e contatos na esfera intelectual.

Adianta a pesquisa para o *Dom João VI no Brasil* na Biblioteca Nacional e, finalmente, toma posse na Academia Brasileira de Letras. Em cerimônia no Gabinete Português de Leitura, profere o provocativo discurso de apologia ao também diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem escolhe como patrono (ALMEIDA, 2009, p. 101-102), no qual de muitos modos reafirma as críticas à carreira que vinha fazendo pela imprensa e mesmo à própria atuação do chanceler brasileiro. Certamente a ausência mais sentida por Oliveira Lima na cerimônia foi a do Barão do Rio Branco. A julgar pelos códigos de sociabilidade e de reconhecimento que se entrecruzavam nas esferas políticas e intelectuais da República, teve razão o diplomata pernambucano em interpretar o não comparecimento notável como sinal inequívoco de seu afastamento do círculo central do poder no Ministério.

Somente em agosto de 1904 recebe Oliveira Lima a designação para novo posto, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Venezuela. Como já esperasse a transferência para uma Legação americana que considerava ainda de menor importância do que aquela no Peru, Oliveira Lima, conforme sua correspondência com o então amigo Nabuco, considera seriamente negar-se a assumir o novo posto e ser assim colocado formalmente em disponibilidade, passando a residir em Londres. As ponderações do conterrâneo e o aceno com algumas vantagens funcionais, bem como a nomeação, como secretário em Caracas, de seu amigo próximo, Luiz Lorena Ferreira, parecem ter contribuído para a reconsideração de Oliveira Lima, encerrando-se assim “o caso do que terá sido um dos mais longos e tormentosos trânsitos de chefe de posto em nossa história diplomática” (FORSTER, 2011, p. 40-41).

OS ARTIGOS NO CORREIO DA MANHÃ E O COUSAS DIPLOMÁTICAS – VISÕES DA REFORMA À SOMBRA DO BARÃO

Os analistas estão geralmente de acordo ao considerarem as propostas de Oliveira Lima de reforma no serviço diplomático – expostas nos referidos três artigos do *Correio da Manhã*, em 1903, e mais tarde, em 1908, reunidos a outros textos sob o título *Cousas Diplomáticas* – polêmicas e contundentes para a época e, sobretudo, diante da situação funcional em que se encontrava o autor em 1903 e frente a seu conflito com Rio Branco que se torna notório daí em diante; mas, vistas em perspectiva histórica, constituem um conjunto de críticas e sugestões realista e consistente, na esteira do processo de modernização que sofreria brevemente o Itamaraty, ainda sob o próprio Rio Branco (ALMEIDA, 2009; FORSTER, 2011; LACOMBE, 1968; GOUVÊA, 1976).

É assim que Maria Theresa Forster argumenta: “suas ideias, muitas delas pertinentes e promissoras para a modernização da estrutura do Ministério poderiam perfeitamente ter sido aproveitadas caso não tivessem sido lançadas de forma tão inoportuna” (FORTSTER, 2011, p. 157-158). Américo Jacobina Lacombe foi na mesma direção quando afirmou:

pode ser que na época em que apareceu [Cousas Diplomáticas] tivesse provocado a irritação surda dos birrentos e rotineiros, mas a verdade é que hoje nos faz sorrir, porque os males que ele aponta são exatamente aqueles que os responsáveis por esta casa [o Itamaraty] vêm combatendo e vencendo seguidamente (LACOMBE, 1968, p. 16-17).

Nessa perspectiva, a concepção de Oliveira Lima no tocante à reforma do serviço diplomático e do sentido predominante da política exterior brasileira fundamenta-se em uma crítica severa das condições em que se encontrava estruturado este serviço, bem como dos vícios e inadequações históricas de que era vítima no alvorecer do século XX. Segundo o diplomata pernambucano, o núcleo da solução residiria na unificação das carreiras de Secretaria, Consular e Diplomática, o que resultaria em real democratização do serviço, base para a efetivação futura de uma política exterior fundada na expansão das relações mercantis do país.

No primeiro dos artigos famosos do *Correio da Manhã*, Oliveira Lima introduz a temática com as cores e o direcionamento polêmico – e certamente provocativo – do seu estilo de escrita jornalística:

fala-se invariavelmente todos os anos em reforma diplomática. Os constas aparecem com as brisas frescas de maio e esmorecem com os calores de novembro. O ano corrente não escapou à praxe e, mais ainda se tem agitado a questão porque esperavam todos, de dentro e de fora da carreira, aspirantes e desiludidos, indiferentes e curiosos, que o atual ministro do exterior aproveitasse o enorme prestígio em que após inolvidáveis serviços regressou à pátria para imprimir nesse terreno, como nos demais do seu departamento, o cunho da sua notável individualidade. Uma gazeta já explicou que s. ex. tem tido, como é notório, todo o seu tempo tomado pelos negócios do Acre, e que a reforma viria depois, à sobremesa (CM, 25/08/1903, p.1).

À introdução cheia de malícia, Oliveira Lima acrescia que “as ideias do senhor Barão do Rio Branco sobre o assunto não se tornaram até agora conhecidas, o que aliás me permite a apresentação destas ligeiras considerações sobre a matéria, sem

que tomem elas ares de crítica e constituam ato de indisciplina” (CM, 25/08/1903, p. 1).

Nessa direção, o diplomata considera que as duas reformas implantadas pela República, de Quintino Bocaiúva, em 1890, e de Carlos Carvalho, em 1895, haviam tratado “muito mais de classificação de legações e tabelas de vencimentos do que propriamente de serviços” e, sobretudo, ambas haviam sido “levadas a cabo sem um pensamento que as definisse, sem uma orientação que as caracterizasse” (CM, 25/08/1903, p. 1). Assim:

reformas para melhorar ordenados, para aumentar aposentadorias, para dificultar promoções ou garantir acessos, não são contudo verdadeiras reformas: são formas de expediente, pormenores de administração. A carreira diplomática encontra-se no entanto desde a sua organização no Brasil minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e de que é mister livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias. Ao seu lado vegetam duas desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria, a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna (CM, 25/08/1903, p. 1).

O remédio para esse mal de origem é, segundo Oliveira Lima, “simples, a um tempo depurativo e tônico”:

enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora do ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha. Dá-se com ela o caso iníquo do empregado consular, mais habilitado pela natureza, extensão e variedade do seu trabalho, que abrange atos do notariado, estudo de questões econômicas e comerciais [...] ver limitadas a um consulado geral, a um posto sempre

subalterno, as suas legítimas ambições, ao passo que o empregado diplomático, que como secretário nunca foi geralmente mais do que um copista, sobe bruscamente a chefe de uma legação (CM, 25/08/1903, p. 1).

A separação das carreiras condicionaria ainda duas outras iniquidades desastrosas na visão do autor-diplomata: de um lado,

um rebento de diplomatas que [...] ignora sua língua, seus compatriotas e os próprios costumes e ideias da sua terra, gastar a vida pelas capitais do Velho Mundo – pois que as do Novo Mundo não merecem essas figuras de cosmopolitismo – sem nunca aprender a respirar no seu ambiente moral.

e, por outro,

um funcionário da Secretaria [que] passa toda a vida [preso] à implacável disciplina burocrática, [...] aos vencimentos parcos, sem uma distração, um prazer da inteligência, um desvendar de novos horizontes, só porque nasceu pagão e nunca achou padrinho (CM, 25/08/1903, p. 1).

Postos assim os males e sua origem, pode o autor projetar as vantagens do remédio que aponta. Vislumbra, nesse sentido, a imagem de um futuro ministro de Exteriores ideal, fruto de um serviço unificado:

o ministro realmente preparado para seu cargo seria aquele que, tendo começado como amanuense da Secretaria, transitasse como chanceler por um consulado e como secretário por uma legação, para depois ocupar um posto consular de responsabilidade, estacionar como chefe de seção no Ministério e finalmente subir a chefe de missão diplomática. (CM, 25/08/1903, p.1).

E, ainda projetando vantagens futuras:

familiar o diplomata com a repartição a qual cumpre dirigi-lo, nela possuindo afeições e ligações, não viveria no constante terror de incorrer-lhe no fácil desagrado [...]; assim como, habituado a cuidar como cônsul de coisas práticas, visar manifestos de cargas de cebola, arrecadar espólios e rotular vidrinhos de café, não consideraria uma quebra de dignidade [...] o ocupar-se pelo miúdo de nossos interesses inadiáveis, só porque são positivos (CM, 25/08/1903, p. 1).

O autor ainda sustenta a necessidade de trânsito por experiências profissionais diferenciadas para o cônsul-diplomata ideal, afirmando que “não se aprendem [...] línguas estrangeiras com a simples leitura de passaportes, nem se disseminam borracha, açúcar, algodão, café, enfiando meias de seda para ir a concertos [...] ou envergando uma casaca irrepreensível”. Assim, “o cônsul carece de ter ocasião do mover-se na alta sociedade, como o diplomata de aprender o caminho das bolsas de comércio”. (CM, 25/08/1903, p. 1).

Dessa forma, pode Oliveira Lima concluir com uma indagação:

porque não democratizar verdadeiramente a carreira – democratizá-la, não rebaixá-la – conservando-lhe toda a tradição, cercando-a de todas as garantias, e encarecendo-lhe até o prestígio com o infiltrar-lhe novas e mais sérias preocupações, equivalente a inocular-lhe novo sangue? (CM, 25/08/1903, p.1).

Sustentadas assim as bases de seu pensamento quanto à reforma, Oliveira Lima tratará de propor contrastes legitimadores entre o que considera situações positivas que se apresentavam nos países “avançados” e a situação no Brasil. Assim, informa o autor que

organização similar [à sua proposta] desfruta a República Francesa e foi essa diplomacia de cônsules e empregados de secretaria que obteve Formosa e deu as mãos à Inglaterra para defender dos russos a Coreia [...]. Para diretor geral da secretaria de estrangeiros nomeou o governo japonês o seu ministro da Rússia, antigo cônsul em Xangai”. E o contraste: “entre nós é que se pensa que um estágio nas seções do Itamaraty inabilita para finuras diplomáticas, e que um cônsul serve tão somente para elaborar mapas estatísticos e autenticar procurações (CM, 25/08/1903, p. 1).

O segundo dos artigos é predominantemente dedicado a desenvolver este contraste entre os serviços diplomáticos que o autor considera modelares, de países avançados e progressistas, e aquele brasileiro de então. Nesse sentido, sustenta que, mercê do nefasto insulamento da carreira, “os nossos secretários de legação chegam a ministros ignorando-se absolutamente o que eles valem: são bilhetes de loteria que podem sair premiados ou brancos”. E, contrastando: “na Inglaterra já assim não acontece”, pois “o secretário trabalha por si, produz obra pessoal, não está reduzido a copiar o que elabora um chefe que algumas vezes vale menos do que ele”. E “cada nova língua que aprende, dessas línguas de que poucos cuidam, como russo, árabe, persa, japonês, chim (sic), traz ao secretário uma substancial gratificação adicional por ano” (CM, 28/08/1903, p. 1).

Exemplificando com o caso de um certo Sr. Elliott, segundo secretário em Washington, que já percebia três gratificações por três línguas exóticas que dominava e que por isso fora escolhido pelo *Foreign Office* para representar os interesses britânicos por ocasião da questão de Samoa, Oliveira Lima pode concluir que a Inglaterra “conta muitos botões de diplomata como esse, que cultiva com esmero”. E novamente contrastando: “entre nós o secretário, para salientar-se, tem que escrever livros, o que não

prova tudo, porque o ser bom literato nem sempre é sinônimo de ser bom diplomata” (CM, 28/08/1903, p. 1).

Trataria ainda Oliveira Lima, neste segundo artigo, de sustentar, embasando-se em perspectiva histórica, a maior relevância para o Brasil de seu tempo de uma diplomacia econômica frente a uma diplomacia política, sendo impossível não ver aqui nova crítica a Rio Branco. Nessa direção, aponta que os últimos laivos de imperialismo luso-brasileiro à época colonial haviam sido perpetrados quando da presença da corte joanina no Rio de Janeiro, com a conquista de Caiena e Montevideo. Todavia, “o Congresso de Viena e Ituzaingó fizeram-nos volver aos primitivos limites”. A partir de então,

o nosso imperialismo passou a consistir mais modestamente [...] em zelar nossa supremacia no Rio da Prata, situação que o grande progresso da República Argentina transformaria mais tarde em equilíbrio, e o nosso bom direito nas discussões de fronteiras.

E, quanto a essas, “o que o Império obteve [...] foi preparar a solução das questões de limites que a República tem sido assaz feliz em ir dirimindo com o auxílio do conhecimento e da habilidade do atual ministro do exterior”. Interessante que, ao comentar tal “conhecimento e habilidade”, Oliveira Lima não menciona o caso do Acre, então em curso, referindo-se a Washington e Berna e o “bom Direito” aí esgrimido pelo Barão. Talvez para sustentar a afirmação:

um país como o Brasil, que não deve ter ambições territoriais, porque o território que abrange é enorme para sua população e para as perspectivas próximas da sua imigração, nem pode aspirar a representar agora um grande papel no cenário do mundo [...], não precisa tanto de uma

diplomacia política como de uma diplomacia econômica (CM, 28/08/1903, p. 1).

E adiante:

se passou o período da hegemonia, se já não podemos ser preponderantes e temos que contentar-nos com ser influentes, visto que outros cresceram conosco; se por outro lado temos ido liquidando, sem receio do arbitramento, porque estávamos cômicos de que nos assistia a razão, velhas pendências que preocuparam nossos pais e nossos avós portugueses [...], não permanece por isso sem desígnio nem atividade a nossa ação diplomática. Conservar nestes casos já é melhorar, e o fundamento das boas relações internacionais é hoje mais que tudo mercantil, assim como o é a base das desconfianças e hostilidades[...]. O dever primordial dos nossos governantes é tratar de colocar e tornar assim remuneradora a produção nacional, pois que sem fortuna não há vigor e sem vigor não se pode infundir respeito (CM, 28/08/1903, p. 1).

Impossível não ver aí, para além de uma proposta realista e bem articulada, uma crítica ao Barão e ao que viria ser a “compra do Acre”, ficando esta, nas entrelinhas, oposta a um bom Direito.

No terceiro dos artigos, Oliveira Lima basicamente retoma suas teses para enriquecê-las com o que chama de alguns pormenores e casos especiais, como, por exemplo, o fato de que, para legações em cortes como a Rússia ou a Áustria, de alto refinamento e protocolo complexo na esfera diplomática, jamais seria de bom tom, e muito menos produtivo, enviar-se um funcionário de formação consular, bem mais útil no Japão ou na Suíça, segundo exemplifica.

Por fim, trata o autor de justificar parcialmente o esvaziamento da função consular como herança do Império, para encaminhar o fechamento de suas proposições:

os consulados eram cargos, não de trabalho, mas de repouso. Distribuíam-se por homens políticos ou de letras, doentes, cansados ou simplesmente ansiosos por viverem noutros meios. [...] O nosso cônsul por seu lado era um funcionário cuja atividade se cifrava em rubricar manifestos e repatriar brasileiros desvalidos, afora pilotar pelos museus e lojas os compatriotas amigos e conhecidos que o procuravam. Os nossos artigos davam muito dinheiro: o café era uma riqueza, o açúcar vendia-se por altos preços, o algodão, a borracha, o fumo, tudo vendia. Em casa, os fazendeiros e senhores de engenho dispunham de suas escravarias para alimentarem barato o rico manancial do comércio de exportação. Nada mais se fazia preciso do que plantar, colher, ensacar e embarcar. Os mercados estavam prontos e prestes os pagamentos em boas libras esterlinas. (CM, 1/09/1903, p.1).

Todavia, assim descrito de forma algo saudosista o passado recente, afirma o pernambucano, ligado familiarmente ao mundo do negócio açucareiro em decadência:

sabemos quanto tudo isso mudou, com que dificuldades luta presentemente a agricultura, como busca ansiosa consumidores para seus produtos, como para ela se tornaram os fregueses uma questão de vida ou morte, como se reflete a miséria daquela classe sobre toda a economia nacional, gerando o desânimo, provocando o pessimismo, nutrindo o descontentamento, fomentando a rebeldia! A solução do problema econômico reside toda, não na restrição da produção, mas no alargamento das relações mercantis (CM, 1/09/1903, p. 1).

Assim,

a função dos nossos diplomatas e cônsules, com o ser prática, passou a essencial, competindo-lhes esforçarem-se para remover embaraços aduaneiros, alcançar reduções de taxas de importação e ao mesmo tempo abrir novos mercados e granjear nos artigos mais larga aceitação, para isto proclamando a procedência e fazendo valer a superioridade do gênero.

Sustenta em suma Oliveira Lima que não “devem envergonhar-se os diplomatas por descerem de cortesões a caixeiros viajantes de seus países, quando os monarcas mesmo não repugnam tratar de igual para igual com os ditadores de *trusts*”, pois, finalmente, “a época é do mercantilismo” (CM, 1/09/1903, p. 1).

Quando do lançamento de *Cousas Diplomáticas* já se conheciam os primeiros resultados da reforma implementada por Rio Branco, consubstanciada pelo Regulamento de 1906. Oliveira Lima revelaria alguma satisfação em ver implementadas, senão formalmente ao menos na prática, algum grau de fusão nas carreiras, não sem fazer referências irônicas, como ao uso das máquinas de escrever no Ministério, que havia sugerido apenas de passagem em um de seus artigos de 1903. Todavia, nos finais da primeira década do século XX, continuava distante, segundo o diplomata, a efetivação de um sentido econômico para a política exterior do país.

NA AMÉRICA LATINA E NA EUROPA: CONTRA ROOSEVELT E POR UMA DIPLOMACIA CULTURAL

O período na Venezuela do *caudilho* Cipriano Castro, que se estenderá até junho de 1906, marca a aproximação de Oliveira Lima de diversos intelectuais do mundo hispano-americano e

a sedimentação, no pensamento do diplomata-historiador, de uma bem fundada imagem dessa porção do continente, a qual se expressaria em diversos artigos, muitos dos quais ao *Estado de São Paulo* – que se tornaria seu jornal predileto no Brasil –, mais tarde reunidos sob o título *Impressões da América Espanhola*, de lançamento póstumo.

No plano da atividade diplomática, Oliveira Lima, para além dos serviços de rotina e da elaboração de relatórios reputados excelentes, leva a bom termo a Missão Especial de que estava encarregado em torno a problemas lindeiros, graças, em boa medida, às relações cordiais que logra estabelecer com o presidente Castro, que chegou mesmo a condecorá-lo com o *Busto do Libertador*. O diplomata pernambucano irá queixar-se de que seu sucesso na única questão de limites em que atuou foi completamente desconsiderado e abafado no Rio de Janeiro, em que pese haver, segundo ele próprio, atuado sob boicote de sua chefia e de que os ganhos territoriais obtidos, apesar de pequenos, terem sido os únicos que, na curta história republicana, não haviam gerado despesa alguma ao erário público, numa nova menção ao que costumava qualificar como “compra do Acre” pelo Barão.

A ação imperial intervencionista dos Estados Unidos na Venezuela, no célebre caso da dívida pública deste país, e as respectivas invocações contraditórias do neomonroísmo constituíram o contexto a partir do qual Oliveira Lima passará a condenar publicamente e com veemência o *big stick* de Theodore Roosevelt, já havendo, de resto, pronunciado-se desde 1903 a favor da célebre Doutrina do argentino Luis Maria Drago quanto à questão. Essa convicção extremadamente antirrooseveltiana e, em alguma medida, antimonroísta (SILVEIRA, 2003), que Gilberto Freyre chamaria de “pan-americanismo crítico”, assim como Paulo Roberto de Almeida qualifica como “principista” (ALMEIDA, 2009, p. 99), irá conduzir a um novo rompimento pessoal,

ao que parece o mais traumático de todos, para Oliveira Lima: aquele com o primeiro embaixador em Washington, Joaquim Nabuco, confirmando a interpretação segundo a qual o diplomata pernambucano não hesitava em arriscar amizades por uma questão polêmica que lhe fosse cara (MOTA, 2002).

Em princípios de 1906, estando projetada a III Conferência Pan-Americana para realizar-se no Rio de Janeiro naquele ano – para cuja delegação brasileira Oliveira Lima, surpreendentemente, chegou a solicitar de Nabuco sua indicação – com a presença espetacular do secretário de Estado Elihu Root, que Nabuco reputava diretamente relacionada à sua ação em Washington, Oliveira Lima, além de dirigir-se em carta ao amigo condenando o que considerava um monroísmo excessivo e inconveniente, embora fundado em boas intenções (GOUVÊA, 1976, p. 689), publica no *Estado de São Paulo* uma série de artigos condenando o espírito que presidia o futuro conclave e renovando suas posições contra o intervencionismo e o imperialismo norte-americano no continente. A *incontinência de pena* do conterrâneo e amigo, conforme então a qualificou Nabuco, associada ao temor de tudo que viesse a prejudicar a *sua* Conferência, leva o embaixador a interromper definitivamente a correspondência com Oliveira Lima, que jamais deixaria de fazer menções, para o bem e para o mal, ao antigo confidente e, de muitos modos, ídolo nos campos da política, da cultura e da diplomacia.

Essa série de artigos contra os perigos do que qualificava como subordinação a Washington da política brasileira seriam reunidos, em 1907, sob o título *Pan-Americanismo*, dedicado ao Barão do Rio Branco, justificadamente pelo célebre discurso de abertura na Conferência, enaltecendo as relações tradicionais do país com a Europa, que muito agradou a Oliveira Lima. O Barão teria apreciado a posição de equilíbrio que então ostentou entre os expoentes pernambucanos da diplomacia brasileira.

O ano de 1906 é igualmente marcado para Oliveira Lima pela deterioração de suas condições de saúde diante do agravamento do quadro de nefrite. Doente e profundamente insatisfeito com o posto, em muitos sentidos a materialização do “pesadelo” que apenas antevira no Peru, o diplomata resolve apresentar pedido formal de disponibilização funcional ao Ministério, após perder a esperança de obter licença regulamentar. O Barão, todavia, demonstrando, como de resto em outras oportunidades, efetiva consideração pelo subordinado – de quem parecia esperar apenas que não incomodasse tanto pela imprensa – ignora aquela solicitação e concede licença de seis meses para tratamento de saúde. Assim, em junho de 1906, os Lima deixavam Caracas rumo a Londres.

Após tratamento em balneários alemães e franceses e visita à irmã *Sinhá* em Madri, Oliveira Lima retorna uma vez mais ao Rio de Janeiro, em outubro, sempre na esperança de obter uma designação para a Europa. Sua situação funcional torna-se novamente delicada e, de novo, pensa em ser posto em disponibilidade, o que chega mesmo a comunicar, queixoso, diretamente ao presidente Afonso Pena. O Barão novamente ignora o pedido e renova a licença, aproveitando Oliveira Lima para finalmente concluir sua obra maior, *Dom João VI no Brasil*, cuja primeira edição sairia em 1908. É do período desta nova estada no Brasil uma visita triunfal a São Paulo para série de conferências sobre o papel de José Bonifácio na Independência, onde foi recebido, segundo comentários provocativos na imprensa, com honras de ministro de Estado.

Em dezembro de 1907, na esteira da movimentação diplomática do período, o diplomata pernambucano é finalmente designado para Bruxelas, cumulativamente com Estocolmo, o que seria seu último posto na carreira.

Na Europa, Oliveira Lima representa a intelectualidade brasileira em inúmeros eventos científicos, por vezes em missão especial designada por Rio Branco, como a conferência promovida pela *Société Royale Belge de Géographie*, que contou com a presença da família real, e o Congresso dos Americanistas, de Viena, com ampla cobertura de *O Estado de São Paulo*, onde aparecem publicadas as suas comunicações, entre 1908 e 1909. O jornal paulista, de resto, traduz e publica praticamente todas as conferências de Oliveira Lima na Europa durante o período na legação em Bruxelas. É o caso, por exemplo, da série de conferências na Sorbonne, reunidas em livro, em 1911, sob o título *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*. A intensa atividade no campo do que hoje seria denominado diplomacia cultural fez então Oliveira Lima receber do poeta sueco Björkman o famoso epíteto de “embaixador cultural do Brasil”. No âmbito privado, Oliveira Lima queixava-se do que considerava indiferença e mesmo inveja de seu chefe da repercussão na Europa de sua atividade cultural, como na correspondência ao amigo Joaquim de Souza Leão: “o Barão desdenha das conferências [na Sorbonne], coitado! Com o que só prova a sua decadência. Nada há de pior do que a inveja senil” (apud GOUVÊA, 1976, p. 902).

No campo da atividade diplomática padrão, concluiu, em 1909, as negociações com a Suécia para um Convênio de Arbitramento bilateral, o qual julgou, dentro do espírito de sua concepção da diplomacia, perfeitamente inútil, dada a ausência de um tratado de natureza econômico-comercial entre os países. Passa igualmente a condenar em público a corrida armamentista com a Argentina, no célebre confronto de Rio Branco com Estanislao Zeballos, referindo-se ao Barão ironicamente como o “nosso Bismarck”.

No ano seguinte, Oliveira Lima irá envolver-se com intensidade e entusiasmo, inéditos na sua vida pública até então, na política doméstica brasileira, o que trará novos e graves desdobramentos

negativos para sua carreira diplomática. Trata-se do apoio ao candidato presidencial e líder do movimento civilista, Rui Barbosa, na famigerada campanha contra o marechal Hermes da Fonseca, apoiado pelo Barão e pela articulação oligárquica comandada por Pinheiro Machado. Comentava-se então que, eleito Rui, Oliveira Lima seria o sucessor de Rio Branco no Itamaraty.

O seu entusiasmo civilista, que mais tarde chamará de “meu credo político”, associado pouco depois ao princípio de rumores sobre seu monarquismo Rui Barbosa a partir de artigo elogioso à figura de D. Luiz de Orleans e Bragança, tido como articulador de um virtual movimento restauracionista, com quem se encontrara por ocasião da Exposição Universal e Internacional na Bélgica – serão fatais para seu afastamento definitivo da carreira. De resto, na referida Exposição, o chefe da Legação brasileira tivera igualmente de haver-se com a visita do presidente eleito, Hermes da Fonseca, a qual conduziu dentro do melhor protocolo, sem escapar, todavia, de acusações no Brasil quanto a uma possível frieza inadequada, e mesmo desrespeitosa, para com o marechal.

Para complicar ainda mais sua situação na carreira, Oliveira Lima, e sua pena incontinente, envolve-se em novo confronto direto com o Barão, em meados de 1911, quando o historiador-diplomata toma as dores, via imprensa, do colega Gabriel de Piza, ministro em Paris, que envolvera-se em enfrentamento com o chanceler. Piza, aliás, faria brevemente as pazes com o Barão, restando as consequências mais duradouras do *affair* nas costas largas do D. Quixote de Parnamirim.

É assim que, nas palavras de Maria Theresa Forster, “em momento particularmente sombrio da relação com o chanceler” (FORSTER, 2011, p. 48), Oliveira Lima recebe a notícia da morte deste, em fevereiro de 1912. Dedicar-lhe então artigo elogioso, embora sóbrio e sem esquecimento das desavenças passadas (GOUVÊA, 1976, p. 940).

Doente e, talvez, já sem esperança de obter um posto de primeira grandeza na carreira, o diplomata de Pernambuco recebe bem a notícia da nomeação do amigo catarinense Lauro Müller para a chefia do Itamaraty, mas consolida a decisão de requerer aposentadoria por motivo de saúde, o que lhe facultava então a lei, já tendo atingido os vinte anos de carreira. O novo ministro, planejando finalmente recompensá-lo com a sempre desejada Legação em Londres, ignora os termos do pedido, concedendo nova licença para tratamento. É assim que, em setembro de 1912, os Lima deixam Bruxelas rumo aos Estados Unidos.

Oliveira Lima fora convidado pelo amigo John Casper Branner, vice-presidente da Universidade de Stanford, para uma série de conferências naquele país, as quais se desdobram em várias outras universidades norte-americanas de primeira importância, como Yale, Harvard, Cambridge e Columbia, o que seria a base para a inserção do historiador brasileiro na vida universitária norte-americana. Em *O Estado de São Paulo*, Oliveira Lima publica na ocasião as *Cartas dos Estados Unidos*, série de artigos com impressões de sua volta ao país de Washington. O trabalho das conferências aparece reunido em 1914, sob o título *Evolução Histórica da América Latina Comparada com a da América Inglesa*.

UMA ÚLTIMA PASSAGEM ESCANDALOSA PELO RIO, APOSENTADORIA E EXÍLIO VOLUNTÁRIO

No final de 1912, retornava Oliveira Lima ao Rio de Janeiro, para mais uma estada rumorosa na capital da República, desta feita a última como diplomata. Na chegada, o historiador chega a surpreender-se com a quantidade de repórteres, de praticamente todos os grandes diários cariocas, que, à americana, no cais do porto, atropelavam perguntas que exigiam respostas ágeis de um

Oliveira Lima que já se considerava praticamente aposentado, desconhecedor que estava das intenções de Lauro Müller que, de resto, contava com seu voto para ingressar na Academia Brasileira de Letras.

É em meio à recepção, tão calorosa quanto atribulada, que Oliveira Lima dará a célebre resposta à *Gazeta de Notícias*, jornal de estilo americanizado de João do Rio, atestando sua simpatia pelo sistema monárquico comparativamente ao republicano e confirmando suas relações pessoais com D. Luiz, bem como as apreciações positivas quanto ao príncipe, o que cai como uma bomba nas manchetes cariocas. Imediatamente estouram os boatos de que Oliveira Lima retornava ao país para, em nome de D. Luiz, reorganizar o partido monárquico e liderar o movimento de restauração. O desmentido dado ao jornal *O Imparcial*, negando as ligações partidárias com o monarquismo, mas confirmando a simpatia teórica, bem como as antigas convicções civilistas, não apaga o fogo lançado em torno ao D. Quixote, antes atíça as labaredas. Teria razão Américo Jacobina Lacombe ao afirmar que “toda a intriga contra Oliveira Lima se fez em torno de dois pontos: o seu monarquismo e seus ataques à *carreira*” (LACOMBE, 1968, p. 14).

É em meio a esse fogo que Lauro Müller arrisca-se a enviar ao senado de Pinheiro Machado – então prevenido contra uma possível candidatura à presidência do ministro – a apreciação da transferência de Oliveira Lima para Londres. Diante do escândalo jornalístico, o senador gaúcho exige uma declaração formal de lealdade republicana do diplomata, que se nega a fazê-lo. Segue-se uma campanha extremamente agressiva contra a designação, que atinge duramente o plano pessoal – ironicamente liderada pelo jornal de Edmundo Bittencourt, que, anos antes, publicara, a convite, os famigerados artigos sobre a Reforma Diplomática.

É assim que, em sessão secreta, a 4 de julho de 1913, o senado da República desaprova a indicação de Manoel de Oliveira Lima para a Legação londrina. Em agosto, o diplomata-historiador, embaçado em laudo médico que aponta obesidade e litíase renal, requer aposentadoria por invalidez. Oliveira Lima publicaria suas impressões a respeito deste último *affair* na carreira no folheto *O Meu Caso*, ainda em 1913.

Retirado para a vida privada, Oliveira Lima reside inicialmente na *sua* Londres, onde se encontrava então a maior parte da vasta biblioteca que colecionara ao longo da vida, assistindo ao princípio da Primeira Guerra na Alemanha, em tratamento médico. Não escapou então o D. Quixote Gordo de nova intriga em torno à sua germanofilia que, alimentada pelos artigos de ardorosa defesa do pacifismo que vinha publicando, acabam por inviabilizar sua residência na capital do império britânico, de onde sai, para não mais retornar, em setembro de 1915, novamente em direção aos Estados Unidos para novo ciclo de conferências em Harvard.

Passaria no seu Pernambuco os anos entre 1916 e 1920, quando entra em contato com os jovens estudantes e a nova geração de intelectuais de seu estado, com destaque para o adolescente Gilberto Freyre e Assis Chateaubriand. Realiza bem-sucedido ciclo de conferências na Argentina, em 1918-19, que seria a base para novo livro de impressões, *Na Argentina*, lançado em 1919.

Em 1920, viria a decisão da mudança definitiva para Washington, baseada no aceite ao convite da Universidade Católica para uma cátedra no curso de Direito, bem como no custeio da transferência e do abrigo, negociado desde 1916, da biblioteca e da coleção monumentais de Oliveira Lima (LEÃO FILHO, 1968; LEAL, 2004), que se tornará referência mundial para estudos ibéricos e brasileiros na capital norte-americana.

Nas palavras de Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2005), a casa dos Lima em Washington, magistralmente descrita pelo gênio antropológico de Gilberto Freyre (FREYRE, 1968), constituiria “um endereço que se torna um salão brasileiro nos EUA durante os anos 1920, sendo frequentado por intelectuais americanos e de outras nacionalidades, além de ser local de hospedagem para brasileiros” (apud FORSTER, 2011, p. 56). Em muitos sentidos, se retivermos a visão de Oliveira Lima sobre diplomacia como meio de difusão cultural, a casa do 3536 13th Street terá sido uma verdadeira embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

“Aqui jaz um amante dos livros”, faria o D. Quixote de Parnamirim, falecido na manhã de 24 de março de 1928, esculpir em lápide anônima de campa rasa do cemitério de Mount Olivet, Washington, feita de boa pedra vinda de Pernambuco. Deixou o diplomata brasileiro igualmente expresso em testamento o desejo de não ter seu corpo removido em mais uma e última viagem, assim como a recusa de qualquer distinção póstuma por parte do governo brasileiro. Dona Flora, “a viúva trágica”, na expressão de Gilberto Freyre, permaneceria até sua morte, em 1940, guardando a casa e os manuscritos do sempre *seu* Lima. Os esforços da grande dama vitoriana-pernambucana permitiriam a publicação póstuma de *D. Miguel no Trono*, em 1933, e das inacabadas *Memórias – Estas Minhas Reminiscências*, em 1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Bernardino da Cunha F. “O Japão na Visão de Oliveira Lima”. *Revista Intellectus*. Ano 05, Vol. II, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a Diplomacia Brasileira no Início da República”. *Historia Actual Online*, num. 19, 2009.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Ago-Set 1903.

FORSTER, Maria Theresa D. *Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil: o Legado de um Pioneiro e sua Relevância para a Diplomacia Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

_____. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

GOMES, Ângela de Castro. *Em Família: a Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 3 Vs., 1976.

LACOMBE, Américo Jacobina. “Oliveira Lima: o Diplomata”. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Centenário de Oliveira Lima*. Imprensa Nacional, 1968.

LEAL, Maria Angela. “‘Longe da pátria, mas sem a esquecer’: print and non-print collections at the Oliveira Lima Library”. Campinas, *Remate de Males*, num. 24, 2004.

LEÃO FILHO, J. de Souza. “Oliveira Lima, o Colecionador”. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Centenário de Oliveira Lima*. Imprensa Nacional, 1968.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Oliveira Lima: sua Vida e sua Obra*. In: OLIVEIRA LIMA. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1894.

_____. *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1896.

_____. *Nos Estados Unidos*. Impressões Políticas e Sociais. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

_____. *O Reconhecimento do Império*. História Diplomática do Brasil. Paris, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

_____. *No Japão*. Impressões da Terra e da Gente. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1903.

_____. “Relação dos Manuscritos do Museu Britânico de Interesse para o Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1 vol., 1903.

_____. “Elogio de F. A. Varnhagen”. Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras. Ed. do *Jornal do Comércio*, 1903.

_____. *Pan-Americanismo*. Bolívar-Monroe-Roosevelt. Paris, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

_____. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. do *Jornal do Comércio*, 1908.

_____. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa: Comp. Editora, 1908.

_____. *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1911.

_____. *Evolução Histórica da América Latina Comparada com a da América Inglesa*. Paris: H. Garnier, 1914.

_____. “O Meu Caso”. Rio de Janeiro, folheto, 1913.

_____. *Na Argentina*. Impressões de 1918-19. São Paulo: ed. Weiszflog Irmãos, 1919.

_____. *Dom Miguel no Trono (1828-1833)*. Coimbra: Ed. da Imprensa da Universidade, 1933.

_____. *Memórias*. Estas Minhas Reminiscências. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1937.

_____. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Liv José Olympio Editora, 1953.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru, São Paulo: EDUSC-FAPESP, 2001.

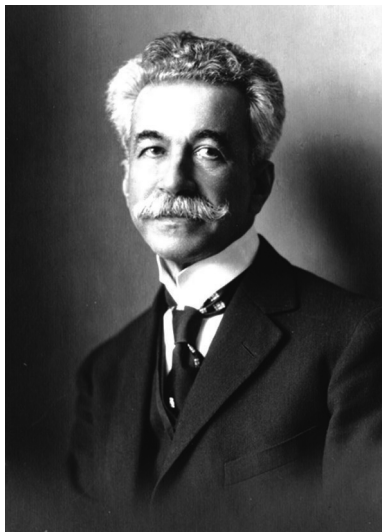
_____. “O Diário de Flora”. Campinas, *Remate de Males*, num. 24, 2004.

_____. “Diplomacia e Letras na Correspondência Acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”. *Estudos Históricos*, num. 24, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. “Oliveira Lima e a Nossa Formação”. In: COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2002.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.





DOMÍCIO DA GAMA

Domício da Gama nasceu em 23 de outubro de 1861 em Maricá e faleceu no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1925. Filho de Domingos Affonso Forneiro e Mariana Rosa do Loreto, foi escritor, jornalista, membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Foi amigo de Raul Pompéia, João Capistrano de Abreu, Eça de Queiroz, Eduardo Prado e o Barão do Rio Branco. Com este iniciou os trabalhos na seara diplomática através do Serviço de Imigração do Ministério da Agricultura. Também secretariou Rio Branco nas missões de Palmas, Guiana Francesa e Acre. Serviu nas Legações de Bruxelas e Londres. A partir de 1903 serviu no Gabinete de Rio Branco até ser promovido e removido para Lima. De lá serviu na Legação de Buenos Aires e representou o Brasil na 4ª Conferência Internacional Americana. Foi o segundo embaixador nomeado da história do Itamaraty e seguiu para os Estados Unidos da América onde serviu entre 1911 e 1918. Neste país, além de haver sido um servidor atento, participou das mediações no caso

por ocasião da Revolução Mexicana. Nomeado para a chancelaria em 1918, desenvolveu um papel fundamental para a inclusão do Brasil entre os oito membros do Conselho da Liga das Nações. Em 1919 substituiu Rui Barbosa na presidência da Academia Brasileira de Letras. Em julho do mesmo ano exonerou-se da pasta de Relações Exteriores para chefiar a Embaixada em Londres, onde permaneceu até 1924 quando foi posto em disponibilidade. Faleceu em 8 de novembro de 1925 no Copacabana Palace.

DOMÍCIO DA GAMA: A DIPLOMACIA DA ALTIVEZ

Tereza Cristina Nascimento França

Domício da Gama nasceu em Maricá em 23 de outubro de 1861¹. Filho do português Domingos Affonso Forneiro e de dona Mariana, teve seis irmãos: Maurício, Maria Agnelle, Antônio, Domingos, José e Sebastião. Seu pai tinha três crenças para os sete filhos. A primeira era que eles deveriam fazer seus próprios nomes ao longo da vida, daí os sobrenomes diferentes: Forneiro, Faustino e da Gama. A segunda era relativa aos estudos. Forneiro estabeleceu que Maurício e Antônio seriam médicos, “para serem respeitados pelos fazendeiros ricos”; Domingos e José, advogados, “para ganharem sempre nas questões de terras e impostos”, e Domício e Sebastião, engenheiros, pois deles “muito precisava o

1 A data de nascimento citada tanto nas fichas do IHGB quanto em Alberto Venâncio Filho é a de 23 de outubro de 1862. O dicionário biobibliográfico de Argeu Guimarães aponta o ano de nascimento para 1863. No entanto a lápide do túmulo de Gama consta como 23 de outubro de 1861, sendo assim a mais próxima da atestada no livro de Batismo da Matriz de Maricá, Livro nº. 4, folhas 19 e 19º verso, segundo a qual ele teria nascido em outubro de 1861. In: FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self made nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Brasil, tão grande, nu e atrasado”². Por fim, em caso de reprovação na escola teriam uma segunda chance, mas se houvesse recorrência teriam a mesada cortada e duas escolhas: retornar à casa paterna e à enxada, ou abrir caminho sozinhos na vida.

Aos 16 anos, Domício alimentava uma vocação para a literatura. Seus contos de 1878 retratam dúvidas religiosas, além de insatisfações com os desejos do pai para seu destino. Na Politécnica, Domício “aguentou até o fim do primeiro ano, no segundo passou raspando e no terceiro foi um fracasso completo e definitivo. Reprovação vergonhosa e inapelável”³. Em sua segunda tentativa, aos dezoito anos, ele pouco apareceu na Politécnica por já estar entretido com o Grêmio Literário Jardim de Academus, uma sociedade formada por vinte sócios que falavam em reformar o mundo e, para tal fim, estudavam política, religião e arte, fisiologia e gramática e poesia. As reuniões semanais ocorriam nos fundos do segundo andar de um prédio que dava para oficinas *d’A Gazeta de Notícias*, jornal carioca surgido em 1875. Domício, mais tarde, afirmaria que ali fez um voto de bandear-se da matemática para a literatura. No fim do ano, apesar de reprovado e sem mesada, conseguiu se livrar da enxada ao conseguir com Ferreira de Araújo, editor *d’A Gazeta de Notícias*, e uma vaga como contista na *Sétima Coluna*. Colaborando naquele periódico, veio a travar contato com duas grandes influências em sua vida pessoal e profissional: Raul Pompéia e João Capistrano de Abreu. Abandonou a Politécnica, mas não largou os estudos. Empenhou-se na tarefa de fichar autores clássicos, estudar francês, participar de discussões literárias, além de refletir acerca de um método experimental de literatura e, além de contista, tornou-se professor de geografia em colégios particulares do Rio de Janeiro. Aos 24 anos, chegou a

2 Diário de Maria Luiza Frederica Ave Precht de Mesquita, sobrinha de Domício da Gama. In: GAMA, Domício da. *Contos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. p. XIX.

3 Idem.

prestar concurso para o cargo de oficial de secretário da Biblioteca Nacional, ficando em segundo lugar.

Escolhido por Ferreira de Araújo para cobrir para o seu periódico a Exposição Universal de Paris, Domício tomou o vapor para Paris, carregando na bagagem cartas de apresentação de Capistrano e do próprio Ferreira de Araújo para Eduardo Prado e o Barão do Rio Branco. Na escala do vapor em Londres, conheceu Eça de Queiróz. Em Paris apresentou-se à porta de Eduardo Prado para entregar as cartas de apresentação. Este, após ler a carta, gritou para a sala ao lado: “Juca, não tenhas medo: é um rapaz amigo do Araújo que chega do Rio”. Apareceu então Rio Branco que entrou resmungando: “Pensei que fosse algum cacete...”⁴. O primeiro encontro foi rápido e cerimonioso. Enquanto Rio Branco somente observava, Prado pediu-lhe que aparecesse de vez em quando para dar notícias. Dias mais tarde, quando Domício passava pelo Champs Elysées a caminho da Place de la Concorde, descobriu Prado e Rio Branco em meio a uma multidão. Prado o chamou para juntar-se a eles e, a partir daquela noite, tornaram-se amigos. Domício iniciou assim um período de boemia, estudos, livrarias, restaurantes e conversas na biblioteca de Eduardo Prado.

Quando Eça de Queiróz e família passaram a residir em Paris, na rue de Neuilly, Domício passou a frequentar a casa e a ver a família como seu ‘agasalho’. Segundo ele, se Rio Branco o fizera diplomata, Eça o fizera um escritor. Enquanto o convívio com os Queiróz o imergia na literatura, a diplomacia entrou na vida de Domício pela via de um convite de Rio Branco para desempenhar-se como secretário na Superintendência-Geral de Emigração, repartição do Ministério da Agricultura cuja função principal seria a de fazer propaganda do Brasil. Ficou no cargo entre 27 de agosto

4 LYRA, Heitor. *Memórias da Vida Diplomática* – coisas vistas e ouvidas – 1916-1925. Secretaria de Estado e Embaixada em Londres. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972, p. 227 a 233.

de 1891 e 28 de fevereiro de 1893, quando saiu para compor a missão especial de arbitramento em Washington, também a convite de Rio Branco.

DOMÍCIO E AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

A República recebeu do Império uma nação praticamente sem fronteiras, exceto pelos acordos com o Peru (1851) e a Bolívia (1867). Todas as tentativas de fixar limites com a Argentina, ocorridas a partir de 1857, não encontraram uma solução que ajuizasse um acordo. A última tentativa de negociação realizada no Império, em 7 de setembro de 1889, havia previsto uma decisão arbitral em prazo de noventa dias. O primeiro chanceler da República brasileira, Quintino Bocaiúva, no afã de resolver o problema rapidamente, assinou com o seu contraparte argentino, Estanislau Zeballos, um tratado pelo qual o território contestado seria dividido ao meio. A reação negativa da opinião pública e a subsequente recusa do tratado pelo Congresso brasileiro levou a controvérsia adiante, ou seja, à arbitragem do presidente norte-americano Groover Cleveland.

A chefia da comissão demarcadora brasileira ficou a cargo de Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, o Barão Aguiar de Andrada, que chegou a viajar para Washington e iniciar os preparativos para a missão, mas faleceu inesperadamente em 28 de março de 1893. No dia seguinte, Rio Branco foi convidado para ser o negociador plenipotenciário da missão. À equipe, já formada pelo general Dionísio Cerqueira, como segundo plenipotenciário; Olinto de Magalhães e Domingos Olímpio, segundos secretários e almirante Cândido Guillobel como auxiliar técnico, Rio Branco solicitou a adição de Domício da Gama como terceiro secretário e o professor inglês Charles Girardot como tradutor.

Rio Branco impôs à missão o lema mãos à obra lentamente o que exigia dedicação absoluta ao trabalho, e silêncio sobre o que se fazia. Às vésperas da entrega da memória, a equipe foi dividida entre corretores e revisores do texto, enquanto Rio Branco furava e costurava as páginas. O ritmo do trabalho causou sérios problemas de saúde à Domício, que sofreu ataques de uremia. Mesmo assim ele permaneceu na revisão das provas das duas da tarde às seis horas da manhã seguinte. Em 6 de fevereiro de 1895 foi noticiada a decisão do laudo arbitral, a favor do Brasil. O resultado repercutiu atos públicos pelo país inteiro. A República havia resolvido a pendência lindeira em que o Império havia falhado.

Domício da Gama havia ficado encarregado de organizar os livros, manuscritos e mapas de Rio Branco e ainda estava às voltas com esta tarefa quando outro problema de fronteiras se acirrou: a questão da Guiana Francesa, ou do Oiapoque. No rastro da vitória em Palmas, o nome de Rio Branco foi naturalmente apontado para a composição da equipe que cuidaria do novo desafio. Dessa vez, os seus pedidos de nomeação de Domício da Gama e Raul Rio Branco para a missão emperraram nos trâmites do então chanceler Dionísio Cerqueira, que nutria ressentimento por Rio Branco haver assinado a memória de Palmas e recebido créditos completos. Com isso, a nomeação de Domício saiu apenas em 22 de dezembro de 1898, já sob o mandato de Olinto de Magalhães.

O lado literato de Domício seria realçado em 1897, quando ele foi eleito para a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras. Domício se disse encabulado com a escolha, feita em detrimento de outros mais velhos, como Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu e o próprio Rio Branco⁵. Comentou que os amigos que se lembraram do seu nome e votaram nele “se esqueceram de me explicar o que

5 Domício recebeu treze votos enquanto Rio Branco apenas sete. FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self made nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 91.

vai fazer a sociedade para cuja composição me fizeram a honra de escolher”⁶. Para patrono de sua cadeira, escolheu Raul Pompéia, homenageando assim o amigo, que havia abreviado a própria vida dois anos antes.

O chamado da Academia o fez lembrar-se do voto feito quando jovem, no Jardim Academus, sobre a importância da literatura em sua vida. Mas como conciliá-la com a atribulada vida diplomática?

Durante os cinco anos da missão da Guiana Francesa, Gama se dividiu entre cópias, traduções e viagens. O ritmo de trabalho, bem como o difícil relacionamento de Rio Branco com o negociador plenipotenciário do caso, Gabriel de Toledo Piza incidiu negativamente nos ânimo dos membros da missão. Perto dos quarenta anos, Domício queixava-se de que suas tarefas não tinham utilidade e buscava uma razão de vida. Nesse estado de espírito, Olinto de Magalhães o chamou para fazer um exame escrito, de maneira a qualificar-se para a carreira diplomática.

Joaquim Nabuco e Rio Branco se amofinaram com a iniciativa de Olinto, que decerto estava ciente de um decreto, então tramitando no Congresso, que previa a entrada de Rio Branco e seus auxiliares no quadro diplomático, sem concurso. Nabuco chegou a pleitear junto a Olinto que Domício fosse nomeado para o cargo de primeiro secretário da Legação em Londres, ou fosse mandado para algum outro posto como Encarregado de Negócios. Argumentava que os seus serviços se diferenciavam dos demais secretários, visto haver começado sua carreira há mais tempo. O decreto que tramitava no Congresso previa não somente o reconhecimento do tempo de serviço dos que se encontravam na posição de Domício, mas também lhe davam preferência para as primeiras nomeações.

6 Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27/2/1897. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 235.

Apesar de não se sentir à vontade com a situação, Domício partiu para o Rio de Janeiro. Lá, além de fazer o exame, aproveitou para articular apoio ao projeto em tramitação no Congresso, algo que Olinto não havia feito, e também para trabalhar na possibilidade de aumento da ajuda de custo para Rio Branco, na questão da Guiana Francesa. Após os exames escritos, Olinto decidiu deixar Domício naquela missão, mantendo o posto em Londres. Não o promoveu, porém, ao nível de primeiro secretário, conforme sugerira Nabuco. Alegando falta de vagas, nomeou-o segundo secretário, deixando de reconhecer os seus sete anos de antiguidade e, na prática, rebaixando-o ao cargo para o qual havia sido nomeado em 1893.

Com o final da missão finalmente se avizinhando, Domício preocupava-se com o incerto destino de Rio Branco e intercedeu junto a Tobias Monteiro, que era próximo ao presidente Campos Salles, pela nomeação de Rio Branco para Lisboa, conforme desejo deste, e pediu também que Nabuco falasse com José Carlos Rodrigues sobre a situação embaraçosa na qual o Barão se encontrava. Em contrapartida, Rio Branco escreveu a Olinto comunicando não somente a finalização dos trabalhos da missão, mas fazendo elogios às qualidades pessoais de Domício e ao seu trabalho.

Com a decisão arbitral favorável ao Brasil, o Congresso brasileiro concedeu a Rio Branco uma dotação anual de 24:000\$000 e um prêmio de 300:000\$000. Justo nesse momento, a lei sobre a oficialização da carreira diplomática foi aprovada. Por meio dela, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Magalhães de Azeredo entraram oficialmente na carreira. Como a lei previa o reconhecimento retroativo do tempo de trabalho nas missões, Domício tinha a esperança de ser promovido a primeiro secretário. Mas Olinto exonerou-o do cargo em Londres e o removeu para a legação na Santa Sé, não como primeiro, e sim como segundo

secretário. Olinto ainda mexeria com ele uma terceira vez, consultando-o sobre uma possível ida para Roma em agosto de 1901, e subitamente removendo-o para Bruxelas, ainda como segundo secretário, não obstante seu tempo de serviço e o fato de arcar naquela legação com as responsabilidades de um Encarregado de Negócios.

A paradoxal situação aumentava o desgosto de Domício com a carreira e o impedia de melhorar seu salário. Na época, chegou a pensar em aposentadoria⁷, mas acabou resolvendo investir dois mil francos na publicação de seu livro *Histórias Curtas*, para ver se lhe daria retorno financeiro. Ficaria depois profundamente aborrecido com a notícia de que a publicação não havia tido vendagem alguma, pois a *Gazeta de Notícias* o distribuía de graça.

NUANÇAS DE UM CONVITE

No início de julho de 1902, o presidente eleito, Rodrigues Alves, convidou Rio Branco para a pasta das Relações Exteriores. O convite apelava para o patriotismo de Rio Branco, e Domício da Gama discordou daquele tipo de apelo: “é a maneira mais pérfida de forçar a decisão de um homem, que, embora não queira, é figura nacional”⁸. Julgava que a chefia do ministério seria para Rio Branco ato de “puro sacrifício. Decerto ele se arrependerá muitas vezes de ter aceitado a empreitada, mas não deixará por isso de trabalhar para levá-la a cabo”. Por outro lado, a aceitação não deixaria de ser “um grande bem, não somente para nós todos, como para o serviço público”, pois “é de esperar que se renove a

7 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Bruxelas, 21/1/1902. ABL, AGA 10.3.13.

8 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Bruxelas, 16/7/1902. ABL, AGA 10.3.13.

boa linha, que se defina o programa da política do Itamaraty”⁹. Um mês depois, Rio Branco ainda estava indeciso e Domício o incitava a tomar uma decisão, qualquer que fosse ela: “Essas suas agonias desapareceriam ante a necessidade de agir”¹⁰.

Após a anuência de Rio Branco a Rodrigues Alves, Domício continuou em Bruxelas. O seu desejo era poder colaborar com Rio Branco, mas de longe, “no Peru, na Bolívia, em Washington”¹¹. Capistrano de Abreu alertou-o, porém, de que Rio Branco desejava não somente promovê-lo, mas também buscá-lo. Ao receber um telegrama de Rio Branco confirmando tal desígnio, Domício se sentiu atraído pela possibilidade. Admitia que “vai sendo a minha paixão que me faz sonhar de noite, que me entretém de dia, tão absorvente como uma pena ou um grande desejo contido”¹². Temia, contudo, que aceitar, nas suas condições, fosse um erro. Numa carta, expôs suas incertezas a Rio Branco: “Para aproveitar do impulso que o Sr. me deu, sem arriscar-me a passar afinal por simples satélite seu, seria preferível que eu continuasse essa colaboração cá fora, talvez mais proveitosamente para o serviço público e para nós dois”¹³.

Acabou por aceitar o convite. No dia seguinte, saía a ansiada promoção a primeiro secretário. O Decreto Legislativo nº 754, de 31 de dezembro de 1900, determinava a contagem do seu tempo como segundo secretário de Legação desde 31 de dezembro de 1895, bem como a contagem da antiguidade no posto de primeiro secretário a partir de 22 de novembro de 1898. A expectativa de

9 GAMA, Domício da. Carta a Sylvino Gurgel do Amaral, Bruxelas, 28/07/1902. AHI, ASGC. Lata 346, Maço 3, Pasta 31.

10 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, Bruxelas, 16/8/1902. AHI, APBRB. Parte III(34). Lata 824 Maço 2.

11 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Bruxelas, 5/10/1902. ABL, AGA 10.3.13.

12 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Bruxelas, 13/1/1903. ABL, AGA, 10.3.13

13 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, Buenos Aires, 3/8/1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

Domício era ficar ao “pé do chefe”, na “posição de um filho que tem de esperar a melhor oportunidade para pedir um serviço para outro”¹⁴, mas esperaria pela vaga “mesmo deixando preenchê-la, se ele continuar a precisar de mim”¹⁵.

DE VOLTA AO BRASIL

Rio Branco despachava de tempos em tempos, acompanhando o expediente de modo superficial. Domício dizia que quando se falava em “outra coisa que não seja Acre, ele se escuda com a obrigação mais urgente: que tem que terminar o seu relatório anual, que assim tem sido adiado de mês para mês, depois de tê-lo sido de uma semana para a seguinte”¹⁶. Seus planos iniciais de Domício da Gama eram de secretariar Rio Branco no assentamento da máquina da política exterior, ajudá-lo a azeitar suas peças e sair de perto dele. Mas acabou permanecendo na função por quatro anos, dividido entre a rotina do Gabinete, a movimentação do meio diplomático e as negociações do Tratado de Petrópolis.

O seu maior desafio era sair de perto de Rio Branco. Este não levava em consideração os pedidos pessoais de movimentação, a não ser que o interessassem. Domício conseguiu, em agosto de 1904, nomeação para Paris. Chegou a seguir viagem para lá, mas um mês e meio depois Rio Branco chamou-o de volta como adido de apoio ao gabinete, apesar de continuar lotado em Paris. Quatro meses depois, recebeu do Visconde de Cabo Frio o decreto presidencial que o promovia a ministro residente na Colômbia. Ainda assim, Domício não foi deslocado para aquele posto.

14 GAMA, Domício da. Carta a Joaquim Nabuco. Bruxelas, 25/1/1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

15 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Petrópolis, 19/3/1903. ABL, AGA 10.3.13.

16 GAMA, Domício da. Carta a Graça Aranha, Petrópolis, 28/1/1904. ABL, AGA 10.3.13.

Havia uma vaga aberta em Lima, posto este importantíssimo para Rio Branco haja vista a questão limdeira com o Peru. A chefia da legação foi concedida, em 14 de novembro de 1902, a Manuel de Oliveira Lima, que não se apressou para assumi-la. De fato, ao deixar o Japão, Oliveira Lima fez uma viagem que foi chamada por Almeida de “the longest diplomatic transfer, ever”¹⁷, ainda que estivesse ciente não somente da urgência da posse quanto da relevância do posto para o chanceler. Afinal, Domício da Gama foi designado para o Lima, aonde chegou em 13 de dezembro de 1906, ou seja, no início do segundo mandato de Rio Branco.

ASSUMINDO UM POSTO

Em 2 de abril de 1907, Domício da Gama aportou em Lima levando ordens de apresentar ao governo local uma proposta de reconhecimento do limite oriental do Peru. Sua atuação foi, porém, além das instruções, dedicando-se a amenizar o duro tom dos jornais contra o Brasil. Dois meses depois de sua chegada já relatava a Rio Branco o resultado de seu trabalho: “há já algumas semanas nenhum adjetivo acerbo aparece manifestando rancor ou simples malevolência contra nós”. Nas aulas de espanhol com um frade agostiniano, deu-se conta de que a sociedade peruana desconhecia os escritores brasileiros. Ao saber que a Biblioteca Nacional de Lima ainda se refazia do saque feito pelos soldados chilenos durante a ocupação da cidade, iniciou um trabalho de recuperação da mesma, pedindo aos amigos literatos que lhe enviassem livros.

Após observar um desfile militar, Domício escreveu a Rio Branco um ofício reservado, em que recomendava a nomeação de adidos militares para as três legações da América do Sul “que

17 CARDIM, Carlos Henrique; FRANCO, Álvaro da Costa. (orgs). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 251.

mais nos interessam conhecer”¹⁸. O perfil dos adidos deveria ser cuidadosamente avaliado, pois precisariam reservar-se sem parecerem reservados, e serem sociáveis sem intimidades. Rio Branco anotou e prometeu uma resposta, mas não o fez. A intuição de Gama, sobre a conveniência de adidos navais e militares somente viria a tomar corpo com o regulamento Nilo Peçanha, em 1918¹⁹.

A cadência das negociações das fronteiras sob Domício da Gama foi pachorrenta. A finalização da questão peruana só viria a ocorrer em 1909, quando Gama já estava na Argentina. Num balanço posterior da sua estadia no Peru, Domício se disse convencido de que conseguira aplainar as arestas no relacionamento dos dois países, pois durante sua estadia não houve nenhuma hostilidade aberta ou desinteresse. O encanto dos peruanos foi atestado por vários veículos da imprensa limenha, como a Revista Actualidades, que chegou a considerá-lo um *diplomático modelo*.

EM BUENOS AIRES

A transferência de Domício para Buenos Aires foi publicada em dezembro de 1907, mas a sua movimentação somente se efetivou ocorreu em maio de 1908, e não sem atribulações. Telegramas de Rio Branco, recebidos durante o trajeto, informavam Domício de que o seu destino seria o Rio de Janeiro e não mais Buenos Aires. De modo concomitante, Rio Branco instruíu a legação em Buenos Aires a consultar o governo argentino sobre a nomeação de um adido naval. Estas incomuns instruções de Rio Branco deviam-se ao aumento de tensão nas relações diplomáticas entre

18 GAMA, Domício da. Ofício reservado ao barão do Rio Branco, Lima, 6/6/1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

19 CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983, p. 242.

Brasil e Argentina, em seguida à ascensão de Estanislau Zeballos, o negociador argentino na questão de Palmas, à chefia da chancelaria argentina, em novembro de 1906.

Dado esse pano de fundo, a viagem de Domício da Gama para assumir o posto em Buenos Aires seria longa e movimentada. Depois de 34 dias de viagem do Peru para o Brasil, os vinte dias passados no Rio de Janeiro foram de intensos estudos e trabalhos junto ao “chefe absorto, *rageur* e atormentado por ocupações dispersivas”²⁰. Não obstante, julgava que a capital argentina seria um posto interessante, mormente pelo desafio de uma “experiência da ação pessoal e gradual da propaganda de cavalheiro brasileiro em um meio francamente hostil”.

No dia 2 de agosto, chegava ele a Buenos Aires em meio a um ambiente de pico da desconfiança argentina para com o Brasil. Devido a isso, num primeiro momento, com base em conversas com Assis Brasil, a quem sucedera no posto, Domício sugeriu a promoção de uma tríplice *entente* Argentina-Brasil-Chile, pois “basta que não seja votada a autorização para os armamentos e um gesto amistoso nosso (a *entente*) promoverá a *détente*”²¹.

A recepção oficial somente ocorreu dezoito dias depois de sua chegada, mas o *Diário* de Buenos Aires o entrevistou logo no dia seguinte de sua chegada. O balanço final do periódico foi que o Brasil havia feito uma boa escolha, visto que as circunstâncias que exigiam alguém direto e não *contradanzas de espadín*. Mesmo assim o ânimo da imprensa não estava amistoso. Domício dizia a Rio Branco que o objetivo de Zeballos era trabalhar para sua candidatura a deputado e aconselhava-o a não alimentar a polêmica, acrescentando que Zeballos tinha mais amigos que inimigos. Enquanto isso, tratava de manter o sangue frio e de buscar os meios para uma conciliação.

20 Carta a Joaquim Nabuco, Buenos Aires, 15/08/1908. Fundaj, CP P252 DOC 5163.

21 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, Buenos Aires, 3/8/1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

Ante a continuação da campanha alarmista de Zeballos, Gama pedia a Rio Branco que intercedesse junto à imprensa brasileira no sentido de evitar o jogo do argentino, cuja finalidade era provocar agitação no Brasil.

O aumento da desconfiança no cenário argentino levou Domício a desaconselhar a continuação da adidância do comandante da marinha brasileira Batista Franco, por ele não ter “podido cumprir sua missão de estudar progressos navais d’este país cujo governo recusou-lhe permissão para visitar portos e estabelecimentos militares”²². Para acirrar mais ainda o cenário político, Estanislau Zeballos lançou críticas nos jornais argentinos acerca do teor de um telegrama que o chanceler brasileiro teria emitido. Envidando esforços no sentido de descobrir o problema, Rio Branco indentificou o telegrama de Zeballos como o seu telegrama enviado à legação brasileira em Santiago do Chile cujo número era nove. A partir daí os esforços foram feitos em ação triangular: Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago. A função de Domício da Gama foi a de buscar junto a Victorino de la Plaza três cópias do telegrama cifrado verdadeiro, contrastando seu texto com o teor da denúncia feita por Zeballos e com uma das supostas cópias que o chanceler argentino circulava. Isto posto, os documentos foram publicados nos jornais platinos, e os debates se dividiram sobre a veracidade de tais instruções.

Domício interpretava que os acontecimentos progrediam favoravelmente, pois os jornais mostravam-se cansados do assunto, enquanto os diplomatas europeus admiravam a paciência brasileira no caso. Sua expectativa era de que o incidente aproximava-se do fim e aguardava um pronunciamento do governo argentino, ou uma palavra cordial de Victorino de la Plaza sobre o caso. Domício

22 GAMA, Domício da. Ofício a Lauro Müller, 18/04/1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

receava, contudo, que de la Plaza usasse a estratégia do silêncio para enterrar o incidente, e assim evitar marolas que pudessem atrapalhar seu projeto de ser indicado à presidência. Durante um jantar no Jockey Club, Gama e de la Plaza tiveram o que Domício chamou de uma hora de discussão acalorada, “levantando eu muito a voz várias vezes”²³. Essa irritação pública, inédita em sua carreira, decorreu da inconformidade de Domício com a atitude do governo argentino, que pretendia dar por encerrado o incidente sem uma explicação formal. O que foi realmente o que acabou por acontecer.

Para Domício da Gama o final do episódio do telegrama número nove não foi satisfatório. Serviu para reforçar o seu argumento de que a franqueza que ele havia utilizado era justificada, pois estava seguro de que falar alto e claro era uma tática que traria bons resultados naquele episódio. Para ele, os argentinos eram impulsivos e mudavam de opinião e de resolução muito rapidamente: “Assim os devemos tratar, gritando quando é preciso, e abaixando o tom quando se admiram de se haver ‘extra limitado’”. Domício não temia um rompimento, pois os interesses conservadores argentinos eram “indiferentes a tudo o que lhes parecesse um simples jogo político, ou mesmo divertimento de ambiciosos e exibicionistas”, porém se levantariam para “reprimir qualquer tentativa ou ameaça de prejuízo para a vida material da nação”²⁴.

Gama também não se abalava com as sugestões de redução dos armamentos brasileiros. “Ao terceiro que me tocou nessa tecla”, dizia, “já respondi com uma quase impaciência que mesmo que nos convencêssemos de que havíamos errado construindo navios grandes, não cederíamos a uma pressão exterior acintosa em

23 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, Buenos Aires 4/12/1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. julho-dezembro 1908, 206.204.

24 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, 22/12/1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2.

matéria de dignidade nacional, e que ninguém pode crer que a lei de armamentos na Argentina seja uma consequência da nossa”²⁵. Diante de boatos acerca de uma possível mediação estrangeira, sustentou que a única opção política possível seria a não admissão de intervenção em assuntos internos. Causava-lhe preocupação a possibilidade de que “o pacifismo ou o americanismo do Nabuco pudesse dar azo a uma mediação americana”²⁶, caso o patamar da discussão alcançasse tais níveis.

EMBAIXADOR NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Com a morte de Joaquim Nabuco em 17 de janeiro de 1910, os jornais na Argentina e no Brasil especularam amplamente sobre quem seria o seu sucessor no cargo. Enquanto o nome de Domício da Gama era visto com agrado pelos argentinos, a imprensa brasileira se dividia. A carreira de Domício da Gama era analisada e suas qualidades ressaltadas, ao mesmo tempo em que surgiam alusões à indicação de Rui Barbosa ou de Oliveira Lima para o cargo.

Em 18 de abril de 1911, Rio Branco informou a Domício que sua nomeação como embaixador nos Estados Unidos da América estava assinada, embora ainda não publicada. A sanção pelo Senado brasileiro ocorreu um mês depois, em 17 de maio de 1911, sem debate e em votação unânime. Aos 49 anos, Gama tornava-se o segundo embaixador (o primeiro havia sido Nabuco) da história do Ministério das Relações Exteriores. Em uma rara demonstração pública de estima, Rio Branco saudou Domício por ocasião de sua partida para os Estados Unidos da América, naquele que acabou por ser também o último encontro pessoal dos dois:

25 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, Buenos Aires, 11/8/1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

26 GAMA, Domício da. Carta a Rio Branco, 22/12/1908. Op. Cit.

Conheci-o ainda na sua juventude, há mais de um quarto de século, já então querido por meu pai e por meus tios, que eram velhos servidores da pátria. Desde esse tempo pude apreciar os belos dotes de seu espírito e do seu coração, e acompanhar com afetuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa como na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoais, e tendo trabalhado nos primeiros anos de sua vida pública, sucessivamente, sob as vistas imediatas de Antônio Prado, Rio Branco e Joaquim Nabuco, a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria²⁷.

A ida para Washington dava a Domício o prazer de encerrar a sua carreira diplomática no mesmo país em que a iniciara. Mas a sua visão dos Estados Unidos da América era diferente daquela de Joaquim Nabuco. A seu ver, o “americanismo de Nabuco” o fazia acreditar que os Estados Unidos da América retribuiriam a amizade com a mesma intensidade. Monroísta assumido, Nabuco interpretava a doutrina como um aviso de boa-fé aos estrangeiros, um interdito possessório que assegurava ao Brasil a possibilidade de dormir profundamente enquanto os americanos ficavam “de vigia toda a noite”²⁸. Para Domício, o sentido de vigiar era entendido de maneira totalmente oposta. Adotava o que ele mesmo chamava de *psicologia da sentinela*, “pois quem vela está atento, e por força, desconfiado”. Venerava o apego ao lar doméstico, que era para ele a extensão do sentimento da pátria, e acreditava que se “tivéssemos nós tempo para ter paciência, moralmente seria esta (o Brasil) a

27 RIO BRANCO, Barão do. Saudação a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 18/5/1911. APBRB. Lata 877 Maço, Pasta 12.

28 JORNAL DO COMMERCIO. O Sr. Joaquim Nabuco e a Doutrina de Monroe, 23/9/1905 apud in: CADERNOS DO CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília: Ano IV - Número 7. 2º Semestre, 2005, p. 266.

terra superior”. Ao contrário de Nabuco, ele dificilmente deixaria um estrangeiro vigiar sua pátria – sua casa – de tão perto.

Domício estudou largamente o que chamou de espírito do povo norte-americano, ou seja, sua tradição política, seus processos governativos, suas manifestações internas e internacionais. Chegou à conclusão de que por ter sido o país formado por tantos povos diferentes, passou a se sentir superior aos demais. Os negócios haviam impellido os norte-americanos a privilegiar a vida material, ampliando individualmente o egocentrismo que veio a se plasmar no próprio egoísmo nacional. Domício entendia que as alianças ou mesmo as manifestações de amizade não lhes chamava a atenção senão por um cálculo de interesse. Nesse sentido cumpriria precaver-se para “quando o interesse americano, seja ele nacional ou simplesmente particular, esteja em conflito com o nosso”²⁹.

Depreendia-o que o ânimo americano estava em plena expansão. A ideia de poder intervir “como irmão maior (*big brother*) na vida política das irmãs intranquilas, para ensinar-lhes como se vive” era uma prática mesmo antes de se firmar como doutrina. “Esta será a doutrina Taft ou Knox, se Roosevelt não reclamar que lhe deem o seu nome”³⁰. Para ele, os Estados Unidos da América não somente estavam crescendo como nação, mas também se mostravam cada vez mais conscientes de seu peso no mundo. Assim, entendia ser uma necessidade e um dever nacional somente ceder aos Estados Unidos da América no que fosse justo e útil. O seu pensamento era que o Brasil deveria se relacionar com os norte-americanos com base nas amostras de consideração efetivamente recebidas, e não em adiantamento a elas. Além do desprestígio, um acomodamento

29 GAMA, Domício da. Carta ao Marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29/12/1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

30 Idem.

poderia levar a um desequilíbrio nas relações bilaterais dos dois países, especialmente pela competição desigual, já que, para Gama, o Brasil era ainda uma nação pequena no sistema internacional.

O pragmático Domício não acreditava em amizades coletivas nem em certos tipos de cooperação, especialmente quando ocorridos entre potências e países fracos. Entendia que, quando posta à prova, quando diante de um choque de interesses, a potência abandonava suas boas intenções e colocava seus poderes em ação. Destarte, a colaboração com a potência deveria estar claramente delineada, para evitar armadilhas ou concorrências viciadas que deixariam os mais fracos expostos a desmandos dos mais fortes. Tratar com independência os assuntos dos Estados Unidos era ainda mais necessário à medida que aumentava o número dos que pensavam que as concessões àquele país deveriam ser feitas indefinidamente. A tendência ao aumento da importância do mercado norte-americano, já consumidor de cerca de 40% de toda a produção brasileira de café e em decidida expansão, após haver obtido o *status* de parceiro comercial do Brasil e recebido favores aduaneiros de 30% para uma série de produtos, exigia a atenção do governo brasileiro. Previa Domício que os norte-americanos sempre teriam novas demandas, que contavam ser prontamente atendidas. “Ora é a isto que convém pôr um paradeiro, se não queremos reduzir-nos a simples província econômica dos Estados Unidos”³¹. Concessões não deveriam ser feitas em troca de interesses políticos, pois quanto mais se concedesse, mais concessões seriam demandadas e as exigências não teriam limite. No entender de Domício da Gama, um país, qualquer país, não deve assumir um comportamento condescendente que possa ser confundido com uma porta aberta à intervenção externa em seus assuntos internos. A seu ver, em política internacional não convém

31 Ibidem.

de modo algum parecer fraco. Não compreender o próprio interesse é também mostrar fraqueza. Dizia que deveríamos mostrar-nos ao mundo como uma *Self Made Nation*, que se desenvolve sem prejuízo do direito alheio, entretendo amizades na mesma linha de nível, cônica de sua responsabilidade, zelosa da sua soberania.

O CASO DO CAFÉ

Nos Estados Unidos, Domicio da Gama mergulharia imediatamente no problema que o café brasileiro enfrentava no mercado local. O principal produto brasileiro tinha uma situação singular: internamente era praticamente todo produzido e financiado pelos fazendeiros nacionais e 90% de sua exportação era realizada por exportadores britânicos, norte-americanos e alemães³². Neste cenário o governo brasileiro era refém das exigências e demandas da burguesia de café, o que se refletia na política conhecida como café com leite. Para sustentar sua superprodução, o excedente do produto era comprado pelo governo dos estados ou pelo governo federal. Sucessivas políticas de valorização eram capitaneadas pelos barões do café com o aval do governo federal. A recessão mundial de 1907 afetou a promessa do governo federal brasileiro de ajudar no levantamento de fundos para o governo de São Paulo que havia iniciado as tratativas de um novo empréstimo com banqueiros alemães. Ao final de 1907, e com a oposição dos Rothschild, o esquema já se mostrava fadado ao fracasso. Sem dinheiro, os paulistas apelaram aos importadores e exportadores de café.

32 TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 73 e 86.

Em dezembro de 1908, o governo de São Paulo concluiu um acordo no valor de quinze milhões de libras com o Banco Schroder, do inglês Henry Schroder, e a Société Générale. Dez milhões do Schroder e cinco da Société; porém, mais tarde a Société vendeu 2 milhões para os banqueiros norte-americanos, J.P. Morgan e First National City Bank. O empréstimo foi garantido pela taxa especial de 3% ouro sobre cada saca de café exportada aos preços do Convênio de Taubaté e pelo valor do café comprado pelo governo paulista. Com o empréstimo, o governo de São Paulo repetiu a ação de 1905, comprando grandes quantidades e retendo uma parte para manter o preço, vendendo a outra para pagamento do empréstimo³³.

Com isso, das cerca de 11 milhões de sacas que foram compradas pelo Estado brasileiro, sendo que aproximadamente 7 milhões estavam armazenadas, à disposição da Comissão Executiva do empréstimo, que seria composta por sete membros: quatro apoiados por Schroder, dois pela *Société Générale* e um pelo governo de São Paulo (Paulo Prado, da casa Prado Chaves). As sacas estavam em Nova Iorque, Havre, Antuérpia, Londres, Roterdam, Bremen, Trieste em Marselha. *Pari passu*, os banqueiros que financiavam as operações sobretaxaram o café e criaram o Comitê da Valorização para coordenar a venda do produto, que era por sua vez controlada pelo comerciante Herman Sielcken. Em fevereiro de 1911, o deputado norte-americano George Norris, alegando perigo de exploração do consumidor norte-americano, entrou com um pedido de informações, tendo em vista a possibilidade de que o Brasil retaliasse, impondo impostos alfandegários. Em vista disso,

33 FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. Op. cit., p. 282. Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27/2/1897. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 235.

o Departamento de Justiça endossou uma série de investigações por parte do Congresso³⁴.

Ao iniciar as conversações com Philander Knox, o secretário de Estado norte-americano, Gama argumentou que a intenção do governo paulista havia sido proteger os fazendeiros contra a baixa gradual dos preços do produto³⁵. Realçou que, apesar da alta de preço de todos os artigos comerciais, os preços do café haviam mantido, especialmente nos Estados Unidos da América, um nível estável por 25 anos. Gama sabia que ele e Knox não concordavam nos fundamentos de suas argumentações, mas defendia que era melhor que Knox soubesse de sua postura política para não evitar excesso de “pretensões conosco ou, pelo menos, para ser cauteloso no apresentá-las”³⁶. Todavia, a maior preocupação de Domício da Gama era com a possibilidade de que o governo norte-americano apadrinhasse oficialmente a causa, o que seria contraproducente para o Brasil, devido à “nossa extrema suscetibilidade tratando com nação poderosa”.

DOMÍCIO DA GAMA E LAURO MÜLLER

Com o falecimento de Rio Branco em 10 de fevereiro de 1912, Lauro Müller assumiu a pasta. Já em 23 de fevereiro, solicitava ele que Domício assuntasse a opinião dos norte-americanos, “com quem desejamos sempre marchar de acordo”, sobre o caso do Paraguai. Apesar de não conhecer Lauro Müller pessoalmente, Domício respondeu no dia seguinte, aconselhando-o a manter a

34 FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. Op. cit., p. 280-285.

35 Carta a Philander Knox, Washington, 19/6/1911. AHI, MDB, Washington, Ofícios abr/dez 1911, 234.1.12.

36 Ofício reservado ao Barão do Rio Branco, Lima, 18/6/1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

liberdade de ação que o Brasil sempre havia tido. Propôs que o novo ministro evitasse pedir conselhos ou buscar a aprovação dos norte-americanos para a política brasileira na América do Sul, “para não abrir caminho a pretensões inadmissíveis, nesse e noutra terreno, como vai sendo tendência”³⁷. Domício consulta se o ministro concorda com sua maneira de pensar e se o autoriza a prosseguir nessa linha. A resposta a essa consulta, porém, nunca chegou. A postura de Müller era a de evitar assuntos relativos ao café.

Gama informou à chancelaria brasileira de que o Ministério da Justiça norte-americano preparava-se para apresentar um parecer sobre a questão do café. Intuía que o governo norte-americano seria rigoroso e receava a instauração de um processo criminal, o que levaria a opinião pública a reclamar contra o produto estrangeiro³⁸. Temia que os rumores da venda judicial do café prejudicassem os negócios, e limitassem a ação dos poderes públicos brasileiros, impedindo-os de reter os produtos e de manter os preços. Tal ação poderia ter uma repercussão imprevisível na lavoura cafeeira brasileira. Em 30 de maio de 1912 Müller respondeu a Domício da Gama autorizando a contratação de um advogado e definindo uma posição sobre o caso: impedir a venda judicial do café.

Apesar de um evasivo Knox, Domício conseguiu arrancar-lhe a promessa de que falaria com o ministro da Justiça. Duas horas depois, Knox ligou para Gama afirmando que o ministro havia se recusado intervir *ex officio* e que o processo somente poderia ser decidido pelo tribunal. Em uma nova visita ao Departamento de Estado, Gama constatou que as intenções eram no sentido de adiamento processual, e não supressão do mesmo. Em vista disso, protestou junto a Knox pelo tratamento inamistoso e injusto e

37 GAMA, Domício da. Ofício ao Barão do Rio Branco, Washington, 31/1/1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios, 1912. 234.1.13.

38 GAMA, Domício da. Ofício a Lauro Müller, 18/1/1913. AHI, MDB, Washington, 234.2.01.

afirmou que trataria do assunto no discurso a ser realizado no banquete pan-americano no Waldorf Astoria. Knox concordou que a atitude do ministro da Justiça havia sido imprudente e que ele mesmo havia protestado junto ao Ministério da Justiça.

Por sua vez, Lauro Müller sustentou o argumento segundo o qual somente o cancelamento do processo interessaria ao governo brasileiro e, caso tal não ocorresse, o Brasil teria direito de reclamar formalmente. Presumindo que Müller e ele estavam trabalhando de modo unísono, Gama partiu para Nova Iorque, passou a noite em Long Island e de lá seguiu diretamente para o banquete no Waldorf Astoria. Com isso, não passou pela embaixada e não leu os telegramas de Lauro Müller e Enéas Martins que instruíram-no a não falar no incidente do café.

O salão de baile do Waldorf Astoria estava lotado de políticos, homens de negócios, embaixadores e ministros latino-americanos. O discurso de quatro páginas de Domicio da Gama veio após o de Philander Knox e tomou a todos de surpresa. Seguindo o conselho de John Barrett, diretor da União Pan-Americana, ele fez o discurso mais memorável de sua vida. Iniciou discorrendo sobre a América do Sul, passando pelos sentimentos de justiça dos cidadãos norte-americanos e retratando a existência de um véu de ignorância por parte deles sobre a América do Sul. De acordo com o *New York Times*, quando a palavra café surgiu “throughout the hall, there were heard whispered words ‘coffee trust, coffee trust’”³⁹. Gama prosseguiu chamando atenção para a necessidade de que o desenvolvimento do comércio levasse as Américas do Sul e do Norte a uma nova era de relações comerciais. Afirmou haver recebido um duro golpe ante o endosso do governo americano a “um tanto arbitrária e inteiramente revolucionária doutrina de pagar a mercadoria dos outros não a preço que eles pedem, mas

39 *New York Times*, 28/5/1912.

ao que os Estados Unidos da América, isto é, os negociantes americanos quiserem pagar por ela”. Concluiu que ao imiscuir-se com propriedade de um Estado estrangeiro e ao admitir que um tribunal de justiça americano determinasse a perda da soberania daquele Estado estrangeiro, o governo dos Estados Unidos cometia um “descuido da consideração devida a um governo amigo que toca os limites da descortesia internacional”⁴⁰.

Somente ao retornar ao hotel, Domício tomou ciência da instrução prévia do chanceler. Respondeu-lhe, então, pedindo que não divulgasse, para não enfraquecer o processo do café. No dia seguinte Müller, afirmou a Domício que o seu propósito era criar uma situação desagradável para os Estados Unidos da América. O discurso teve uma enorme repercussão, tendo sido noticiado de várias maneiras não somente nos Estados Unidos da América como em Buenos Aires e Londres⁴¹. Cinco dias depois, Knox solicitou ao presidente William Howard Taft que acabasse o *coffee suit*, e um mês após o banquete, o Procurador-Geral do caso foi demitido. O discurso de Domício da Gama, somado ao debate interno alimentado pela imprensa levou a procuradoria a reafirmar que o processo era movido contra indivíduos e comerciantes, e não contra o Brasil.

A reação de Müller foi de silêncio. Voltara a não responder aos ofícios de serviço de Gama. Este pedia a Enéas que persuadisse Müller a deixá-lo passar uma Nota pedindo ao governo norte-americano uma definição de sua política comercial. O mutismo de Müller o levava a questionar: “como saber que política estou servindo, se me não escrevem, nem para aprovar procedimentos anteriores?”. Ainda assim Gama persistia em sua posição contra os

40 GAMA, Domício da. Discurso no banquete da União Pan-Americana, Washington, 27/5/1912. Anexo numero 2. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

41 FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. Op. cit., p. 293-297.

excessos dos Estados Unidos da América. Em agosto, Müller fez a primeira tentativa de afastá-lo de Washington sugerindo que seria conveniente que ele fosse ao Japão para os funerais do imperador, juntamente com Philander Knox. Gama respondeu que não era mais possível alcançar o navio de Knox. Seis meses depois do banquete, Müller ainda mantinha o silêncio. Gama recebia notícias de São Paulo via Herman Sielcken e continuava sugerindo em suas correspondências com a Secretaria de Estado que aquele seria o momento de eliminar os favores tarifários concedidos aos norte-americanos, pois a alta do preço do café os impediria de retaliar tributando o produto. Argumentava que a vitória dos democratas na eleição de 1912 tornaria a situação mais fácil para o Brasil, já que ele tinha entre seus melhores amigos alguns próceres daquele partido. Em novembro, Müller fez a segunda tentativa de afastá-lo de Washington, convidando-o para chefiar a Legação Brasileira em Londres. Gama retrucou que sua saída naquele momento traria prejuízos à causa, agradecia a confiança e dizia que nunca havia desejado o posto em Londres. Cabe ressaltar que a proposta, embora honrosa, era para uma Londres que somente veio a ter nível de embaixada em 1918, quando Domício da Gama se tornou ministro de Estado.

A firmeza de Gama era embasada em sua convicção que era preferível comprometer a sua posição pessoal a mostrar fraqueza política ou macular o caráter nacional. Com frequência, tinha que desmentir, em Washington, boatos de que o café seria vendido pelo governo brasileiro e que opor-se a pressões que Müller lhe dizia haver recebido da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro. Tendo Sielcken afirmado que o governo norte-americano não prosseguiria com o processo, Müller asseverou a Edwin Morgan, embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, que as declarações de Sielcken não refletiam o desejo do governo brasileiro. Nessa altura, Gama esclareceu que as indiscrições não partiram dele, e sim

do Ministério da Justiça, que havia se desculpado com a Embaixada, e preveniu o chanceler sobre as notícias tendenciosas que saíam nos jornais e que ele tratava de desmentir. Argumentava ainda que os Estados Unidos seriam os maiores perdedores se a situação perdurasse e, tendo em vista a próxima assunção da administração democrata, o momento seria oportuno para assentar as relações entre os dois países.

Não obstante os conselhos de Gama, quando, em novembro, o embaixador Morgan propôs à chancelaria brasileira a venda das sacas no mercado livre de restrições e em curto prazo (antes ou até de 1º de abril de 1913), Müller aceitou o arranjo, sem consultar Domício, e em janeiro o estoque foi liquidado em Londres. Cabe ainda ressaltar que um mês depois da negociação com Morgan, o Ministério da Fazenda renovou a redução de direitos a determinados produtos de procedência norte-americanas, “anteriormente concedida para os exercícios de 1904, 1906, 1910, 1911 e 1913”⁴². Assim, na grave crise financeira de 1914, concomitante com a guerra mundial, o café do Brasil sofreu graves perdas no valor.

Gama ainda tentou atrair a atenção do chanceler para um provável efeito colateral desta atitude na região: a Argentina, especialmente, poderia se sentir prejudicada. Ressaltou que uma retirada da Argentina da União Pan-Americana seria um golpe no pan-americanismo tão caro aos estadistas e também negociantes americanos. Alertou a Müller de que o representante argentino lhe havia antecipado que a questão das farinhas iria retornar ao debate. Diante do quadro, sugeriu que Müller pleiteasse junto a Morgan a exclusão da farinha de trigo da lista de produtos favorecidos pela tarifa brasileira, e que restabelecesse a redução para 20% para outros artigos. Mesmo sabendo que não seria ouvido, reiterou

42 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, *Relatório*, 1914, v. 1, parte I, p. XX.

sua avaliação de que era necessário um tratamento igualitário recíproco, de uma amizade sem dependência.

Com a ascensão do democrata Woodrow Wilson, a política norte-americana passou a priorizar o esforço de reduzir os preços do café. Essa posição contrariava todo o esforço da embaixada brasileira que, desde 1907, tentava impedir uma política especial sobre o café. Irritado, Domício da Gama desabafou com o amigo José Veríssimo sobre a atitude de negociação de Müller e sobre a inibição de reclamar contra a ofensa recebida: “agora temos uma lei especial contra a entrada do café da valorização nos Estados Unidos da América. Isto foi o que ganhou o Sr. Lauro Müller com a sua negociação sem sucesso: um processo acintoso ainda pendente e um especial contra o governo de São Paulo e o seu café. Não é uma grande diplomacia?”⁴³.

Em março de 1913, Domício recebeu um telegrama em que Müller solicitava que este aproveitasse o início da administração Wilson para expor a situação do café e solicitar maiores facilidades comerciais⁴⁴. Seguindo as instruções, Gama procurou o novo secretário de Estado, William J. Bryan, que lhe pediu um memorando sucinto sobre o assunto. Houve um pesado jogo entre os dois governos acerca da taxação sobre o café por razões fiscais, tendo em vista o aumento da renda do tesouro⁴⁵. Gama insistiu junto a Bryan que a ação obstaculizaria as relações entre os dois países. Em abril de 1913 o processo foi retirado pelo procurador-geral Bryan e encerrado um mês depois. A postura de Domício da Gama foi um contraponto à servilidade em diplomacia e em

43 GAMA, Domício da. Carta a José Veríssimo, Washington, 24 de fevereiro 1913. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. V. 42, Rio de Janeiro, 1933, p. 120 e 121.

44 MÜLLER, Lauro. Telegrama a Domício da Gama, 7/3/1913. AHI. MDB. Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235/4/2.

45 BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república e os anos de apogeu*(1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 377.

pleno momento de expansão da diplomacia do dólar. No entanto, à visão realista de Gama contrapôs-se o servilismo de Lauro Müller. E a ação de Domício no caso do café passou a ser vista como a voz dissonante no meio diplomático brasileiro.

A CONFERÊNCIA DE NIAGARA FALLS

A Revolução Mexicana não teve repercussões profundas no Brasil. O Itamaraty acompanhava o caso através de seu consulado na Cidade do México e de sua embaixada nos Estados Unidos da América. Com o rompimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e o México, o representante consular brasileiro, Cardoso de Oliveira, passou a representar os interesses norte-americanos no país.

Em 9 de abril de 1914 um oficial, e nove marinheiros norte-americanos desacataram autoridades mexicanas, entrando em zona proibida do porto de Tampico que estava sitiado e foram presos. O contra-almirante considerou a prisão um insulto e exigiu o hasteamento da bandeira norte-americana no solo mexicano, acompanhado de 21 tiros de canhão, ato que o então presidente mexicano Victoriano Huerta negou-se a realizá-lo. A reação do presidente norte-americano Woodrow Wilson foi solicitar ao congresso uma autorização para emprego das forças armadas contra o México. Dez dias depois, os norte-americanos ocuparam o porto de Vera Cruz antes que o vapor alemão Ypiranga desembarcasse com material bélico para Huerta. A tensão aumentou e tanto Huerta quanto o primeiro chefe do exército constitucionalista, Venustiano Carranza, consideraram a ação norte-americana como um ato de guerra.

Em 25 de abril, Domício da Gama, juntamente com os ministros Rómulo S. Naón, da Argentina, e Eduardo Suárez Mujica, do Chile,

enviaram uma proposta conjunta de bons ofícios ao secretário de Estado norte-americano William Jennings Bryan. A proposta dos chamados “A.B.C. Powers” foi saudada pelos jornais mexicanos como um meio capaz de restaurar a paz. A iniciativa partira de Suarez Mujica, que chamou dois outros colegas para discutir com o Departamento de Estado a crise mexicana. No dia seguinte, as três chancelarias apoiaram o esforço conjunto de mediação. O historiador Frank H. Severance, coetâneo do caso, observa que com o bloqueio dos portos mexicanos, o bombardeamento das cidades e a invasão do território pelos Estados Unidos da América, “an offer of mediation came like a ray of light through the storm clouds”⁴⁶.

Apesar de a mediação ter sido aceita inicialmente por ambas as partes, o presidente Wilson mudou de ideia. O verdadeiro problema, alegou, era o caos mexicano e assim, antes da negociação, o México deveria apresentar um governo digno de reconhecimento. Os mediadores pediram um cessar fogo tanto a Carranza quanto a Huerta. Carranza redarguiu que o conflito entre os Estados Unidos da América e o México independia da guerra interna e que suspensão das hostilidades só beneficiaria Huerta⁴⁷.

Em março de 1915, o Congresso norte-americano outorgou aos mediadores a Medalha de Ouro, sua maior honraria, pelos seus generosos serviços na prevenção do conflito. De acordo com Stephen W. Stathis, somente dezessete cidadãos não norte-americanos receberam a condecoração⁴⁸. Cabe ressaltar ainda que

46 SEVERANCE, Frank H., ed. *Peace Episodes on the Niagara: Other Studies and Reports (including Severance's essay, "The Peace Conference at Niagara Falls in 1914")*. Buffalo, N.Y.: Buffalo Historical Society, 1914, p. 6.

47 VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana (1913-1915)”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Brasília/Rio de Janeiro: 1980, nº 327, abril/junho, p. 64.

48 STATHIS, Stephen W. *Congressional Gold Medals 1776-2002*. CRS Report for Congress Received through the CRS Web. The Library of Congress, 2002, p. 28.

a mediação mostrou aos países sul-americanos que era possível e era útil trabalhar em conjunto. Em maio os chanceleres dos três países sul-americanos assinariam, em Buenos Aires, o tratado de paz do ABC, comprometendo-se a preservar a paz e a se abster de guerras, encaminhando quaisquer controvérsias a uma comissão imparcial⁴⁹. Este tratado foi moldado com base nos tratados bilaterais de paz de William Jennings Bryan intencionando um “coolingoff period” para disputas internacionais. Dois meses depois Domício da Gama, Naón, Suarez Mujica e Bryan assinaram tratados de paz bilateral entre os respectivos estados em Washington.

Os encontros entre os mediadores, os representantes norte-americanos e os de Huerta em Niagara Falls iniciaram-se em 20 de maio de 1914 e se estenderam por cinco semanas. Carranza não enviou delegados por considerar inaceitável o alargamento do escopo da conferência, visto que, os Estados Unidos da América não tinham o direito de intervir em assuntos internos do México. A posição de Domício da Gama era contrária a qualquer intromissão nos assuntos internos mexicanos, durante o encontro e nos trabalhos posteriores. Lauro Müller avaliava que o Brasil deveria seguir os Estados Unidos da América caso estes reconhecessem um governo no México, mas não deveria influir no estabelecimento deste governo. Gama sustentava que o Itamaraty deveria ter uma política independente daquela dos Estados Unidos da América, pois por maior que fosse a vontade de ajudá-los não “nos ficaria bem acompanhá-los incondicionalmente como verdadeiros satélites em ações que só devem ser promovidas com inteira independência de julgamento e segurança de motivos”⁵⁰. E a opinião interna do Brasil

49 SMALL, Michael. *The forgotten peace: mediation at Niagara Falls, 1914*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2009, p. 132.

50 GAMA, Domício da. Ofício a Lauro Müller, 29/9/1915. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1914 a outubro 1915, 234.2.03.

era mais ligada à posição de Domício do que à de Müller, tendia a opor-se a qualquer atentado contra a soberania mexicana⁵¹.

Durante a reunião pan-americana de 18 de setembro de 1915, Domício assumiu posição contrária à aprovação de projeto de resolução que, a seu ver, violava a soberania mexicana – postura, de acordo com Arthur Link, correta e sensível⁵². Quinze dias depois, em 18 de outubro, foi realizada uma nova conferência entre o secretário de Estado Robert Lansing e os mediadores. Conclui que o partido carrancista era o único que apresentava substancialmente as características cruciais para ser reconhecido como governo *de facto*. Domício foi autorizado pelo governo brasileiro a reconhecer o governo carrancista separadamente, mas no mesmo dia dos demais. No mesmo dia em que recebeu essa instrução, despachou ele um ofício a Müller, aconselhando-o a não acreditar de imediato um ministro junto ao governo carrancista. Ponderava que o Itamaraty reconheceria isoladamente o governo de Huerta como um gesto de pan-americanismo⁵³.

Nos anos seguintes, Domício continuou a acompanhar o caso pelos jornais e também em conversas com políticos mexicanos, como Eliseo Arredondo. Em seus ofícios a Müller, devolvia a tese de que a ruína da República do México foi apressada, senão determinada, pela vizinhança dos Estados Unidos da América, mas caso a guerra explodisse a culpa seria do governo carrancista⁵⁴.

51 VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana (1913-1915)”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Brasília/Rio de Janeiro: 1980, nº 327, abril/junho, p. 70.

52 LINK, Arthur. *La política de los Estados Unidos em América Latina – 1913-1916*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960, p. 212.

53 GAMA, Domício da. Ofício a Lauro Müller, 9/10/1915. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1914 a outubro 1915, 234.2.04.

54 GAMA, Domício da. Ofício confidencial a Lauro Müller, 14/7/1916. AHI, MDB, Washington, Ofícios despachos políticos confidenciais reservados Expedidos 1914 a 1919, 451.4.05.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA MUNDIAL

Lauro Müller instruiu a Domício da Gama no sentido de que o governo brasileiro defendia a paz e, por isso, reservava-se o direito de aguardar oportunidade de cooperar ou agir em cada caso que se apresentasse e que envolvesse seus direitos soberanos. Em 5 de fevereiro de 1917, dois dias após o rompimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e a Alemanha, Gama informou a Müller de que havia exposto diretamente ao presidente Wilson porque o Brasil adotava a posição de neutralidade: “A justiça da história diria que rompemos com a Alemanha por seguir incondicionalmente os Estados Unidos da América que só nos comunicam atos consumados para que os apoiemos”⁵⁵.

Em junho, já se correspondendo com o chanceler Nilo Peçanha, Domício expressou suas opiniões sobre a guerra e sobre os Estados Unidos. Tinha ele certeza de que os norte-americanos apreciavam o valor moral da cooperação brasileira em qualquer ato de política internacional. Reiterando que não criticava ordens, ou descuidava de cumpri-las da melhor maneira possível, afirmava que era seu dever, enquanto agente do governo, dizer confidencialmente o que julgava útil, no sentido de contribuir para o bom êxito da política internacional brasileira, que “tem sido sempre correta e altiva e, como tal, me orgulho a servir. Mas Vossa Excelência sabe que não basta ser, mas também é preciso parecer, pois que sobre aparências se fundam e se desfazem reputações”⁵⁶.

55 GAMA, Domício da. Ofício confidencial a Lauro Müller, 3/3/1917. Op. cit.

56 GAMA, Domício da. Ofício confidencial a Nilo Peçanha, 21/06/1917. AHI, MDB, Washington, Ofícios despachos políticos confidenciais reservados Expedidos 1914 a 1919, 451.405.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em meados de 1918 Domício da Gama recebeu o convite para chefiar a chancelaria brasileira. Na qualidade de ministro, estava certo de sua participação na Conferência de Paz em Paris já que todos os chanceleres aliados iriam à conferência. Já havia iniciado a organização da missão quando, vinte dias depois de sua posse no Itamaraty, veio a saber que o presidente Rodrigues Alves desejava que Rui Barbosa chefiasse a delegação brasileira. Apesar de haver ficado surpreso com a notícia, Domício não opôs qualquer argumento e logo avisou o secretário de Estado norte-americano Frank J. Polk que não iria ao Congresso, alegando razões políticas internas⁵⁷. Entrementes, continuou a instruir a legação brasileira em Paris sobre os preliminares da Conferência, confirmando, no mesmo documento, não somente o convite a Rui (“vamos hoje convidar senador Rui Barbosa para ser chefe da delegação”) como também o fato de haver telegrafado aos “Estados Unidos e Inglaterra encarecendo bom efeito política interna sermos representados também conferências preliminares e insistindo sejamos convidados já”.

Rui, ao contrário, ao receber a carta das mãos do filho de Rodrigues Alves, alegou que o convite fora tardio, pois a imprensa já anunciava o chanceler como chefe da delegação. Domício foi então à casa de Rui e reiterou o convite do presidente. Debalde: Rui declinou do convite, apesar das “explicações leais do honrado ministro, não ter sido ele quem suscitou a sua candidatura, e deu por coisa consumada a sua designação. Tudo isso ocorre por conta dos jornais”.

Para Moniz Bandeira, apoiado na leitura de Rui sobre o caso, houve uma sórdida intriga internacional em que os Estados Unidos

57 Telegrama de Domício da Gama a Alberto Jorge de Ipanema Moreira. Rio de Janeiro, 3/12/1918. Conferência da Paz Versalhes. Dossiê fornecido pelo Ministério do Exterior. 1916-1919. AHI 273/2/11.

da América vetaram o nome de Rui. Já Francisco Vinhosa sustenta que Rui não quis submeter-se às instruções de Domício da Gama. Joseph Smith alega “Domício feared, however, that Rui’s selection would diminish his own authority as foreign minister”⁵⁸. O certo é que, foi a partir dessa celeuma, surgiu a indicação de Epitácio Pessoa para a chefia da delegação, que estava composta por Raul Fernandes, João Pandiá Calógeras e Olinto de Magalhães, este último ministro da legação brasileira em Paris.

No tocante à organização da conferência, Domício esforçou-se para garantir a participação de quatro representantes brasileiros no evento e, para tal, ele recorreu ao apoio norte-americano. Woodrow Wilson apoiou a pretensão do Brasil, sustentando na reunião do Conselho Superior de Guerra, em 14 de janeiro, o argumento da densidade populacional brasileira. Decidiu-se que as grandes potências teriam cinco delegados, enquanto que Bélgica, Brasil e Sérvia, três, e as demais delegações um ou dois. Cabe ressaltar que tanto a Bélgica quanto a Sérvia foram, ao contrário do Brasil, largamente afetadas pelo conflito. A decisão do Conselho Superior de Guerra demonstrava o prestígio pessoal de Domício da Gama, que teve seus interesses defendidos pelo próprio secretário de Estado norte-americano Robert Lansing.

Em 13 de janeiro, aprovou-se a proposta de dois delegados para “a comissão de representação das pequenas potências no Conselho Executivo da Liga das Nações, nomeados pela Assembleia Legislativa”⁵⁹. Epitácio Pessoa protestou e propôs que fossem quatro e, diante da possibilidade de que o Brasil não figurasse entre esses quatro, acionou Domício e este mais uma vez, apelou para os norte-americanos. Dirigiu-se não só ao Departamento

58 SMITH, Joseph. *Unequal Giants – Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991, p. 127.

59 VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a primeira guerra mundial - A diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, p. 235.

de Estado, mas também ao presidente Wilson. De acordo com o subsecretário de Estado, Frank J. Polk, o difícil pedido foi atendido exclusivamente pela intervenção pessoal de Domício Gama⁶⁰. O Brasil ganhou a vaga e um mandato de três anos.

Os interesses brasileiros estavam ligados à venda do café paulista, que estava estocado em portos europeus como garantia de dois empréstimos e à posse dos navios alemães que o Brasil havia capturado em abril de 1917, quando o país rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. Os interesses brasileiros no quesito da responsabilidade alemã pelo pagamento foram geridos por Epiácio Pessoa no âmbito da Comissão Financeira. O resultado foi favorável, em virtude do artigo 263 do Tratado de Versalhes. Já no caso da apreensão dos navios alemães a situação do Brasil era parecida com a dos Estados Unidos da América, conforme assinalado por Vinhosa. Ambos os Estados haviam capturado maior tonelagem do que perdido. Ao final prevaleceu a tese de não aceitação da partilha dos navios na proporção marítima, como pretendia a França.

Em 15 de janeiro de 1919, Rodrigues Alves faleceu. Três meses depois, Epiácio Pessoa foi eleito presidente do Brasil. Em seu retorno para o Rio de Janeiro, Epiácio demitiu Domício. Um ano mais tarde, justificou que a sua intenção fora a de reorganizar o ministério com auxiliares de sua escolha, e que Domício desejava seguir para a Embaixada em Londres. Mas Domício nunca soube a razão de sua demissão. Julgou que Epiácio lhe recriminasse a escolha dos colaboradores que não lhe agradavam, mas na verdade a delegação já estava praticamente organizada quando Epiácio foi escolhido para chefia-la⁶¹. Para Heitor Lyra, explicação mais plausível é que o novo presidente não queria ter em seu governo

60 LYRA, Heitor. Op. cit., p. 279.

61 VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Op. cit., 1990, p. 198.

alguém de quem dependera tanto enquanto esteve na Europa, e sem o qual ele não teria sido possível conseguir os resultados que conseguiu⁶².

O mandato de Domício da Gama foi curto e atribulado, porém vitorioso. Amparado em seu prestígio pessoal, obteve para o Brasil o resultado que possivelmente nenhum outro diplomata em sua posição obteria. Não obstante os êxitos, seu destino ficou em suspenso por três meses. Em setembro começaram a surgir indicações de sua ida para Londres, quando a legação fosse alçada à categoria de Embaixada. O anúncio oficial de sua movimentação para Londres ocorreu em 18 de outubro de 1919. Dez dias depois ele assumiu a sua última função diplomática.

DA EMBAIXADA EM LONDRES À DISPONIBILIDADE

Durante o seu período como embaixador em Londres, Domício da Gama voltou a ter a Liga das Nações em seu caminho. Nela ele foi delegado, presidente do conselho durante a terceira assembleia da 21ª Sessão, em 1922⁶³, e representou a Bolívia na disputa territorial entre Bolívia e Peru contra o Chile, sobre o território de Tacna e Arica. Em 1923, o Brasil conseguiu sua reeleição como membro provisório. O governo de Artur Bernardes, sucessor de Pessoa, tornou a busca por um assento permanente uma verdadeira obsessão. Em 13 de março de 1924 foi criada uma Delegação Permanente em Genebra com a categoria de Embaixada, da qual, em 19 de maio, Afrânio de Melo Franco seria nomeado chefe. Após intervir no governo do Rio de Janeiro, Bernardes enviou o recém-eleito governador carioca, Raul Fernandes, para

62 LYRA, Heitor. Op. cit., p. 100.

63 Sessão ocorrida entre 31 de agosto e 4 de outubro de 1922. Lista das reuniões do Conselho e da Assembleia”, AHI, Lata 1271, maço 29.087.

coordenar a campanha brasileira em busca do assento permanente. Em meados de setembro, Domício escreveu a Melo Franco:

Imagino que você não tenha muita esperança de ver o Brasil permanente. Tudo o quanto sei opõe a essa pretensão. Quando, desde o encerramento da 3ª Assembleia, escrevi e telegrafei sobre a conveniência de fazermos trabalhos diplomáticos para assegurarmos votos na Assembleia deste ano, eu previa que não conseguiremos persuadir ninguém, a não ser teoricamente, da vantagem de vir o Brasil ocupar permanentemente um lugar a que todos se julgam com direito... Entretanto, o que se poderia esperar de um trabalho diplomático separado, não devemos esperar de uma delegação sobre uma maioria já descontente... Tyrrell me perguntou se, caso seja excluído do Conselho, o Brasil se retiraria da Liga e respondi que não, mas que ficaríamos muito desapontados e perderíamos o ardor para trabalhar e para pagar. A ameaça de sair e a própria retirada não são gestos generosos, em tais casos⁶⁴.

Esta carta transformou-se no que veio a ser o enfático telegrama que Franco enviou ao então chanceler Felix Pacheco sobre a necessidade de “um trabalho antecipado, metódico e enérgico junto às outras chancelarias pela causa do assento permanente”⁶⁵.

O cenário da Liga das Nações mudara com o afastamento dos Estados Unidos da América, especialmente pelo aumento da influência da França e da Inglaterra⁶⁶. As diversas tentativas de Domício para criar uma situação favorável ao Brasil esbarravam sempre no desinteresse e no pedantismo de Lord Curzon, ministro

64 Carta de Domício da Gama a Afrânio de Melo Franco em 18/9/1923.

65 Telegrama de Melo Franco a Felix Pacheco, Genebra 29/9/1923, AHI, 274/2/3.

66 VINHOSA, Francisco Luiz T. Op. cit., 1990, p. 245.

dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Domício optava por trabalhar com outros funcionários do *Foreign Office*. Este fato, aliado aos seus diversos problemas de saúde levou o Itamaraty a considerar que ele tinha pouca entrada no *Foreign Office*, por “desleixo ou desinteresse”, e por isso não obtinha o apoio inglês⁶⁷. Em 17 de outubro de 1924, o governo Artur Bernardes o aposentou em virtude dessa avaliação bastante questionável, já que o governo inglês jamais cederia a quem quer que fosse, como ficou claro com os substitutos de Domício da Gama, Raul Fernandes e Régis de Oliveira. Gama ainda permaneceu na embaixada londrina até 12 de novembro, data de seu último ofício assinado. No dia seguinte, partiu para Paris, a caminho do Brasil. Ainda com esperança de reverter sua situação, enviava cartas e telegramas que não recebiam respostas.

Apesar da saúde frágil, Domício afirmava não se resignar à invalidez oficial. Sua expectativa era de que o Brasil ganhasse prestígio na Liga das Nações em decorrência da qualidade de seus representantes, quando estes entrassem em contato com os representantes de outras nações, fazendo-se conhecidos. O mais importante para ele era a distinção dos brasileiros “no Conselho, nas comissões da Assembleia, nas juntas especiais, emanações da Liga, na Corte de Justiça Internacional”. Defendia o pagamento anual de quarenta mil libras pela honra de ali poder figurar, e esperava que o Itamaraty criasse “uma seção especial e técnica de *liaison* com a Delegação do Brasil em Genebra, que a habilite a cumprir sua missão, transmitindo-lhe informações, esclarecendo instruções, ajudando de dentro os que trabalham lá fora e utilizando aqui e divulgando a obra feita lá fora”. Uma visão um tanto profética da diplomacia brasileira.

67 LYRA, Heitor. Op. Cit., p. 331.

Heitor Lyra descreveu de forma impressionantemente a saída de cena de Domício da Gama, registrando o desrespeito com que foi tratado no Palácio do Itamaraty. Ao ser ignorado pelo presidente da República e pelo chanceler, limitado aos corredores e às salas dos auxiliares do Gabinete, onde se sentava silencioso à espera de um chamado do ministro. Não procurava, nem era procurado:

Uma tarde, como de costume, chegando ao Itamaraty, subiu à sala dos auxiliares de Gabinete e foi procurar a sua cadeira. Não mais a encontrou. Tinha sido retirada. Então compreendeu. Pegou, silencioso, o chapéu e retirou-se. Retirou-se para nunca mais voltar. Em verdade para morrer⁶⁸.

A sua morte física ocorreu às dezoito horas e trinta minutos do dia 8 de novembro de 1925, aos 64 anos, em um quarto no Copacabana Palace de frente para a Praia da Ponta Negra, lugar de sua juventude. O laudo assinado pelo médico Oscar Clark apontou a arteriosclerose e a uremia como causa de seu falecimento, mas de fato foram as mágoas e a melancolia que incidiram decisivamente sobre ele.

CONCLUSÕES

A visão diplomática de Domício da Gama ancorou-se em três dimensões entrelaçadas e fundamentais: o amor à pátria, o anti-intervencionismo e a *self made nation*. Dizia que comprometeria a sua situação pessoal antes de arranhar a defesa do país. Esta foi uma lição que ele apreendeu com Rio Branco, que costumava dizer que o homem público deve se entregar com o melhor de suas forças ao serviço do país.

68 Idem, p. 341.

Anti-intervencionista ferrenho postou-se contra a Doutrina Monroe, afirmando que a América para os americanos equivaleria a uma condenação de povos infelizes à barbárie. Atento a tudo o que interessasse ao Brasil defendia intransigentemente as barganhas possíveis, mesmo quando não parecia haver uma real reciprocidade de interesses. Levou suas convicções ao pé da letra tanto em Buenos Aires quanto nos Estados Unidos da América, na defesa do café e do caso mexicano. Tal zelo em defesa da conciliação internacional e de amizades sem dependências era complementado pela franqueza no trato e por um pragmatismo que o fizeram defender tanto uma postura sem retraimentos diante dos Estados Unidos da América quanto a aproximação dos países hispano-americanos.

Dizia-se um agente do Estado. Sua intenção era contribuir para o bom êxito da política internacional brasileira, que era correta e ativa, e por isso ele se orgulhava de servi-la. A sua noção de *self made nation* implicava o direito e o dever de um país ao desenvolvimento, sem prejudicar a outrem e com plena consciência de sua responsabilidade para com o sistema internacional. Domício da Gama acreditava que trabalhar com afincos na obra de conciliação internacional era mais proveitoso do que qualquer campanha de propaganda. Esta foi a visão que ele defendeu em toda a sua caminhada diplomática, uma proposta ativa e que supunha uma necessária densidade nacional como plataforma para poder alçar voos no cenário internacional. Como disse seu amigo Rio Branco, a carreira de Domício da Gama foi um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Artigos e Cartas de Domício da Gama

GAMA, Domício da. *Atlas universal de geografia física e política* – publicado sob a direção de Domício da Gama. Paris: Garnier Irmãos Livreiros Editores, 1898.

_____. *Contos a meia tinta*. Paris: Imprensa Lahure, 1891.

_____. Difficulties of Democratic Control of Diplomatic Negotiations. In: *Proceedings of the Academy of Political Science in the City of New York*, Vol. 7, No. 2, The Foreign Relations of the United States: Part I (Jul., 1917) , p. 159-163.

_____. *Histórias curtas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.

_____. The neutrality rules adopted by Brazil, by his excellency the Brazilian Ambassador Domício da Gama. In: *The Annals of American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, July 1915. Publication n° 910.

_____. *Contos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

_____. Carta a Joaquim Nabuco. Buenos Aires, 15 de agosto de 1908. Fundaj, CP P252 DOC 5163.

_____. Carta a Joaquim Nabuco. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

Arquivos utilizados neste artigo

Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Domício da Gama (ADG), 9.4.13.

Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Graça Aranha (AGA) 10.3.13.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Arquivo Particular Barão do Rio Branco (APBRB). Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

_____. Lata 811, maço 1, p. 7.

_____. Lata 877 Maço, Pasta 12 – 11 jun 1908 a 15 out 1911. Originais.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Arquivo Sylvino Gurgel do Amaral (ASGA). Lata 346, Maço 3.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Missões Diplomáticas Brasileiras (MDB). Buenos Aires, Despachos, 1905-1906, 207.4.9.

_____. Buenos Aires. Telegramas recebidos, outubro 1908 a junho 1909, 208.1.08.

_____. Lima. Despachos 1906-1909, 213.3.02.

_____. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

_____. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

_____. Washington, Ofícios abr/dez 1911, 234.1.12.

_____. Washington, Ofícios, 1912. 234.1.13.

_____. Washington, Ofícios 1913, 234.2.01.

_____. Washington, Ofícios Julho 1914 a outubro 1915, 234.2.03.

_____. Washington, Ofícios 1914 a outubro 1915, 234.2.04.

_____. Washington, Ofícios despachos políticos confidenciais reservados Expedidos 1914 a 1919, 451.4.05.

_____. Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235.4.2.

IHGB. Coleção Domício da Gama (CDG), Lata 645.

_____. Lata 646.

_____. Lata 648.

Artigos e Livros

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, *Relatório*, 1914, v. 1, parte I, p. XX.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república e os anos de apogeu* (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CADERNOS DO CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília: Ano IV - Número 7. 2º Semestre, 2005.

CARDIM, Carlos Henrique, FRANCO, Álvaro da Costa. (orgs). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983.

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self made nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LINK, Arthur. *La política de los Estados Unidos em América Latina – 1913-1916*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1960.

LYRA, Heitor. *Memórias da Vida Diplomática – coisas vistas e ouvidas – 1916-1925*. Secretaria de Estado e Embaixada em Londres. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

New York Times, 28 de maio de 1912.

Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1933, vol. 41.

Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1933, vol. 42.

SEVERANCE, Frank H., ed. *Peace Episodes on the Niagara: Other Studies and Reports (including Severance's essay, "The Peace Conference at Niagara Falls in 1914")*. Buffalo, N.Y.: Buffalo Historical Society, 1914.

SMALL, Michael. *The forgotten peace: mediation at Niagara Falls, 1914*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2009.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants* – Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

STATHIS, Stephen W. *Congressional Gold Medals 1776-2002*. CRS Report for Congress Received through the CRS Web. The Library of Congress, 2002.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 73.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana (1913-1915)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília/Rio de Janeiro: 1980, nº 327, abril/junho, p. 19-82.

_____. *O Brasil e a primeira guerra mundial – A diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.







